

# MEMÓRIA & PATRIMÔNIO: IDENTIDADE, EMOÇÃO E DITADURAS VOLUME II

COORDENADORAS

*Juliane Conceição Primon Serres  
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira*

ORGANIZADORES

*Darlan de Mamann Marchi  
Eduardo Roberto Jordão Knack  
Rita Juliana Soares Poloni*

  
Editora  
UFPel

**MEMÓRIA &  
PATRIMÔNIO:**  
IDENTIDADE, EMOÇÃO E  
DITADURAS

**Volume II**





#### Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*  
Vice-Reitor: *Luis Isaiás Centeno do Amaral*  
Chefe de Gabinete: *Taís Ullrich Fonseca*  
Pró-Reitor de Graduação: *Maria de Fátima Cossio*  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Flávio Fernando Demarco*  
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelin*  
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*  
Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*  
Pró-Reitor de Infra-estrutura: *Julio Carlos Balzano de Mattos*  
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Mário Renato de Azevedo Jr.*  
Pró-Reitor de Gestão Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

---

#### Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*  
Representantes das Ciências Agrárias: *Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti* (TITULAR), *Cesar Valmor Rombaldi* e *Fabrcio de Vargas Arigony Braga*  
Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Adelir José Strieder* (TITULAR), *Juliana Pertille da Silva* e *Daniela Buske*  
Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Marla Piumbini Rocha* (TITULAR), *Rosangela Ferreira Rodrigues* e *Raquel Ludke*  
Representantes da Área das Engenharias e Computação: *Darci Alberto Gatto* (TITULAR) e *Rafael Beltrame*  
Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Claiton Leoneti Lencina* (TITULAR) e *Giovanni Felipe Ernst Frizzo*  
Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Célia Helena Castro Gonsales* (TITULAR) e *Sylvio Arnaldo Dick Jantzen*  
Representante da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte* (TITULAR), *Edgar Gandra* e *Guilherme Camargo Massaú*  
Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Josias Pereira da Silva* (TITULAR) e *Maristani Polidori Zamperetti*

---

**MEMÓRIA &  
PATRIMÔNIO:**  
IDENTIDADE, EMOÇÃO E  
DITADURAS

**Volume II**

COORDENADORAS

Juliane Conceição Primon Serres  
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

ORGANIZADORES

Darlan de Mamann Marchi  
Eduardo Roberto Jordão Knack  
Rita Juliana Soares Poloni



**Editora  
UFPel**

**Filiada à A.B.E.U.**

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto  
Pelotas, RS - Brasil  
Fone +55 (53)3284 1684  
editora.ufpel@gmail.com

**Chefia**

*Ana da Rosa Bandeira*  
Editora-Chefe

**Seção de Pré-Produção**

*Isabel Cochrane*  
Administrativo

**Seção de Produção**

*Suelen Aires Böettge*  
Administrativo

*Anelise Heidrich*  
Revisão

*Guilherme Bueno Alcântara* (Bolsista)  
Design Editorial

**Seção de Pós-Produção**

*Morgana Riva*  
Assessoria

*Madelon Schimmelpfennig Lopes*  
Administrativo

**Revisão Técnica**

*Ana da Rosa Bandeira*

**Revisão Ortográfica**

*Anelise Heidrich*

**Projeto Gráfico**

*Guilherme Bueno Alcântara*  
*Suelen Lulhier*

**Diagramação**

*Suelen Lulhier*

**Capa**

*Guilherme Bueno Alcântara*

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas

Catálogo na Publicação

M533 Memória & patrimônio : identidade, emoção e ditaduras. [recurso eletrônico] / Darlan de Mamann Marchi, Eduardo Roberto Jordão Knack, Rita Juliana Soares Poloni, organizadores ; Juliane Conceição Primon Serres, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, coordenadoras. – Pelotas: Ed. UFPel, 2020. 333 p. : il, v. II

6.5 MB, Ebook (PDF)  
ISBN: 978-85-517-0062-4

1. Patrimônio cultural. 2. Memória. 3. Identidade. 4. Patrimonialização. 5. Emoção. I. Marchi, Darlan de Mamann, org. II. Knack, Eduardo Roberto Jordão, org. III. Poloni, Rita Soares, org. IV. Serres, Juliane Conceição Primon, coord. V. Ferreira, Maria Letícia Mazzucchi, coord. VI. Título.

CDD 363.69

# SUMÁRIO

## 8 APRESENTAÇÃO

## 11 PREFÁCIO

## 16 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO IDENTIDADE

- 17 Notas acerca da memória e da identidade pomerana na Serra dos Tapes
- 33 Museografia experimental y patrimonios del olvido
- 49 Moda e memória através de fotografias: relatos de experiência
- 62 Performance e memória: lugares, corpos e objetos construídos no ofício de benzer

## 85 PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

- 86 La selección de “pasados”: la *patrimonialización* como acto de consolidación de un relato (entre los muchos posibles)
- 105 Proyecto de identificación y registro de bienes culturales de la península de Punta del Este – Uruguay
- 120 El chipá y su estampa femenina: memoria, tradición, trabajo y patrimonio
- 138 Preservação da memória e da identidade do patrimônio cultural: reflexões sobre as diretrizes projetuais de intervenção na Estação Sapucaí, Jacutinga (MG)

## 158 MEMÓRIA, EMOÇÃO E PATRIMÔNIO

- 159 Os fatores de ativação da alma dos objetos
- 176 Prisão ou lar? A Dualidade de Representações no Memorial do Hospital Colônia Itapuã

- 194 Memória e emoção: o caso do tacho do Museu Gruppelli, Pelotas/RS
- 215 Patrimônios afetivos: uma nova forma de apropriação dos lugares de memória pelos idosos de Morro Redondo-RS
- 232 Necrologia en la prensa local: biografía de la muerte

## 260 MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E REGIMES AUTORITÁRIOS

- 261 Arqueologia, ditaduras e a produção científica. Algumas considerações
- 277 Memórias compartilhadas: fotografias de desaparecidos no Espaço de Memória e Direitos Humanos – ESMA, Argentina
- 295 Do trauma ao prazer epifânico: a representação do estupro de mulheres nas ditaduras latino-americanas em *Milagre na cela* e *La Muerte y la Doncella*
- 316 Ditadura, trabalho e controle: os ferroviários de Rio Grande no pós-1964

# APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos ao público interessado nos temas, problemas, debates e questões que envolvem os estudos da memória e do patrimônio é o resultado dos trabalhos apresentados e das conferências que ocorreram durante o IV Colóquio Internacional Memória e Patrimônio (realizado entre os dias 08 e 09 de novembro de 2018), promovido pelos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - PPGMP, da Universidade Federal de Pelotas. As operações de seleção da memória, envolvendo também o esquecimento, em uma perspectiva individual e coletiva, fundamentais para compreensão da identidade e do patrimônio cultural de uma comunidade, foram amplamente debatidas durante os dias em que o evento foi realizado.

Dessa forma, o IV Colóquio abriu um espaço para discutir questões sobre memória, patrimônio cultural, conservação e gestão de acervos, espaços de memória, trajetórias e relatos de atividades dos profissionais das áreas de atuação do PPGMP. O



evento contou com mesas que debateram temas como “memórias e ditaduras”, “memória, patrimônio e esquecimento no Uruguai”, “instituições brasileiras de tutela do patrimônio cultural”, com conferências que envolveram temas referentes ao patrimônio e à memória na Argentina e os monumentos e contramonumentos no Brasil. Pesquisadores com importante, sólida e abrangente trajetória profissional, em âmbito nacional e internacional, foram convidados para as conferências e mesas do evento. Participaram ainda com apresentação de trabalhos pesquisadores de diferentes instituições brasileiras, com trabalhos desenvolvidos dentro do escopo do tema do colóquio.

Os trabalhos apresentados nos simpósios temáticos e nas conferências proferidas nas mesas de debates foram reunidos e publicados em uma coletânea composta por três livros. Cada um desses volumes foi organizado em função da afinidade entre os temas, o que fica claro a partir dos subtítulos expostos em cada obra. Além desse critério para a organização da coleção, também foi levado em consideração o estado de cada pesquisa (trabalhos iniciais, com considerações gerais; estudos de caso, com conclusões avançadas e consolidadas). Devido à quantidade de trabalhos recebida no IV Colóquio, cada volume corresponde a etapas e enfoques diferentes do processo de pesquisa.

Dessa forma, o primeiro volume, “Memória e patrimônio: lugares, sociabilidades e educação”, além de agrupar trabalhos com temas próximos, apresenta pesquisas que trazem, em sua maioria, reflexões, mapeamentos iniciais sobre temas, problemas e objetos de estudo. Constituem, em geral, pesquisas que estão em desenvolvimento pelos respectivos autores. O segundo volume, “Memória e patrimônio: identidade, emoção e ditaduras”, além de reunir trabalhos em torno de temas como

identidade, questões envolvendo processos de patrimonialização, emoção patrimonial, memória e regimes autoritários, de uma forma geral, apresenta, em âmbito geral, estudos de casos específicos, indicando trabalhos que apresentam resultados concretos no âmbito de suas pesquisas.

O terceiro e último volume da coleção, “Memória e patrimônio: preservação, políticas e acesso”, envolve trabalhos que se debruçaram sobre temas como cidades e preservação patrimonial, políticas públicas de memória e urbanização, patrimônio, acessibilidade e ensino. Tal como o segundo volume da coleção “Memória e patrimônio”, o último livro congrega estudos de casos, mas com o olhar voltado para questões técnicas, políticas e metodológicas, também apresentando, assim como no segundo volume, pesquisas em um estado mais avançado de desenvolvimento.

Finalizando, é importante ressaltar que IV Colóquio Internacional Memória e Patrimônio resulta do esforço de pesquisadores para debater, refletir e aprofundar seus temas de pesquisa. Também assinala o esforço para a divulgação desses trabalhos, tanto para a comunidade profissional, acadêmica, como demais interessados pelos temas. Desejamos a todos uma ótima leitura!

# PREFÁCIO

*Rita Juliana Soares Poloni*

Este segundo tomo da obra, que reúne os trabalhos do IV Colóquio Internacional Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas, subdivide-se em três subcapítulos que abarcam discussões que têm como ponto de convergência a abordagem de estudos de caso em torno de temáticas em Memória Social e Patrimônio Cultural, constituindo-se como abordagens panorâmicas de pesquisas avançadas, fruto de projetos de pós-graduação finalizados ou em desenvolvimento aprofundado.

Assim, o primeiro subcapítulo, intitulado MEMÓRIA, PATRIMÔNIO, IDENTIDADES, aborda a relação entre aspectos culturais materiais e imateriais, ressaltando sua relação com a constituição dos sujeitos e das sociedades nas quais se inserem. Nesse sentido, **Danilo da Silva** analisa o caso da colônia São Lourenço como um espaço complexo, pluriétnico, inter-relacional, ressaltando, em particular, a construção e o positivamento da identidade étnica pomerana; **Yara Altez** propõe algumas reflexões sobre as tentativas de valorização e uso de alguns artefatos

antigos cotidianos e de restos arqueológicos, encontrados em comunidades afrodescendentes da costa central venezuelana; já **Frantieska Schneid** procura demonstrar as experiências em fotografia, memória e moda, usando a fotografia como fonte para o estudo das formas vestimentares. Finalizando, **Juliani Brochardt da Silva, Ronaldo Bernardino Colvero e Eduardo Roberto Jordão Knack** percorrem as relações entre performance, memória e a materialidade que envolve o ofício dos benzadores em São Miguel das Missões/RS.

No segundo subcapítulo, denominado PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO, analisam-se os conflitos que envolvem o processo de ativação patrimonial, destacando a constituição de discursos e memórias acerca do patrimônio e o lugar dos diversos atores envolvidos em torno dos objetos estudados. Assim, no primeiro texto, **Laura Ibarlucea** trata do processo de patrimonialização de colônia do Sacramento e suas relações com a construção de um discurso identitário, destacando na narrativa patrimonial elementos que foram silenciados ou esquecidos no discurso oficial sobre o tema. Tendo como tema outro interessante objeto em contexto latino-americano, **Gabriela Campodónico, Mariciana Zorzi e Facundo Bianchi** falam sobre o projeto de identificação e registro de bens culturais da península de Punta del Este, no Uruguai, destacando a memória e as pertencas dos moradores locais e sua relação com a questão turística no local. Seguindo ainda nas análises do contexto latino-americanos, **Zulma Masi** fala sobre a Chipa paraguaia e sua face feminina destacando o protagonismo das mulheres paraguaias como pessoas que representam e preservam uma tradição cultural, uma memória coletiva e um patrimônio vivo, através da comercialização da chipa.

Finalmente, retornando ao contexto nacional, **Lourenço Tomaz, Aline da Silveira e Ana Paula de Faria** discutem as diretrizes projetuais de intervenção na Estação Sapucaí, Jacutinga, MG, e a definição de um juízo crítico e postura de intervenção no patrimônio em questão.

No segundo subcapítulo, denominado MEMÓRIA, EMOÇÃO E PATRIMÔNIO, contextos que envolvem memória, patrimônio e sensibilidades são explorados, tendo como foco objetos localizados no Rio Grande do Sul, especialmente em ambiente rural. No campo da museologia, o texto de **Helen Espinosa, Daniel de Souza e Diego Ribeiro** discute a relação entre memória e objeto museológico, buscando compreender e definir sua alma, que pode ser ativada mediante revelações de memórias e da compreensão da sua relação com o sujeito (musealidade); dos aspectos simbólicos que eles desencadeiam nos indivíduos (ressonância); de como agem sobre as pessoas (agência), e de seus contextos (suas biografias). Já **Helena Medeiros e Juliane Serres** analisam o Memorial do Hospital Colônia Itapuã (HCI), discutindo a dualidade entre apresentar esta instituição como um lar ou uma prisão em sua exposição. **José Brahm, Diego Ribeiro e Juliane Serres** trazem o caso do tacho do Museu Gruppelli, Pelotas/RS discutindo o papel simbólico que pode assumir um objeto dentro do cenário museal, mesmo que em sua ausência material.

**Milena Behling e Diego Ribeiro** falam sobre o desenvolvimento da pesquisa “Lugares de Memória: Patrimônios afetivos de Morro Redondo-RS”, cujo objetivo é a identificação dos Patrimônios Afetivos da cidade de Morro Redondo na visão dos idosos. Os autores ressaltam que as narrativas dos indivíduos indicam lugares de memória que não são vistos pelo âmbito do



patrimônio consagrado que conhecemos, mas pela afetividade que esses lugares despertam nos sujeitos. Por último, **Jenny González Munõz** aborda as necrologias presentes na imprensa de Passo Fundo/RS, mostrando a importância desses textos para a história e memória local.

O último subcapítulo do presente volume traz por título MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E REGIMES AUTORITÁRIOS. Em consonância direta com o tema do evento gerador, os textos versam acerca de “memórias difíceis” e da importância dos estudos em Memória, Patrimônio, Artes e Cultura Material para as discussões que circunscrevem as ações da Justiça de Transição em diferentes contextos. Nesse sentido, **Rita Poloni** discorre sobre a relação entre Arqueologia, ditaduras e produção científica, destacando sua importância no contexto da Justiça de transição no País; enquanto **Katia Helena Dias** e **Francisca Michelin** discorrem sobre os usos, (re) usos e significações das fotografias de desaparecidos políticos presentes e expostas no Espaço de Memória e Direitos Humanos (EX-ESMA), discutindo acerca do compartilhamento das memórias das vidas ausentes, presentificadas, a partir das imagens fotográficas. Em relação ao campo do Teatro, **Marina de Oliveira** traz a forte e sensível discussão da representação do estupro de mulheres nas ditaduras latino-americanas em duas peças teatrais – *Milagre na cela* (1977), de Jorge Andrade, e *La Muerte y la Doncella* (1992), de Ariel Dorfman – que tematizam de modo divergente testemunhos relacionados ao tema. Fechando a terceira parte, **Lidiane Friderichs** busca analisar o impacto da ditadura para o movimento sindical dos trabalhadores ferroviários da cidade de Rio Grande, RS, entendendo as formas de controle e repressão efetivados pelo governo militar contra suas organizações.

Dessa forma, o presente volume tem por objetivo divulgar o andamento de pesquisas que envolvem importantes e sensíveis temas que se relacionam aos campos da Memória Social e do Patrimônio Cultural, procurando demonstrar o avanço nos referidos campos em contexto brasileiro e latino-americano e reforçando a importância dos pesquisadores e das temáticas a eles relacionados no desenvolvimento de ações sociais, culturais e políticas de grande importância local e nacional e regional.

**MEMÓRIA,  
PATRIMÔNIO  
IDENTIDADE**

# Notas acerca da memória e da identidade pomerana na Serra dos Tapes

*Danilo Kuhn da Silva*<sup>1</sup>

## Introdução

De acordo com Regina Weber e Patrícia Bosenbecker (2010), a colônia São Lourenço – fundada em 1858 e situada na Serra dos Tapes, região sul do estado do Rio Grande do Sul, em terras do município de Pelotas, atualmente pertencentes ao município de São Lourenço do Sul, emancipado em 1884 -, em distintos momentos, serviu como espaço para elaboração e afirmação de representações, as quais situaram indivíduos e grupos de forma positiva ou negativa, constituindo disputas memoriais e identitárias. Através de revisão bibliográfica, verifica-se que a instalação de uma colônia de camponeses majoritariamente pomeranos sob a administração conflituosa de um renano (IEPSEN, 2008; KOLLING, 2008; CUNHA, 1995) e em uma área rodeada por estâncias luso-brasileiras (BOSENBECKER, 2011); a força dos anos jubilares na (re)construção de representações (WEBER; BOSENBECKER, 2010; IEPSEN, 2008) e o interesse recente do poder público em buscar uma identidade peculiar à região (MALTZAHN, 2011; FERREIRA; HEIDEN, 2009); a interpretação acadêmica de que a cultura pomerana fora silenciada pelo germanismo (THUM, 2009); e a positivação contemporânea da identidade pomerana (MALTZAHN, 2011; WEBER;

---

1. Mestre em Composição Musical (UFPR); doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL); bolsista CAPES; danilokuhn@yahoo.com.br

BOSENBECKER, 2010; FERREIRA; HEIDEN, 2009) são aspectos da configuração sócio-histórica que ensejam tais disputas (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 347). Objetiva-se aclarar se as escolhas da comunidade pomerana da Serra dos Tapes se refletem em seu processo de memória/esquecimento/rememoração, ou foram/são impostas pelo contexto sócio-histórico no qual a mesma se insere.

### **Mitificação**

Escritos laudatórios a Jacob Rheingantz, consolidando-o como o fundador da colônia São Lourenço através da historiografia local, perduraram até décadas mais recentes, mesmo que, desde o centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, tenham surgido obras que o descrevam como “ganancioso, imprudente e espoliador” (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 354). Coube a Jorge Luis da Cunha (1995), com documentos encontrados na Alemanha, trazer novos dados que demonstraram os expedientes utilizados por Rheingantz, que conduziam os camponeses a uma condição servil. Em pesquisa mais recente, intentando desconstruir o mito do fundador da colônia, Eduardo Iepsen (2008) analisa a Revolta de 1867 – fato contemporizado pelos memorialistas e historiadores locais –, na qual um grupo de aproximadamente 200 colonos invadiu a casa de Rheingantz, motivado pela atuação gananciosa do empresário. Na esteira de Iepsen (2008), Kolling (2008) também aborda a Revolta de 1867, tratando-a, porém, como um levante pomerano. Segundo o pesquisador, o levante dos pomeranos foi “uma forma de protesto popular contra a forma de semiescravidão e endividamento, bem como o não cumprimento de



promessas da parte do colonizador Rheingantz” (ibid., p. 884). Portanto, Kolling (2008) associa a condição de servidão do povo pomerano, que perdurou por séculos na Europa, às condições de exploração econômica vivenciadas pelos imigrantes inseridos na colônia. Desta maneira, a direção colonial no mínimo conflituosa de Rheingantz (IEPSEN, 2008; CUNHA, 1995) pode ser associada, na ótica de Kolling (2008), à suposta disputa étnica entre renanos e pomeranos que, em contato no seio da colônia, teriam reproduzido a condição de exploradores e explorados oriunda da Europa.

### **Isolamento**

São Lourenço, a colônia alemã mais meridional do Brasil, foi considerada por Jean Roche (1969, p. 179) uma “ilha agrícola numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária, na planície”. Esta ideia de “ilha de colonização”, segundo Patrícia Bosenbecker (2011), remete a certo grau de isolamento dos colonos. No entanto, de acordo com a pesquisadora, houve contatos interétnicos desde o princípio (BOSENBECKER, 2011, p. 6). Para além do contato entre pomeranos e renanos (e demais etnias minoritárias) no interior da colônia, Bosenbecker (2011) aponta as vendas<sup>2</sup> como locais de grande importância social e econômica na época, as quais foram “transformando-se em espaços centrais nas relações entre os habitantes locais” (BOSENBECKER, 2011, p. 124-125), onde os colonos estabeleciam contatos com os luso-brasileiros, bem como com afrodescendentes e famílias italianas estabelecidas

---

2. Nomenclatura local para casas comerciais.

na Vila Boqueirão – povoação localizada há alguns quilômetros da colônia – e também com os demais estrangeiros que por ali passavam<sup>3</sup>. Além disso, alguns camponeses de origem lusa ou brasileira compraram lotes e se estabeleceram na colônia, escapando da configuração das estâncias (BOSENBECKER, 2011, p. 131). Em sua pesquisa, Bosenbecker demonstra contatos interétnicos<sup>4</sup> através de vários exemplos, evidenciando que a “ilha colonial” não era tão isolada assim. Contatos interétnicos se sucederam desde muito cedo, o que relativiza a afirmação de Roche (1969) e comprova que a colônia não era “fechada”, “isolada” em si mesma, já pouco tempo após sua fundação.

A colônia São Lourenço revela-se, portanto, um espaço complexo, pluriétnico, inter-relacional, terreno fértil para disputas memoriais e identitárias, tanto para mais quanto para menos, i.e., tanto estas disputas podem evidenciar-se através de dominação ideológica – renanos *versus* pomeranos; o mito de Rheingantz; a tese de Carmo Thum (2009) sobre o silenciamento

---

3. Segundo Bosenbecker (2011), “as regiões de Pelotas e Rio Grande recebiam grande contingente de trabalhadores de países vizinhos, ou de outras regiões, seja pelo trabalho disponível nas charqueadas ou pelo grande volume de comércio realizados pelo porto de Rio Grande. Aliás, a característica portuária da região contribui para a passagem de pessoas de origens diversas por tratar-se de uma área de trânsito” (BOSENBECKER, 2011, p. 129).

4. Quanto à presença afrodescendente na Serra dos Tapes, por exemplo, há indicações de que aproximadamente 43 comunidades afrodescendentes rurais vivem atualmente na região denominada como Zona Sul, que tem como polo o município de Pelotas, e podem ser mencionadas, até o momento, sete comunidades no interior de São Lourenço do Sul, a partir de mapeamento realizado pela ONG CAPA (CAPA/MDA, 2010). Destas, de acordo com Pinheiro (2014), cinco já receberam certificados de autorreconhecimento emitidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP), o que significa um reconhecimento oficial por parte do poder público (PINHEIRO, 2014, p. 324-325). Essas comunidades são: Monjolo (Serrinha), Picada, Vila do Torrão (Canta Galo), Coxilha Negra e Rincão das Almas. Além destas, as comunidades do Faxinal (Campos Quevedos) e do Boqueirão já foram identificados pela FCP (CAPA/MDA, 2010).

da cultura pomerana através do germanismo – quanto podem resultar em certo grau de hibridização, de geração de certo grau de pertença comum – os contatos interétnicos; as memórias migrantes; e a tese de Paulo César Maltzahn (2011) sobre a construção de uma identidade teuto-brasileira na região, sem fronteiras fortemente marcadas entre ‘alemães’ e ‘pomeranos’.

### **Anos jubilares e *revivals***

Conforme Regina Weber (2008), a definição de datas comemorativas é um recurso para a institucionalização de identidades étnicas, o que se pode verificar, em relação à colônia São Lourenço, através da análise de seus anos jubilares (IEPSEN, 2008), i.e., das comemorações do quinquentenário, do centenário e do sesquicentenário de sua fundação.

Segundo Iepsen (2008), em 1940, o jornal local *A Tribuna* ainda identificava Oliveira Guimarães e Rheingantz, lado a lado, como ‘pródromos’ da colônia São Lourenço. Porém, anos depois, o jornal *Voz do Sul*, pertencente a Pamphilio Stenzel, filho de imigrantes alemães, teve papel primordial na positivação de Jacob durante o centenário colonial. Para além, Iepsen (2008) acrescenta o lançamento do livro *A colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz* (COARACY, 1957) e a construção do *Monumento ao Colono* (1958), com referência à Jacob como o fundador da colônia, como fatores importantes para sua afirmação mítica na memória local (IEPSEN, 2008, p. 48, 93 e 104). Nota-se que, apesar da direção colonial conflituosa por parte do empresário, a memória da comunidade lourenciana foi modelada, com o auxílio de anos jubilares, a ponto de mitificar Rheingantz como ‘empresário visionário’, como ‘fundador pioneiro’, como ‘diretor exemplar’.

De acordo com Paulo César Maltzahn (2011), no ano de 1983 a Organização Lourenciana de Ação Comunitária (OLAC) promove o *Primeiro Festival de Folclore Teuto e Gaúcho* em São Lourenço do Sul, no qual se destacou o *Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Sonnenschein*, fundado meses antes (MALTZAHN, 2011, p. 193). Este festival está inserido, segundo o pesquisador, no contexto político de São Lourenço do Sul, pois está relacionado com o centenário de emancipação do município e, de certa maneira, vinculado à divulgação turística da cidade, bem como, também, à valorização e à preservação da cultura teuto-brasileira desta comunidade, congregando a população de descendência alemã especialmente através do *Sonnenschein*, de sorte que marcou o *revival* ‘alemão’ em São Lourenço do Sul (ibid., 193-94).

Conforme o pesquisador, a palavra pomerano começa a ter destaque em São Lourenço do Sul no ano de 2006, quando a Associação Caminho dos Pomeranos, em parceria com a Prefeitura Municipal, cria uma rota turística rural, o Caminho Pomerano (ibid., p. 228). Já no ano seguinte, há o lançamento do romance histórico *O Pescador de Arenques*, de Jairo Scholl Costa (2007), o qual conta a história do personagem pomerano Peter Kampke desde a Pomerânia até o Brasil (MALTZAHN, 2011, p. 230). No entanto, o termo pomerano, mais precisamente, a forma hifenizada alemão-pomerano, é essencialmente enfatizada na ocasião das comemorações do *Sesquicentenário da Imigração Alemã- Pomerana* em São Lourenço do Sul em 2008. O mesmo marca definitivamente o *revival* ‘pomerano’ nesse município. De acordo com Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e Roberto Heiden (2009), a etnia pomerana, que por longo tempo fora ignorada nessa região, passa a ser, então, supervalorizada, atendendo a uma política de “invenção do passado” (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p. 137).

No tocante à ação do poder público, o caso do município de São Lourenço do Sul (onde se situa atualmente a área original da antiga colônia São Lourenço) se configura, pelo tipo de atuação da administração local, como um exemplo da inclinação contemporânea de valorização da dimensão regional em um mundo globalizado contemporâneo, a qual se associa à tendência de “proliferação” de buscas patrimoniais que pode ser verificada na cena brasileira desde a década de 1980 (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p. 138).

Assim, pode-se inferir que, entre anos jubilares, *revivals* étnicos, reinvenções, recuperações, redescobertas, reinterpretações, o poder público opera, sim, como porta-voz da comunidade pomerana em São Lourenço do Sul e na Serra dos Tapes, mas, moldando, a seu gosto, tais memórias artificiais. Tal atuação, ainda que possa ser aceita pela comunidade e salvaguarde muitos bens culturais, de uma forma ou de outra, interfere, sim, em sua herança cultural. Entretanto, a voz da comunidade, vez ou outra, pode não soar em uníssono com seu porta-voz, ou, até mesmo, pode não soar, silenciar-se.

### **Silenciamento**

Na perspectiva de Carmo Thum (2009), o contexto da imigração pomerana na Serra dos Tapes é peculiar, em função das “conjunturas históricas” e do “processo de isolamento e silenciamento” vivido pelos pomeranos no sul do Brasil (THUM, 2009, p. 9). Para o pesquisador, o silêncio da cultura pomerana se dá sob o jugo do poder religioso, escolar e comercial, o que não impede, contudo, que a vida cotidiana da comunidade “mantenha práticas” e “reinvente-se” no encontro com as



demais culturas locais: “A cultura do silêncio e o silêncio da cultura são, ao mesmo tempo, consequências do processo de opressão vivido e modos de resistência silenciosa” (ibid., p. 9). Esta interpretação acadêmica vai ao encontro do posicionamento de alguns autores, como Michael Pollak (1989; 1992), Jacques Le Goff (2003), Pierre Nora (1993) e Alessandro Portelli (2010), os quais salientam que a memória tem sido um campo propenso a disputas e conflitos, e reconhecem que a memória coletiva é sujeita a manipulações nas lutas pelo poder.

Thum (2009) aponta a ideologia do germanismo, que teria sido institucionalizada na Serra dos Tapes através da igreja, da escola e do comércio, como a precursora do ‘silenciamento’ cultural dos pomeranos (ibid., p. 311).

O germanismo não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX. (SILVA, 2006, p. 229-230).

No que se refere à igreja, Thum (2009) afirma que, por meio desta, os imigrantes alemães divulgaram ideais de supremacia da cultura alemã sobre os grupos imigrados, entre eles o pomerano, que aprendia a “desmerecer a língua de seus ancestrais”: “os luteranos necessitavam da aprendizagem da língua na qual era produzido o material religioso da época” (THUM, 2009, p. 133-134). De acordo com André Droogers (1984), o alemão, durante muitos anos, foi a língua oficial da Igreja Luterana, onde “identidade cultural e religião foram misturadas” e os pastores ensinavam “a língua da Igreja e da germanidade” (DROOGERS, 1984, p. 30).

No que diz respeito à escola, Thum (2009) aponta que a mesma serviu como difusora da língua alemã por interesse ideológico: “a

língua, como símbolo dos valores étnicos, religiosos e políticos” (THUM, 2009, p. 133). Posteriormente, desde a Campanha da Nacionalização, a língua oficial do ‘silenciamento’ se tornou o português, quando o ensino passou a visar “à ideia de uma nacionalidade padronizada” (ibid., 183).

Mais especificamente no que tange à língua, de acordo com Thum (2009), o valor dado a quem sabe falar alemão eleva o sujeito a um patamar de diferenciação na Serra dos Tapes. Para Thum (2009), no Brasil, o pomerano seria considerado um dialeto de forma pejorativa, de sorte que teria valor de língua somente o *Hochdeutsch* (alemão-padrão<sup>5</sup>), gerando um ‘silenciamento’ provocado pela linguagem, onde “a língua alemã foi ganhando valor simbólico de língua culta, sendo seu falante considerado mais esclarecido” (ibid., p. 131).

Elencados e abordados os três agentes silenciadores da cultura pomerana, Thum (2009) conclui que “a cultura do silêncio, na Serra dos Tapes, cria e sustenta o círculo vicioso da negação da identidade local”, onde “o mundo pomerano, percebendo que teria ganhos momentâneos ao ser considerado alemão, permitiu, aceitou e assimilou o imaginário alemão como sua referência cultural diante dos outros grupos” (THUM, 2009, p. 309). No entanto, o pesquisador considera que, “ao mesmo tempo em que esse processo de silenciamento ocorre nos espaços públicos (escolas, igrejas, comércio), a vida cotidiana mantém práticas e reinventa-se, no encontro com as demais culturas locais e sobrevive, silenciosamente” (ibid., p. 309).

---

5. A língua alemã padrão (o *Hochdeutsch*) é a língua oficial, isto é, a língua da comunicação formal, ensinada nas escolas, usada na imprensa, em cerimônias religiosas e repartições públicas na Alemanha atual. Segundo Fausel (1959), a grande maioria dos imigrantes alemães, no entanto, não falava o *Hochdeutsch* (a língua alemã padrão).

## Relativizações e positivações

De acordo com Weber e Bosenbecker (2010), embora os pomeranos fossem etnia majoritária na região da Serra dos Tapes, “por longo tempo nenhuma identidade ‘pomerana’ apresentou-se nas disputas públicas de representações locais” (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 354). Ao referirem-se à interpretação de Carmo Thum (2009), as pesquisadoras afirmam que a mesma precisa ser matizada, “pois o que é dito do passado parece estar a serviço das positivações contemporâneas da identidade pomerana, processo do qual seu autor participa” (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 355): Thum escreveu sua tese de doutorado no contexto do *Sesquicentenário da Colonização Alemã-Pomerana da Serra do Tapes*, o que incluiria seu trabalho no rol do *revival* ‘pomerano’ e do uso dos anos jubilares para a construção de representações. Enquanto Thum (2008) afirma que “os pomeranos estão em franco processo de reinvenção e de luta pela dignidade cultural” e que “espaços de memória estão sendo planejados no conjunto da comunidade” (THUM, 2008, p. 18-19), Weber e Bosenbecker (2010) destacam que “o que se pode afirmar com clareza é que, atualmente, há movimentos que buscam dar aos pomeranos uma visibilidade que eles não possuíam no passado” (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 361).

Na perspectiva de Maltzahn (2011), a redefinição do conjunto de identificadores étnicos teuto-brasileiros em São Lourenço do Sul (Serra dos Tapes) está associada, por um lado, à mercantilização da identidade, “a um apelo político-econômico pelo poder público”, mas, por outro lado, também, ao próprio grupo étnico, ou seja, à autocompreensão de sua identidade étnica (MALTZAHN, 2011, p. 11). O pesquisador afirma, a partir de Jeff Lesser (2001), que estudos sobre etnicidade apontam que

o encontro, o contato e a interação entre dois ou mais grupos étnicos “é antes um processo de troca e hibridização, tanto no que diz respeito a aspectos objetivos quanto a subjetivos” (MALTZAHN, 2011, p. 61). Para Maltzahn (2011):

Os imigrantes alemães eram, portanto, grupos étnicos distintos [renanos, pomeranos] com diferenças significativas, mas que perante a nova realidade, isto é, assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, comparada com a de seus vizinhos de origem ‘germânica’, desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico. (ibid., p. 61).

Contudo, neste contexto, é importante destacar que Maltzahn (2011), em sua pesquisa, conclui que o sentimento de pertença étnica não está claro para o teuto-brasileiro do município de São Lourenço do Sul, i.e., vários de seus entrevistados às vezes se consideram alemães, às vezes pomeranos, dando a entender que tais categorias étnicas ora definem coisas iguais, ora coisas diferentes (MALTZAHN, 2011, p. 274). A diferenciação do grupo étnico alemão do pomerano, isto é, a construção e a afirmação da identidade pomerana, é, pois, recente.

Maltzahn (2011), ainda, questiona o estudo de Thum (2009), afirmando não estar convencido de que a imigração pomerana em São Lourenço do Sul diferencia-se da de outros grupos de imigração alemã no Rio Grande do Sul, ou que o silêncio da cultura pomerana seja uma consequência da opressão das agências ideológicas (igreja, escola, comércio), ou seja, do germanismo, conforme aponta Thum (2009). O processo de construção e afirmação de uma identidade alemã em São Lourenço do Sul (e na Serra dos Tapes, por conseguinte), pergunta-se Maltzahn (2011), não poderia ter sido uma escolha do próprio coletivo pomerano e não uma imposição das agências ideológicas? Nas palavras do pesquisador:

Sabemos que a cultura pomerana não está clara para o coletivo étnico pomerano no momento, mas o comprometimento e a intervenção do educador e da universidade no processo de formação e construção da identidade étnica pomerana, ou seja, sua emancipação, não seria também um processo de opressão cultural? Não teríamos aqui apenas a substituição do agente e da instituição formadora por outro (o professor universitário) no processo de formação e construção de identidade? (MALTZAHN, 2011, p. 281).

Sob a ótica de Dejan Dimitrijevic (2004), a dimensão política que assume esta recuperação e gerenciamento da tradição pomerana é quase um inventar uma memória para construir uma identidade. O autor considera a busca memorial, o ‘remanejo’ do passado, como algo que sempre acompanha a instalação de um novo poder e de uma nova ideologia. Candau (2011) corrobora esta posição, pois, para o autor, “a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada” (CANDAU, 2011, p. 16). Pode-se inferir, portanto, que na dialética entre a memória e a identidade pomeranas, os remanejos do passado, as invenções de memória, constroem a identidade pomerana. Desta maneira, torna-se fundamental esclarecer como vontades políticas se transformam em realidades sociais e como os indivíduos passam a proceder conforme, ou não, essas vontades (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p. 151).

## **Conclusão**

Pôde-se constatar que a colônia São Lourenço se configurou – e ainda se configura – como um espaço complexo, pluriétnico, inter-relacional, terreno fértil para disputas memoriais e identitárias. Tais disputas podem evidenciar-se através de dominação ideológica (alteridades; mitos; silenciamento cultural) ou



resultar em certo grau de hibridização, de geração de certo grau de pertença comum (contatos interétnicos; memórias migrantes; identidade teuto-brasileira), dependendo do referencial adotado. Pôde-se, também, constatar que, apesar da direção colonial conflituosa por parte de Jacob Rheingantz e do prolongado silêncio reivindicatório dos pomeranos, a memória da comunidade foi modelada, com o auxílio de anos jubilares e *revivals*, mitificando Rheingantz e positivando a identidade étnica pomerana. Portanto, pôde-se conjecturar que intervenções políticas incidem sobre, de uma maneira ou de outra, a herança cultural da comunidade. Neste contexto, pressupõe-se que quando uma categoria organizadora de representações identitárias coletivas (germanismo) dispõe de meios de memória eficazes, no interior de uma comunidade (igreja, escola, comércio), encontra um campo fecundo para perpetrar suas representações. No entanto, pôde-se inferir, também, que, na dialética entre a memória e a identidade pomeranas, os remanejos do passado, as invenções de memória, constroem e reconstroem as identidades pomeranas.

Mas, afinal, as escolhas da comunidade pomerana da Serra dos Tapes se refletem em seu processo de memória/esquecimento/rememoração, ou foram/são impostas pelo contexto sócio-histórico no qual a mesma se insere? Diante do exposto, poder-se-ia responder que sim, as escolhas da referida comunidade se refletem em seu processo de memória/esquecimento/rememoração, haja vista a manifestação da identidade teuto-brasileira trazida à tona pela voz dos entrevistados lourencianos de Maltzahn (2011), à revelia do discurso do poder público e da contemporânea positivação da identidade pomerana, porém, ao mesmo tempo, também, em certo grau, foram/são impostas

pelo contexto sócio-histórico no qual a mesma se insere, visto que igreja, escola, comércio e poder público, de uma forma ou de outra, interferiram nos processos memoriais e identitários pomeranos da região sul do Rio Grande do Sul.

Outrossim, de acordo com Weber e Bosenbecker (2010), o que a perspectiva histórica pode mostrar, ao focar representações identitárias que se processam num determinado local, é que grupos étnicos são “simultaneamente reais e construídos”. Reais, porque existem distinções que podem ser linguísticas, de local de origem, de costumes; construídos, porque “a etnicidade se refere à construção social da descendência e da cultura, à mobilização social da descendência e da cultura e aos significados e implicações dos sistemas de classificação construídos à sua volta” (FENTON, 2003, p. 14-16). Portanto, pode-se concluir, por fim, que as representações identitárias, dinâmicas e desvinculadas de uma essência imutável, “pertencem à história, mesmo que os grupos e os indivíduos as vivenciem como permanentes” (WEBER; BOSENBECKER, 2010, p. 363).

## Referências

- BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul/RS (1857-1877)**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- COARACY, Vivaldo. **A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.
- COSTA, Jairo Scholl. **O Pescador de Arenques**. Pelotas: EDUCAT, 2007.
- CUNHA, Jorge Luis da. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonization: ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianisch Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914**.

- Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.
- DIMITRIJEVIC, Dejan. Inventer une mémoire pour construire une tradition. In: D. Dimitrijevic (Dir.). **Fabrications de tradition, invention de modernité**. Paris: Éditions de La Maison des sciences de l'homme, p. 34-56, 2004
- DROOGERS, André. **Religiosidade Popular Luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. In: **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 30, p. 137-154, 2009.
- IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. 2008. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.
- KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. **9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras**. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 867-892, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.
- MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. 2011. 335 f. Tese (Doutorado em História cultural) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.

- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SILVA, HaikeRoselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão**. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- THUM, Carmo. Silenciados pela hegemonia alemã. In: **Revista do Instituto Humanitas**, São Leopoldo, n. 271, 2008.
- WEBER, Regina. Grupos Étnicos: estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio; ARENDT, Isabel; GRÜTZMANN, Imgart. **Campos múltiplos: identidade, cultura e história**. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008.
- WEBER, Regina; BOSENBECKER, Patrícia. Disputas pela memória em São Lourenço do Sul: uma visão histórica de representações étnicas. In: **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 32, p. 347-369, 2010.

## Agradecimentos

Agradeço à Capes pelo apoio e incentivo.

## Museografía experimental y patrimonios del olvido

*Yara Altez*<sup>1</sup>

### Los esclavos olvidados de la parroquia Caruao

“Parroquia Caruao” es el nombre que recibe hoy la micro región de unos aproximados 52 kilómetros de largo, ubicada en el centro Norte y costero de Venezuela, haciendo parte del estado Vargas. Allí se encuentran seis pequeñas comunidades semi-rurales cuyas poblaciones afrodescendientes oscilan entre dos mil y cinco mil habitantes cada una: Osma, Oritapo, Todasana, La Sabana, Caruao y Chuspa<sup>2</sup>. En ellas conviven descendientes de esclavizados africanos arribados a Venezuela durante el siglo XVII, tal como se puede constatar en las investigaciones que el equipo “Antropología de la parroquia Caruao”<sup>3</sup>(APC)<sup>4</sup> ha efectuado (ALTEZ, 1999a; ALTEZ; RIVAS, 2002). En el territorio de Caruao fueron confinados y esclavizados individuos procedentes de diversas naciones africanas, repartidos en haciendas de cacao instaladas a lo largo de la costa, en donde colonizadores

---

1. Certificado Postdoctoral en Ciencias Sociales y Dra. En Ciencias Sociales por la Universidad Central de Venezuela. Actualmente, doctoranda en Memoria Social y Patrimonio Cultural en la Universidad Federal de Pelotas. Becaria CAPES. Contacto: yara.altez@gmail.com

2. No hay cifras oficiales que puedan certificarlo.

3. Proyecto adscrito a la Escuela de Antropología de la Universidad Central de Venezuela, auspiciado por el Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la misma universidad.

4. Ver resultados y avances del trabajo en: <http://antropologiacaruao.wordpress.com/>

españoles invadieron y expropiaron fértiles valles a principios del siglo xvii. Siendo la producción y exportación de cacao el negocio más próspero del siguiente siglo, Caruaó pasó a incorporarse al área productiva de las haciendas costeras de la Provincia de Caracas, que debido al auge económico del cacao durante el siglo xviii, aumentaron considerablemente su demanda de mano de obra esclavizada (TROCONIS DE VERACOCHEA, 1992). Esa ya era la zona más poblada de la provincia, la de mayor movimiento comercial y fue la que convirtió a Venezuela... “en el más provechoso de los países no mineros durante el siglo xviii.” (LOMBARDI, 1974, p.17).

En la “Instrucción General y Particular del Estado Presente de la Provincia de Venezuela en los años 1720 y 1721” (elaborada por Don Pedro José de Olavarriaga, un enviado especial del Rey para hacer inventario de las infraestructuras coloniales en Venezuela), se cuentan catorce haciendas de cacao en el territorio de Caruaó. En unos 52 kilómetros de valles angostos flanqueados por el Mar Caribe al Norte y por la cordillera de la costa al Sur, se ubicaron aquellas haciendas trabajadas por esclavos, entre los cuales, a inicios del siglo xviii, todavía algunos eran africanos (ALTEZ, RIVAS, 2002). Evidencias de sus vidas se localizan en dos fuentes importantes de información: el material arqueológico extraído en campañas de excavación efectuadas por APC, y los datos histórico-documentales aún mantenidos en algunos archivos antiguos de Caracas y La Guaira (ciudad esta última que desde aquella época es el principal puerto del país). En base a esa clase de información, APC ha logrado reconstruir buena parte del pasado colonial de la

parroquia Caruao, tal como se puede constatar en sus publicaciones<sup>5</sup>. Pero existe otra fuente de información sustancial, que si bien ha sido trabajada por los investigadores, no reporta datos que puedan verificarse con los obtenidos en las otras dos fuentes. Se trata de la memoria oral en los poblados actuales de Caruao. Aunque se ha logrado comprobar también que descenden de quienes fueron esclavizados durante la colonia, estas personas no confirman parentesco alguno ni con esclavos ni con africanos.

Años de etnografía y búsqueda de información sobre el pasado colonial y ancestral de las actuales familias del lugar, arrojan como resultado una especie de “corte” en las memorias, lo cual no permite recuperar versiones orales de la historia local que se remonten a la época colonial. En consecuencia, se han obtenido dos relatos históricos sobre la parroquia Caruao: uno elaborado en base a la investigación arqueológica y a la revisión de documentos históricos, y otro contenido en los testimonios de los habitantes de Caruao, quienes desde 1984-cuando quien escribe comenzó el trabajo de investigación en la zona- vienen siendo entrevistados y no reconocen ancestralidad africana. Esta afirmación está respaldada por largas transcripciones de diálogos en campo efectuadas por los estudiosos de APC, representados no sólo por los antropólogos responsables del proyecto sino además por los grupos de estudiantes que han estado adscritosal mismo en condición de auxiliares de campo.<sup>6</sup>

---

5. Para obtener una síntesis de la investigación arqueológica y documental de la parroquia Caruao consultar: Altez, Yara y Rivas, Pedro (2002) “*Arqueología e historia colonial de la Parroquia Caruao*” Caracas, Ediciones FACES-UCV, Fondo Edit. Tropykos.

6. Para corroborarlo se sugiere visitar el site de APC y descargar de allí publicaciones e información sobre los equipos de trabajo en campo: <https://antropologiacaruao.wordpress.com/>

Debido a ello es que se llegó a concluir que los antiguos esclavizados en aquellas haciendas no constituyen un recuerdo, o bien, no hacen parte de un pasado familiar entre los actuales pobladores (ALTEZ, 1996; 1997; 1999b; 1999c; 1999d; 2000; ALTEZ; RIVAS, 2002; ALTEZ, 2003; 2006; 2010; 2013a; 2013b; 2014a; 2014b; 2015b; 2016; 2017). Sin pretender algún juicio categórico, podría hablarse en este caso de *olvido*, pues se trataría de una memoria social cuya selección de imágenes optó por omitir al pasado esclavo y a sus protagonistas como ancestros locales. A su vez, se observa una *re-significación* de las historias de estas comunidades, tal como consta en los testimonios recolectados, de los cuales el siguiente es sólo una pequeña muestra. Se podrá apreciar de inmediato un extracto de diálogo entre la antropóloga española Soledad Oviedo y una habitante del poblado de Caruao, una mujer nativa de 77 años. La conversación tuvo lugar el día 20 de agosto de 2013 y hace parte de los datos etnográficos recolectados por Oviedo durante su estadía en APC. Se observará que en la estructura del diálogo se inscriben las iniciales del nombre de la antropóloga (so), y también las iniciales del nombre de la persona entrevistada, en este caso IE, preservando así su identidad.

La conversación se estaba desarrollando en torno al toque de tambor, práctica musical típica de los poblados afrovenezolanos:

-IE: Bueno, el tambor sí que es africano...

-SO: Ah... ¿y quién le contó?

-IE: Bueno, no me acuerdo, pero lo he oído decir.

-SO: Ah, y ¿cómo fue que llegó aquí el tambor, entonces? De África?

-IE: Bueno, sinceramente no sé...

-SO: Ah... bueno... pero... el tambor viene de...?



-IE: O sea, sería de los antepasados que vivieron aquí que tenían eso.

-SO: Pero entonces aquí hubo antepasados de África?

-IE: Sería... bueno, yo nací oyendo tambor, me encanta el tambor como que lo llevara en la sangre, pero de dónde vino... no sé.

-SO: Claro y usted ¿ha escuchado alguna vez que hubiera antepasados de la gente de aquí del pueblo que trabajaran en la hacienda como esclavos?

-IE: No, eso no lo escuché...

-SO: Es que hay gente que me cuenta...

-IE: Sí, sí, pero de que hayan habido esclavos aquí, no.

-SO: ¿Y en otros pueblos de la parroquia?

-IE: Tampoco, no he oído.

Con este ejemplo se quiere ilustrar la manera como los habitantes de la parroquia Caruao adaptan la versión de su propia historia local hasta “limpiarla” de antepasados esclavos. Comienza el texto con la entrevistada admitiendo la procedencia africana del toque de tambor, tradición por la que siente mucho aprecio y familiaridad. Sin embargo, cuando la antropóloga intenta ubicar su origen como tradición traída al poblado por antiguos africanos, IE evade la respuesta, se identifica sobremanera con el tambor y finaliza diciendo que no sabe de dónde proviene, luego de haber afirmado que ...” *el tambor sí que es africano*”... Más aún, no admite que en su comunidad hubiera esclavos haciendo extensiva la misma respuesta con respecto a los demás poblados de la parroquia. En síntesis, la señora IE acepta de entrada la procedencia africana del tambor pero no sabe de dónde provino esa misma tradición en su comunidad. A esta clase de testimonios se les ha identificado como muestras de olvido histórico en la parroquia Caruao, quedando abiertos, por supuesto, para otras interpretaciones.

## Metodologías de participación comunitaria y pasado local

Tras años de encontrar similares declaraciones, y en sintonía con las demandas de los movimientos afrovenezolanos que buscan reivindicar la ancestralidad africana como muestra de su identidad (IZARD, 2013), APC aplicó desde 1993, algunas metodologías destinadas especialmente a: 1) entregar a los habitantes los resultados de la investigación; 2) promover el reconocimiento de las historias locales de la parroquia Caruao y 3) estimular la participación sociopolítica en torno a la valoración de su pasado, toda vez que además se observó una fuerte relación clientelar con el Estado. Se habló entonces de metodologías de participación comunitaria (ALTEZ, 1996; ALTEZ, 2007) y se elaboró un modelo de trabajo cuyo eje de ejecución fue la recuperación de las historias locales reconstruidas -en este caso- por los investigadores. Es decir que se pretendió reconectar a los afrodescendientes de Caruao con el pasado colonial olvidado, al cual los antropólogos de APC han ido recuperando en excavaciones arqueológicas y entre documentos históricos aún mantenidos en repositorios oficiales de Caracas y La Guaira. Fue debido a ello que se formuló un diseño de participación comunitaria, heredero de la investigación-acción de Orlando Fals Borda y del Modelo Altadir de Planificación Popular (MAPP) de Carlos Matus. En este caso, al dicho diseño se le llamó *Modelo para la Promoción de la Participación Popular* (ALTEZ; 1996; ALTEZ, 2007), y tuvo por objetivo *re-valorizar* el pasado olvidado de Caruao, como fórmula sociopolítica alternativa al populismo y al clientelismo fundado en la relación con los partidos y el Estado (ALTEZ, 1996; 2007).

Las actividades implementadas en función de ese modelo de participación ideado, se presentaron también como trabajo de

*extensión universitaria*, involucrando a los estudiantes<sup>7</sup> y a los investigadores de APC en dinámicas articuladas con los habitantes de Caruao. Así se fueron estrechando y solidificando lazos entre unos y otros. Al mismo tiempo que esto ocurría, se elaboraron nuevas reflexiones sobre la experiencia con los habitantes, coincidiendo con otros autores como James Clifford, cuando habla de *co*-autorías y autorías plurales (CLIFFORD; 1991), reconociendo la presencia originaria de los “informantes” en el texto etnográfico. Esa fue la condición de los habitantes de Caruao para el equipo de APC: se convirtieron en *co*-autores (ALTEZ, 2007).

### **Algunas experiencias de museografía comunitaria en la parroquia Caruao**

Pronto se pudo comprobar la importancia de poner en escena restos de artefactos recuperados en excavaciones con el fin de retornar a las comunidades datos y evidencias recolectados. A la par, se quiso activar un conjunto importante de objetos más contemporáneos y pertenecientes a la vida cotidiana. Efectivamente, enseres que fueron empleados por las familias locales antes de abrirse en 1962 la única y rudimentaria carretera que les comunica con el resto de la región. En aquel entonces, las condiciones materiales de la vida doméstica en Caruao estuvieron estrechamente articuladas al medio ambiente natural (ALTEZ, 2014), por lo cual fueron aprovechados recursos como tierra, maderas, bambú y cañas, piedras, arena, plantas, frutos, animales. La naturaleza local se convirtió así en patrimonio

---

7. Se hace referencia a los alumnos de la Escuela de Antropología que se desempeñaron en APC como auxiliares de investigación en campo.

familiar destinado a la construcción de viviendas, al procesamiento de alimentos, a la elaboración de utensilios y mobiliario, medicamentos y todo lo necesario para la subsistencia. Al abrirse la carreta en 1962, se fueron perdiendo usos y costumbres que habían subsistido desde la época colonial, quedando algunos restos y viejos objetos apilados como trastes en galpones y lugares desechados ya por las familias.

La meta de reivindicar el pasado local en pos de ganarle terreno al olvido, hizo posible organizar montajes de puesta en valor y uso de esos objetos, tal como aconteció en Diciembre de 1995 con la *Sala de Antigüedades La Sabana*, ubicada en la Casa Artesanal de ese poblado. Allí se logró reproducir una antigua vivienda sabanera hecha de barro, en donde se podían apreciar utensilios de la vida cotidiana empleados hasta la primera mitad del siglo XX<sup>8</sup>. A esta experiencia le siguió en 2003 “Memorias de Osma”, en la Biblioteca Pública de la comunidad que lleva el mismo nombre. Se expusieron igualmente enseres domésticos<sup>9</sup> ahora acompañados de reconstrucciones de vasijas y objetos pre-hispánicos y coloniales recuperados en excavaciones efectuadas por APC en Osma. Posteriormente en 2014 se experimentó con un diseño de antropología visual, al exponerse fotografías antiguas de familias locales de La Sabana. El montaje se llamó *Memoria Visual de La Sabana* y se ejecutó en una plaza pública del poblado<sup>10</sup>. Alternando con estas activaciones, se produjeron

---

**8.** Fueron recolectados entre los habitantes de La Sabana quienes los cedieron para la exposición.

**9.** También cedidos por las familias de Osma.

**10.** Las experiencias de puesta en valor en la parroquia Caruao fueron auspiciadas por el Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela.

talleres de formación comunitaria en diversas áreas, con el objetivo expreso de capacitar a los pobladores para hacerse cargo de las puestas en valor, ya con miras a convertirlas en proyectos socio-económicos capaces de generar recursos monetarios, basados generalmente en su potencial turístico.

Fue en Osma y en La Sabana que se logró la puesta en valor de enseres cotidianos antiguos y restos arqueológicos. Esas experiencias culminadas—junto a otras importantes iniciativas que no pudieron completarse en Todasana—permitieron corroborar la estrecha vinculación entre el equipo de APC y los habitantes de Caruao. Sin embargo, y al mismo tiempo, también se pudo comprobar la existencia de una relación de dependencia con los investigadores que fracturó el sostenimiento de las activaciones. En efecto, se esperaba de los antropólogos una presencia continuada y sin interrupciones que garantizara la efectividad de esas iniciativas y otros emprendimientos. Aun cuando fueron proyectos formulados en conjunto con los habitantes, y aunque éstos se comprometieran a cuidarlos y mantenerlos, los abandonaron. En esa medida, ninguna de las museografías experimentales sobrevivió. Los materiales empleados, los artefactos y objetos reconstruidos, así como textos expuestos, fotografías, afiches y demás, se encuentran guardados esperando tal vez una segunda oportunidad. Mientras tanto, la dependencia respecto a los investigadores de APC junto al reclamo de su establecimiento casi permanente en las comunidades, se evaluó en el equipo como un síntoma más de clientelismo que, paradójicamente, podía combatirse con mayor permanencia de los investigadores en campo.

En efecto, se consideró atender el llamado comunitario ideando capacitación que permitiera independizarlos de la

posible tutela ejercida por los investigadores de APC. A su vez, se quiso disminuir la presencia obtusa y abyecta de los funcionarios públicos enviados como representantes del Estado a fortalecer los tradicionales lazos clientelares. Se pensó entonces en mantener el diseño de participación comunitaria en torno a las historias locales, ejecutando talleres en materias como desarrollo local, proyectos socio-productivos, metodologías sociales y otras que ya no sólo permitieran valorar el pasado olvidado sino también reducir la dependencia clientelista impuesta por el Estado a través de sus funcionarios. En resumen, se consideró que la recuperación de las historias locales, su valoración positiva (combatiendo al olvido), podría generar cambios socio-políticos en el presente de estas comunidades. Fundamentalmente, enfrentar al clientelismo.

### **Populismo de Estado en la parroquia Caruao**

El actual populismo de Estado en Venezuela se viene desarrollando desde 1998 cuando Hugo Chávez gana por primera vez la presidencia. Su especial política clientelista se hizo visible en los sectores populares del país (barrios urbanos, poblados rurales y semi-rurales) a través de “los funcionarios públicos”<sup>11</sup>. Éstos solían encargarse –entre otras cosas- de adiestrar y organizar políticamente a los habitantes, a cambio de lo cual, y convertidos en partidarios del gobierno, podían recibir beneficios materiales y económicos financiados con las arcas del Estado. Era común ver entonces a los funcionarios impartiendo formación política entre los ciudadanos. A partir de la debacle

---

**11.** Llegan a convertirse en figuras de prestigio por encarnar a la autoridad gubernamental y consecuentemente a los recursos económicos del Estado.

económica experimentada en el país desde hace cinco años, la presencia de los funcionarios ha mermado significativamente y sólo se les nota en tiempos de campaña electoral.

La parroquia Caruao fue un destino frecuente entre los funcionarios de diversos ministerios e instituciones de gobierno, por ser un importante enclave afrodescendiente. En efecto, el color oscuro de la piel importa sobremanera al Estado populista, que requiere del pernicioso binomio “raza y pobreza” para ejecutar su papel. Es necesario entonces acercarse a las comunidades afrodescendientes, “tocarlas” en su negrura y su desdicha, por lo cual desde Caruao incluso se transmitieron alocuciones del fallecido Hugo Chávez a través de medios masivos de comunicación. Siendo objetivos de políticas públicas que nunca se cumplieron, las comunidades afrovenezolanas en general (que hoy continúan subalternizadas) fueron visitadas y *re-visitadas* por funcionarios encargados de efectuar diagnósticos locales de problemas acuciantes. Se les vio elaborando datos de necesitados, listados de enfermos, de madres solteras, de ancianos e indigentes, de escuelas sin mobiliario, de calles sin alumbrado, de diques secos y de otros innumerables problemas comunitarios aún hoy sin resolver.

En la parroquia Caruao los funcionarios ejecutaron la misma actuación, involucrándose además con líderes culturales que representan tradiciones tan importantes como el toque de tambor. Fueron esos líderes de grupos musicales tradicionales de Caruao, quien es pasaron a devengar subsidios gubernamentales en nombre de organizaciones culturales, cuyos demás miembros no llegaron a percibirlos. Esa, que fue una práctica acostumbrada antes de la presidencia de Chávez, se agravó a partir del año 2000, permitiendo a dichos líderes reproducir

todavía más el rol clientelista que hacia ellos proyectaron el mismo Estado y sus personeros gubernamentales. El vínculo con el Estado paternalista se hizo efectivo a través de funcionarios provenientes de ministerios e instituciones diversas. En materia de gestión cultural, y mientras hubo dinero, mantuvieron promesas de museos y lugares destinados a la “cultura ancestral”. Los funcionarios visitaban Caruao con planillas en mano, efectuando listados, diagnósticos y registros de los cuales nunca más se tuvo noticia. Colgaron carteles anunciando grandes obras, planes y programas culturales que sólo se conocieron por su nombre. Así, los funcionarios dejaron la huella de un Estado que se quedó con todo el dinero prometido sin dar más explicaciones.

Ese fue el telón de fondo de las museografías experimentales en la parroquia Caruao. Debido a ello, dichas experiencias pretendieron constituirse además en alternativa de formación política destinada a combatir los vicios impuestos por el populismo. En parte, la imposibilidad de sostener en el tiempo los ensayos de puesta en valor y uso, podría deberse al clientelismo experimentado en la relación con el Estado.

### **Derecho al olvido**

La costumbre de esperar recursos del Estado (aunque nunca aparezcan), ha sido una constante en Caruao. Se ha hablado así de un fuerte clientelismo capaz de inhabilitar respuestas alternativas de desarrollo local (ALTEZ, 1996; 2007). En efecto, si los proyectos y otras iniciativas similares no provienen del Estado, pueden ser objeto de indiferencia y apatía. Esa no fue la experiencia de las puestas en valor de APC, pero irremediablemente



fracasaron. La activación de objetos históricos locales y los intentos por reivindicar el pasado olvidado de los esclavizados, fueron bien recibidos, atendidos y aceptados pero también cerrados por falta de sostenibilidad. La idea de reivindicar un pasado ya olvidado, habría sido sólo una necesidad de los investigadores, así que no puede extrañar la demanda de su presencia para mantener la vigencia de tales iniciativas. En este sentido, se cometió el mismo error de muchas políticas culturales que asocian al patrimonio con sentimientos de una supuesta identidad, mientras ciertamente no existe una relación lineal entre ambos (PEIXOTO, 2004). Sin embargo, la insistencia en activar el pasado olvidado se pretendió como un recurso sociopolítico capaz de promover cambios que trastocaran la dependencia de estas comunidades con respecto al Estado (ALTEZ, 1996; 2007). Es decir, *re*-valorar positivamente el propio y doloroso pasado de la esclavitud, serviría para enfrentar el presente con nuevas fortalezas. En esa medida, se consideró además que la relación con los investigadores-aun cuando también dependiente- sería la cara inversa del clientelismo.

Con las museografías experimentales en Caruao se quiso disminuir la actuación de los funcionarios gubernamentales y revertir su influencia nociva en las comunidades, activando la valoración de sus historias locales como si ello constituyera un “deber de memoria” (HARTOG, 2006). Parte de su fracaso consistió en que los habitantes de Caruao no llegaran a sentir tal “deber”. No obstante, entre los resultados de las museografías experimentales, debe contarse su falta de sostenibilidad ya como dato de investigación, y resaltarse que optar por el olvido es absolutamente respetable y a la vez interesante, pues en efecto: “Lo único que los miembros de un grupo o

de una sociedad comparten realmente es lo que olvidaron de su pasado en común.” (CANDAU, 2011, p.60). Ciertamente, la parroquia Caruao no puede servir de ejemplo como lugar de memoria, sino más bien como un *lugar de amnesia* según lo reseñado someramente por Candau (2011, p.114-115) al respecto, planteamiento que representa retos conceptuales y político smuy interesantes.

## Referencias

- ALTEZ, Yara. Dios de Todasana. In: **Boletín Antropológico**. Universidad de los Andes, N° 36. Pp. 62-73, Enero-Abril, 1996.
- ALTEZ, Yara. **La participación popular y la reproducción de la desigualdad**. Caracas. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico. Universidad Central de Venezuela. Colección Monografías, N° 45. 1996. (Primera Edición)
- ALTEZ, Yara. Aportes de un pasado para la construcción de un futuro en una comunidad negro-venezolana. In: **Publicaciones de F. A. C. E. S.** Dirección de Coordinación de Extensión (CODEX), N° 85, 1997.
- ALTEZ, Yara. **Todasana, el trayecto de su singular identidad**. Caracas. Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico. Universidad Central de Venezuela. Colección Monografías, N° 61. 1999a.
- ALTEZ, Yara. Apuntes sobre el estudio y la interpretación de la cultura en comunidades negras. In: **Hacia la Antropología del siglo XXI**. Coedición: CONICIT, CONAC, Museo Arqueológico-ULA, CIET-ULA, Mérida, (pp. 183-189). 1999b.
- ALTEZ, Yara. El patrimonio desconocido y la autoridad del olvido. In: **Boletín Antropológico**. Universidad de Los Andes, Mérida. Pp. 78-91. N° 45. 1999c.
- ALTEZ, Yara. Formación histórica y actual de la identidad en la Sabana. In: **Boletín Antropológico**. Universidad de Los Andes. N° 47. Mérida. P.p. 5-15. 1999d.

- ALTEZ, Yara. Clientelismo y mismidad conflictuada de una comunidad negro-venezolana en un fin de siglo. In: **Fermentum**. Año 10, N° 29. Pp. 433-444. 2000.
- ALTEZ, Yara; RIVAS, Pedro. **Arqueología e historia colonial de la parroquia Caruaó**. Caracas. Fondo Editorial Tropykos. 2002.
- ALTEZ, Yara. Los fantasmas de una afro-identidad. In: **THARSIS**, N° 13, Vol.4, Año 7, enero-junio. Pp. 153-176. 2003.
- ALTEZ, Yara. Historia e identidad cultural en comunidades afrodescendientes de Venezuela. In: **Boletín Antropológico**. Universidad de los Andes, Mérida. N°. 68. Pp. 381-396. Set.- Dic. 2006.
- ALTEZ, Yara. **La participación popular y la reproducción de la desigualdad**. 2.ed. Caracas: Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, U.C.V., Colección Monografías, No. 86, 2007.
- ALTEZ, Yara. El patrimonio del olvido y la investigación antropológica. In: **Boletín Antropológico**. Universidad de Los Andes, No. 74. Vol. 3. Pp. 233-263. 2008.
- ALTEZ, Yara. Tierra y Pasado en las comunidades afrodescendientes de la Costa Central venezolana: el caso de Osma. In: **Banko, C. y Eggers M. A. Las ciencias sociales: perspectivas actuales y nuevos paradigmas**. 1.ed.. Caracas: Universidad Central de Venezuela. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales "Dr. Rodolfo Quintero", 2013<sup>a</sup>.
- ALTEZ, Yara; ACUÑA, Ángel. Los tambores de San Juan en La Sabana. Historia, cuerpo y lenguaje. In: **Revista Venezolana de Ciencias Económicas y Sociales**, Caracas. Vol. 19. No. 1. P.p. 63-80. Enero-abril. 2013b.
- ALTEZ, Yara. La Sabana, el diseño de una vida cotidiana ancestral. In: **Revista Imago Crítica**, Granada. N° 5. P.p. 201-214. 2014<sup>a</sup>.
- ALTEZ, Yara. Aproximación a la construcción histórica de identidades afrodescendientes: la parroquia Caruaó. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas. Vol. 20, N° 1 Pp. 191-207. Ene-jun. 2014b.
- ALTEZ, Yara. El olvido y la des -memoria en comunidades afrodescendientes de la costa central venezolana. In: Gunther Dietz, Christiane Stallert, Irlanda Villegas (Coord.) **El poder de la memoria**. Reconstrucción

- de identidades colectivas en el triángulo atlántico, México, Universidad Veracruzana. Pp. 223-242. 2016.
- ALTEZ, Yara. Afrodescendencia y tierra en la costa central venezolana. In: **Revista Estudios sobre Culturas Contemporáneas**. Colima. Época III. Vol. XXIII. Número 46. Invierno. Pp. 57-82. 2017.
- CANDAU, Joel. **Antropología de la Memoria**. Buenos Aires. Ediciones Nueva Visión. 2011.
- CLIFFORD, James. Sobre la autoridad etnográfica. In: C. Geertz, J. Clifford y otros: **El surgimiento de la antropología postmoderna**. México. Gedisa. 1991.Z
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte. V.22. N° 36. 2006.
- IZARD MARTÍNEZ, Gabriel. Del olvido a la memoria y la presencia: Estrategias de visibilización de los movimientos sociales. In: **Humania del Sur**. Año 8, N° 14. p.p121-133. Enero-junio. 2013.
- LOMBARDI, John V. **Decadencia y abolición de la esclavitud en Venezuela**. 1820-1854. Caracas. Ediciones de la Biblioteca, Universidad Central de Venezuela. 1974.
- PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** N° 70, Dezembro 2004.
- TROCONIS DE VERACOECHEA, Ermila. **La tenencia de la tierra en el Litoral Central de Venezuela**. Caracas, Edit. Equinoccio. 1979.

## Moda e memória através de fotografias: relatos de experiência

*Frantieska Huszar Schneid<sup>1</sup>*

O presente texto não é um recorte de uma pesquisa concluída, mas sim variadas reflexões da trajetória acadêmica da autora durante suas experiências com os temas moda, fotografia e memória. O objetivo aqui não é fazer um aprofundamento teórico ou apresentar uma metodologia de trabalho, mas sim expor algumas experiências já concluídas que envolvem os temas acima citados, mostrando um universo de possibilidades que podem ser explorados quando se opta por utilizar a roupa/moda como um objeto de estudo. Pesquisas que iniciaram na graduação, passando pelo mestrado, doutorado e principalmente pela prática docente da autora são expostas aqui, como forma de exemplificar e, quiçá, servir de inspiração para outros projetos futuros.

No último século as pesquisas no setor de moda contaram não apenas com estudiosos da área, mas também com historiadores, sociólogos, psicólogos, filósofos, economistas etc., que usaram como base essencialmente representações textuais e visuais do vestuário. Nesse sentido, estes pesquisadores compreendem a moda como fenômeno sociocultural, sendo que a roupa materializa um tempo passado, fornecendo uma noção ideológica e cultural da sociedade que a criou e consumiu. Calanca (2008), em a História Social da Moda, afirma que

---

1. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas; professora Design de Moda do Instituto Federal Sul-rio-grandense; frantieskahs@gmail.com

“Desde que se tornou possível reconhecer a ordem típica da moda como sistema, com as suas metamorfoses e inflexões, a moda conquistou todas as esferas da vida social, influenciando comportamentos, gostos, ideias, artes, móveis, roupas, objetos e linguagem”. (CALANCA, 2008, p. 13).

Falar de moda, neste caso, se refere a um sistema de apreensão próprio, que pode ser percebido através dos costumes (que se trata do modo de vida, similar à moda), estilos em voga num certo período da história. O vestir, assim como as demais manifestações culturais, é também uma expressão da cultura, pois traz consigo uma série de códigos implícitos que falam sobre os sujeitos, sua posição e seu tempo. Aqui será trabalhado o conceito de moda enquanto fenômeno social, histórico, cultural, econômico, geográfico e comportamental de produção simbólica, industrial e mercadológica, relacionados à criação estética do vestuário e complementos.

A moda é um processo em constante modificação das exigências dos grupos de uma sociedade. Essa ideia não condiz apenas com a indumentária, mesmo que seja o exemplo mais visível deste fenômeno. O vestuário, as roupas e a indumentária são indícios da sociedade que os usou e atestam como a aparência é uma composição que engloba concepções e práticas culturais que habitam os corpos. Isso se dá através das práticas sociais, dos conceitos culturais, dos ritos de passagem, da intimidade e do lazer, bem como do estilo de vida de uma determinada época.

A indumentária - o traje e seus acessórios – é um documento fundamental para o estudo das formas vestimentares, “suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENESES, 1983, p. 112). O

conceito social que o traje conquista se manifesta através de sua estética e, ao mesmo tempo, demonstra o elo intelectual e afetivo que se estabelece entre o traje e seu usuário. Traje é todo objeto usado para revestir o que certa cultura compreende por nudez, sendo feito ou não de material têxtil. Também se pode dizer que o traje engloba tudo o que serve para construção da aparência de um indivíduo inserido em qualquer sociedade. “Esconder a nudez e a apresentação pública são dados gerais para compreendermos o que é um traje em qualquer sociedade” (SANT’ANNA, 2008, p. 3).

O estudo das práticas vestimentares está relacionado com o tempo histórico, condições econômicas, culturais, geográficas, modos de produção, pensamentos, organização social e representações simbólicas da sociedade. Hábitos sociais e suas relações com os espaços de vivência e seu reflexo nos hábitos de vestir evidenciam o caráter histórico do vestuário. Assim como afirma Lipovetsky (1989), podemos considerar a moda um elemento fundamental para a compreensão das sociedades modernas, pois ela está intimamente ligada aos fatos políticos, econômicos e sociais da história mundial, repercutindo nos modos de vestir. O ato de vestir emite diversos desmembramentos, ele agrega e autentica o indivíduo no espaço, além de apresentar novas experiências. Crane (2006), explana que:

As **roupas**, como artefatos, criam comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes [...] Por outro lado, as roupas, podem ser vistas como um vasto repertório de significados, passíveis de ser manipulados ou reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência (CRANE, 2006, p.22).

A moda nasce quando deixa de ser utilitária para ser a representação de uma posição social, almejando estética e comunicação não verbal, transmitindo informações aos receptores. A roupa (esse produto desejado por muitos) seria, portanto, certo universo simbólico transformado em matéria (SAHLINS apus CIDREIRA, 2005, p. 105-106).

As roupas são 'hieróglifos sociais' (MARX, 1971, p.79), que escondem, mesmo quando comunicam, a posição social daqueles que as vestem. Quer dizer que a moda e a indumentária podem ser formas mais significativas pelas quais são construídas, experimentadas e compreendidas as relações sociais humanas (BARNARD, 2003, p. 24).

O universo que circunda a roupa é muito maior do que o invólucro material útil de apenas cobrir e proteger corpos. As roupas que protegem os corpos são moldes através dos quais o indivíduo entra contato com o mundo externo, de tal forma que elas tornam a ter significado crucial na configuração do espaço, seja ele público ou privado. O que se pode afirmar é que existe uma necessidade de adaptação vestimentar para conquistar um determinado ambiente.

### **A relação roupa *versus* memória**

Dentre os múltiplos olhares lançados sobre a moda, aqui interessa a abordagem enquanto elemento de resgate da memória, notadamente a memória feminina.

Em muitos períodos da história, as mulheres permaneceram caladas, silenciadas, impedidas de se comunicar, escrever e criar. Nesses momentos as roupas e as formas de se vestir ganharam novos significados, passando a ser utilizadas,



principalmente, como forma de expressão pessoal e feminina, os modos mais tênues tornaram-se aliados de sobrevivência. Souza (2003, p. 29) afirma que: “Para a mulher a vestimenta era a expressão mais profunda e mais explícita da sua alma”.

Perrot (1989, p. 15) afirma que “a memória das mulheres é uma memória trajada. A vestimenta é a sua segunda pele, a única na qual se ousa falar, ou ao menos sonhar”. É comum ao relembrar um fato, a mulher descrever os pormenores, como, por exemplo, a roupa que usava, os detalhes dos acessórios. A roupa é capaz de despertar e provocar sensações para além de sua materialidade e utilidade, graças ao seu papel como objeto de memória social que nem sempre está ligada à memória individual, tamanho o seu poder de associações e analogias.

As roupas têm a capacidade de oferecer um sentido de pertencimento a um lugar de memória, criando conexões com espaços e tempos diferentes, são objetos lotados de significações emocionais que afetam quem as usa e também quem as observa. O historiador francês Pierre Nora aborda os lugares de memória dizendo que “é um lugar duplo: um lugar de excesso fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (1993, p. 27).

Ao abordar o assunto memória das roupas, Stallybrass (2012, p. 13-14) diz que a vida social da roupa “está no fato de que ela nos recebe, recebe nosso cheiro, nosso suor, recebe até mesmo nossa forma. (...) As roupas recebem a marca humana”. Aqui a vestimenta é entendida como uma “extensão do homem” (MCLUHAN, 1989).

Pode-se afirmar que pensar sobre roupas é pensar sobre memórias. Stallybrass enfatiza que a roupa está intrinsecamente

ligada à memória, a roupa é um tipo de memória. De acordo com ele, “quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente” (2012, p. 14). Pode-se afirmar que a roupa se tornou objeto da memória e contemplação, deixando de lado seu caráter utilitário e efêmero e agregando sentimento, afeto, se tornando insubstituível por qualquer outro objeto. O autor afirma que “os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem” (STALLYBRAS, 2012, p. 11). As roupas circulam nos brechós, bazares de caridade, passam de geração a geração,

Estas roupas são memórias congeladas da vida cotidiana de tempos remotos. Antigamente, habitavam as ruas barulhentas, os teatros cheios de gente, as *soirées* brilhantes da vida social. Agora [...] esperam pungentemente que a música comece de novo. (WILSON, 1985, p. 12).

### **Experiências Acadêmicas**

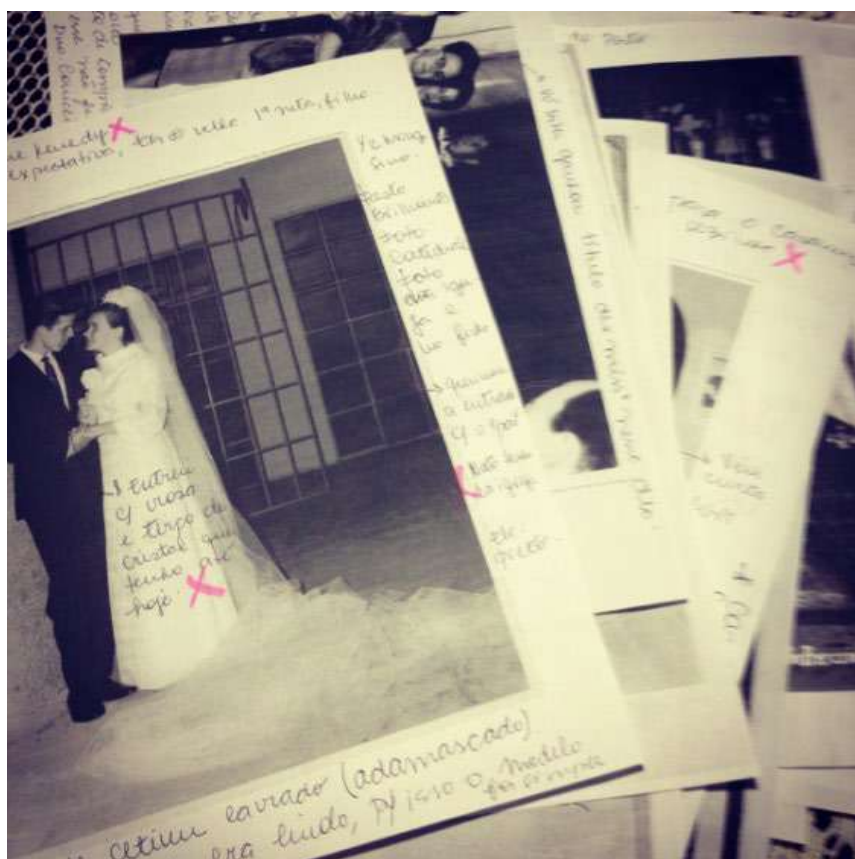
A paixão pelos temas iniciou na graduação em Moda e Estilo da Universidade de Caxias do Sul, em 2005. Durante a disciplina de História da Moda e Indumentária III os alunos eram estimulados a construir um *book* contando as transformações da moda durante o século XX. Para tal, utilizava-se textos e imagens colhidas de revistas e internet, porém a autora optou por utilizar fotografias da sua família para mostrar como homens e mulheres vestiam-se durante esse período. Já no primeiro contato com o acervo fotográfico da família observou-se inúmeras fotografias de casamento, todas elas destinadas com dedicatórias carinhosas para a guardiã de família.



**Figura 1:** *Book de História da Moda e Indumentária III*

**Fonte:** da autora

Com uma grande quantidade de fotografias de casamento, surgiu o tema da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, concluído em 2015. Intitulada de “Fotografias de Casamento: Memórias compartilhadas a partir de acervos pessoais”, a pesquisa traçou um paralelo entre a visualidade presente nas imagens e a oralidade obtida através das narrativas da guardiã de memória. Além da análise dos trajes dos noivos, o estudo abordou tudo que constava na cena retratada daquele acervo, bem como o cenário, os fotógrafos, os objetos, os retratados, etc.



**Figura 2 e 3:** Rascunho das entrevistas e Análise fotográfica da dissertação

**Fonte:** da autora

No ano de 2016, a autora ingressa no doutorado do mesmo programa, agora detendo-se com mais atenção na relação de roupa com memória. A tese em andamento “Memórias costuradas: o traje da noiva em fotografias de casamento (1920-1969)” inicia apresentando o cenário atual da moda como um campo do saber. Neste primeiro capítulo também é abordada de que maneira pode-se tratar as fontes históricas: objetos, fotografias e vestuários como documento. O segundo capítulo mostra o estudo dos objetos pelo viés da cultura material, passando para o terceiro momento onde é explicado de que maneira a metodologia é construída e finaliza com a análise das fotografias de casamento do acervo que engloba 100 fotografias de casamento.





**Figura 4:** Fotografias do acervo da tese

**Fonte:** da autora







Dentre as disciplinas cursadas no programa de pós-graduação, destaca-se Antropologia e Imagem, que é optativa, onde construiu-se uma narrativa fotográfica e uma fotobiografia referentes à tese.



**Figura 5 e 6:** Páginas da Narrativa fotográfica e Fotobiografia

**Fonte:** da autora

Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense, desde 2008, as práticas docentes de ensino, pesquisa e extensão sempre estão ligadas com os temas que entrelaçam fotografias, moda e memória. Destaca-se exposições, projetos de pesquisa que analisam acervos de vestuário, orientações de trabalhos de conclusão de curso, palestras, minicursos e participação em eventos expondo tais temas.

Identificação do traje		Tamanho: 44	Busto: 102	Cintura: 84	Cosmético: 60m
Número do inventário	TIPO	Medidas:	Comprimento: 57	Costas: 48cm	Gola: 39,5cm
Foto do traje		Faixas de preços e estilos			
		<input type="checkbox"/> Alta-costura Luxo <input checked="" type="checkbox"/> Contemporânea <input type="checkbox"/> Adulto			
<b>Descrição</b> Camisa branca com mangas longas bufantes, gola alta com pé de galo (com duas botões de madrepérola para fechamento) e colarinho simples. O painel frontal apresenta duas pregas ao longo do comprimento, abotoamento com vista e botões forrados no mesmo tecido da peça, bordado à máquina com rosas nas tonalidades marrom e cor-de-rosa e folhagens verdes. As mangas são longas e bufantes com punhos no estilo francês e fechamento por abotoaduras em sulco entre. Nas costas, apresentam-se 2 peças verticais. A barra possui abotoamento com vista.		<input type="checkbox"/> Segunda marca <input type="checkbox"/> Juvenil			
<b>Detenho Técnico Frente e Costas</b> 		<b>Corte/ silhueta:</b> <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> I <input type="checkbox"/> T <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> X <input type="checkbox"/> Y			
<b>Detenho Técnico Gola Decote</b> 		<input type="checkbox"/> Canoa <input type="checkbox"/> Cavado <input type="checkbox"/> Quadrado <input type="checkbox"/> Redondo <input type="checkbox"/> Transversado <input type="checkbox"/> V <input checked="" type="checkbox"/> Gola alta <input type="checkbox"/> Gola tipo			
<b>Detenho Técnico Colarinho</b> 		<input type="checkbox"/> Amoldado <input type="checkbox"/> Borla <input type="checkbox"/> Mão <input type="checkbox"/> Pontado <input type="checkbox"/> Sem colarinho <input checked="" type="checkbox"/> Simples			
<b>Detenho Técnico Manga</b> 		<input type="checkbox"/> Abotoada <input checked="" type="checkbox"/> Butante <input type="checkbox"/> Com botado <input type="checkbox"/> Japonesa <input type="checkbox"/> Longa <input type="checkbox"/> Presurta <input type="checkbox"/> Sem manga			
<b>Beneficiamento téxtil</b> <input type="checkbox"/> Tingimento <input type="checkbox"/> Encampagem <input checked="" type="checkbox"/> Acabamento <input checked="" type="checkbox"/> Bordado <input type="checkbox"/> Respingo		<b>Tipos de costura</b> <input type="checkbox"/> Manual <input checked="" type="checkbox"/> Máquina de costura reta <input checked="" type="checkbox"/> Overlock <input type="checkbox"/> Galoneta			
<b>Outras imagens</b> 		<b>Beneficiamento téxtil</b> <input type="checkbox"/> Tingimento <input type="checkbox"/> Encampagem <input checked="" type="checkbox"/> Acabamento <input checked="" type="checkbox"/> Bordado <input type="checkbox"/> Respingo			
<b>Tipos de costura</b> <input type="checkbox"/> Manual <input checked="" type="checkbox"/> Máquina de costura reta <input checked="" type="checkbox"/> Overlock <input type="checkbox"/> Galoneta		<b>Beneficiamento téxtil</b> <input type="checkbox"/> Tingimento <input type="checkbox"/> Encampagem <input checked="" type="checkbox"/> Acabamento <input checked="" type="checkbox"/> Bordado <input type="checkbox"/> Respingo			
<b>Tipos de costura</b> <input type="checkbox"/> Manual <input checked="" type="checkbox"/> Máquina de costura reta <input checked="" type="checkbox"/> Overlock <input type="checkbox"/> Galoneta		<b>Beneficiamento téxtil</b> <input type="checkbox"/> Tingimento <input type="checkbox"/> Encampagem <input checked="" type="checkbox"/> Acabamento <input checked="" type="checkbox"/> Bordado <input type="checkbox"/> Respingo			

**Figura 7:** Ficha de análise do projeto de pesquisa “Memória Trajada: o acervo de vestuário de Antoninha Berchon Sampaio”

**Fonte:** da autora

No ano de 2017, foi lançado o livro “Vestidos da memória: os registros de casamento em um álbum de família”, onde a autora descreve melhor sua trajetória e desenvolve uma pesquisa com seus temas de interesse.



**Figura 8 e 9:** Convite e livro “Vestidos da Memória: os registros de casamento em um álbum de família”

**Fonte:** da autora

## Conclusão

Conclui-se este breve ensaio afirmando que ainda existe, sim, uma forte carência teórica e metodológica em vários estudos e pesquisas que abordam o tema moda e seus impactos nas mais diferentes áreas. Tal carência justifica-se pelo fato de que a moda sofreu e ainda sofre dificuldades em se tornar um objeto de estudo sério nas grandes áreas do conhecimento. Falta muito ainda para conceder ao vestuário todo o mérito que lhe é designado, mas cabe aos profissionais e acadêmicos atuantes no ramo suprir as lacunas estudando e divulgando suas pesquisas científicas. É de suma importância que se desvincule a moda ao caráter frívolo, inserindo-a nas discussões sociais, históricas, filosóficas, econômicas, antropológicas, sociológicas, psicológicas, etc.

Requer aproveitar a natureza inter/pluri/transdisciplinar que a moda adquire na contemporaneidade para aprofundar os conhecimentos, porém isto só é possível com pesquisas e discussões culturais, artísticas, políticas e sociais do complexo objeto moda/vestuário, dentro dos programas de pós-graduação. Somente um estudo utilizando várias áreas do conhecimento para compreender a questão do impacto da moda na sociedade, pois ela é um fenômeno muito mais complexo do que se pensa. Para decifrá-la em sua heterogeneidade, a roupa deve ser elevada não como ilustração de um texto escrito, mas como personagem principal dos estudos dos comportamentos, das manifestações culturais, das estruturas sociais, etc.

Para compreender esta moda/roupa, que na maioria das vezes é frágil e se perde no tempo, utiliza-se a fotografia como fonte histórica e suporte para interpretação dos estudos relacionados à indumentária. Assim sendo, as roupas resgatam as

memórias através das fotografias de indivíduos nas mais diferentes situações vividas. E por isso afirma-se que as fotografias não se relacionam só com a memória coletiva, mas também, e sobretudo, documenta e atesta diversos momentos que construíram e constroem uma sociedade.

Finaliza-se este texto cumprindo o objetivo inicial que foi expor algumas experiências da autora com os temas de fotografia, moda e memória, para mostrar inúmeras possibilidades que se tem quando se utiliza a roupa/moda enquanto objeto de estudo de caráter inter/pluri/multidisciplinar. Não se pretendeu realizar um aprofundamento teórico acerca dos temas, mas sim instigar novas perspectivas de projetos e pesquisas acadêmicas.

## Referências

- BARNARD, Malcolm. **Moda e Comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura**. São Paulo: Anablume, 2005.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. Tradução Cristina Coimbra. São Paulo, Senac, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. In: **Revista de História** (Nova Série) n.115, jul/dez. São Paulo: USP, 1983.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: no10, p. 7-28, dezembro, 1993.



- PERROT, Michelle. As práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, v.9 (18), p. 9-18, 1989.
- SANT'ANNA, Patricia. A moda no museu. In: **Anais do I Congresso Internacional de Moda**, CIM, 2008, Madrid, 22 al 24 de octubre de 2008.
- SCHNEID, Frantieska Huszar. **Vestidos da memória**: os registros de casamento em um álbum de família. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- SOUZA, Maria J.A. de. Forma, textura e estilo da sociabilidade e intimidade femininas: Bahia – séc. XIX e XX. In: Peixoto, Ana L.U. et AL. **Museu do Traje e do Têxtil**. Salvador: Fundação Instituto Feminino da Bahia, 2003.
- STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução Tomaz Tadeu. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- WILSON, Elisabeth. **Enfeitada de sonhos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

## Performance e memória: lugares, corpos e objetos construídos no ofício de benzer

*Juliani Borchardt da Silva*<sup>1</sup>

*Ronaldo Bernardino Colvero*<sup>2</sup>

*Eduardo Roberto Jordão Knack*<sup>3</sup>

(...) De quem são as memórias que desaparecem se apenas o conhecimento de arquivo é valorizado e visto como permanente? Deveríamos simplesmente ampliar nossa noção de arquivo para acomodar as práticas mnemônicas e gestuais e o conhecimento especializado transmitido “ao vivo”? (TAYLOR, 2013, p. 73).

É sabido que o ofício de benzer ocorre em diferentes contextos e ambientes, sendo estes determinados pelos sujeitos que o pratica, os quais atribuem sentidos a lugares que se tornam suporte memorial na prática do saber fazer cotidiano dos grupos que a detém.

Para Ricoeur (2007, p. 161), a inteligibilidade construída nos espaços resulta das experiências vividas, extensões do corpo e do ambiente que articulados qualificam os lugares através

---

1. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel E-mail: juossette@hotmail.com

2. Doutor em História, professor na Universidade Federal do Pampa, na Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: rbcolvero@gmail.com

3. Doutor em História, Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

das práticas humanas. Inscrevem-se, desta maneira, acontecimentos que reverberam conhecimentos e posições referentes às coisas que ocupam este espaço, bem como a relação existente ou criada dos elementos presentes junto aos sujeitos que ali ocupam o ambiente, sendo essas relações fundamentais na constituição modeladora das memórias.

Desta feita, tem-se como ponto de partida a articulação de acontecimentos e fatores que determinam as continuidades ou descontinuidades das relações existentes nos contextos criados pelo homem. Assim, o tempo e o espaço são construídos e marcados de forma a organizar os acontecimentos e as produções consideradas cronologicamente relevantes pelo grupo. Sabe-se que essa escolha passa, igualmente, por aspectos memoriais predominantemente selecionados como prioritários, sendo estes reconstruídos e atualizados num processo dialógico com o outro (CANDAU, 2012, p.09).

Concernente a este pensamento, o homem não só se encaixa no ambiente como também o produz e o molda através de seus desejos e percepções na atualidade, seja em busca da construção de uma imagem das referências perdidas ou do passado, seja pela projeção de uma identidade futura (CANDAU, 2012, p. 18-19). Resgatando assim as lições de Candau (2012, p.31), pela capacidade que o homem possui de se comunicar, produz e compartilha significações de suas representações, saberes, crenças que justificam a elaboração de referências e retóricas. Dentro desse conjunto, podem-se destacar, segundo Taylor (2013, p. 27) como ato de transferência vital de conhecimento, as performances que, conforme aduz o próprio autor, possuem o papel fundamental de consolidação de memórias e identidades, características assim neste processo:

(...) A memória incorporada está “ao vivo” e excede a capacidade do arquivo em captá-la. Porém, isso não significa que a performance – como comportamento ritualizado, formalizado e reiterado – desaparece. As performances também replicam a si mesmas por meio de suas próprias estruturas e códigos. Isso significa que o repertório, como o arquivo, é mediado. O processo de seleção, memorização ou internalização e, finalmente, de transmissão acontece no interior de sistemas específicos de reapresentação (e, por sua vez, auxilia a constituí-los). Formas múltiplas de atos incorporados estão sempre presentes, embora em estado constante de “agoridade”. Eles se reconstituem – transmitindo memórias, histórias e valores comuns ao grupo/geração para outro. Os atos incorporados e performatizados geram, gravam e transmitem conhecimento. (2013, p. 51).

Nesse propósito, a performance como produção social replica informações e códigos previamente selecionados, memorizados e incorporados, os quais são, de formas distintas, reapresentados ao coletivo sempre no presente. O contato com o outro é fundamental para a transmissão dos arquivos e da memória desejada, assim como para a reconstrução das mesmas, sendo o ato performático dinâmico e suscetível às influências da “agoridade”, onde as estruturas mentais, as quais incluem as imagens, as histórias e os comportamentos, constituirão o repertório desenvolvido no próprio momento performático.

Na prática dos benzedores na comunidade Miguelina<sup>4</sup> a

---

4. Como são chamados os moradores da localidade de São Miguel das Missões-RS. Situada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. São Miguel das Missões possui suas origens no antigo povoado de São Miguel Arcanjo, datado de 1687, tendo como possível fundador o padre jesuíta Cristóvão de Mendonza. Compôs um dos sete povoados construídos no que hoje é Brasil durante o segundo ciclo missionário. É sabido que a religião foi um dos principais meios para o desenvolvimento das Missões durante este período e a fusão cultural entre europeu e nativo resulta na experiência das Missões, ori-

produção simbólica decorrente do ato de benzer, seja naqueles casos onde se utilizam mais ou menos referências materiais ou de narrativas, a apresentação dos sujeitos se referencia como ponto fundamental para a consolidação do ofício, seja em sua justificação e pertinência perante o público que o legitima, seja nos aspectos de pactuação dos elementos memoriais considerados importantes para a experiência coletiva. Desta maneira, o próprio ato performático se objetiva em suporte de memória para seus praticantes, ao passo que a evocação do próprio rito de benzer passa pelo compartilhamento das lembranças pertinentes aos objetos, orações, frases, locais, gestos que, em conjunto com a audiência, reproduzem o ato do benzimento.

Sendo a prática de benzer característica em sua produção, aprendizagem e compartilhamento por repetição, Bergson pre-luz sob esta temática que:

As lembranças que se adquirem voluntariamente por repetição são raras, excepcionais. Ao contrário, o registro, pela memória, de fatos e imagens únicos em seu gênero se processa em todos os momentos da duração. Mas como as lembranças aprendidas são mais úteis repara-se mais nelas. E como a aquisição dessas lembranças pela repetição do mesmo esforço assemelha-se ao processo já conhecido do hábito tende-se a colocar esse tipo de lembrança em primeiro plano, a erigi-lo em modelo de lembrança, e a ver na lembrança espontânea apenas esse mesmo fenômeno em estado nascente, o começo de uma lição aprendida de cor. (BERGSON, 1999, p. 90).

---

gem da formação do que hoje é território do Rio Grande do Sul. Localizada no noroeste do Estado, possui atualmente 7.742 habitantes (segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010), é detentora do único Patrimônio Cultural da Humanidade no sul do Brasil declarado pela Unesco em 1983, o Sítio Arqueológico da Redução de São Miguel Arcanjo.

Desta maneira, podemos referenciar ainda o ato do ben-zimento em si como o resultado de um processo memorial construído através de aprendizagem pela repetição, consolidado assim pelas lembranças-hábito que se evocam no decorrer do rito performatizado, onde as relações de alteridade são determinantes na realização da representação das memórias familiares e coletivas que dão o sentido de pertencimento às recordações para o próprio ato de benzer quanto ao vínculo entre os sujeitos. Assim, a possível perda dessas referências pode ser lida, como defende Candau (2012, p. 160), como a perda de si próprio.

Ainda, Hartman traz à luz e complementa aspectos importantes referentes à performance, onde:

(...) A grande questão, no entanto, é que não estamos tratando apenas da linguagem falada ou escrita, de códigos gramaticais, mas de algo muito mais amplo, daquela linguagem que se desenvolve através de gestos, sons, relação com o espaço físico e do contato com o outro, aquilo que chamamos de “performance” (HARTMAN, 2005, p. 128).

Desta maneira, não estaria apenas relacionada à linguagem falada e suas expressões, mas à gama de relações ao espaço e no que nele pode ser produzido e referenciado através do corpo em conjunto e em relação ao outro. O trabalho que se estabelece entre os elementos que compõem a performance, permite compreender as associações correspondentes que se formam entre estes, as memórias e suas identidades resultantes.

Por outro lado, a performance seria como narrativa, coloca as memórias e seus significados de forma inteligível e organizada, permitindo assim sua compreensão (HARTMANN, 2005, p. 126). Como processo de experiência, a performance deve

considerar, além dos dispositivos memoriais e culturais envolvidos, os sentimentos e as expectativas partilhadas no âmbito da intersubjetividade das relações criadas e colocadas no ato performático. Neste sentido, considerando que as experiências são individuais, seu compartilhamento não seria total<sup>5</sup>, cabendo assim distintas interpretações aos sujeitos que a praticam. Assim, as performances não seriam narrativas fixas, mas reflexo das ações produzidas e dos contextos interpretados por seus praticantes, sendo comum a busca de perspectivas que deem sentido à interação dos sujeitos e suas expectativas.

Cabe ressaltar, como nos lembra Taylor (2013, p. 30), que a performance possui a capacidade de realizar reivindicações memoriais, políticas e históricas, ao passo que, por ser uma ação completamente efêmera, pode desaparecer com as mesmas, justamente pela falta de práticas performáticas, questionando assim o pertencimento que os grupos detêm sobre suas tradições, memórias e conhecimentos, bem como a capacidade de transmissão dos mesmos no seio do grupo, necessário para o compartilhamento dos significados e conseqüentemente das reivindicações almejadas pelo coletivo. Manter e estimular o exercício da performance como prática seria fator de permanência e de vida para as próprias produções culturais tradicionais, ao passo que as mesmas atuariam como oposto ao esquecimento.

Indo nessa direção, Zumthor (2000, p. 37) compartilha da ideia de que uma das características principais da performance é a de modificar conhecimento, sendo meio de comunicação que marca, contextualizando os indivíduos culturalmente

---

5. HARTMANN, Luciana. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 24, p.125-153, jul. / dez. 2005.

à realidade, de forma repetitiva e não redundante. Destaca-se aí a modificação do conhecimento, ou então das informações existentes e compartilhadas comumente entre os sujeitos, o que se deve, *a priori*, pelos contextos onde se exercem tais conhecimentos, ou, como já dito anteriormente, os objetivos de uma reivindicação memorial, por exemplo. Desta maneira, transmite-se valores, atitudes e códigos proporcionalmente ao público ou testemunhas do ato performático.

Importante referenciar que a prática performática ocorre primeiramente nos corpos dos indivíduos, sendo estes igualmente produtos dos processos culturais produzidos e incorporados. Taylor, sobre a temática, aponta que:

(...) O corpo, na memória cultural incorporada, é específico, fundamental e sujeito a mudanças. Por que essa insistência no corpo? Porque é impossível pensar sobre a memória cultural e a identidade como desincorporadas. Os corpos que participam da transmissão de conhecimento e memória são, eles mesmos, o produto de determinados sistemas taxonômicos, disciplinares e mnemônicos. (2013, p. 134).

Assim, da mesma maneira, o corpo pode representar aquilo que se deseja projetar enquanto imagem de uma identidade ambicionada, revelando as expressões acumuladas e, em determinadas circunstâncias, selecionadas intencionalmente pelos sujeitos. A faculdade humana de escolher elementos a serem projetados e socializados oferece ao grupo a possibilidade de se reapropriar de traços do passado, determinando o que deve ser lembrado ou esquecido em suas manifestações tradicionais. Oportunamente, cabe resgatar as lições de Taylor a respeito da relação tradição-corpo, sendo:



(...) Assim, as tradições são armazenadas no corpo, por meio de vários métodos mnemônicos, e são transmitidas “ao vivo” no aqui e agora, para uma audiência real. Formas legadas, vindas do passado, são vivenciadas como presentes. (TAYLOR, 2013, p. 55).

Sob esta perspectiva, a tradição habita igualmente os corpos, referenciando-os como suportes mnemônicos, sendo evocados e exercidos no presente. Conhecimentos tradicionais advindos do passado são praticados como se fossem produções atuais. Isso se justifica, como defende Candau (2012, p. 88), pelo fato da memória isolar acontecimentos e esvaziar a duração dos mesmos, ou seja, é sempre mais propício a lembrança de um determinado fato do que sua duração exata em si.

O mesmo ocorre junto aos benzedores da comunidade Miguelina, sendo comum os mesmos rememorarem determinados aspectos de sua prática do que detalhar datas e períodos específicos de acontecimentos sobre seu ofício, como por exemplo: principais curas, datas ou períodos de quando iniciaram a carreira de benzedor e assim por diante. Desta maneira, o que importa no ato é a “apresentação” do benzedor diante de seu público a fim de reproduzir e reafirmar seu conhecimento de forma a convencer seus interlocutores do repertório ali objetivado, ou seja, a cura e/ou proteção na atualidade. Isso não significa, porém, que o universo criado no presente não remeta aos indivíduos aspectos religiosos tradicionais, antigos e completamente opostos às formas científicas e modernas de cura.

Ainda neste prisma, cabe notabilizar a ideia de Taylor no campo das performances, trazendo à luz questões referentes às possibilidades de distintas interpretações de significados diante dos enunciados apresentados:

A mudança e duplicação da performance, nesse caso, preservam as antecedentes, ao invés de apagá-las. As proliferações do significado – os muito santos e rituais – contam histórias de continuidades instáveis e até mesmo de conexões reimaginadas em face de rupturas históricas. (TAYLOR, 2013, p. 84).

Proliferam-se, assim, alternativas reimaginadas diante das interpretações e conexões produzidas no momento da produção e reprodução das práticas tradicionais as quais são marcadas por elementos memoriais e simbólicos performáticos. Essas significações são, obviamente, influenciadas pela carga de conhecimento e expectativa que os assistentes possuem no momento do contato com a prática em si, podendo a *posteriori* serem reimaginadas de forma distinta ganhando contornos e leituras baseadas na experiência de cada sujeito. Independentemente da forma como ocorra, as performances incorporadas possuem sempre a função de “conservação” das memórias e a consolidação das identidades que compõe o grupo.

Sob esta ótica, Taylor (2013, p. 155-156) relaciona as duplicidades ocasionadas pelo hibridismo, referente não às pessoas em si, mas aos signos, espaços e sistemas por ela produzidos, justificando assim as relações de autoridade e poder constituídas entre os sujeitos bem como sua respectiva manutenção. Nesta perspectiva, indica-se a relevância das trocas culturais para a manutenção das práticas tradicionais que detêm a performance como campo para atuação e transmissão de suas referências arquivísticas e simbólicas.

Como bem lembra Pollak (1992, p. 02), a solidificação dos marcos memoriais é um fenômeno que ocorre primeiramente no âmbito individual e, em seguida, na esfera coletiva, através de acontecimentos “vividos por tabela” e socializados, os quais

ganham alto grau de identificação e pertencimento ao longo do tempo. A projeção da memória e sua transferência, segundo o autor, dependeriam de três critérios: eventos, lugares e personagens, sendo sua organização no campo individual e coletivo. Como nem tudo pode ser “gravado”, o processo de seleção é fenômeno resultante do contexto e das articulações necessárias para sua organização. Nesse sentido, aspectos pessoais, familiares ou coletivos serão reivindicados para o enquadramento das memórias, o que pode ocorrer de forma voluntária ou involuntária no processo de construção e negociação permanente do sentimento de identidade social.

Ainda como processo seletivo do que é lembrado, Sanchis reforça que:

(...) muitos elementos dos seus “universos” poderão ser indefinidamente repetidos: por exemplo, em todo grupo humano há família, violência, amor, trabalho, sexo, morte. Mas o lugar desses elementos na hierarquia dos valores, a significação de cada um deles e o resultado final das escolhas do grupo poderão ser diferentes. (PIERRE SANCHIS, 2008, p. 74).

Nessa seara, os valores atribuídos e rememorados poderão ser diferentes entre os sujeitos pertencentes ao grupo, não necessariamente, evocados emocionalmente ou colocados hierarquicamente em valores e significação da mesma maneira, independente do fato de ser politicamente ou naturalmente recordado no seio coletivo. É dentro dessa perspectiva que se resgata as lições de Candau (2012, p. 09), onde a memória é um processo de reconstrução permanente e contínua do passado, num enquadramento social construído dialogicamente com o outro. Podem haver assim distintos posicionamentos para o mesmo fato a ser evocado.

É nesse campo onde a performance se desenvolve como meio de reprodução e exercício de convencimento de determinados repertórios, os quais são compostos por simbologias devidamente elaboradas e recriadas memorialmente, objetivando a comunicação de valores que deverão possuir o aceite do outro, na práxis da alteridade, onde estarão em jogo os valores, as práticas e as referências que nortearão muitas vezes as identidades construídas por esses sujeitos e seus coletivos.

O corpo assim denota-se como um dos componentes de acesso aos conteúdos necessários contra o esquecimento da práxis da performance, sendo no caso dos benzedores Migue-*linos* quase um *habitus*, como defende ainda Bourdieu<sup>6</sup> (*Apud* CANDAU, 2012, p. 22), onde aprendizagens “práticas primárias do ponto de vista corporal” incorporam-se de maneira durável, numa “autonomia do corpo”, sendo então impossível sua separação, visto que o conhecimento e as informações ocorrem através dele. Essa protomemória é habitual, pois, repetida constantemente, se torna prática, regrada e incorporada, onde as técnicas produzidas são frutos da consolidação e das negociações das memórias entre gerações e grupos.

Aparecem assim, junto a esse grupo, elementos materiais e discursos que compactuam com a ideia performatizada da prática em suas características de memorização através da repetição, ambientação, ritualização e da corporificação que envolve as distintas formas de benzimento entre os narradores na localidade de São Miguel das Missões/RS. Dentre eles, aparece o do Alzira Oliveira Leite:

---

6. Pierre Bourdieu, *Le Sens pratique*, Paris, Minuit, 1980, p. 115-123.

Juliani: Que objetos a senhora usa?

Alzira: Eu uso arruda, se não tem arruda qualquer galhinho verde, qualquer galhinho, olha... sendo pra fazer o bem, qualquer galhinho de erva que tu pegue. E benzo com água, benzo com brasa, e quando é bastante movimento daí eu benzo só com a boca e com o rosário. (Alzira de Oliveira Leite, 2017).

Denota-se na narrativa de Alzira alguns dos principais elementos utilizados por ela para constituir sua prática performativa durante o benzimento. As variações decorrentes da quantidade de público acarretam igualmente alterações na utilização dos objetos a serem empregados durante o seu ofício, demonstrando assim as possibilidades que um único sujeito pode constituir a mesma prática simbólica de distintas maneiras, aplicando o manuseio de elementos divergentes a fim de obter o mesmo resultado. Muda assim a performance do benzedor diante do espectador: a forma como Alzira se apresenta diante de uma pessoa varia de quando necessita realizar sua prática para grandes públicos, decorrentes, provavelmente, da demanda turística existente na localidade. Assim, o ritual performatizado necessita, como prática cultural tradicional apresentada “ao vivo”, de possibilidades que lhe deem alternativas de aplicabilidade a fim de atender às demandas existentes advindas do público, necessárias igualmente à manutenção e compartilhamento de sua existência e significado.



**Figura 1:** Alzira de Oliveira Leite. Benzedeira em São Miguel das Missões/RS

**Fonte:** Acervo pessoal da autora. 2013

Questionada sobre os significados atribuídos aos elementos utilizados:

Juliani: E qual significado que o galho verde tem pra senhora? Pro seu benzimento?

Alzira: O galho verde é porque quando ele murcha a pessoa sara. E a água foi porque Deus deixou, que a Nossa Senhora da Conceição batizou Jordão, Jordão foi batizado na água. Por isso que em casa quando se batizam, o primeiro batizado é com água. Água e a vela. E a água é remédio, a água cura, tudo que é coisa a água permite com nós, nós somos permitido pela água. Sem água nós não vivemos. (Alzira de Oliveira Leite, 2017).

Alzira traz em sua fala muitos dos mesmos objetos simbolicamente utilizados ritualisticamente pela igreja católica, sendo esses reapropriados diretamente em sua prática. Reverberam-se assim conceitos antes restritos ao contexto da igreja que,

popularmente, são revestidos de sentido também no âmbito familiar e de outras representações simbólicas, servindo desta maneira de estímulo para a produção de novas práticas e de novas abrangências para o que antes estava circunscrito a uma esfera de aplicabilidade aparentemente limitada à liderança religiosa. Assim, para além dos momentos religiosos oficiais, ecoariam ressonâncias do que nela é visto e utilizado, sendo reportados ao cotidiano dos sujeitos com novas percepções os quais possuem liberdade para reconstruí-los conforme cada contexto e necessidade.

Outro aspecto trazido pela depoente diz respeito às suas imagens, as quais constituem espaço específico para a realização de seu ofício:

Juliani: E os seus santos, o altar que a senhora possui?

Alzira: Que eu tenho?

Juliani: É. Por que que a senhora fez esse espaço?

Alzira: Eu fiz pra eles me ajudarem, porque os santo ajudam a gente, defende a gente. Pra recebe os que vêm pra se benze, lugar sagrado, abençoado. O padre me ajuda, ele dá benção, vorta-vorta ele tá aqui.

Juliani: E se a senhora não tivesse esse espaço, a senhora acha que teria a mesma importância?

Alzira: Pra faze o bem, até embaixo de uma árvore, pra faze o bem vale. Mas é que a gente tem esse sistema de faze esse lugarzinho sagrado, porque quando chega ta tudo prontinho ali, arrumadinho né, pra recebe. (Alzira de Oliveira Leite, 2017).

Fica perceptível na fala de Alzira que os santos por ela utilizados durante o benzimento auxiliam na constituição do local considerado central para o exercício de sua prática, sendo este um ambiente que para a entrevistada carrega um suporte de imagens que detém informações à reprodução de seu ofício,

o que na sua narrativa aparece como força e ajuda necessária para efetuar seu trabalho com êxito. As imagens, além de comporem um cenário necessário ao rito, tanto em seu aspecto memorial quanto de ambientação aos que ali adentram, são elementos materiais marcantes no benzimento para Alzira e necessários na comunicação realizada entre ela, espaço, suas memórias e o público que ali se benze e igualmente interage.

Como já destacado anteriormente, a elaboração performática é construída para e com o outro, sendo oportuno destacar na narrativa da entrevistada que a mesma desenvolve seu espaço voltado ao benzimento para o recebimento de seu público, pois o seu “lugarzinho sagrado” necessita estar “prontinho e arrumadinho” para quando as pessoas adentrarem nele e assim poder executar seu ritual. Essa construção junto ao outro pode ser observada na imagem acima quando Alzira expõe em seu altar fotografias de pessoas já benzidas por ela. Essas fotografias, por sua vez, trazidas por parentes, amigos ou enviadas pelas próprias pessoas em busca de benzimento, foram incorporadas em seu cenário construído como espécie de reconhecimento para legitimação de sua prática junto aos outros que adentrarão aquele espaço. Igualmente, muitas das imagens que compõem seu altar também são advindas de seu próprio público:

Alzira: Foi a chefe lá de Aparecida que mando pela secretaria do turismo. E daí ela mando de lá e o padre batizo, e muitas eu ganho de presente, eu ganho muita image de presente, São Miguel Arcanjo eu ganhei de presente, bem grandão ele, dos mais véio que tem aqui. E tem o outro pequenininho que também ganhei de presente. Eu ganho bastante image de presente, e vem de longe eles mandam, por correio. Eu tenho a Nossa Senhora... que desata tudo



as coisa que teje atado. Destranca as estrada que tu vai, a gente pede com fé positiva e Deus ajuda a gente. Tudo que é coisa, o que cura é a fé não é a gente, eu não curo. A gente pede, porque a gente tem força positiva de Deus, mas quem cura é a fé. (Alzira de Oliveira Leite, 2017).

Como apresentado em sua fala, algumas imagens sacras expostas no ambiente reservado à sua prática são presentes provenientes de indivíduos que se utilizaram em algum momento daquele espaço e de suas significações simbólicas em busca de fé e de ajuda. Como gesto de retribuição e reconhecimento aos serviços e ao acolhimento prestado por Alzira, as imagens auxiliam na construção de um local carregado de representações não apenas de sua anfitriã, mas também por aqueles que ali passam e também deixam uma marca. Este espaço, portanto, não é fixo e permanente, sendo descontínuo em sua construção, receptivo assim à introdução de elementos via participação dos sujeitos que por ali circulam e o certificam como local de fé e cura. Pertinente assim destacar as lições de Halbwachs (2003, p. 157) ao lecionar que “(...) nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vamos com frequência nesse contexto”.

Desta maneira, a intencionalidade de como são dispostos os objetos e artefatos são dispositivos que auxiliam a explicar as relações ali estabelecidas, a frequência dos laços envolvidos entre os sujeitos que se utilizam dos espaços ofertados assim como as lembranças que se evocarão dos mesmos toda vez que manuseiam e usufruem do local. Alzira, ao produzir seu espaço de benzimento em quarto central de sua residência, demonstra a relevância da função que seu ofício carrega não apenas no âmbito familiar, mas sim para aqueles que ali chegam em

busca de atendimento. O preparar do espaço auxilia a entrevistada na consagração de sua prática, ambientando e dando suporte ao rito desenvolvido, apesar da mesma se utilizar de outros elementos para benzer os quais variam do contexto onde se encontra, podendo estes ser apenas orações, terços ou imagens sacras menores. Todos, na mesma lógica, auxiliam no processo performático e memorial da prática de benzimento exercida por Alzira.

Outro elemento marcante na fala da entrevistada é a presença do pároco da cidade, o qual, segundo ela, frequentemente costuma realizar visitas a sua residência, onde abençoaria as imagens expostas em seu altar. Por oportuno, tal ação remete ao desenvolvimento de relações de reciprocidade e monitoramento entre Alzira e igreja, ao passo que ambos negociam referências e interesses relacionados ao campo da fé. O padre desta maneira conseguiria acompanhar a criação e o uso destes espaços, buscando, segundo Silva (2014, p. 138 - 139), um suporte para a expansão do catolicismo, onde obviamente as práticas voltadas para a igreja e seus preceitos deveriam estar hierarquicamente em primeiro lugar. Esse monitoramento é, portanto, fundamental na percepção do pároco a fim de compreender as dinâmicas religiosas existentes na cidade, não perdendo assim campo e fiéis para práticas alternativas. Já para Alzira, o aparente reconhecimento da igreja sobre seu espaço e imagens através da presença do padre legitima toda sua prática e a construção discursiva construída sobre ela.

A benção do padre é manifestada como um selo de autenticidade dos serviços religiosos prestados, sendo num primeiro momento importante para sua prática. A relação gerada neste contexto auxilia na pertença de Alzira, enquanto sujeito, como

membro praticante e referência não apenas do benzimento, mas sim das práticas religiosas produzidas pelo catolicismo, o qual possui como líder espiritual: a figura do padre. Cria-se assim um ambiente que necessita ser negociado onde a entrevistada possa conduzir seu ofício de forma a não sofrer maiores interferências externas advindas da institucionalidade da igreja. Desta maneira, a própria combinação de elementos, tanto materiais quanto narrativos de Alzira, possibilitaria uma coalização entre as partes, fazendo por consequência, existir e resistir à prática do benzimento em contextos de monitoramento e controle institucional exercidos sobre sua manifestação de fé.

Nesta direção, em entrevista realizada em 2013, Alzira foi enfática ao afirmar que “Eu nunca vou deixar de ser católica”<sup>7</sup>. Questionada sobre a temática em 2017, narrou que:

Juliani: E a senhora frequenta a igreja?

Alzira: É a igreja católica, eu frequento, eu dou dízimo na igreja, e agora nas etnia, nós entremo numa missa das etnia, nós entremo com bandeira, nós representemo a África. Uns quantos que tem aqui, que nós desfilemo pela África.

Juliani: Pela África? E o que a senhora acha disso?

Alzira: Eu acho bom, porque tem a missa, tem tudo bom, e também ninguém é mais, tem os italiano, tem os alemão, os polonês tudo, e nós tudo somo igual, cada qual desfila no seu carro. Mas é muito lindo. Todo mês de novembro tem. Agora o ano que vem vai ter uma integração, daí a comida, o baile, é nós tudo junto, uma vez só, não tem diferença. Porque daí reparte o lucro com a igreja né. (Alzira de Oliveira Leite, 2017).

---

7. Entrevista realizada em 21 de julho de 2013. São Miguel das Missões/RS.

A participação comunal na igreja denota um compromisso social com o qual Alzira deveria cumprir. A obrigação de se fazer presente, de se dizer pertencente assim como de contribuir financeiramente com a instituição é prerrogativa de reconhecimento religioso no seio do grupo. Em contraponto, transparece sua identificação ao participar de uma manifestação representativa da etnia Africana, demonstrando afetividade e orgulho por se sentir reconhecida no contexto onde sua cultura era, mesmo que indiretamente, homenageada e reconhecida. Assim, interessa na esfera cultural, as implicações que tais ações ocasionam no fazer benzer da entrevistada no momento em que a mesma se sente aparentemente mais reconhecida em situações opostas àquelas que habitualmente a mesma narra pertencer, ou seja, o catolicismo.



**Figura 2:** Imagens representativas de Iemanjá na residência de Alzira de Oliveira Leite

**Fonte:** A autora, 2017.

A imagem de Iemanjá é comumente associada ao sincretismo religioso afrocristão produzido por negros que, trazendo sua cultura religiosa, ressignificaram e negociaram aspectos do catolicismo a fim de manterem elementos de sua identidade cultural, visto que foram trazidos, via de regra, brutalmente como escravos ao novo território. Produzia-se, assim, associações dos orixás aos santos então praticados pelo catolicismo, religião oficial brasileira do período. Tais associações permitiam ao negro adorar suas divindades disfarçadamente, elaborando distintos significados aos santos conforme a região e as práticas religiosas mais características da população onde estavam inseridos.

No caso de Alzira, não se pode afirmar que o catolicismo ou religiões de matriz africana sejam influências predominantes em sua prática como benzedeira. Elementos do espiritismo também compõem o cenário narrativo e performático da entrevistada, permitindo a construção de um exercício de fé peculiar disposto a dialogar com abordagens distintas de significações. Sua fala transparece essas relações quando cita diretamente aspectos do espiritismo em seu cotidiano de atendimentos como benzedeira:

Alzira: A gente fala com o espírito que tá encarnado naquela pessoa, vê o que ele quer, se ele quer vela, ou quer perdão, uma coisa ou outra eles querem, pra poder se defender.

Juliani: Isso acontece muito?

Alzira: Acontece, bastante. Agora duns ano pra cá tem bastante. Sim porque, tem muita gente que morre de acidente, não tiveram tempo as vez do perdão, ou querem uma coisa ou outra. A poucos dias ainda tinha uma guria, uma outra menina que era colega dela, que encarno né, ela morreu de acidente. Mas a gente defende, a gente fala, pede, e aí ele pede o que ele quer, perdão de alguma coisa, pedir. Daí a pessoa tem que perdoar três vez.

Juliani: E aí que a senhora ajuda as pessoas daí?

Alzira: É, eu ajudo. Ajudo do jeito que puder, tanto do lado católico, quanto do lado direito pra fazer o bem eu faço. Agora o lado de outras religião má, assim não quero. Nem sei. (Alzira de Oliveira Leite, 2017)

Apesar de em sua prática tais diferenciações não serem perceptíveis diretamente, a fronteira que as liga parecem apontar para a cadeia de referências culturais que editam a narrativa performática de Alzira, bem como suas identidades perante seus distintos públicos na atualidade. Desta forma, vai construindo, através de diferentes elementos, uma forma de se fazer presente na atualidade por intermédio de um ofício que se utiliza, em seu caso, da recomposição de referências religiosas e fé divergentes que se comunicam e relacionam por meio de uma negociação basicamente produzida pela narrativa e performance, produzindo assim contornos únicos e peculiares a seu modo de benzer, o que podemos chamar de identidades. Tais articulações servem, conforme defende Pereira (2009, p. 03), para a alimentação dos bens simbólicos e não para sua aniquilação como muito se pensou sobre os processos de hibridização cultural. É comum, portanto, que a circulação de distintas concepções religiosas produza influências e imaginários que se misturam, sendo necessário, portanto, pensar as diferenças e a interculturalidade como fenômeno necessário às produções e relações culturais na atualidade.

Como campo que contempla distintas possibilidades, a performance é, na prática dos benzimentos, canal onde se observa a construção de eventos num espaço preparado, figurando narrativamente através dos elementos associados ao rito<sup>8</sup>

---

8. Imagens sacras, ramos verdes, flores, espaços exclusivos, dentre outros.

representações que permitem a contextualização de discursos e memórias a serem comunicadas e referenciadas em conjunto com a audiência. Compartilhado e consumido socialmente, o ofício de benzer, é, em suma, reconstruído pluralmente nas interações que se articulam e se ressignificam na busca permanente de se constituírem como sujeitos a partir de suas experiências. Suas fronteiras não são limítrofes diante das possibilidades de arranjos e reverberações possíveis perante sua produção performática e memorial, permanecendo suas vozes, expressões e representações vivas, independentes e dinâmicas no seio de seus praticantes.

## Referências

- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Le Sens pratique**. Paris, Minuit, 1980, p. 115-123.
- HARTMANN, Luciana. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 11, nº 24, p.125-153, jul./ dez. 2005.
- NÊSTOR, Garcia Canclini. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**; tradução Heloísa Pezza Cintão, Ana Regina Lessa, 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- SANCHIS, Pierre. Cultura brasileira e religião... Passado e atualidade... **Cadernos Ceru**, série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [Et al]. - Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- PEREIRA, Simone Luci. Sobre a possibilidade de escutar o outro: voz, world music, interculturalidade. **Revista E-Compós**, v. 2, n. 15, p. 238-276, 2012.
- SILVA, Juliani Borchardt da. **Benzimentos**: estudo sobre a prática em São Miguel das Missões. Santo Ângelo: FURI, 2014.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório:** performance e memória cultural nas Américas. Tradução de Eliana Lourenço De Lima Reis. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Educ, 2000.

**ENTREVISTAS:**

Alzira de Oliveira Leite. Entrevista concedida em 27 de dezembro de 2017. São Miguel das Missões/RS.



# PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

## La selección de “pasados”: la *patrimonialización* como acto de consolidación de un relato (entre los muchos posibles)

Laura Ibarlucea<sup>1</sup>

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético [...] que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. (POULOT, 2009, p.13).

### Introducción

La invitación a participar de una mesa redonda en el *Colóquio Internacional Memória e Patrimônio* que organiza el programa de posgrado en Memória e patrimônio de la Universidad Federal de Pelotas, cuyo tema central era *Memória, patrimônio e esquecimento no Uruguai* fue una invitación a pensar los temas que estudio desde una perspectiva ligeramente diferente, aunque en absoluto ajena a los intereses que me inquietan

---

1. Magíster en Memória e Patrimônio (UFPEL, Brasil) y magíster en Museología (UVA, España). Doctoranda en Memória e Patrimônio (UFPEL), docente UCLAEH y CETP, Uruguay. Investigador categoría iniciación SNI-ANII, Uruguay. libarlucea@claeu.edu.uy.

constantemente. En este sentido, el texto que sigue propone una reflexión acerca de las implicaciones que tiene cualquier proceso de patrimonialización en relación con la construcción de la memoria social y, consecuentemente, de todo lo que esa memoria social desestima (olvida). El caso de estudio, el barrio histórico de Colonia del Sacramento, es una excusa para orientar estas reflexiones.

Por lo anterior, se entenderá que lo que se esboza en estas páginas es, ante todo, un conjunto de pensamientos y primeras ideas y solo tiene por objetivo invitar, a quien se sienta convocado, a reflexionar acerca de los efectos de los procesos de patrimonialización en la conformación de las maneras en las que las comunidades se imaginan y se representan. Dado que el conjunto de los bienes y prácticas patrimonializados compone uno de los pilares para la construcción de la identidad comunitaria de las sociedades modernas y es un relato privilegiado –aunque no el único– que forma parte integral de la memoria pública de esas comunidades, reflexionar sobre las formas en las que este relato se constituye, sobre aquello que ilumina y aquello que opaca, es una forma más de acercarnos a entender estos fenómenos.

### **Cuestión de matices, el lenguaje explicitado**

En los estudios sobre patrimonio se han utilizado diversos términos o expresiones para designar al conjunto de operaciones que transforman ciertos bienes o prácticas culturales en elementos de valor singular y los incorporan a un repertorio particular y con un reconocimiento social específico, denominado genéricamente patrimonio cultural. En este sentido

las expresiones más frecuentemente utilizadas en el mundo hispanoparlante son: puesta en valor, activación patrimonial, patrimonialización, más recientemente, y registro (esta última está en particular asociada a las designaciones en el campo de lo inmaterial). En todos los casos se trata de dar cuenta del conjunto de acciones necesarias para que esos bienes o prácticas adquieran relevancia respecto del resto de los que constituyen el ecosistema cultural de las comunidades.

El resultado de estos procesos supone la configuración de un estatuto particular para algunos elementos del conjunto de los que componen lo cultural, apartándolos de ese conjunto heterodoxo y atribuyéndoles condiciones específicas de significación y representatividad supuestamente colectivas. Para el desarrollo de este texto se ha optado por el uso del término patrimonialización, en la medida que se entiende como el más directo a la vez que genérico. Directo, puesto que lo que se configura a través de las operaciones que denomina es la condición patrimonializada de esos bienes o prácticas, se entiende que el uso de otras expresiones no evidencia en forma tan efectiva la condición atribuida del estatuto patrimonial (en este sentido también es una opción voluntaria usar patrimonializado/a en vez del habitual patrimonial al referir a bienes o prácticas incorporadas en el repertorio de lo patrimonial). Genérico, en tanto el registro de prácticas culturales en los inventarios del denominado patrimonio cultural inmaterial responde a las mismas prácticas de atribución de la condición patrimonializada de estas.

Si bien la identificación de cada una de las operaciones simbólicas y formales que están asociadas a los procesos de patrimonialización ha sido abordada por varios autores (DAVALLON,

2012; DORMALES, 2011 O LAMY, 2012, entre otros), los alcances de este texto no permiten el desarrollo exhaustivo de tal asunto. Por el contrario, la intención que orienta este trabajo está dirigida, como ya se adelantó, a la propuesta de algunas reflexiones acerca de cómo la patrimonialización supone la elevación de un posible relato del pasado sobre otros muchos posibles y, para encaminar tal reflexión, se ha tomado el caso del casco histórico patrimonializado de Colonia del Sacramento.

### **Algunas coordenadas**

El área comprendida dentro del sitio patrimonializado conocido como Barrio Histórico de la ciudad de Colonia del Sacramento apenas alcanza las 18 hectáreas. Ese espacio se halla en una pequeña península que se interna en el Río de la Plata al suroeste de la ciudad capital del departamento uruguayo de Colonia y fue incorporado a la Lista del Patrimonio Mundial de Unesco en diciembre de 1995. Está a 178 km por tierra de Montevideo y a menos de una hora por ferry de Buenos Aires.

El actual sitio patrimonial que fue, hasta avanzada la década de 1960, uno de los barrios más deprimidos socioeconómicamente de la ciudad, hoy es uno de los puntos de atracción turística más importantes del Uruguay –ocupa el cuarto lugar entre los destinos más visitados del país (MINTUR, 2017, p. 4).

De acuerdo con las estadísticas del último Anuario de turismo (MINTUR, 2018, p. 10) en 2017 hubo más de 300 mil viajeros que pernoctaron en el departamento de Colonia. Habida cuenta que más de la mitad de los alojamientos del departamento están concentrados en la ciudad de Colonia del Sacramento, cabe suponer que un alto porcentaje de esos turistas pernoctó

en esa ciudad, número que oscila entre los 250 y los 280 mil presumiblemente. A estas cifras, deben sumársele el de los visitantes por el día, cuyo estimado global permite suponer que la ciudad recibe entre 600 y 800 mil visitantes anuales. Y, si estos números se comparan con la pequeña población estable de la ciudad, que según el último censo nacional tiene menos de 26 mil habitantes (INE, 2012), llaman la atención. Más llamativo, aún, resultan si se tiene en cuenta que, de acuerdo con mismo censo, el barrio histórico tenía en 2011 una población menor a 200 personas, aunque, antes de que las primeras obras asociadas al proceso de patrimonialización se iniciaran, habitaban el área unas 1550 personas (INE, 1963).<sup>2</sup>

### **La patrimonialización como constructora de memoria (y olvido)**

Si bien la historia de la ciudad está marcada por una serie de episodios conflictivos, desde su propia fundación en una zona reclamada simultáneamente por la Corona española y la portuguesa hasta la propia gestión actual del sitio patrimonializado, el relato que cuenta Colonia del Sacramento de sí tiende a ser sereno, apacible y sin fisuras. Esto contradice la singularidad de Colonia del Sacramento, la que le ha permitido el acceso a la Lista del Patrimonio Mundial, basada en el hecho de haber sido fundada, en 1680, por portugueses en los confines de los territorios de las coronas ibéricas y, por ello, haberse convertido inmediatamente en un motivo de disputa entre lusitanos y españoles.

---

2. Los datos referidos a las estadísticas del área patrimonializada han sido obtenidos del estudio detallado de las bases censales, estas son accesibles a través de la web del INE desde el censo de 1995, las anteriores deben ser solicitadas en el Instituto.

Esa condición fronteriza y la presencia sucesiva y simultánea de portugueses y españoles en este territorio dieron una fisonomía peculiar al poblado que hasta ahora es reconocible en el área patrimonializada y que le da un carácter único en la región platense. Tanto la trama urbana (figura 1) como algunos ejemplos arquitectónicos, dan cuenta de la presencia portuguesa en esta zona, que coexisten con elementos arquitectónicos más típicamente hispanos (figura 2). De este modo, la pequeña población puede ser como una muestra de la convivencia, no siempre pacífica, de ambos imperios.



**Figura 1:** Fotografía aérea del área patrimonializada y la zona próxima en a que es perceptible la singularidad del trazado urbano de origen portugués, fácilmente distinguible del trazado aledaño de la ciudad nueva francamente ortogonal.

**Fuente:** Google Maps.





**Figura 2:** Fotografía histórica (s/f) de la acera NO de la Plaza Mayor, en la se pueden ver dos ejemplos interesantes: sobre la izquierda una vivienda popular portuguesa, actualmente es la sede del Museo Casa Nacarello y, a la derecha, la casa del Almirante Brown, sede del Museo Municipal, cuya planta baja responde a la tipología de vivienda calificada portuguesa y la planta alta responde a la tipología española del final del período colonial.

**Fuente:** Archivo fotográfico IHAFADU-UDELAR.

Como área periférica, pero de singular valor estratégico, la ciudad no fue mucho más que un campamento militar por largo tiempo y, luego, no más que una población humilde, lo que se percibe en la sencillez de la mayor parte de las construcciones. Es, por esto, una ciudad patrimonial nada monumental, no hay en grandes catedrales vidriadas o ruinas milenarias, por el contrario, su valor radica en ser una muestra de la diversidad que define la vida en sociedad, ser testigo de la lucha entre



imperios y haber sobrevivido como muestra de ello. Es, como en todos los casos, un fenómeno cultural complejo, plagado de disidencias y definido por la superposición de capas históricas sucesivas. Pero el relato patrimonial ha obliterado parte de esa complejidad, al optar por privilegiar una narrativa más asociada a lo colonial y eludir las alusiones a la confluencia sucesiva de diversidades, la luz se concentra en algunas partes de la historia y deja completamente a oscuras otras.

Tal como plantea Pollack (2006) se produce un proceso de encuadramiento de la memoria a través de la producción de discursos organizados sobre acontecimientos y personajes, del mismo modo ocurre con el discurso de la patrimonialización: lo que se dice de los objetos materiales opera como mecanismo de encuadramiento, “la memoria es así guardada y solidificada en piedra (...) de modo que ciertos elementos son integrados en un fondo cultural común a toda la humanidad” (Ídem, p. 26-27).

Ese encuadramiento, constituido en el relato dominante, supone la exclusión de las memorias diferentes, que son, en definitiva, desafiantes en la medida que pueden cuestionar la autenticidad del relato hegemónico. Como relato patrimonial consolidado el discurso sobre el BHCS se impone pero, una mirada atenta, evidenciar algunas ausencias.

En tanto el patrimonio cultural es una manera en la que las comunidades se relatan a sí mismas, fundamentalmente, a través de bienes o prácticas culturales que tienen lugar en el espacio, resulta interesante referir a la cuestión de la representación social del espacio. Los sitios patrimonializados entran en la categoría de representaciones sociales, de la manera en que lo define Denise Jodelet (2015), como un conjunto complejo de fenómenos materiales y simbólicos que operan en las maneras

representación tanto del espacio físico en sí como de la manera en que quienes lo habitanlo hacen:

Decir que el entorno es socio-físico ya no es considerarlo solo como un conjunto de fuerzas que afectan la conducta, sino como un producto material y simbólico de la acción humana (Stokols, 1982). Esta formulación se basa en una distinción entre diversos lugares, sitios y espacios (settings y places), lo que equivale a conceptualizar en términos espaciales los elementos del entorno ecológico. Este enfoque se acompaña del reconocimiento de su dimensión social, expresada en términos de significados. Para Stokols, el entorno socio-físico es un compuesto de rasgos materiales y simbólicos cuyo estudio requiere la comprensión, en el mismo análisis, de los elementos llamados “subjetivos” y “objetivos”. Son los ocupantes de los diversos marcos espaciales los que los hacen pasar de una mezcla de elementos materiales a un sitio simbólicamente significativo.

[...] el uso de conceptos como los de significado simbólico, nos remite a la idea de representación: el espacio representa y se representa a sí mismo. (JODELET, 2015, p. 98)

En tal sentido, la manera en que el espacio del bhcs representa y se representa tiende a consolidar un relato unívoco y sin fisuras, una especie de pasado cristalizado y fijo, anclado en una narrativa configurada a comienzos del siglo xx que parece resultar inmune a cualquier resignificación. Lo interesante del fenómeno, es que, a pesar de su permanente actualización como efecto de su condición de sitio de conmemoración del pasado, el relato patrimonial aparece como blindado a cualquier modificación. En un intento de dar cuenta de esta manera de operar los procesos de patrimonialización se ha considerado oportuno referir a algunos ejemplos, episodios o procesos cuya referencia conmemorativa no existe en el relato patrimonial del bhcs.

El primero de los ejemplos que se puede citar tiene que ver con parte del proceso de lucha entre España y Portugal. En ese proceso, Colonia del Sacramento fue trofeo de guerra y, tras el tratado de 1750 –conocido tanto como Tratado de Madrid o de Permuta, por las razones que siguen–, la ciudad pasó a manos españolas a cambio de las misiones guaraníicas al Este del río Uruguay (las llamadas Siete Misiones). El tratado determinaba que las misiones debían ser abandonadas en el término de un año y disolvían la presencia de los jesuitas en el territorio ahora portugués. Ante esta medida, los habitantes de las misiones se levantaron en armas, lo que dio lugar a la Guerra guaraníica, conflicto que duró casi dos años y enfrentó a los guaraníes misioneros con los ejércitos de España y Portugal. Nada en el relato de Colonia del Sacramento alude a esa guerra ni al impacto que tuvo sobre la realidad de la región.

El relato patrimonial de Colonia del Sacramento se hilvana, predominantemente, sobre su condición de ciudad portuguesa en el territorio imperial español, sin embargo, no tiene en cuenta la compleja configuración de esa frontera, cuyos límites, aunque demarcados fieramente en los tratados, fueron sistemáticamente discutidos por la realidad del territorio. El hecho de que las interpretaciones de portugueses y españoles acerca de hasta dónde llegaba cada jurisdicción no coincidieran determinó que la región fuera terreno de disputa hasta avanzado el período independiente. No en vano, cabe recordar que el territorio de lo que hoy es Uruguay integró formalmente a las posesiones portuguesas en América del Sur y, luego, al Imperio del Brasil desde 1817 hasta avanzada la década de 1820.

En ese relato no existen referencias a las poblaciones que habitaban el territorio antes de la llegada de los europeos,

excepto en la heterodoxa colección del Museo Indígena, una acumulación de materiales líticos y otros elementos escasamente documentados y musealizados en forma inconexa y carente de un guion explicativo e interpretativo. Nada vincula estos objetos con el relato del sitio ni propone alternativas reflexivas acerca de los vínculos de sus productores con la historia narrada por el espacio patrimonializado. Tampoco tiene lugar en la narrativa patrimonial la condición de puerto esclavista que tuvo el enclave. Ningún elemento material o inmaterial sirve de soporte memorial expreso y voluntario para la inclusión de las personas esclavizadas en la *bucólica* enunciación del pasado colonial que hace el relato.

En la actualidad, el viejo barrio Sur, muestra una imagen cuidada, la mayor parte de las casas (al menos a sur de la avenida Gral. Flores) han sido restauradas o rehabilitadas, aunque principalmente con funciones comerciales. Los espacios públicos enjardinados y equipados –luminarias, cartelera, ornamentaciones peculiares, etcétera– suelen estar plagados de transeúntes que fotografían prácticamente cada piedra. Hoy, al caminar por sus calles, para el visitante no experto, casi nada deja ver su no tan remoto pasado de barriada popular, esa condición que lo hacía un área desprestigiada de la ciudad

El Sur, el viejo barrio del sur, echado sobre las murallas históricas es como un atorrante, melenudo, y sucio, harapiento, inútil para sí y para los demás. No cabe a su favor la consideración de que guarda ruinas de casas donde vivieron patricios venerables, ni tampoco la que asila a un pobrerío que no encontrará mañana albergue tan barato. Y no caben esas consideraciones porque esas casuchas que otrora honraran Artigas y Lavalleja y que aún antes sirviese de morada a nobles españoles e hidalgos portugueses, han sido después y comúnmente refugio de ganapanes,

lupanares, muchas veces domicilio de malsanos sujetos.  
(PEDRO ORONÁ, La Colonia, 28/3/1907 apud POS, 2004, p. 9)

Al eliminar las evidencias inmediatas de la cotidianeidad pauperizada, Colonia del Sacramento se configura como un espacio escasamente complejo, no solo en relación con pasado del que pretende ser testimonio, sino incluso con procesos mucho más recientes que han determinado su condición actual en forma muy profunda. El discurso patrimonial diluye de los conflictos derivados del propio proceso de patrimonialización.

Tal como ya se mencionó, en el transcurso de unos 30 años, desde que se iniciaron las primeras acciones de recuperación patrimonial en la década de 1960 hasta la inclusión del sitio en la Lista del Patrimonio Mundial en la mitad de la década de 1990, el barrio Sur, hoy Barrio Histórico, vio radicalmente transformada su fisonomía. El barrio popular y pauperizado se transformó en un área privilegiada de la ciudad. Luego de la inclusión en la Lista, el proceso continuó con la acelerada *turistización* y, más precisamente, con su *turistificación*<sup>3</sup> que ha resultado en que el área patrimonializada y las zonas inmediatas tengan hoy un aspecto muy diferente al que debieron tener a mitad del siglo pasado.

---

3. Se ha optado por utilizar los términos *turistización* y *turistificación* para distinguir dos fenómenos asociados, pero no idénticos, de acuerdo con siguiente criterio: *turistificación* “alude al impacto que tiene la masificación turística en el tejido comercial y social de determinados barrios o ciudades. [...] Este sustantivo y el verbo *turistificar* [...] se refieren al impacto que tiene para el residente de un barrio o ciudad el hecho de que los servicios, instalaciones y comercios pasen a orientarse y concebirse pensando más en el turista que en el ciudadano que vive en ellos permanentemente. Con este sentido, también se emplea, aunque en menor medida, la alternativa *turistización* [...] de manera más neutra, que algo se hace más turístico [...]. Se recomienda mantener esta especialización semántica que el uso parece apuntar entre una *turistificación* centrada más en el efecto, generalmente —aunque no solo— negativo, y una *turistización* más neutra, ya que puede resultar muy útil en las informaciones.” (FONDÉU BBVA, 2017). Se ha optado por la indicación del neologismo mediante cursivas.

Nada en la trama actual deja en evidencia o alerta sobre el hecho de que, durante el proceso de patrimonialización, se optó por eliminar partes del barrio, consideradas como inadecuadas para el relato que se estaba configurando. Existen varios ejemplos de estas operaciones, tal es el caso de la demolición de algunas construcciones del área edificada que se encontraba sobre la línea de la muralla que fue reconstruida o las precarias viviendas que estaban sobre la zona en la que las bases de la muralla eran visibles (figura 4). También fueron víctimas de la reconstrucción patrimonializadora algunas construcciones más sólidas y calificadas, como la que estaba encima de las ruinas del convento de San Francisco Javier (figura 5) para dejar visibles los cimientos del antiguo edificio (figura 6). Todas estas demoliciones supusieron la eliminación de algunas de las capas urbanas para privilegiar otras y no se ha dejado vestigio de ellas ni hay referencias interpretativas.



**Figura 3:** Viviendas asentadas sobre las ruinas de la muralla presumiblemente en la zona sur del área histórica (s/f)

**Fuente:** Archivo fotográfico IHAFADU-UDELAR.





**Figuras 4 y 5:** Izq: Postal antigua en la que es visible la construcción existente en el área frontal del predio del convento de san Francisco Javier (c. 1940). Der: Fotografía actual del mismo predio, enero 2019.

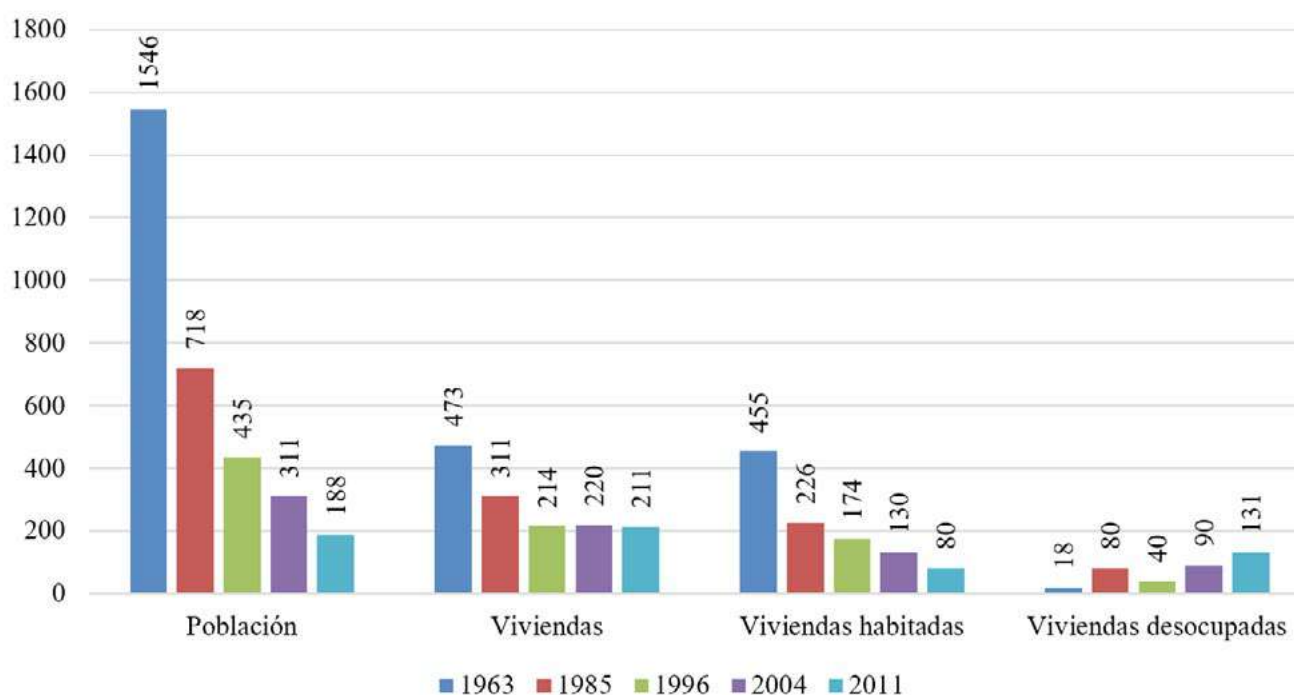
**Fuentes:** Archivo fotográfico del IHAFADU-UDELAR y fotografía de la autora.

Tal como ocurre en muchos casos de áreas históricas deprimidas socioeconómicamente, la patrimonialización, que conlleva la recalificación edilicia y de los espacios públicos, deriva en fenómenos de despoblamiento y *elitización*. Así, una de las consecuencias más visibles de la consolidación del área como sitio patrimonial, especialmente perceptible desde la década de 1980, ha sido un proceso de *gentrificación*. De acuerdo con los estudios que se han realizado desde que

surgió este concepto en la década de 1960, la *gentrificación* se produce por distintos motivos y adquiere formas diversas (DÍAZ PARRA, 2013, p. 2-3).

Concretamente, en el caso de la ciudad de Colonia del Sacramento, el antiguo centro histórico degradado se vio modificado por la rehabilitación para nuevos usos asociados al turismo, en directa relación con su consolidación como sitio patrimonializado. De acuerdo con los datos estadísticos de los últimos censos nacionales, mientras en 1963, cuando aún no se habían iniciado las obras de recuperación patrimonial, la población total del barrio era de 1546 personas, que ocupaban 455 de las 473 viviendas relevadas en el área; en 1985, momento en que se dieron los primeros pasos para su inclusión en la Lista del Patrimonio Mundial, la población era de 718 personas, viviendo en 226 de las 311 viviendas relevadas; once años después, al año siguiente de que fuera incluido en la Lista, el barrio contaba con 435 habitantes, ocupantes de 174 de las 214 viviendas relevadas; el último censo, de 2011, contabilizó 188 habitantes, ocupando 80 de las 211 viviendas disponibles en el área (gráfico 1).





**Gráfico 1:** Evolución poblacional y de vivienda en el área patrimonializada 1963-2011.

**Fuente:** elaboración propia a partir de los datos censales producidos por el INE.

El resultado es que hoy el Barrio Histórico está prácticamente despoblado y las viejas viviendas uni o plurifamiliares han sido convertidas en espacios dedicados a los servicios vinculados al turismo: restaurantes, hostales, galerías, locales comerciales, etcétera.

### Algunas ideas finales

En 1928, Fernando Capurro decía:

El aspecto general de la Ciudad Vieja, al recorrer sus calles, es sugestivo; todavía quedan algunas notas interesantes que permiten y estimulan a la imaginación a reconstruir el ambiente, si no propiamente del Fuerte Portugués, sí el ambiente post-colonial; el primitivo ambiente patricio, derivado del primer colonial; la planimetría general, el pavimento de algunas callejas, uno que otro ejemplar de arquitectura portuguesa

y española, viviendas modestas o ejecutadas con restos de ambas, las ruinas de la Comandancia, los restos de la casa del virrey, los muros negruzcos del convento de San Francisco Javier, complementado todo ello por las masas informes de las baterías de San Pedro y Santa Rita y por los trozos despedazados de murallas, que se hace sentir más aún por la tranquilidad, quietud y silencio que imperan en la histórica ciudad. (CAPURRO, 1928, p. 106)

Hoy “la tranquilidad, quietud y silencio” ya no imperan en la histórica ciudad, el visitante recorre un espacio pintoresco, estilizado y fuertemente comercial, rodeado de cientos, cuando no miles, de otros visitantes. La ciudad, en particular en el área patrimonializada, se ha “maquillado” para recibirlos, para cumplir las expectativas del turista, para satisfacer los deseos de consumo. El relato patrimonial y el turístico se confunden, se trenzan y dan el sentido actual que enuncia la ciudad. La memoria oficializada por la operación patrimonializadora a la vez que eleva, de entre la generalidad de las ciudades del interior uruguayo, a Colonia del Sacramento a un plano destacado y privilegia elementos del pasado, oculta, elude o, expresamente, olvida hechos, procesos, capas, personas, etcétera.

En el caso de Colonia del Sacramento, el proceso patrimonializador escogió la cara colonial y portuguesa por encima de las demás capas que componían el palimpsesto, y esa elección comenzó a gestarse mucho antes de que el impulso de la patrimonialización fuera hegemónico.

[...] Sin modificar su estructura edilicia y arquitectural, restaurando inteligentemente algunas casas, conservando todo lo existente de valor tradicional, demoliendo las construcciones que no sean de la época colonial y realizando una obra de higiene indispensable [...].(Diputado Julio María Sosa, 1924, en CAPURRO, 1928, p. 278-280)

De todos los pasados posibles, ese es el que narra Colonia del Sacramento, es un relato que articula memoria y olvido, como todos los relatos patrimoniales, como todos los relatos.

Los abusos, en el sentido fuerte del término, que se derivan de la manipulación concertada de la memoria y del olvido por quienes tienen el poder. [...] la memoria instrumentalizada [...]. Es, en este plano, en el que con más legitimidad se puede hablar de abusos de memoria, los cuales son también abusos de olvido. [...]

El centro del problema es la movilización de la memoria al servicio de la búsqueda, del requerimiento, de la reivindicación de la identidad. De las desviaciones que de ello resultan, conocemos algunos síntomas inquietantes: demasiada memoria en tal región del mundo, por lo tanto los abusos de la memoria; no suficiente memoria en otro lugar, en consecuencia, abusos de olvido. Pues bien es en la problemática de la identidad donde hay que buscar la causa de la fragilidad de la memoria así manipulada. [...]. (RICOEUR, 2008, p. 109-110)

## Referencias

- CAPURRO, F. La Colonia del Sacramento. In: S. d. Arqueología, **Revista de la Sociedad "Amigos de la Arqueología"** (pág. Tomo II). Montevideo: Sociedad de Amigos de la Arqueología, 1928.
- DAVALLON, J. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation. In C. KHAZNADAR. **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** (p. 41-57). Arles: Actes Sud. 2012.
- DÍAZ PARRA, I. La gentrificación en la cambiante estructura socioespacial de la ciudad. In: **Biblio 3W-Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, s/d. 25/6/2013. Disponible en línea: [http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1030.htm#\\_ednref2](http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1030.htm#_ednref2) (acceso 10/1/2019).
- DORMAELS, M. Patrimonio, patrimonialización e identidad. hacia una hermenéutica del patrimonio. In: **Revista Herencia**, 24 (1 y 2), 7-14. 2011.

- FONDÉU BBVA. Turistificación, neologismo válido. **Fondéu BBVA buscador urgente de dudas**. 17 de marzo de 2017. Disponible en línea: <https://www.fundeu.es/recomendacion/turistificacion-neologismo-valido/> (acceso 02/02/2019)
- INE. **Censo 1963**. Montevideo: Instituto de Estadística y Censos, 1963.
- INE. **Censo 2011**. Obtenido de Instituto Nacional de Estadística. 2012. Disponible en línea: <http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011> (acceso 15/1/2019).
- JODELET, D. **Représentations sociales et mondes de vie**. Paris: Les Éditions des Archives, 2015.
- LAMY, Y. La conversion des biens culturels en patrimoine public: un carrefour de l'histoire, du droit et de l'éthique. In: C. KHAZNADAR. **Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?** (págs. 127-173). Arles: Actes Sud, 2012.
- MEC-IC. **Plan de gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento**. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura de Uruguay-Intendencia de Colonia, 2012.
- MINTUR. **Anuario 2017. Estadísticas de turismo**. Montevideo: Ministerio de Turismo, 2017.
- MINTUR. **Anuario 2018. Estadísticas de turismo**. Montevideo: Ministerio de Turismo, 2018.
- POS, C. El Barrio Sur de Colonia del Sacramento. Visión desde los vecinos y algunos apuntes sobre la gestión y concepción del Patrimonio. In: **Artículo inédito**. 2004.
- POLLACK, M. **Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Ediciones Al margen, 2006. 3-15 p.
- POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RICOEUR, P. **La memoria, la historia y el olvido**. Buenos Aires: FCE, 2008.

# Proyecto de identificación y registro de bienes culturales de la península de Punta del Este - Uruguay

*Gabriela Campodónico*<sup>1</sup>

*Mariciana Zorzi*<sup>2</sup>

*Facundo Bianchi*<sup>3</sup>

## Introducción

Punta del Este es un municipio ubicado en el departamento de Maldonado, al sureste de la República Oriental de Uruguay. Este departamento posee costas tanto sobre el Río de la Plata, como también sobre el Océano Atlántico, factor sustancial, que ha facilitado que esta zona sea considerada actualmente uno de los principales corredores turísticos del país. El Balneario, representado icónicamente por la escultura “Los dedos” o “La Mano” y popularmente asociado a Casa Pueblo en Punta Ballena, a las playas, los casinos y las fiestas, ha logrado posicionarse en el mercado como uno de los principales destinos turísticos de América Latina<sup>4</sup>.

---

1. Licenciada en Antropología - Universidad de la República, AET. gcampod@yahoo.com

2. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, AET. mari.zorzi@gmail.com

3. Licenciado en Turismo - Universidad de la República, AET. facundo.bianchi92@gmail.com

4. La mayor afluencia de visitantes ocurre en los meses de enero y febrero de la temporada de verano (diciembre a marzo).

El desarrollo turístico e inmobiliario ocurrido en el Balneario, sobre todo a partir de los años setenta, con la construcción de los primeros edificios y torres, ha cambiado el paisaje y la cotideaneidad de la ciudad, para algunos de los antiguos residentes “hay otra Punta del Este, debajo de ésta”<sup>5</sup>. Desde hace más de 30 años, frente al intenso desarrollo inmobiliario, grupos de antiguos moradores y veraneantes se vienen movilizándose en pos de la preservación de determinados lugares, así como también Sociedades de Arquitectos y Facultades de Arquitectura de Uruguay y Latinoamérica.

De acuerdo a la Comisión del Patrimonio Cultural de Uruguay, en el departamento de Maldonado existen 36 bienes considerados Monumentos Históricos Nacionales, de los cuales tres están ubicados en Punta del Este, a saber: el Faro de Punta del Este, la ex Estación de expendio de combustible de A.N.C.A.P y el edificio de la Aduana.

En el año de 2009, fue creada en el departamento de Maldonado la comisión de Patrimonio Histórico, Cultural y Natural, con el cometido, según el Decreto 3844 de 2008 de: “Asesorar al Municipio en el señalamiento de los bienes a declararse de Interés Patrimonial, desde el punto de vista histórico, artístico, cultural y natural.” Con la creación de dicha Comisión, algunos bienes fueron reconocidos de interés patrimonial, como “Las Mesitas”, lugar de socialización y contemplación en la orilla de la playa brava en Punta del Este.

Actualmente, la horizontalidad preservada del paisaje se encuentra en la zona portuaria y del faro, en la punta de Punta del Este (Península), considerada por la población local como

---

5. Frase pronunciada por Yolanda Clavijo en el evento Panel de la Memoria, realizado el 26 de julio de 2017 en la Liga de Fomento de Punta del Este.

el barrio histórico, dado que allí se encuentran algunas de las construcciones más antiguas de la ciudad. En ese sentido, el contraste entre lo moderno, representado por los edificios lujosos, y lo antiguo, lo histórico, lo horizontal, se nota a la distancia en el paisaje (Figura 1).



**Figura 1:** Vista aérea de la Península de Punta del Este

**Fuente:** [puntadeleseteinternacional.com](http://puntadeleseteinternacional.com)

Este trabajo busca, en un primer momento, presentar brevemente el proceso de desarrollo turístico de Punta del Este y luego los resultados preliminares del proyecto de identificación y registro de bienes culturales de la Península, que viene siendo realizado desde el año de 2016, por docentes, estudiantes y egresados de la Licenciatura en Turismo del Centro Universitario de la Región Este (CURE) de la Universidad de la República (UDELAR), en conjunto con la Comisión de Cultura y Patrimonio del Municipio de Punta del Este.

## **El desarrollo turístico inmobiliario en Punta del Este**

**- 1889-1990**

En el período colonial, la península de Punta del Este fue un punto ambicionado por razones estratégico-defensivas, tal como ocurrió, según Leicht (2012), con Colonia del Sacramento (1680) y Montevideo (1724). Ingrid Roche (2015), al realizar el análisis histórico del poblamiento de la costa atlántica uruguay, constató que durante un largo período, fue utilizada como ocupación temporal, dadas sus condiciones climáticas y geográficas, para uso de sus recursos naturales (agua, monte nativo, pesca) y para el intercambio comercial por mar.

A fines del siglo XIX, la península de Punta del Este llevaba el nombre de Pueblo Ituzaingó, y ahí vivían mayoritariamente, pescadores y trabajadores de compañías dedicadas a caza de lobos y ballenas. Las construcciones estaban en su mayoría dispersas, había un faro (1860), una aduana (1887) y sencillas viviendas de lugareños (LEICHT, 2012). No es casualidad el hecho de que, el primer establecimiento de hospedaje de Punta del Este, el hotel Risso, haya empezado en 1889, en los galpones de una ex pesquería, en un contexto de aislamiento, debido a la exposición del poblado a las condiciones climáticas y el avance natural de las dunas, lo que también dificultaba el acceso por tierra. En 1891, con el fin de fijar la movilidad del sistema dunar, el inglés Henry Burnett planta coníferas en la Península, método que fue ampliamente utilizado posteriormente por varios terratenientes de la región y que hoy, son parte del paisaje.

Según Trochón (2017), un importante marco en la historia de la urbanización de Punta del Este fue la adquisición en 1905 de veinticuatro solares en la Península, por la flamante



empresa argentina Bola de Nieve, que un año más tarde vendería algunos de esos terrenos y construcciones ya existentes a la Sociedad Anónima Balneario Punta del Este. Esta última, en 1908, inaugura el Hotel Biarritz. Otros hoteles relevantes fueron el Hotel British House, construido en 1910 por los franceses Emile Pitot y Madame Jeanne Mouliá Pitot, el Gran Hotel España inaugurado en 1911, cuyo propietario era el español Joaquín García y luego José Míguez, el Hotel L'Elite (1930), de la familia Sáder. En general, los hoteles de esa época fueron creados por inmigrantes extranjeros y por sociedades; con el pasar del tiempo, algunos diversificaron su oferta, mejoraron su servicio y ampliaron sus instalaciones (TROCHÓN, 2017). Para Campodónico y Da Cunha (2009), el implícito deseo de las clases altas de la región de confundirse con los balnearios en boga, en especial franceses y británicos, estaba presente en las primeras construcciones en Punta del Este.

Además de tener sala de juegos de azar, restaurante y bar, algunos hoteles también ofrecían traslados en auto, paseos al Bosque Municipal y a Punta Ballena, servicio de alquiler (casillas en la playa, sombrillas, sillas, etc), bailes y música en vivo. Para Trochón (2017, p. 32): “(...) los hoteles concentraban en sí mismos múltiples actividades, oficiando como complejos microcosmos donde la vida diaria estaba organizada de la mañana a la noche”. En 1930, se inaugura la tan esperada estación de ferrocarril en Punta del Este. Uruguay y Argentina ya estaban conectados por diferentes medios de transporte, sin embargo, muchos recurrían a la combinación de ellos.

La urbanización de Punta del Este empieza a expandirse más allá de la Península, con la creación del barrio Pine Beach, en 1934, cuyo promotor fue Pascual Gattás. La hotelería también

fue avanzando con el surgimiento de nuevos emprendimientos, como el hotel casino Míguez (1938) en la playa Mansa, y se fueron conquistando otros territorios como el de la playa Brava, con la inauguración del Gran Hotel Casino de Punta del Este (1938) y el Playa Hotel (1942). Para Tronchón (2017), entre los años treinta y cuarenta la intervención del Estado en la promoción hotelera fue una realidad, otorgando dinero y facilidades de crédito para la construcción de nuevos hoteles y reformas de los ya existentes.

A mediados de los años cuarenta, comienza un nuevo capítulo en la historia del Balneario, consecuencia de la materialización de grandes proyectos turísticos inmobiliarios, en áreas de bosques artificiales de pinos, tales como el Barrio Parque del Golf y el Barrio Parque Los Médanos de San Rafael, donde en 1948 se inaugura el hotel casino San Rafael.

La figura clave de este período fue el empresario Mauricio Litman, que adquirió tierras en un área de arenales no urbanizada del Balneario, con el objetivo de vender lotes, construir bungalows en el bosque y un club social llamado Cantegril Country Club, inaugurado en 1947. Es en ese contexto, que muchos argentinos compran terrenos en los nuevos barrios y en la Península y construyen casas estilo Chalet, con jardín frontal o rodeadas de bosque (ROCHE, 2015). Dos factores contribuirán para el incremento de construcciones y la llegada de nuevos residentes en ese período: el fin de la segunda guerra mundial y las medidas adoptadas por Perón en Argentina. Según Schenkel & García (2015), el gobierno peronista entre 1944 y 1955, en coordinación con los sindicatos y la Fundación Eva Perón implantan una ambiciosa política de turismo social, tendiente a garantizar el acceso al turismo y al ocio a sectores

sociales de bajos ingresos. Para los autores, el efecto colateral de esta medida política fue: “(...) el traslado de la élite conservadora a Punta del Este y su potencialización como balneario” (SCHENKEL & GARCÍA, 2015, p. 209 - 10) .

A fines de los años cuarenta, el valor del metro cuadrado en la Península se incrementó y se empezaron a ofrecer los primeros apartamentos construidos bajo el régimen de propiedad horizontal. El primer edificio de tres plantas de la Península fue El Pinar, construido en 1949 (TROCHÓN, 2017).

En 1951 ocurre en Punta del Este un importante evento, un hito en la historia del desarrollo turístico del Balneario, este fue el Primer Festival de Cinematográfico de Punta del Este, organizado por el empresario Mauricio Litman. El evento ocurrió durante la temporada de verano en el flamante Cantegril Country Club y contó, según Lacruz (2015), con el auspicio de la Comisión Nacional de Turismo, cuyo objetivo era promocionar los atractivos turísticos del país. Con el Festival, Punta del Este pasa a ser conocida mundialmente y a estar vinculada al mundo del cine, de los artistas y de la música.

De acuerdo a Trochón (2017), algunos de los primeros hoteles del Balneario, como el Hotel Nogaró, el Biarritz y el Míguez, pasan, en los años sesenta, a vender sus habitaciones como apartamentos, bajo el régimen de propiedad horizontal. Según la autora, a partir de 1960, con la caída del gobierno de Juan Perón, se incrementan las inversiones y la afluencia de turistas a Punta del Este. En esos años, los argentinos tenían diferentes opciones de transporte para viajar al Balneario y los turistas brasileños empezaron a llegar a bordo de barcos transatlánticos.

En ese contexto, se inaugura el edificio Vanguardia, cuyo propietario era Mauricio Litman y Asociados. Posteriormente,

una serie de otros edificios fueron construidos, tales como: Santos Dumont (1964) Lafayette, (1968) y la primera torre del Balneario, Opus Alpha (1969), realizada con inversiones árabes. Para Campodónico y da Cunha: “altos edificios, capaces de recibir grandes volúmenes de turistas señalan el término de la etapa exclusivamente elitista, provocando la apertura social del balneario y cambiando definitivamente el paisaje.” (CAMPODÓNICO Y DA CUNHA, 2009, p.617)

A partir de los años 70, se acentúa la construcción en altura y se incrementa gradualmente el precio del metro cuadrado, principalmente en la Península. Tal situación ocasionó la migración de la mayoría de los moradores hacia otros barrios de Punta del Este y zonas aledañas y la llegada de nuevos residentes a Punta del Este y Maldonado, atraídos por la oferta laboral, ya sea en la construcción o otros servicios. Muchos de esos migrantes internos, que se desplazan por razones laborales, se han establecidos en asentamientos, debido al costo de los alquileres en la región y del alto valor de los terrenos.

Actualmente, hay una gran presión inmobiliaria en Punta del Este, que en algunos casos amenaza la existencia material de algunas construcciones emblemáticas citadas anteriormente, como hoteles, restaurantes, espacios de sociabilización. El debate en torno a estos temas casi siempre divide a la población local, ya que algunos están a favor de la construcción de torres, porque supuestamente propicia el empleo, y otros están en contra, ya que modifican el paisaje, destruyen lugares importantes y su aporte a la economía y a la oferta laboral es transitoria.

## **Proyecto de identificación de bienes culturales de la Península de Punta del Este**

El proyecto: “Identificación y registro de bienes culturales de la península de Punta del Este” se desarrolla a partir de una demanda de la Comisión de Patrimonio del Municipio. Actualmente, integran el proyecto de investigación docentes del Área de Estudios Turísticos de Antropología, Turismo e Historia de la Universidad de la República (UDELAR) y estudiantes y egresados de la carrera de Turismo del CURE (Centro Universitario Regional del Este), Maldonado.

Se considera el patrimonio cultural como una categoría situada entre el pasado y el presente (GONÇALVES, 2003), un importante campo de investigación, dado que sus sentidos y significados son construidos socialmente (PRATS, 2005; POULOT, 2008). En ese sentido, los conceptos de bienes culturales y patrimoniales son concebidos desde la diversidad y la importancia que tienen para determinados grupos y comunidades, en el proceso de fortalecimiento de las identidades locales y del sentido de pertenencia (FUNARI & PELLEGRINI, 2009).

Las actividades de investigación están pautadas por la utilización de una metodología cualitativa, proveniente de la tradición antropológica en general y etnográfica en particular, en interfase con el trabajo de investigación en turismo. El proyecto parte de entender la memoria como social y colectiva, tal como afirma Halbwachs (2004), cualquier recuerdo del pasado, por más que parezca fruto de sentimientos y pensamientos exclusivamente individuales, solamente existe como parte de estructuras o contextos sociales. De esa manera, no existe identidad sin memoria, tal como no existe recuerdo sin olvido (CANDAU, 2006).

Además de la investigación bibliográfica, hasta la fecha, se realizaron observaciones, registros audiovisuales y veintiuna entrevistas en profundidad, a trece antiguos y actuales residentes de la Península (Imagen 2). Éstas son personas de edad avanzada, entre los 70 y los 90 años. El trabajo con este grupo y el registro de sus memorias se ha revelado como importante para la comunidad, pues debido a la edad de sus integrantes algunos han fallecido en el transcurso de la investigación. El corte socioeconómico del grupo es de clase media alta. Estas entrevistas estuvieron centradas en el registro de narrativas asociadas a la historia de la ciudad, en la identificación de lugares valorados por los entrevistados y en las percepciones del lugar en el presente.

Las entrevistas fueron sistematizadas y se definieron categorías y subcategorías de análisis, tales como: acontecimientos, lugares, personas, prácticas y saberes y oficios. La categoría lugares ha generado una base de datos con información relevante sobre cada bien, tales como: ubicación geográfica, fecha de construcción, estado de conservación, reseña histórica, narrativas asociadas, entre otros campos. En una próxima fase del proyecto, la base de datos será utilizada como insumo para representaciones espaciales, talleres con la comunidad y mapas temáticos.



**Figura 2:** Entrevista a Yolanda Clavijo

**Fuente:** Fernanda Olascoaga, archivo del proyecto (2018).

Según las narrativas, se encuentra como marco fundador de la historia de la hotelería y turismo de Punta del Este, la creación del rústico e improvisado Hotel Risso en la inhóspita Península habitada por pescadores. En cuestión de poco tiempo, surgen propuestas hoteleras pensadas para la aristocracia de la época, en su mayoría generadas por inversores extranjeros. El perfil del turista y del veraneante también fue cambiando. Primero los ingleses, luego la aristocracia argentina y local y posteriormente surgieron nuevos segmentos, como la clase media de la región.

A través de los relatos, fue posible percibir la histórica presencia de los argentinos en el Balneario, como turistas, veraneantes asiduos y dueños de propiedades. También se evidencia cómo las medidas y acontecimientos políticos de Argentina han repercutido en el Balneario. Los relatos expresan cómo los visitantes y su demanda de productos importados y servicios de calidad, influyen en la construcción de la imagen de Punta del Este, asociada a la exclusividad y al lujo. Por otro lado, también se demarca la diferencia “entre ellos y nosotros”, dadas las diferencias culturales y sociales.

Algunos eventos fueron considerados por los entrevistados como hitos en la historia del turismo del Balneario. La realización del Festival de Cine, marca la transición de una Punta del Este “de algodón a las lentejuelas”<sup>6</sup>, cuya imagen pasa a estar asociada a los referentes internacionales de la música y del cine. Los eventos políticos que tuvieron lugar entre 1960 y 1970, como la reunión del Consejo Interamericano Económico y Social (CIES) de la OEA y la Reunión de Presidentes de América,

---

6. Frase extraída de la entrevista realizada a Mecha Gattás en 2017, en el marco del proyecto.

también influenciaron en la promoción internacional de este destino, aunque de manera indirecta.

En relación a los lugares, considerados importantes por los entrevistados, se identificaron algunas categorías. Por un lado, aquellos que tienen relación directa con la historia del turismo del Balneario, tales como los hoteles, casinos, restaurantes, boîtes; por otro lado los espacios de recreación y sociabilidad como el Club Democrático, el Bosque Municipal, la antigua estación Ancap, la escuela pública número cinco, “las mesitas”, los cines y por último, las construcciones más antiguas, como el faro. Todos los lugares citados como relevantes, están asociados a acontecimientos, prácticas, usos y relaciones, transmitiendo así, la inmaterialidad de los bienes, independientemente de la existencia material de ellos en el presente.

Además de las entrevistas se realizaron, en conjunto con la comisión de Patrimonio del Municipio, dos ediciones (2017 y 2018) del evento Panel de la Memoria, en ambas actividades hubo una expresiva participación de los antiguos residentes (Figura 3). En esas actividades tres personas referentes locales fueron invitadas a compartir sus memorias sobre Punta del Este.

**Figura 3:** Segunda edición Panel de la Memoria 2018.

**Fuente:** Fernanda Olascoaga, archivo del proyecto (2018).





## Conclusión

Existe, sin duda alguna, una memoria compartida en el grupo abordado, que delinea los trazos de una Punta del Este pasada y reivindicada por los locales como ideal. En términos de una de las entrevistadas: “aquella Punta del Este nos espera debajo de ésta”<sup>7</sup> expresando la idea de que, bajo el hormigón y los grandes edificios, hay por una parte, una ciudad distinta (que parcialmente pertenece al pasado) y que traída, a través de la memoria, se hace presente en un hoy trasfigurado, y aporta a una posible proyección futura del lugar: “nos espera”, fue y a la vez, puede volver a ser.

Si bien muchos lugares físicos ya no existen, los relatos siguen presentes y se percibe un gran interés por parte de la comunidad e instituciones locales, en registrar y preservar esas memorias. Dado el proceso histórico de desarrollo de la región, la actividad turística aparece en las narrativas como un elemento fundamental. Por lo tanto, investigar sobre el sistema de bienes culturales de Punta del Este es también registrar la memoria y la historia del desarrollo turístico del balneario y de la región.

El análisis realizado permitió no solo mapear bienes culturales y registrar memorias e historias asociadas a ellos, sino también identificar la necesidad de los antiguos y actuales residentes de la Península en poseer un espacio físico para salvaguardar y dar a conocer sus bienes culturales. Dicha necesidad está asociada por un lado, con los cambios ocurridos en el paisaje y con la progresiva desaparición de algunos bienes culturales como consecuencia del desarrollo inmobiliario y

---

7. Frase extraída de la entrevista realizada a Yolanda Clavijo en 2017, el marco del proyecto.

turístico, y por otro con la preocupación en relación al registro de las memorias, ya que muchos de los antiguos moradores fallecieron o son de edad avanzada.

Tal como se mencionó anteriormente, el proyecto en cuestión, se encuentra en curso, en ese sentido, se continuará la realización de entrevistas, principalmente con personas relacionadas a oficios característicos de este Balneario, (pescadores, jardineros, obreros, mucamas) y con antiguos moradores de edad avanzada. En relación a la investigación aplicada, se espera proseguir con el trabajo de identificación y registro de bienes culturales, y en conjunto con la comunidad local, desarrollar mecanismos de salvaguarda y difusión de la memoria e historia de Punta del Este.

## Referencias

- CAMPODÓNICO, Rossana. y DA CUNHA, Nelly. (2009). Mar del Plata y Punta del Este entre la permanencia y la renovación. In: **Revista Estudios y perspectivas en Turismo**, Vol. 18. Buenos Aires.
- CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**, 2. ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, p. 21-29, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Prensa Universitaria de Zaragoza, 2004.
- JUNTA DEPARTAMENTAL DE MALDONADO. **Decreto 3844**, 2008.
- LACRUZ, Cecilia. (2015). Modernidad y política en el cortometraje documental uruguayo: estrategias cinematográficas de una escena inaugural. In:

- Imagofagia**, Revista de la Asociación Argentina de Estudios del Cine y Audiovisual. No 12 pp 1-21.
- LEITCH, Eleonora. (2012). El proyecto territorial del balneario uruguayo: modelos, paradigmas y utopías. In: **Identidades: territorio, proyecto, patrimonio** (3), 293-320. Disponible en: <http://upcommons.upc.edu/revistes/handle/2099/13508> Acceso en: 13/01/2017.
- POULOT, Dominique. Um Ecosystema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 26-43, 2008.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social**. No 21, pp. 17-35, 2005.
- ROCHE, Ingrid. (2015). Modalidades de ocupación del litoral atlántico uruguayo. In: **Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**. “VII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona- Montevideo, junio 2015”. Barcelona, DUOT.
- SCHENKEL, Erica; GARCÍA, Fernando Almeida. (2015). La política turística y la intervención del Estado. El caso de Argentina. In: **Perfiles Latinoamericanos**. Artículo vol. 23, núm. 46, pp. 197-221.
- TROCHÓN, Yvette. (2017). **Punta del Este. El Edén Oriental (1907-1997)**. Editorial Fin de Siglo. Montevideo.

# El chipá y su estampa femenina: memoria, tradición, trabajo y patrimonio

*Zulma Inés Masi Godoy*<sup>1</sup>

## Introducción

La cultura de una sociedad se manifiesta de distintas formas y a través de distintos aspectos. Un alimento, el acto de alimentarse y la alimentación en sí, pueden ser consideradas, en su conjunto, como declaraciones culturales de gran importancia, vinculado a prácticas y procesos sociales, que a su vez se relacionan a los distintos “significados que os diferentes grupos sociais atribuem ao que se come, como, quando e comquem, assim como ao lugar que esses alimentos e essa comida ocupam tanto nas trajetórias de identificação coletiva” (MENASCHE, et.al., 2012, p.7).

Conforme al artículo 140 de la Constitución Nacional del Paraguay (PARAGUAY, 1992), el país es considerado pluricultural y bilingüe, teniendo al castellano y al guaraní como idiomas oficiales, componentes del patrimonio cultural de la nación. Esta enunciación explica el singular proceso de colonización que tuvo el Paraguay desde el siglo XVII, dado por la intervención de las misiones jesuíticas, en la forma de organización política y de sometimiento de los pueblos indígenas,

---

1. Alumna de Maestría del Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural de la Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). El presente trabajo fue realizado con el apoyo de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: zmasigodoy@gmail.com

así como en el ámbito de la recopilación y preservación del patrimonio cultural. Esto permitió la continuidad e hibridación de diversas expresiones artísticas, comunitarias y religiosas originarias. “La nueva sociedad heredó las pautas culturales españolas, pero le dio su sello distintivo porque vivió un particular proceso de mestizaje que la marcó profundamente” (BOSIO, 2016, p.26).

Es por ello que, “en Paraguay, la mayoría de los recursos culturales están asociados a las comunidades rurales, indígenas y/o de inmigrantes” (SENATUR, 2013, p.70).

Es así que, las comidas típicas del Paraguay, forman parte de la extensa diversidad de recursos culturales del país, siendo éstas, resultado de la combinación de las técnicas culinarias hispanas con los productos nativos y otros introducidos y aclimatados por colonizadores españoles, destacando la valiosa contribución y conocimiento de los pueblos guaraníes, en un saber-hacer que fue heredado de generación en generación, y que se inscribe en un marco histórico cultural local, regional e universal. Principalmente, la mandioca o yuca y el maíz, son los dos alimentos que constituyen la base de la alimentación paraguaya.

Dicho esto, la chipa o el chipá se encuentra en el marco de esta diversidad de comidas tradicionales.

“Los panes o tortas de distintas harinas de maíz y mandioca reciben diferentes nombres en toda la geografía americana. En Paraguay, sobreviven, en los últimos siglos, la

denominada chipa<sup>2</sup> o chipá y el mbeju”<sup>3</sup> (MIRÓ, 2001, p.84).

El término chipá, encontrado en el diccionario Tesoro de la Lengua Guaraní, de Antonio Ruiz de Montoya (1639), indica al vocablo guaraní “típá” en su definición como torta de harina y acemita. En el diccionario Quichua Santiagueño/Castellano (1985) se afirma que el término es de origen quichua o quechua, registrando “otras palabras de la misma familia y con las propias características como chipacu, pan de acemite y chicharrón<sup>4</sup>, voz que se compone de chipa (apretado) y cu, deformado de coj (que se hace), que refiere a la pasta o masa de acemite mezclada con el chicharrón (MARTÍNEZ, 2017, p. 178). No obstante, la palabra no adopta un género, y se toma ambas denominaciones como legítimas, incluyendo otras variantes, tanto en el Paraguay como en el nordeste argentino y parte de la región sur y centro oeste del Brasil.

El chipá es elaborado principalmente con almidón de mandioca, harina de maíz, grasa de cerdo, huevo, queso, leche, entre otros ingredientes que se combinan de manera variada teniendo como registro, hasta el año 2000, unas 70 recetas o variantes del chipá. Si bien para la preparación del chipá se

---

2. Existen varias recetas similares de panecillos o tortillas, como el chipá, elaboradas con harinas de maíz y mandioca que a su vez reciben distintas denominaciones. Por ejemplo, en Bolivia existe, en su término guaraní, el cuñapé, en Colombia y Venezuela, la arepa, en Brasil, la tapioca, la pamonha, en El Salvador, la pupusa, entre otros. En algunos estados brasileros, como el estado de Mato Grosso do Sul, el chipá es muy popular debido a la presencia de migrantes y descendientes paraguayos.

3. El mbeju es una torta de harina de mandioca muy delgada en forma de panqueque. Es uno de los alimentos más antiguos de la cultura guaraní.

4. La primera definición de chicharrón en el Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española es adulón, delator. También es residuo de las pellas del cerdo, después de derretida la manteca.

utiliza distintos ingredientes, los principales son las harinas de mandioca y maíz, entre otros componentes como el coco, el maní, el poroto, arroz que sirven para crear otras variantes del chipá.

Se considera que fue en la región de las Misiones Jesuíticas Guaraníes<sup>5</sup>, región que era de dominio guaraní, antes de la llegada de los colonizadores, donde se desarrolló la cultura y la gastronomía, entre otras prácticas culturales. “En los registros históricos de la época de la colonia y de los jesuitas aparecen apuntes en las cuales los guaraníes preparaban tortas y panes de mandioca o maíz, sin especificar de qué tipo” (MIRÓ, 2001, p.84).

En este contexto, nace la intención de, por un lado, conocer y comprender el proceso que transporta un alimento declarado nacional del Paraguay, el chipá, que se empodera en diversas esferas: sagradas, sociales, económicas, culturales, políticas y, por el otro, visibilizar y comprender el valor que asume este alimento nacional a través del papel protagónico de mujeres paraguayas, mujeres que, a través de su trabajo logran preservar un bien y una práctica cultural, que a su vez, resultan en la representación de una identidad femenina, como una estampa identitaria para la sociedad paraguaya (Ver Figura 1).

---

5. Las misiones o reducciones jesuíticas guaraníes fueron un conjunto de treinta pueblos, fundados a partir del siglo XVII, resultado de la presencia de numerosos misioneros de la Compañía de Jesús, llamados jesuitas, pertenecientes a la orden fundada en 1534 por San Ignacio de Loyola.



**Figura 1:** El chipá y las chiperas

**Fuente:** Foto de la autora, 2018.

En este sentido, el objetivo central del proyecto es visibilizar y comprender el protagonismo de mujeres paraguayas como personas que representan y preservan una tradición cultural, una memoria colectiva y un patrimonio vivo, a través de la producción y comercialización del chipá; alimento nacional del Paraguay. Los objetivos específicos que se desprenden del objetivo central se encaminan hacia: 1) conocer las trayectorias de vida, experiencias laborales y personales de mujeres en relación a la producción y comercialización del chipá, 2) describir las condiciones laborales de producción y venta del chipá, 3) identificar los varios usos y formas de comensalía y sociabilidad asociadas al chipá y 4) analizar y problematizar los conceptos de memoria, identidad y patrimonio envueltos en un universo cultural, alimentar, principalmente femenino.



Este artículo presenta un resumen del proyecto de investigación, actualmente en curso, realizado en el marco de la maestría en Memória Social e Patrimônio Cultural de la UFPel.

Para alcanzar estos objetivos se seleccionaron y entrevistaron un total de 13 mujeres vendedoras de chipá de las ciudades de Asunción (8), Caacupé<sup>6</sup> (2) y Eusebio Ayala (3), tomando el criterio de que las mismas se encuentren en el oficio de la comercialización por un período de más de 10 años. Este criterio de antigüedad ayudó a comprender, entre otros aspectos, la permanencia y el protagonismo del trabajo en este rubro, así como la identificación de las “memorias fuertes” denominación expuesta por el autor Joël Candau (2011). Asimismo, se tomó el criterio de seleccionar mujeres que trabajan tanto en la capital del país como en ciudades del interior, teniendo en cuenta que las localidades donde cada una de ellas se encuentran asumen un contexto que conecta los aspectos relacionados al patrimonio, a la memoria del lugar, a la tradición y a la cultura.

Todas las entrevistas fueron realizadas en los puestos de trabajo de cada chipera (en la calle o en las “chiperías”, locales exclusivos de venta de chipá) puesto que la mayor parte del tiempo, estas se encuentran fuera de sus hogares. Del mismo modo, todas ellas trabajan de lunes a viernes (algunas sábado e incluso domingo) por más de 8 horas, algunas en tiempo parcial, por asumir la responsabilidad de los trabajos domésticos, una labor no remunerada.

Las chiperas de Asunción entrevistadas fueron: Flavia Godoy Lezma, de 56 años, María Herodita Duré, de 52 años, Nilda Elisa Galeano, de 40 años, Simeona Antonia Martínez de

---

6. Caacupé es la capital del Departamento de Cordillera y está localizada a 54 km de la ciudad de Asunción.

Gómez, de 58 años, Nilsa Alejandra Cuquejo, de 68 años, Maria de la Cruz Sanabria (más conocida como Marina), de 49 años, Blanca Esther González Torres, de 46 años y Angélica González Ortellado, de 58 años.

Las chiperas de la ciudad de Caacupé fueron: Estela Cardozo de Núñez, de 53 años y Lucía Riquelme de Ruíz Díaz, de 52 años y las de Eusebio Ayala: Marta Lucia Cabrera, de 46 años, Antonia Vera, de 46 años y Evelyn Jazmín Iglesias de Maidana, de 37 años.

De las 9 mujeres de Asunción, 7 venden chipá producida por dos empresas cuya tradición familiar data de larga y reconocida trayectoria en el país. Estas son: “Hijas de Feliciano Fariña S.R.L.”<sup>7</sup> y “Chipería Kalí”<sup>8</sup>.

Flavia, María, Nilda y Simeona venden chipá de la marca “Hijas de Feliciano Fariña S.R.L.” y Nilsa, Marina y Blanca de la marca de la “Chipería Kalí”

Cabe destacar que ambas empresas fueron y continúan siendo emprendidas por mujeres, indicador que permitió reforzar el protagonismo femenino en el rubro de este producto. Este aspecto también contribuyó para entender cómo el prestigio de la empresa y la calidad de los productos hacen e influyen en la permanencia de los empleados en la misma.

Angélica vende chipá, hace 35 años, en la Terminal de Ómnibus de Asunción. La misma trabaja día de por medio, acarreando sus chipás desde la ciudad de Eusebio Ayala hasta la capital del país.

Estela y Lucía, naturales de la ciudad de Caacupé, venden chipá alrededor de la denominada Catedral Basílica de Nuestra

---

7. <http://felicianadefarina.com.py/>

8. <https://www.facebook.com/chiperiakali/>

Señora de los Milagros, más conocida como la Catedral de Caacupé. La misma es considerada la capital espiritual del Paraguay por albergar el santuario más grande del país y en donde, anualmente, cada 8 de diciembre se celebra y se venera a la Virgen de Caacupé. Ambas permanecen en el oficio hace más de 20 años.

Marta, Antonia y Evelyn venden chipá en la ciudad de Eusebio Ayala. Marta y Antonia en la chiperia y comedor “El Dorado”, y Evelyn en la chipería “Santo Domingo”. En esta ciudad, cada año se realiza el “Festival Nacional del Chipá”<sup>9</sup>, que tiene el objetivo de rendir tributo al chipá como alimento nacional, además de promover la cultura nacional y homenajear a los chiperos y chiperas más antiguos de la ciudad. En ella se desarrollan una serie de actividades artísticas, presentaciones musicales con artistas locales, entre otras acciones de carácter turístico.

La metodología de la investigación es de carácter cualitativa, en la cual se utilizó el método de Historia Oral Temática, que permitió establecer un diálogo en un universo diverso de mujeres, a través de entrevistas que facilitaron la comprensión de cómo, a través de un alimento que posee una fuerte representación cultural, éstas fueron constituyendo sus memorias e identidades en el marco de cuadros o marcos sociales, denominación dada por el sociólogo francés Maurice Halbwachs (2004). Estos marcos, como el lenguaje, el tiempo y el espacio, son los marcos en donde los individuos construyen sus recuerdos articulando sus memorias en función a la pertenencia a determinados grupos sociales– la familia, la religión, la clase social– y, en donde los recuerdos van adquiriendo significado.

---

9. En el 2018 se realizó la 8ª edición.

Maurice Halbwachs (1990) y Joël Candau (2011) fueron los principales teóricos utilizados para enmarcar los argumentos relacionados a la memoria, en su aspecto individual y colectivo, así como su vinculación y discusión con la temática de la identidad. Auxilian también esta comprensión, entre otros conceptos, de acuerdo con el carácter cualitativo del trabajo, los autores Michael Pollak (1992), Alessandro Portelli (1997), Paul Thompson (1998), Verena Alberti (2004), Llorenç Prats (1998), Hugue De Varine (2013), Pedro Paulo Funari e Sandra C. A Pelegrini (2006), entre otros; teniendo en cuenta que es fundamental que la teoría y la metodología dialoguen juntas para auxiliar la comprensión de las narrativas además de conducir la propuesta hacia un campo en el cual, éstas voces femeninas pueden ser concebidas. De esta forma, “trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam” (ALBERTI, 2004, p. 18).

El propósito de la aplicación de las preguntas se orientó hacia un diálogo en donde se proyectó entender las distintas circunstancias en las cuáles estas mujeres llegaron al oficio de vender chipá en la calle, de qué manera sus memorias e identidades fueron re significadas a partir de la venta del chipá, en un espacio común compartido con otras chiperas, sus anécdotas de vida, sus anhelos, cómo ven su futuro a partir de ese oficio, entre otros aspectos. Las conversaciones se fueron dando, a medida que fui aproximándome a ellas, explicándoles el motivo de la investigación y consultándoles el interés en formar parte de la misma. Todas ellas, accedieron de manera positiva a las entrevistas, a la autorización verbal de las grabaciones y al

registro fotográfico, a excepción de Marta y Antonia, de Eusebio Ayala, quienes prefirieron no ser fotografiadas.

Para el desarrollo de las entrevistas se utilizó una guía de aproximadamente 25 a 30 preguntas que sirvió de pauta para el inicio de las conversaciones con las chiperas, siendo que algunas de ellas fueron adicionadas posteriormente conforme la necesidad que surgía en el momento y otras que aparecían de forma reactiva de acuerdo a las respuestas de las entrevistadas. Cada entrevista, tuvo una duración diferente, aproximadamente en promedio de una hora o menos, en algunos casos, teniendo en cuenta que se tuvieron encuentros informales de aproximación, para entrar en un clima de confianza y acceder a la autorización para la grabación de los diálogos.

De esta manera, si bien el foco de la investigación se centró en las narrativas de estas 13 mujeres, fue necesario, comprender otras temáticas y concepciones que el chipá, como bien cultural, trae consigo en los distintos discursos: sociales, políticos y culturales, ya que estos envuelven la imagen y la posición de la mujer en varias esferas. La cuestión de género, es un aspecto que atraviesa mayor parte del trabajo, por ser un elemento que determina, en gran medida, la esencia de la condición de trabajo de las mujeres, en lo que respecta a la división sexual del trabajo, en la representatividad que posee la designación de ser “chipera”, en el rol “atribuido” de ser mujer, madre y esposa, entre otros aspectos. La práctica laboral femenina en estado de informalidad y en condiciones precarias; específicamente en lo que refiere a las mujeres que comercializan el chipá, desempeña una temática que exige una profunda reflexión, teniendo en cuenta que estas mujeres agregan valor a la noción de patrimonio, siendo este un concepto, que etimológicamente

se vincula al conjunto de bienes materiales e inmateriales de valor, a través de, representaciones que están siempre asociadas a la herencia, la transmisión y el tiempo. En otras palabras, el patrimonio no es algo estático, es una construcción social, sujeto al imaginario y a la expresión de una persona o grupo de personas, en donde los conceptos son siempre colectivos e integran un conjunto de preceptos sociales vivenciados de forma interactiva (HERNANDEZ, 2007). El chipá ejerce una acción sobre las mujeres, así como las mujeres sobre el chipá. Esta acción o práctica permite considerar a un sentido de patrimonio vivo, dinámico, afectivo y en movimiento.

El trabajo, está dividido en tres capítulos. En el primer capítulo se presenta un breve histórico del chipá en el Paraguay, su origen en la cultura guaraní, sus tipos y formas, su presencia y representación en la religiosidad paraguaya, su apariencia en la figura femenina y algunas consideraciones antropológicas sobre la significación de la cultura alimentaria en su interlocución con la dimensión cultural específicamente.

El segundo capítulo tiene el objetivo de presentar la noción de patrimonio en el marco del contexto institucional de las políticas culturales en el Paraguay, la legislación vigente en torno a la protección del patrimonio cultural en el Paraguay, el proceso de cómo el chipá llega a ser declarado alimento nacional del Paraguay y la, discusión del concepto de patrimonio material e inmaterial tomando como escenario la vía pública entre otros procesos vinculados a la misma.

El tercer capítulo consiste principalmente en la presentación de las condiciones de trabajo de las mujeres, el aspecto de género y las memorias fuertes, como las temáticas o narrativas más destacadas, sin desmeritar las versiones individuales

de cada una; teniendo en cuenta que “a história oral se preocupa com as versões individuais sobre cada fenômeno e que ela apenas se justifica em razão da soma de argumentos que caracterizam a experiência em conjunto” (MEIHY, 1996, p. 14). Las memorias fuertes analizadas se encuentran en torno a la familia, al trabajo y a la visión de futuro, categorías que aparecieron con más fuerza en los relatos de las mujeres.

Igualmente, el capítulo inicia y centra su atención en la perspectiva de género y la situación del empleo femenino en Paraguay, temáticas fundamentales dentro del perfil de las entrevistadas y de la línea de la investigación.

En casi todos los capítulos de la disertación se procuró incluir las palabras o voces de las entrevistadas, en segmentos donde se consideró su pertinencia, como forma de enriquecer, reforzar y dignificar sus relatos. Igualmente, los aportes teóricos dialogan de manera transversal en todo el trabajo, de manera a componer un hilo conductor y una estructura coherente en el marco del proyecto.

Con todo esto, la propuesta aspira poner en valor las voces femeninas como protagonistas que construyen el patrimonio cultural del Paraguay, quienes, representan una memoria colectiva y social, en torno de un proceso que se funda en una sabiduría ancestral, cultural y culinaria, marcando un transcurso que recorre una lógica cíclica del saber-hacer y vender.

El trabajo buscó, a través de la oralidad de sus protagonistas, las mujeres chiperas; comprender y visibilizar la presencia de estas, en el periodo de más de una década, en el oficio de la comercialización del chipá, alimento nacional del Paraguay, concebido como patrimonio cultural. El documento se encaminó hacia la identificación de las memorias fuertes, procurando

abordar temáticas que fueron claves para entender las trayectorias de estas mujeres en el oficio. Estas memorias fuertes se relacionaron al ámbito familiar, laboral y de la proyección de futuro.

A través de las narrativas de las chiperas, igualmente, se pretendió poner en valor sus historias a fin de darles voz como agentes que ejercen, fortalecen y transmiten una práctica cultural tradicional viva y dinámica, en torno a un bien cultural, con carácter de patrimonio cultural.

En este contexto, la disertación puso importante énfasis en el trabajo informal de mujeres en este oficio, con la intención de visibilizar las condiciones vulnerables y precarias de estas, haciendo un puente de diálogo con los conceptos de memoria y patrimonio, específicamente, así como el concepto de género que ayudó a vislumbrar la transversalidad de esta noción sobre los aspectos económicos, sociales y culturales.

Para ello, fue necesario además, exponer y contextualizar la presencia del chipá en la sociedad paraguaya, como elemento que atraviesa varias dimensiones, entre el ámbito social, económico, cultural, político, religioso, afectivo, entre otros, estableciendo una fuerte relación con el campo patrimonial y cultural en el país. Así, el chipá cobra fuerte protagonismo en la conformación de las identidades de las chiperas, conjugándose en una práctica cultural y tradicional que permanece vigente hasta hoy día.

Los aspectos que sobresalieron a partir de las narrativas de las entrevistadas, se encuentran principalmente relacionadas al ámbito laboral. Todas las mujeres entrevistadas empezaron su labor en la venta del chipá, por necesidad y por continuidad familiar, y permanecieron y permanecen actualmente en



ella por más de 20 años. Si bien algunas dieron una pausa por ocuparse en otros oficios, retornaron a la comercialización del chipá por ser, según ellas, un negocio rentable. Ninguna de ellas posee seguro social, ni beneficios con las empresas de las cuales adquieren los productos, que, luego ellas, las revenden en la calle. Así, estas deben adquirir por cuenta propia sus elementos de trabajo, como ser, uniformes, canastas, bolsitas, servilletas, sillas o bancos, sombrillas para los días de calor, lluvia y frío, entre otros utensilios.

Las chiperas se encuentran en estado de informalidad, estado que les obliga a estar sujetas a las disposiciones reguladas por los municipios, en el caso de las que están en la calle, y sujetas a las reglas de los patrones de las empresas, en el caso de las que venden en torno a las instalaciones de los propietarios de las empresas o fábricas.

Las chiperas de Asunción y Caacupé, por estar localizadas en zonas urbanas y céntricas, pagan una tasa municipal, que les habilita a estar en la vía pública. Sin embargo, no existen retribuciones de ningún tipo y los tributos no se ven reflejados en pro de mejores condiciones laborales ni beneficios para ellas.

El tiempo de trabajo de las chiperas sobrepasa las 8 horas mínimas. Si bien existen mujeres que trabajan un solo turno, estas se retiran, por estar obligadas a realizar las tareas domésticas del hogar, cumpliendo una doble jornada, asumiendo un tiempo en el cual desarrollan varias otras tareas que no son remuneradas. En general, son 12 horas de trabajo aproximadamente, sin contar el tiempo que gastan para trasladarse de sus hogares hasta sus lugares de trabajo, que, para algunas, es considerado un tiempo significativo. La ganancia de la venta del chipá se da por día, dependiendo de la cantidad de chipá que

se venda. Aproximadamente se vende más de 100 chipás por día, siendo el periodo de invierno y los días conmemorativos, los periodos de más venta. Hay meses que alcanzan a ganar el sueldo mínimo, otros que sobrepasan el sueldo mínimo y otros que apenas alcanzan a cubrir el día.

Según las chiperas, la ganancia depende de varios factores, como el clima, el buen trato a los clientes, la buena administración de las ganancias y la buena disposición para el trabajo.

El mundo de trabajo de la mujer, en este caso, de las chiperas, pero podría aplicarse a otros oficios que poseen características similares, está marcada por la necesidad, y al mismo tiempo por la dificultad, que enfrenta un gran porcentaje de la población paraguaya, especialmente el público femenino, en alcanzar un trabajo remunerado atendiendo las brechas de género existentes, entre otras desigualdades que tienen que ver con los aspectos económicos, sociales y educativos.

De la misma manera, mucho se venera aun el papel de la mujer paraguaya, en su rol de madre, cuidadora y protectora de la nación, utilizando imágenes que reivindicán los valores de fuerza, coraje y sacrificio de la mujer, otras que enaltecen los aspectos tradicionales, folklóricos y culturales, y muchas otras que cosifican a la mujer, tomando a la cosificación sexual, como la más frecuente, entre otros estereotipos de género.

La imagen de la mujer chipera es una imagen de mujer popular y cotidiana que representa el oficio de varias mujeres a lo largo de varias décadas. La misma contiene elementos de la realidad pero al mismo tiempo es estereotipada, naturalizada e idealizada en su presentación y discurso. Con la propuesta de investigación se pretende desmitificar su figura proporcionando datos y elementos que, si bien pueden ser imaginados

o relatados de manera temporal, no se encuentran registrados ni reconocidos.

Poco se habla sobre la vida de mujeres, de clases populares, en condiciones de vida precarias, que desde muy jóvenes tuvieron que insertarse en el mundo laboral, en actividades de poco prestigio, sin protección social, sin tiempo libre y que aún deben cumplir el papel fundamental de cuidadoras de sus familias.

Así, la propuesta trata de una temática poco explorada en el Paraguay, un tema de relevancia en términos sociales, que apunta hacia el conocimiento del papel de los trabajadores, con especial énfasis, en las mujeres vendedoras de chipá; un pan que posee la connotación de pan sagrado, que une y conecta, que sustenta familias, que promociona el turismo cultural y que trae consigo una raíz memorial y ancestral, que se mantiene y se actualiza cada vez más sobre los conocimientos gastronómicos del Paraguay contemporáneo.

Mucho trabajo aún resta para desvendar sobre la vertiente del trabajo precarizado y vulnerable de mujeres en el Paraguay. No obstante, al retratar un poco de las historias singulares de mujeres, se permite que estas se integren en una historia también colectiva, transformadora y más democrática.

De esta forma, se espera que el desarrollo del estudio sirva como inicio de otras investigaciones y relevamientos con precisiones más minuciosas, que tengan el objeto de, no simplemente reconocer y visibilizar socialmente a lo que debe ser visibilizado y reconocido, pero por sobre todo, que pueda ejercer la práctica de hacer memoria, una memoria viva, activa y transmutable; porque tanto la memoria social como el patrimonio cultural, deberían antes que nada, ser capaces de hacernos sentir parte de lo que se encuentra presente, de lo que ya no está y de lo que está por venir.

## Referencias

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- BOSIO, Beatriz. **La Cultura en el Aula. Material de Apoyo didáctico para docentes**. 2ed. Asunción. CEADUC. 2016.
- BRAVO, Domingo A. **Diccionario Quichua-Santiagoño-Castellano**. Ediciones Kelka, C.F., Argentina. 1985.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de M. L. M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural - Ciências Sociais. Passo-a-passo66**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona. Anthropos. 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 238 p., 2007.
- MARTÍNEZ, Graciela. **Poytáva. Origen y evolución de la gastronomía paraguaya**. Editorial Dos Maletas. Asunción, 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MENASCHE, Renata, ALVAREZ, Marcelo, COLLACO, Janine (org.) **Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- MIRÓ, Margarita. **Alimentación y religiosidad paraguaya**. Asunción. Servilibro. 2001.
- MONTOYA, Antonio Ruiz. **Diccionario Tesoro de la Lengua Guaraní**. In: The Internet Archive. Madrid 1639. .120. Disponible en: <<https://archive.org/stream/tesorodelalenguaooruiz#page/n257/mode/2up/search/chipa>>. Acceso en: Junio 2017.
- PARAGUAY. **Constitución Nacional del Paraguay**. In: Biblioteca y Archivo Central del Congreso nacional (BACN). Asunción, Paraguay, 1992. Disponible en: <<http://www.bacn.gov.py/constitucion-nacional-de-la-republica-del-paraguay.php>> Acceso en: Junio 2017.

- POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-212, 1992.
- SECRETARIA NACIONAL DE TURISMO PARAGUAY (SENATUR) **Plan Nacional de Turismo Rural Comunitario Paraguay. Okara AtyM'bae**. Asunción: 2013. Disponible en: <[https://www.senatur.gov.py/application/files/8014/8916/2177/PLAN\\_NACIONAL\\_DE\\_TURISMO\\_RURAL\\_COMUNITARIO3-min.pdf](https://www.senatur.gov.py/application/files/8014/8916/2177/PLAN_NACIONAL_DE_TURISMO_RURAL_COMUNITARIO3-min.pdf)> Acceso en: Julio 2017.
- VARINE, Hugues. **As raízes do futuro. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2013.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2ª edição. Tradução de Lólio Lourenco de Oliveira. São Paulo, 1998.
- PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimonio cultural**. In: Política y Sociedad 27, Madrid, p. 63-76, 1998.

## **Preservação da memória e da identidade do patrimônio cultural: reflexões sobre as diretrizes projetuais de intervenção na Estação Sapucaí, Jacutinga (MG)**

*Lourenço Kallil Tomaz<sup>1</sup>,*

*Aline Montagna da Silveira<sup>2</sup>,*

*Ana Paula Neto de Faria<sup>3</sup>*

As ações de preservação dependem dos valores atribuídos a determinada obra (RIEGL, 2014). A restauração de monumentos, durante a segunda metade do século XIX, aparece, na Europa, estruturada em duas vertentes de interpretação, uma dedicada a práticas de refazimento buscando unidade estilística nas obras, em países como a França e a Áustria, e a outra sob a perspectiva da conservação, como na Inglaterra com o pensamento de Ruskin. No final do século XIX e no início do século XX, o tema da preservação se desenvolveu com contribuições opostas ao restauro estilístico, formuladas por autores como o italiano Camillo Boito, o austríaco Alois Riegl e o tcheco Max Dvořák, que enfatizavam o valor documental histórico dos monumentos.

---

1. Arquiteto e Urbanista/Universidade Federal de Pelotas. Colaborador do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, lourencoktomaz@gmail.com;

2. Doutora em Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo. Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, alinemontagna@yahoo.com.br;

3. Doutora em Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, apnfaria@gmail.com.

Riegl (2014) elaborou a discussão sobre os valores de uma obra e os dividiu entre valores de rememoração e de contemporaneidade. No âmbito da rememoração, ele aponta que para reconhecer uma obra como monumento não é necessário que ela seja de excepcional relevância artística, e que toda obra produzida pelo homem e que tenha passado pelo tempo tem valor patrimonial. O autor ainda discute questões referentes à autonomia contemporânea da intervenção e ao dialogismo entre épocas em monumentos antigos que necessitam de substituições de partes, aspectos que serão aprofundados por outros autores durante o século XX. Em continuidade ao trabalho de Riegl, Max Dvořák (2008) aponta que a importância dos monumentos está relacionada à união das formas artísticas “com as características locais e individuais, com todo o ambiente e com tudo o que, ao longo do devir histórico, transformou o monumento em símbolo desse ambiente” (DVOŘÁK, 2008, p.93), e aborda a manutenção e a conservação como estratégias para preservação, a fim de se evitar repristinações.

Essas compreensões se afastavam da corrente teórica de preferência estilística observada na prática austríaca e na prática francesa orientada pelo pensamento leduciano, e começava a discutir a interpretação do contexto de implantação e produção das obras.

A continuidade das discussões teóricas durante o século XX, tendo seu expoente em Brandi e tratando-se exclusivamente de bens materiais, consolidou-se com a relação dialética entre a relevância histórica e a mensagem estética das obras de arte (BRANDI, 2004). Cabe ressaltar que, dentre os bens materiais, as obras arquitetônicas destacam-se devido à sua natureza originária, o uso, ou seja, o seu aspecto funcional e as suas relações

práticas com a vida do homem, e que por sua vez devem ser entendidas como expressões culturais que superam a dualidade estética-histórica das obras de arte (CARSALADE, 2014).

Hoje, com a constante revisão e com a abrangência do termo patrimônio – que desde a década de 1930 se desenvolveu e teve articulação nas convenções e encontros que resultaram nas Cartas Patrimoniais, os bens culturais são interpretados considerando também a indissociabilidade e a interdependência dos seus valores materiais e imateriais (TOFANI, 2008). Ou seja, a valoração do bem é ampliada a dimensões intangíveis, subjetivas e afetivas, isto é, a significados relacionais atribuídos ao patrimônio pelos grupos culturais que o usufruem e à sua relação nas dinâmicas territoriais e sociais. Nessa perspectiva, o patrimônio é entendido na discussão atual como conjunto integrado por bens materiais (culturais e naturais) e imateriais, o que configura Paisagens Culturais, sistemas complexos e dinâmicos e que requerem respostas específicas ao contexto e estratégias integradas de tutela, salvaguarda e intervenção, capazes de preservar esses conjuntos de modo sistêmico e integral (RIBEIRO, 2007 e CASTRIOTA, 2013).

Nesse contexto, a correspondência aos habitantes do lugar, atores locais de manutenção e preservação, e a compreensão das características socioculturais e econômicas que envolvem o bem devem ser somadas à leitura sugerida por Brandi (2004) e Carbonara (2007) do objeto, do lugar e das suas particularidades históricas e estéticas.

Além disso, o estabelecimento de uma postura crítica diante dos bens deve ser também ação política, a fim de propor continuidade no tempo. Trata-se aqui da gestão do patrimônio e da continuidade da vida do lugar. Particularmente aos bens



materiais e compreendendo-os como suporte para o desenvolvimento das atividades humanas, a preservação implementada como política pública colabora para a sua contínua manutenção, evitando a sua degradação, ruína e desaparecimento, sendo essa a finalidade do tema da preservação patrimonial.

Uma obra arquitetônica que já se encontra no estado de ruína, ou em arruinamento, configura um caso limite para a restauração, uma vez que a sua imagem se apresenta fracionada ou até mesmo ilegível; nesse caso a imagem da obra se encontra de tal modo insuficiente para a sua reintegração que a ação de restauração resultaria em falso (BRANDI, 2004). A consciência de temporalidade e da ação da passagem do tempo sobre a obra seriam desconsideradas.

Conforme Rodrigues (2017), edificações em estado de arruinamento são, quanto a sua relevância histórica, simultaneamente documentos para registro de tipologias arquitetônicas e técnicas construtivas do passado e documentos do próprio processo de destruição da arquitetura. No que se refere ao aspecto imagético e simbólico, essas edificações transmitem ideias relacionadas à fragilidade e finitude da ação humana diante da passagem do tempo e da natureza.

O caso de estudo apresentado neste trabalho é composto pelas edificações em abandono da antiga Estação Sapucaí e o seu contexto rural precariamente urbanizado. As edificações apresentam diferentes estados de conservação, uma avaliada em suficiente integridade edilícia, uma vez que seus elementos permitem a completude da sua leitura, e a outra em avançado arruinamento. A complexidade do conjunto é potencializada pelo seu contexto rural e de situação de abandono, características que reforçam particularidades encontradas durante

os estudos e compreensão dos objetos e da paisagem. Desse modo, fez-se necessário a definição de um juízo crítico e postura de intervenção que fosse capaz de dialogar e estabelecer relações entre as duas realidades arquitetônicas encontradas no lugar, a fim de reconfigurar a ambiência e o seu caráter de espaço em comum, compreendendo a sua inserção em uma paisagem cultural.

### **As narrativas sobre a intervenção**

Esta reflexão teórica busca fomentar a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural através de uma proposta de intervenção arquitetônica. A narrativa deste texto propõe-se a apresentar a postura de intervenção adotada e a refletir sobre a sua posição dentro do marco teórico do campo da restauração arquitetônica. Essa postura será apresentada através da demonstração de soluções projetuais como resultados práticos do exercício teórico, tratadas como categorias de intervenção. Será apresentado, também, o método empregado no exercício de projeto para a compreensão do bem e das suas instâncias, condicionantes para as proposições voltadas à preservação da memória e da identidade de uma paisagem cultural.

O trabalho relata o caso da Estação Ferroviária Sapucaí (Figura 1), localizada em Sapucaí, distrito do município de Jacutinga, no sul do estado de Minas Gerais e em região limítrofe com o estado de São Paulo. A Estação é composta por dois terminais de tipologia linear, paralelamente dispostos em meio à paisagem de *Mar de Morros* mineiros. O conjunto foi objeto de estudo para o projeto de intervenção patrimonial intitulado “*Estação Sapucaí: A defesa de um lugar histórico que carrega em si*

*uma herança alimentar característica*”, desenvolvido pelo autor como Trabalho Final de Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da professora doutora Ana Paula Neto de Faria. Reflexões teóricas sobre o projeto, abordando os métodos de identificação, reconhecimento e análises do bem e de discussão sobre o caso de arruinamento foram tratadas em outros textos (TOMAZ, FARIA e SILVEIRA, 2018a; TOMAZ, FARIA e SILVEIRA, 2018b).



**Figura 1:** Panorama da Estação Sapucaí.

**Fonte:** acervo de Lourenço Tomaz.

### **A passagem do tempo e a estratificação da obra**

Como premissa inicial para intervenção, é fundamental uma investigação aprofundada acerca da historicidade do objeto, ou seja, da sua *estratificação* no tempo histórico. Este estudo compreende a trajetória do objeto desde a sua elaboração até a sua configuração hoje, ou seja, o tempo entre a sua criação e o seu reconhecimento, denominado por Brandi (2004) como “presente histórico” e que determina a integralidade da imagem do bem no momento atual de intervenção.

A investigação histórica da Estação Sapucaí foi realizada a partir de fontes primárias e secundárias, que auxiliaram a compreender a trajetória da obra e a sua importância no seu contexto, entre elas o Livro do Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Jacutinga, jornais da época, mapas do Acervo Público Mineiro e o acervo digital das companhias ferroviárias. Esse panorama foi complementado pela revisão bibliográfica sobre as ferrovias no interior de Minas Gerais e São Paulo e entrevistas com moradores e historiadores da região.

A Estação foi construída entre 1926 e 1927 em decorrência da prosperidade cafeeira da região, e funcionava como ponto de entroncamento entre as companhias férreas mineira e paulista, fazendo o escoamento do café e demais produtos agrícolas para os portos do Rio de Janeiro e de Santos. Na década de 1930, a região foi cenário da Revolução Constitucionalista, tendo a Estação funcionando como enfermaria militar e posto de comando do Exército durante a revolução. Nos anos seguintes, com o declínio das exportações de café, as ferrovias foram se tornando obsoletas até o início da desativação dos ramais, na década de 1970. A Estação encontra-se em abandono desde 1991.

Sua historicidade pode ser dividida em quatro momentos. O primeiro se refere à sua criação, determinada pelas necessidades do seu contexto e conforme o modo de construir de um determinado grupo e período histórico. A Estação Sapucaí foi construída a partir de uma tipologia característica adequada ao funcionamento de uma estação de entroncamento, no contexto de limite de território, com a chegada de trens pelos dois lados - mineiro e paulista. O segundo tempo foi o período de operação das linhas férreas, no qual o bem passou por

transformações relacionadas à sua manutenção, em função de seu uso por aproximadamente 64 anos. O terceiro, o tempo do abandono, com seu início determinado pela desativação dos ramais operantes e remoção dos trilhos, em 1991, que acrescentou à obra características de degradação e arruinamento. Por último, destaca-se o tempo presente, como o momento de estudo do bem, de reconhecimento dos seus valores e do seu estado enquanto materialidade, e da articulação de estratégias para a sua preservação. É a partir desse tempo, do estado em que a obra se encontra, que as estratégias de preservação foram definidas. Essa postura, que se consolida no período pós-guerras na obra de Brandi, é resultado das discussões precedentes do campo da restauração, que fundamentavam suas interpretações do patrimônio no valor documental da obra, como pode ser observado nos pensamentos de Boito (2002) e de Riegl (2014), vertente à qual se alinhava também Gustavo Giovannoni (KÜHL, 1998).

A estratificação do bem, considerando o seu uso, suas perdas e lacunas e a compreensão dos objetos no seu meio, orientou a definição de uma postura de intervenção de diálogo. Isto é, uma postura com diferentes soluções para cada caso edilício, que se relacionam conceitualmente (Figura 2).

Na primeira edificação, optou-se por restabelecer a unidade potencial da edificação através da reconstrução da sua cobertura e da reintegração de lacunas (KÜHL, 2007). Brandi discute a questão da unidade da obra de arte, destacando que a obra deve ser entendida integralmente, como um todo, e não como um somatório de partes. Nesse sentido, se a obra mesmo fragmentada apresenta uma unidade potencial, ou seja, se os fragmentos possuem condições de permitir uma leitura integral

da mesma, ela pode ter o preenchimento de suas lacunas “sem que venha a constituir um falso histórico ou a perpetrar uma ofensa estética” (Brandi, 2004, p.47).

Na segunda, admitiu-se o seu estado de arruinamento, resultante da sua submissão ao tempo, ao contexto rural e à depreciação do abandono, tratando apenas de consolidar a estrutura como se encontra. O seu aspecto pictórico e incompleto foi assumido como parte da sua história e identidade atual, e como valor a ser preservado como registro das etapas da vida do lugar. Para o controle da degradação do bem, foram propostas soluções de contenção e recuperação de ações químicas e físicas em elementos e materiais expostos.



**Figura 2:** Diálogo entre posturas de intervenção.

**Fonte:** imagem elaborada pelo autor.

A passagem do tempo pode resultar também em alterações e intervenções relacionadas a mudanças culturais, isto é, pode resultar em transformações de linguagem que o estilo do tempo



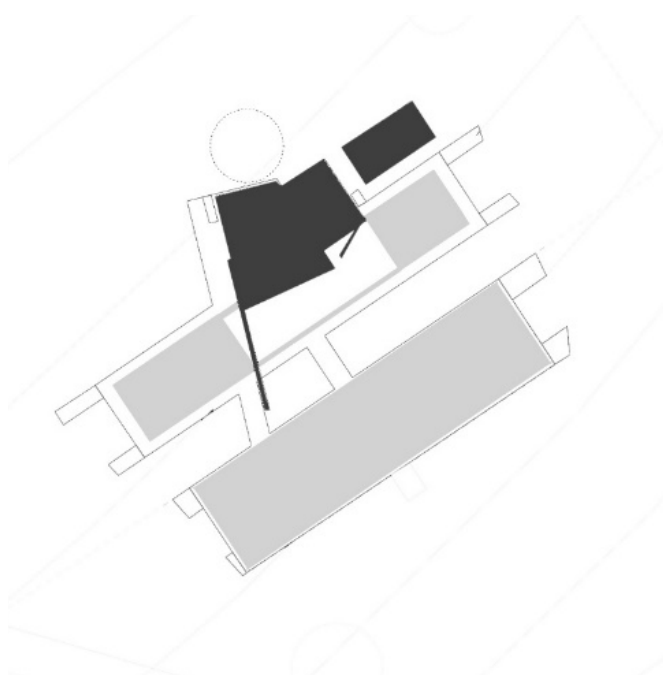
presente impõe a um estilo anterior. Historicamente observada, é comum a sucessão de estilos em uma mesma edificação, por supressão ou sobreposição de novas linguagens sobre as características originais das obras. No Brasil, tem-se como um exemplo a ornamentação eclética de fachadas de estilo luso-brasileiro, com a intenção de demonstrar modernização e superação de um determinado período histórico e a posterior remoção desses elementos buscando uma unidade estilística luso-brasileira, eleita como genuinamente brasileira durante o modernismo. Essas práticas ocasionam o desaparecimento de memórias, sejam individuais ou coletivas.

Ao se propor a preservação de um bem, deseja-se, ao invés dessa superação, a valorização de um tempo passado e da memória que a obra comunica (CHOAY, 2001). Nesse sentido, entende-se que a intervenção deva potencializar as características da imagem histórica, permitindo uma interpretação correta dos momentos passados e do tempo presente. Assim, a intervenção e suas adições assumem uma qualidade de ênfase ao se relacionar com o tempo anterior, com a imagem a ser preservada. No projeto da Estação Sapucaí, foi proposta a criação de uma nova arquitetura como acréscimo, que se relaciona dessa forma à arquitetura existente.

Trata-se do aspecto de distinguibilidade, que propõe a diferenciação dos tempos da obra através das expressões materiais. Tal aspecto era já abordado na proposta de neutralidade da obra de Boito (2002) e defendido desde Riegl (2014) com o que propunha como autonomia contemporânea de intervenção.

A nova arquitetura é composta pela inserção de volumes, planos e espaços interseccionados às edificações existentes, dialogando com os esquemas compositivos em plano horizontal

e vertical, em alternância e equilíbrio quanto à prevalência na composição. Desse modo, buscou-se reforçar as características da composição Eclética da preexistência que se deseja preservar (Figuras 3 e 4).

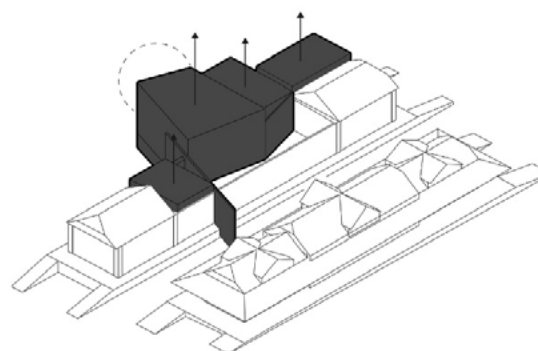


**Figura 3:** Implantação esquemática. Contraste entre a nova arquitetura e a preexistência.

**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor.

**Figura 4:** Volumetria resultante do processo criativo.

**Fonte:** diagrama elaborado pelo autor.



### Novo ânimo

O estudo da estratificação da obra foi importante também para a proposição do novo uso para o conjunto arquitetônico sob a ótica de preservação integrada. A historicidade do bem, ou seja, a memória da sua relação com a produção e distribuição de alimentos, somada aos estudos das dinâmicas socioeconômicas



locais, orientou a proposta de implantação de uma Cooperativa de Alimentos de Agricultura Familiar.

O programa proposto colabora para a continuidade da vida do lugar, através de oportunidades de trabalho e desenvolvimento social em atividades já existentes, e funciona como ferramenta de resgate da memória coletiva como ponto histórico de distribuição de alimentos da região.

A compreensão do lugar e do seu contexto socioeconômico e cultural foi realizada através de estudos da composição urbana do local, análises de paisagem urbana e de morfologia da paisagem, levantamento de dados censitários e estudo de mapas elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entrevistas e consulta a entidades socioeconômicas do município – Emater-MG (Empresa Brasileira de Extensão Rural do Governo de Minas Gerais) em Jacutinga; Coapeja (Cooperativa Agropecuária de Jacutinga) e Acija (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga), e de revisão bibliográfica acerca da colonização, da evolução urbana e do desenvolvimento socioeconômico da região.

Compreende-se também que o novo uso proposto deva ser adequado e compatível ao esquema espacial original da tipologia – contrário aos casos nos quais as estruturas históricas são adaptadas ao uso – de modo a reduzir os danos à arquitetura e preservar a sua mensagem. Nessa perspectiva, o uso é entendido como meio de preservar, mas não como a finalidade da ação de preservação (CARBONARA, 1992, p.41 apud KÜHL, 2007). A busca por compatibilidade entre o novo uso e a arquitetura preexistente assegura a mínima intervenção, premissa que perpassa as discussões no campo da preservação desde as formulações teóricas de Camillo Boito (2002).

## Sobre autenticidade

A finalidade de uma intervenção, no que diz respeito ao bem arquitetônico, é compreendida pela salvaguarda da sua imagem e do seu testemunho histórico ao futuro e pela manutenção das suas relações com as atividades humanas contemporâneas. Logo, é essencial que a obra transmita a sua mensagem, respeitando e valorizando os seus aspectos característicos, aproximando-se daquilo que se entende como autenticidade.

Como observam os documentos resultantes da Conferência de Nara (1994) e a Carta de Brasília (1995), a autenticidade dos valores de um bem oscila de acordo com a cultura de quem os interpreta. Esse juízo de valor está condicionado, também, a mutabilidade ao longo do tempo dentro de uma mesma cultura ou grupo social. Assim, entende-se ser inviável a definição ou normatização de características consideradas autênticas comuns para preservação em diferentes obras ou para diferentes momentos de intervenção em uma mesma obra.

A aplicação de juízo crítico, formado a partir dos estudos do conjunto arquitetônico da Estação e do seu contexto, apontou para características que podem ser consideradas autênticas dessa paisagem.

O estudo do conjunto arquitetônico foi realizado através de levantamento métrico-arquitetônico, levantamento fotográfico, revisão bibliográfica e entrevistas informais. Os objetos arquitetônicos foram analisados na sua integridade: foram realizadas análise compositiva (arquitetônica e estrutural), análise plástica e análise espacial. Esses estudos permitiram o entendimento pleno das características da Estação e do seu estado de conservação, no qual se pode

identificar tanto a ação de intempéries quanto o próprio desgaste de materiais e elementos decorrentes do abandono e mau uso. Entre as manifestações patológicas identificadas, encontram-se lacunas, descolamento de camadas (revestimentos e substratos), fissuração, esfoliação, pulverização, eflorescências, incrustação, presença de pátina biológica e de vegetação. Os danos são decorrentes da incúria, da exposição às intempéries e do rompimento do envelope da edificação. Além das marcas do tempo, encontram-se vestígios de ações antrópicas de mau uso e remoções.

Entre as características consideradas autênticas do lugar está a sua relação com a comercialização e transporte de alimentos, enquanto edifícios de articulação dessas atividades, no passado. O projeto de intervenção propõe a utilização do lugar para que, além da simples atividade de comercialização de alimentos, seja possível a valorização dos produtos locais e a manutenção e o ensino das tradições culinárias da região, reconhecendo-as como aspectos autênticos do local.

Outra característica considerada autêntica desse patrimônio refere-se à localização do conjunto da estação em um contexto rural. A partir dessa premissa, buscou-se preservar o equilíbrio dessa relação, através da adoção de soluções arquitetônicas harmônicas quanto à utilização de materiais, cores, texturas e proporções, que foram definidas a partir dos estudos dessa paisagem e, mais especificamente, expressas na composição da nova arquitetura que acompanha a leitura serial da paisagem natural, conforme representado nas imagens das Figuras 5 e 6.



**Figura 5:** Elementos de relação com o contexto rural.

**Fonte:** imagem elaborada pelo autor.



**Figura 6:** Relação volumétrica com a paisagem natural.

**Fonte:** imagem elaborada pelo autor.

No que se refere aos aspectos imateriais, intrínsecos à materialidade, as atividades propostas para o lugar (de produção, ensino e comercialização de alimentos) também colaboram

para a preservação dessa relação do bem edificado com o seu entorno e com as comunidades tradicionais e nativas da região.

O reconhecimento de autenticidade nos objetos arquitetônicos em si, ou seja, da leitura clara dos seus elementos e das suas características compositivas, foi premissa para a definição do uso proposto, que se mostrou adequado e compatível à estrutura existente, como já mencionado na reflexão sobre o novo uso.

### **A relação entre usos, espaços e estrutura: decisões técnico-construtivas**

O projeto priorizou a utilização de elementos estruturais e arquitetônicos de natureza reversível, ou seja, passíveis de alteração e remoção, nas situações de inserção na preexistência. Nesses casos (núcleo de sanitários, sala de reuniões, armazém e cozinha experimental), o projeto foi desenvolvido com sistema de pilares e vigas metálicas, independentes da estrutura preexistente em alvenaria cerâmica, vedação com paredes em *drywall* e esquadrias em vidro e alumínio. Essa postura utiliza a premissa de que as intervenções atuais não prejudiquem a preexistência, ou seja “prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras” (BRANDI, 2004, p.48). É necessário reconhecer, no entanto, que nesse tipo de solução, alterações e remoções poderão deixar marcas na estrutura histórica. Assume-se que essas marcas passam a ser também parte da história da vida do lugar e que não interferem na essência da estrutura e da sua conformação espacial. Por isso, a ideia de reversibilidade atualmente é substituída pela ideia de retrabalhabilidade. Quanto

à nova arquitetura, o seu modo de inserção e de articulação com a arquitetura preexistente também garantem a característica de retrabalhável à intervenção, em coerência com as demais soluções.

A memória transmitida por um patrimônio é recebida de modo específico pelo seu observador, de acordo com a sua vivência e com o seu conhecimento do objeto (CHOAY, 2001). Por isso, entende-se necessária a utilização de soluções e elementos de intervenção elucidativos que auxiliem na correta compreensão do objeto, ou seja, a leitura dos elementos originais e das intervenções. Essa diferenciação foi tratada em uma relação de figura-fundo, onde a preexistência é a figura e a inserção é o fundo.

O projeto propõe a reconstrução das coberturas a partir da base documental elaborada no estudo dos objetos arquitetônicos, atentando-se a não induzir o observador a confundir a intervenção atual com o que existia anteriormente. A estratégia projetual utilizada foi uma proposta de diferenciação cromática do madeiramento reproduzido, que se diferencia daquele que se encontra em bom estado de conservação e pode ser recuperado.

### **Considerações finais**

A partir do estudo apresentado, busca-se ressaltar as diversas naturezas intrínsecas ao patrimônio cultural, na sua definição contemporânea, e, portanto, a complexidade da sua preservação.

Para a elaboração da proposta de intervenção, fez-se necessária a apreensão e interpretação dos valores relacionados ao

bem a partir de um entendimento único da obra, ou seja, como conjunto, de modo a estabelecer um juízo crítico capaz de atuar com coerência sobre a totalidade do patrimônio e seus significados contemporâneos, enquanto paisagem cultural.

Vale ressaltar, também, ser fundamental cotejar a abordagem do objeto de estudo com as discussões do campo epistemológico da Conservação, que se mostraram possíveis de aplicação, mesmo diante de um bem com situações distintas em relação ao seu estado de conservação.

É relevante enfatizar que a mutilação sofrida pelo caso apresentado é, em parte, resultado da inexistência de políticas públicas municipais de preservação patrimonial e da falta de reconhecimento desse patrimônio por órgãos de proteção, uma vez que não está sob tutela para a sua conservação.

Daí a necessidade de se tratar sobre os processos de patrimonialização, entendendo como patrimonialização não somente o reconhecimento de bens por entidades de proteção e gestão ou a atuação de instrumentos como inventários, ou tombamento e registro, mas na perspectiva de que o patrimônio, sendo entendido como elemento de ordenação da vida humana e remanescente presente do passado, deve ser inserido nas diversas escalas de planejamento e projeto que orientam a vida da cidade e as dinâmicas cotidianas das pessoas.

## Referências

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Paisagem Cultural: um conceito inovador.**

In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Paisagem Cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS/UFMG, 2009, v., p. 25-45.

BOITO, Camillo. **Os restauradores.** Artes & Ofícios, São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, 2007, n. 6, p. 35-47.
- CARSALADE, F. L. **A Pedra e o Tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural**: novas perspectivas para o patrimônio. **Arquitextos**. 162.02, ano 14, nov. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>. Acesso em 18 de agosto de 2018.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Claudia dos Reis. Teoria e método no campo da restauração. **Pós. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 19 (31), p. 98-115, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/48070>. Acesso em 18 de agosto de 2018.
- DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998.
- \_\_\_\_\_. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Pós. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 21, p.197-211, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43516/47138>. Acesso em 18 de agosto de 2018.
- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, 2007.
- RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil**. 2017. 301f. Tese (Doutorado em Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-12062017-085725/pt-br.php>. Acesso em: 18 de agosto de 2018.
- TOFANI, F. P. **Erejakasó piáng? As Culturas Sambaqueira, Aratu, Tupi-guarani e Portuguesa e a Produção do Espaço do Extremo Sul da**



**Bahia, Brasil.** 2008. 494p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. TOMAZ, Lourenço Kallil; FARIA, Ana Paula Neto de; SILVEIRA, Aline Montagna. **Intervenção em patrimônio cultural edificado: reflexões sobre metodologia projetual.** 4º SIIPE - XX ENPOS, 2018, Pelotas. **Anais.** Pelotas: UFPel, 2018a. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/enpos/anais/anais-2018>. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Estação Ferroviária Sapucaí: Um lugar em diálogo.** In: ANTECIPA - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio, 2, Belo Horizonte, 2018b. Caderno de resumos expandidos. Belo Horizonte: Lacicor/Cecor/EBA/UFMG, 2018, p.116-120.

# **MEMÓRIA, EMOÇÃO E PATRIMÔNIO**

# Os fatores de ativação da alma dos objetos

*Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa<sup>1</sup>*

*Daniel Maurício Viana de Souza<sup>2</sup>*

*Diego Lemos Ribeiro<sup>3</sup>*

## Introdução

No presente artigo abordaremos a pesquisa de mestrado que está em conclusão no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e versa sobre a alma dos objetos. A nosso ver, a alma dos objetos se consubstancia devido a alguns fatores: sua relação com o sujeito (musealidade); os aspectos simbólicos que eles desencadeiam nos indivíduos (ressonância); como agem sobre as pessoas (agência); e seus contextos (suas biografias). Todos estes aspectos, em convergência, cooperam para o entendimento da alma dos objetos.

Nossa pesquisa tem como escopo a relação entre memória e objeto museológico, buscando compreender e definir sua

---

**1.** Museóloga pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. [hklmuseologa@gmail.com](mailto:hklmuseologa@gmail.com).

**2.** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Graduação em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. [danielmvsouza@gmail.com](mailto:danielmvsouza@gmail.com).

**3.** Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo e Professor Adjunto do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. [dlrmuseologo@yahoo.com.br](mailto:dlrmuseologo@yahoo.com.br).

alma, que pode ser ativada mediante revelações de memórias e da compreensão dos fatores acima mencionados. A pesquisa que está sendo finalizada, tem como objetivo principal analisar como a memória e a construção biográfica auxiliam na revelação e compreensão dos sentidos e significados que não se fazem presente na fisicalidade do objeto. Almejamos discutir a relação de alguns objetos que estão sob a guarda do Museu Cláudio Oscar Becker com os moradores da cidade de Ivoti-RS que os doaram, buscando compreender sua função como dispositivos de conexão do sujeito com o invisível.

Nosso problema de pesquisa surgiu do questionamento de que os objetos com potencial de musealização, adquiridos pelos museus e colocados em reservas técnicas ou somente expostos, sem estudos, sem investigação a respeito de suas trajetórias, são, portanto, inertes, sem memórias e desalmados. Nossa hipótese sugere que esse Museu possui objetos mudos e desalmados, que necessitam serem animados pelos indivíduos que possuem ligação ou afeto por eles. Por este prisma, mediante algumas entrevistas realizadas, analisamos como a construção de uma biografia dos objetos - que os potencializa como gatilhos de memórias - e esses fatores de ativação da alma - que se tornam indicadores metodológicos para atingirmos nosso objetivo - podem contribuir para uma construção autoral do conceito de alma dos objetos museológicos.

### **O Museu Cláudio Oscar Becker**

Por volta de 1826, diversas famílias de origem germânica migraram para a cidade de Ivoti, vindas em maioria da região de Hunsrück e Mecklenburg, na Alemanha. Esses moradores

receberam uma porção de terra com aproximadamente 70 hectares. Inicialmente, ergueram casas de palha e mais tarde construíram casas mais sólidas, de estilo muito diferente das construções locais, as casas enxaimel, com belos jardins floridos, pomares e lavouras que produziam milho, feijão, mandioca, arroz, trigo, entre outros (KREUTZ *et al.*, 2013). As primeiras casas construídas por esses imigrantes foram concentradas em um local específico, hoje denominado “Núcleo de Casas Enxaimel”, considerado patrimônio histórico e cultural da cidade. Trata-se de um significativo conjunto de arquitetura representativo da cultura alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

O município sentiu a necessidade de criar um museu que contasse essa história. O Museu Municipal de Ivoti foi inaugurado no dia 20 de maio de 1995, sendo a sua finalidade contar a história dos imigrantes que se estabeleceram na região, mantendo vivas as suas características, usos e costumes (JORNAL LIVRE EXPRESSÃO, 1995, p. 12). O prédio onde foi instalado o Museu inicialmente encontrava-se no centro da cidade, datado de 1928, e foi sede da Prefeitura de Ivoti nos anos 1960.

Em meados de junho de 1995, intensifica-se um processo que vinha ocorrendo de restauração e recuperação do Núcleo Histórico de Ivoti (que compreende a Ponte do Imperador<sup>4</sup> e

---

4. A Ponte do Imperador, sobre o Rio Feitoria, foi tombada como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1988. Sabe-se que a construção, em estilo romano, foi no período de 1857 a 1864, e foi erguida para suprir uma ponte provisória de madeira, construída quando os recém chegados imigrantes sentiram falta de uma ponte sobre o arroio para transportar seus produtos e para irem trabalhar na margem oposta. Parte da verba para a construção foi enviada pelo Governo Imperial e o restante, de doações dos moradores. Acredita-se que o nome “Ponte do Imperador” seja em homenagem a Dom Pedro II que estava na região durante a construção ou quando se deu a inauguração da ponte. (KREUTZ *et al.*, 2013)

o Núcleo de Casas Enxaimel), pois o local encontrava-se em abandono e a maioria das casas em ruínas. A administração do município começou a adquirir as casas enxaimel, pois ainda pertenciam a proprietários particulares, com a intenção de restaurá-las por intermédio do projeto de revitalização, que vinha ocorrendo desde 1989, em parceria com o SPHAN (atual IPHAN<sup>5</sup>), a Fundação Nacional Pró-Memória<sup>6</sup> e a Prefeitura. Desta forma, as casas históricas seriam destinadas a diversos usos da Prefeitura, uma delas, inclusive, seria sede do Museu Municipal.

O Museu foi criado e oficializado pela Lei Municipal n° 1356, de 8 de dezembro de 1995. A denominação do museu de CLÁUDIO OSCAR BECKER foi aprovada e oficializada pela Lei Municipal n° 1401, de 28 de agosto de 1996. Cláudio Oscar Becker foi uma figura importante na cidade, detentor de alguns cargos políticos e foi membro ativo da Comissão Emancipacionista de Ivoti<sup>7</sup>. Quando finalizada a revitalização de parte do Núcleo Histórico, entre 1997 e 2000, o Museu foi transferido para o bairro Feitoria Nova e organizado dentro de uma das casas na técnica construtiva enxaimel, integrando a paisagem e formando um conjunto que remete a meados de 1830 e início do século xx.

---

5. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

6. A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou a dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. (REZENDE et al., [2010?]).

7. Nos primeiros anos da colonização, Ivoti integrava o município de Porto Alegre. Em 1846, com a criação do município de São Leopoldo, Ivoti passou a pertencer à área desse novo município, até 1959, quando foi criado o município de Estância Velha. Ivoti se emancipou de Estância Velha em 19 de outubro de 1964. (KREUTZ et al., 2013).

A Prefeitura Municipal de Ivoti tem a função de cuidar e manter a instituição. Atualmente sua missão é salvaguardar o legado da cultura de imigração alemã e preservar por meio de seu acervo as memórias e histórias de Ivoti do século XIX até a metade do século XX. O acervo é composto por itens de referência para as épocas em que sua missão se enquadra, mas, sobretudo, seu destaque está principalmente na imigração alemã, nos usos, nas práticas e costumes dessa cultura. Os objetos que compõem o acervo são oriundos principalmente das famílias locais e se relacionam com cenas domésticas.

A pesquisa de campo foi realizada com alguns objetos doados ao Museu Cláudio Oscar Becker. Os objetos selecionados para serem biografados partiu do critério de localização das pessoas que estavam na lista de doadores. Em um primeiro momento, foram identificados 61 nomes de doadores e, destes, 14 foram entrevistados. Abordamos sobre a alma dos objetos através de três etapas: pesquisa teórica interdisciplinar; narrativas orais da comunidade; trajetórias biográficas de alguns itens do acervo. Para a realização das entrevistas utilizamos um roteiro semiestruturado. Além disso, acreditamos que os fatores de ativação da alma dos objetos podem ser utilizados como indicadores metodológicos.

### **A alma dos objetos**

Diversas áreas do conhecimento abordam sobre a questão da “alma”, “aura” ou “espírito” das coisas. Nossa investigação almeja formatar um conceito para o campo museológico, pois são poucos e raros os trabalhos sobre o assunto. Através de um arcabouço teórico e da pesquisa de campo, estabeleceremos

um conceito autoral de alma dos objetos. O termo “alma” foi escolhido apenas por questões de preferência e por considerarmos que se enquadra melhor para ser utilizado nos museus.

Os antropólogos Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013) afirmam que a alma dos objetos é atribuída pelos sujeitos, os objetos possuem uma alma que se completa na relação entre as pessoas.

É preciso também não esquecer que, enquanto portadoras de uma **alma**, de um espírito, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 8, destaques nossos).

Percebemos que esses autores abordam sobre os objetos serem portadores de uma “alma”, esta que não é autônoma, ou seja, ela se daria na relação entre os indivíduos e os objetos. Outros antropólogos, como Flávio Abreu da Silveira e Manuel Lima Filho (2005), consideram que os objetos possuem uma presença “aurática”, sendo que o contato com a materialidade e os sentidos das coisas remetem a esquecimentos e lembranças:

Há uma simbólica do objeto cuja dinâmica está relacionada a uma ecologia específica, envolvendo um universo mental implicado em certos mapeamentos, atribuições de sentidos mais ou menos subjetivos e fluxos de imagens, que “situam” a coisa em si pelo que significa para os sujeitos, desde o seu estar-no-mundo em relação à própria presença **aurática** do objeto enquanto ícone, ou mesmo como expressão e desejo de estabelecer vias de comunicação relacionadas a determinadas experiências culturais. (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 38, destaque nosso).



Além disso, de acordo com esses autores, os objetos possuem uma aura complexa de apego e também de desprendimento, que por intermédio do trabalho da memória, ou da luta contra o esquecimento, pode restituir a “alma das coisas” (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). É, portanto, através da compreensão de como se relaciona sujeito e objeto em um determinado cenário, e do elo entre as pessoas, que se manifestaria a alma. Percebemos que os autores citados tratam do assunto utilizando-se de expressões variadas. A nosso ver, todas essas expressões – “alma”, “aura” ou “espírito” – possuem conotações semelhantes e buscam, assim como nós, explicar os aspectos simbólicos e as invisibilidades que podem ser ativados pelos objetos.

### **Os fatores de ativação.**

Consideramos que a alma dos objetos se consubstancia devido a alguns fatores: sua relação com o sujeito (musealidade), os aspectos simbólicos que eles desencadeiam nos indivíduos (ressonância), como agem sobre as pessoas (agência), e seus contextos (suas biografias). Todos esses aspectos, em convergência, cooperam para o entendimento da alma dos objetos.

Podemos considerar que os objetos de museus, patrimônios de uma sociedade, estão atrelados ao conceito de musealidade. Para os museólogos André Desvallées e François Mairesse (2014) a musealidade é produto da musealização, ou seja, através dos processos de musealização é produzida uma imagem que substitui a realidade à qual os objetos foram selecionados, e esse modelo de realidade construído constitui a musealidade “como um valor específico que emana das coisas musealizadas.

A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constituiu, com efeito, a realidade ela mesma” (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2014, p. 58). Diante disso, podemos avaliar que a musealidade, e/ou o valor que emana das coisas musealizadas, pode vir a ser uma expressão do que buscamos entender por alma dos objetos.

A museóloga Maria Cristina Bruno (2006) define a musealidade como a percepção contextual da cultura material, cujo objetivo final seria a preservação. Porém, consideramos que a musealidade não é somente um produto da musealização ou da preservação. Muito além disso, ela foge dos parâmetros técnicos e científicos compreendidos pelos profissionais de museus. A musealidade é o olhar emotivo e afetivo das pessoas sobre as materialidades dos sujeitos que possuíram ou tiveram qualquer contato ou efeito sobre o artefato. Nos identificamos com a posição da museóloga Tereza Scheiner (2005), que afirma que a musealidade seria um valor atribuído pelas pessoas.

A musealidade é reconhecida por meio da percepção que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre esta relação, de acordo com os valores próprios de seus sistemas simbólicos. Como valor atribuído (ou assignado), (sic) a percepção (conceito) de ‘musealidade’ poderá mudar, no tempo e no espaço, ajustando-se aos diferentes sistemas representacionais de cada grupo social. (SCHEINER, 2005, p. 95).

Diante disso, ponderamos que o que mobiliza os objetos nos museus é a musealidade, que redundando no olhar sensível das pessoas sobre as materialidades. Esse deslocamento, porém, costuma descontextualizar os objetos de suas teias vitais, em outros termos: sua morte semântica. A morte simbólica ocorre quando não há ressonância por parte do público.

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBLATT, 1991a, p. 43).

Por intermédio do conceito de ressonância, entendemos que os objetos geram efeitos e identificação social nas pessoas, desencadeiam aspectos simbólicos nos sujeitos, isto é, afeto e emoção, por intermédio da narrativa de suas biografias. Além disso, o teórico e crítico literário Stephen Greenblatt (1991b) trabalha com o conceito de encantamento (*wonder*), referindo-se ao poder de um objeto chamar a atenção de um indivíduo, fazendo-o admirá-lo e despertando o desejo de saber mais sobre o artefato. Portanto, o apelo inicial na observação de um objeto é o encantamento, e, a partir dele, surge o desejo pela ressonância. Desta forma, cremos que um sujeito ao se identificar e se emocionar com um objeto, gerando também uma relação de afeto com o item, permite a ativação do potencial de ressonância que o objeto pode possuir.

Consideramos que o conceito de ressonância possui estrita relação com a alma. Esses aspectos simbólicos, emotivos e afetivos podem ser compreendidos como a alma, que não está no objeto e nem somente nos processamentos técnico-científicos, mas na relação emotiva que é alimentada pelos sujeitos e alimenta os processos de patrimonialização. Podemos considerar que a ressonância, a maior aproximação entre objetos/sujeitos, pode ser interpretado como um efeito ou resultado possível da alma das coisas. Por esse enfoque, estimular a relação emotiva que é despertada entre um sujeito e um objeto, também pode ser um modo de avivamento de objetos nos museus. O autor Marcus Dohmann (2013), complementa que:

O objeto reflete vivências e simbolismos que envolvem universos mentais, em atribuições de sentidos caracterizadas por fluxos imagéticos de diferentes graus de subjetividade, desde simples experiências de “estar no mundo” até a aura criada pelo próprio artefato, na sua condição de ícone, na tarefa de comunicar experiências culturais. (DOHMANN, 2013, p. 33).

Neste sentido, os indivíduos ao falarem e dar vida a tal objeto estão intensificando seu potencial de ressonância. Desta maneira, ativa-se, também, a potencialidade de compreendermos a sua alma. A ressonância está atrelada ao conceito de “agência”. Ao criar laços emocionais e identitários com um artefato, consideramos que este item pode agir sobre o indivíduo.

O antropólogo Tim Ingold (2012) afirma que se as pessoas podem agir sobre os objetos, então os objetos agem de volta e “fazem com que elas façam, ou permitem que elas alcancem, aquilo que elas de outro modo não conseguiriam” (INGOLD, 2012, p. 33). Bruno Latour (2005), também antropólogo, complementa que os objetos não apenas fazem parte da sociedade, eles ajudam a construí-la e designam ações intencionais nos humanos. Já o antropólogo Daniel Miller (2013) acrescenta que os objetos são mais do que meras representações, os objetos que possuímos, ou aqueles em ambientes institucionais, nos formatam no mesmo grau em que são formatados por nós. Deste prisma, consideramos que os objetos “vivos” agem sobre nós; não são apenas passivos nas relações sociais. Os objetos vivos, por essa lógica, têm alma.

Alfred Gell, antropólogo social, acredita que as obras de artes são equivalentes a pessoas, afirmando que estes objetos não são somente objetos, são seres reais. Para o autor, a agência existe em qualquer ocasião onde uma intenção é atribuída a

uma pessoa ou coisa (GELL, 1998 *apud* ALVES, 2008). Além disso, ele afirma que não é somente a consagração humana através das mentes humanas que colocam agência nas coisas intencionalmente, as coisas realmente têm uma agência.

Se os objetos agem sobre os sujeitos e vice-versa, podemos antever que a biografia deste também influencia naquele. De acordo com o antropólogo Igor Kopytoff (2008), a biografia de uma coisa é a história de suas singularizações, classificações e reclassificações. A perspectiva biográfica pode nos auxiliar a perceber esses fatores trabalhados até o momento, além de vir a ser mais um instrumento animador dos objetos estagnados em museus.

### **Entrevistas.**

As entrevistas foram orientadas através de um roteiro semiestruturado que contém perguntas acerca do objeto doado ao Museu Cláudio Oscar Becker sobre a vida do entrevistado e sua relação com o item. A primeira entrevista analisada foi referente a um conjunto de louças, doado por Frederico Weber, de 59 anos. Mesmo não estando com os objetos à vista<sup>8</sup>, ao perguntarmos sobre as diversas louças doadas, as memórias foram florescendo e o entrevistado discorreu acerca de uma antiga Sociedade à qual os itens pertenceram, antes de serem de sua posse.

Esses itens pertenceram a uma Sociedade que foi construída em 1932. [...] Eles estragaram tanta coisa, jogaram tanta

---

**8.** O Museu passou por uma reformulação expográfica e muitos itens foram guardados. Após esta entrevista, localizamos uma das louças doadas por esse senhor, uma molheira.

coisa fora. [...] Essa sociedade existe até hoje e se chama Sociedade Teuto Brasileira de Bolão de Nova Vila. [...] A minha mãe trabalhava ali com a minha tia e eles trabalhavam ali com essas louças. [...] Essas louças eram utilizadas em eventos até que foram aposentadas e compradas louças novas. (WEBER, 2018).

Após serem descartadas, as louças foram doadas à sua família, que trabalhou no local.

Quando a louça chegava a ser antiquada, era descartada. [...] E a minha mãe foi pegando e trazendo. [...] Como eles não tinham muito dinheiro, a louça que eles conseguiam, eles conservavam. [...] E tudo isso foi passando de geração em geração. (WEBER, 2018)



**Figura 1:** Molheira.

**Fonte:** A autora.

O entrevistado narrou sobre um assunto específico: que todos esses itens eram utilizados para servir à mesa. Eles foram base para o entrevistado narrar sobre comidas típicas alemãs e sobre o conhecimento que ele tem de como os seus antepassados faziam e comiam as refeições. Neste momento, percebemos que esses objetos possuem a capacidade de agir sobre as pessoas, gerar efeitos e identificação. O entrevistado demonstrou

ter muito orgulho de sua história e de seus antepassados. Esses objetos possuem, assim, o potencial de agência e ressonância.

Na segunda entrevista, Arceno Ewerling, de 71 anos, narrou sobre a vida e utilidade do objeto doado antes de ser de posse da sua família, quando pertenceu à sua família e até o momento em que foi decidido doar ao Museu, em meados de 2000. O objeto doado trata-se de um colocador de rolha manual para garrafas, que pertenceu a uma antiga cervejaria. A empresa ficava ao lado da casa da família do doador. Quando a fábrica fechou, em meados de 1930, o pai dele comprou alguns itens e levou para casa.



**Figura 2:** Colocador de rolha.

**Fonte:** A autora.

O objeto passou a ser usado em casa, quando sua família começou a fazer cervejas e gasosas para consumo próprio, até aproximadamente 1940. Neste momento, ele lembra, entre sorrisos, como era divertido fabricar essas bebidas em casa. Conta,

inclusive, que a sua mãe fazia cerveja preta “bem fraquinha” e que era muito boa. O entrevistado abordou emocionado sobre o objeto doado, como ele funcionava e sobre outros objetos que estão em sua casa e que também eram utilizados por sua família, principalmente pela sua mãe. Percebemos neste instante que o objeto que hoje se encontra no Museu foi utilizado como ponto de partida para a memória do narrador. Além de narrar sobre a vida do objeto, houve uma narrativa de relações afetivas com outras pessoas e outros objetos que, de certa forma, estão conectados a uma rede semântica.

Por meio dessa entrevista, percebemos que predominam, principalmente, aspectos específicos quando interrogamos um doador de objeto: as emoções e o afeto. Esses aspectos simbólicos estão atrelados ao conceito de ressonância. Através do trabalho da memória de narrar sobre e passar adiante, mantemos viva a trajetória desse item e tornamos um objeto, inerte no Museu, ressonante.

## **Conclusão**

Os objetos que abordamos e que hoje estão no Museu foram utilizados como ponto de partida para a memória dos narradores. Os objetos desvendaram uma rede de afeto e de emoção relacionados às famílias dos entrevistados, uma rede de sentidos em conexão com tempos, espaços, pessoas e outros objetos. Desta forma, cremos que um sujeito, ao se identificar e se emocionar com um objeto, atribuindo valor, gerando também uma relação de afeto com o item, permite a ativação do potencial de musealidade, ressonância e agência que o objeto pode possuir.



Através da musealidade, consideramos que um objeto vivo é um objeto com valores e significados atribuídos pelas pessoas, conforme percebemos nas entrevistas mencionadas. Nesse sentido, a percepção da alma, por intermédio das narrativas sobre a biografia de um objeto, traz vida aos objetos mortos. Os sujeitos ao manipularem, interpretarem e narrarem sobre os objetos mediam significados e ressignificados que fazem parte da trajetória biográfica dos objetos, enriquecendo o seu estatuto social e simbólico, colaborando para compreendermos esses aspectos.

Ademais, através das informações fornecidas pelas entrevistas, percebemos que a abordagem biográfica enriquece nossa compreensão do contexto social e nos auxilia na construção da biografia cultural, reconectando o objeto às redes mais complexas, entrelaçando-o à estrutura social. Ao vê-los, tocá-los ou simplesmente lembrá-los, as narrativas desabrocham. Desta forma, não só a biografia dos objetos aparece, mas também a sua alma e os significados que eles representam. Consideramos que os objetos estavam inertes. Quando percebemos a musealidade, ressonância e agência, por intermédio de suas biografias, tornamos mais propensas as possibilidades do entendimento do conceito de alma dos objetos.

## Referências

- ALVES, Caleb Faria. A Agência De Gell Na Antropologia Da Arte. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 315-338, jan./jun. 2008
- BRUNO, Cristina. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In: **As várias faces do Patrimônio**. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006.

- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.) **Conceitos-Chave de museologia**. São Paulo, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2014.
- DOHMANN, Marcus. **A experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Boocks, 2013.
- EWERLING, Arceno. [Entrevista]. 2018. Entrevista concedida a Helen Kaufmann Lambrecht, em 08 de agosto de 2018, na cidade de Ivoti/RS.
- GREENBLATT, Stephen. Resonance and Wonder. In: **Exhibiting Cultures**. Washington: Smithsonian Institutional Press, p.42 – 56, 1991a.
- GREENBLATT, Stephen. **O novo historicismo**: ressonância e encantamento. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, p. 8, p. 244-261, 1991b.
- GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas**: patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.
- JORNAL LIVRE EXPRESSÃO. **Inauguração do Museu Municipal de Ivoti**. Ivoti, 23 mai. 1995. Caderno Geral, p. 12.
- KREUTZ, Roque Amadeu et al. Bom Jardim – **Ivoti** : no palco da história / Roque Amadeu Kreutz (Organizador). – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. New York: Oxford University Press, 2005.
- MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material. Daniel Miller; Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. **Lei Municipal N° 1356**, de 8 de dezembro de 1995.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IVOTI. **Lei Municipal N° 1401**, de 28 de agosto de 1996.
- REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Fundação Nacional Pró-Memória 1979-1990**. Disponível

em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>>. Acesso em 17.10.2017.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. In: **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). **MAST Colloquia – Museu: Instituição de Pesquisa**, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

WEBER, Frederico. **[Entrevista]**. 2018. Entrevista concedida a Helen Kaufmann Lambrecht, em 30 de maio de 2018, na cidade de Ivoti/RS.

# Prisão ou lar? A Dualidade de Representações no Memorial do Hospital Colônia Itapuã

*Helena Thomassim Medeiros<sup>1</sup>*

*Juliane Conceição Primon Serres<sup>2</sup>*

## Introdução

Este artigo visa a classificar os espaços expositivos identificados no Memorial do Hospital Colônia Itapuã – através da metodologia de observação e análise de conteúdo – a partir da dualidade entre os conceitos de “prisão” e “lar”. Este texto é um desdobramento de uma pesquisa que analisou as escolhas expográficas desse espaço de memória. Foram escolhidos estes dois termos para representar as ambiguidades entre uma percepção do passado mais vinculada à vida institucional e outra a questões privadas do indivíduo, em uma tentativa de compreender como a exposição de um local de reclusão aborda um tema tão delicado.

Em 1940 foi inaugurado na cidade de Viamão, no Rio Grande do Sul, o Hospital Colônia Itapuã (HCI), único Leprosário do Estado, chegando a abrigar 2.474 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro) pacientes diagnosticados com

---

1. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista Capes. Helena\_tm@outlook.com

2. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Curso de Museologia e do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). julianeserres@gmail.com

hanseníase. Esta doença, antigamente chamada de lepra, acompanha a história da humanidade, sendo sinônimo de segregação e considerada por muito tempo um castigo divino, pois, sem tratamento, ela ocasiona deformidades ao enfermo, principalmente nas extremidades do corpo, como pés, mãos, orelhas e nariz.

Ainda na década de 1940 é descoberto um tratamento eficaz contra a doença, e em 1962, é decretado o fim do internamente compulsório no Brasil. O HCI, agora com menos moradores, passa a receber, em 1972, pacientes transferidos do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), implantando assim a laborterapia. Essas pessoas continuam sendo transferidas até os dias de hoje, tendo o Hospital ganhado uma utilidade asilar com estes dois perfis de internos: ex-hansenianos e pacientes psiquiátricos.

Em 1999 passa a funcionar, dentro do HCI, o Centro de Documentação e Pesquisa (Cedope) que recolheu acervo, organizou documentações históricas e realizou entrevistas para preservar as histórias de vida dos pacientes. Esse trabalho foi continuado até 2001 e teve como um de seus frutos a realização, em 2000, da exposição “HCI – 60 Anos de História”.

Sendo o HCI, agora, percebido sob uma perspectiva histórica, ele é tema de outras exposições e tem um de seus prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) em 2010. Mais recentemente, em 2014, foi criado um Memorial dentro do Hospital para contar essas histórias. Sendo essa relação entre o lembrar e esquecer complexa, principalmente, em lugares de exclusão e isolamento forçado,

este artigo<sup>3</sup> visa a perceber como o espaço de memória representa essa instituição, analisando o binômio lar e prisão, sob o prisma da exposição.

### O problema do passado

Como dito anteriormente, a lepra é uma doença histórica, sendo apontada em várias passagens bíblicas. O temor do contágio e o medo das deformidades colocaram o doente muitas vezes em papel de “vilão”, sendo a enfermidade um castigo divino para que este pague por seus pecados.

Esta perversidade atribuída aos doentes parece que é um tema recorrente quando se trata de doenças contagiosas, cujo mecanismo de transmissão não é completamente conhecido, como o caso da lepra. Em diferentes épocas, tal desconhecimento abriu caminho para a sociedade formular um grande número de representações, imputando aos doentes a condição de perigosos. (SERRES, 2009, p.154).

A exclusão social foi uma constante na trajetória dessa doença, sendo os enfermos obrigados a utilizar determinadas roupas e objetos para identificar sua chegada ou mesmo a dissociação dos laços familiares e de propriedade, considerando-os mortos em vida durante a Idade Média. Savassi aponta que:

O “leproso” é o “pobre de Cristo” por excelência e cuidar de suas feridas é um ato digno. Mas também é a prova corporal do pecado: a corrupção da carne manifesta a da alma. Por isso o seu confinamento também é uma maneira

---

3. Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida para uma dissertação do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001

de condená-lo por seus supostos erros, ou pelos pecados que todos cometeram e que só eles vão expiar. (SAVASSI, 2010, p. 36).

Podemos dizer, apoiados na bibliografia, que a hanseníase chega ao Brasil com os portugueses. Segundo Souza (2012), os primeiros casos diagnosticados datam de 1600. A lepra passa ser percebida como uma doença a partir da descoberta do bacilo causador em 1873 pelo médico Gehard Henrick Armauer Hansen (1841-1912). Serres comenta que:

Se por um lado esta descoberta representou um importante passo para a medicina, por outro lado veio confirmar a contagiosidade da moléstia, fazendo com que houvesse um recrudescimento dos temores antigos e, sobretudo, munindo a medicina de justificativa científica para as práticas de segregação impostas aos doentes. (SERRES, 2004, p.57).

A política de construção de novos Leprosários no País, do qual a criação do HCI é consequência, data do governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. Porém, essa iniciativa não atingia apenas o doente, que era retirado de seu local de origem e do convívio social mesmo contra sua vontade, mas também aos filhos destes, posto que:

Havia um tripé profilático que começava com o dispensário, em que os primeiros exames médicos eram feitos, o segundo era o Hospital Colônia, para onde eram enviados os que obtivessem resultados positivos aos seus exames e, finalmente, os preventórios, que eram destinados aos filhos sadios dos doentes. (QUEVEDO, 2005, p.29).

Pessoas diagnosticadas com hanseníase eram levadas aos Leprosários, separadas de suas famílias e comunidades, desfazendo-se assim vínculos afetivos e de identidade. O dinheiro que circulava dentro do HCI, por exemplo, era específico, sendo

uma moeda própria para coibir fugas e lá dentro haviam leis que deveriam ser obedecidas. Percebendo que:

[...] *prisão é a contenção do homem em um espaço delimitado durante um lapso de tempo.* [...] A limitação temporal e a espacial são somadas para garantir o completo isolamento do condenado do ambiente social. Através da prisão o delinquente é excluído da comunidade, ele perde o direito de vivenciar o espaço e o tempo da sociedade em que vivia. (CHIAVERINI, 2009, p.09, grifo da autora).

Talvez pudéssemos comparar esses Leprosários a prisões pela restrição espacial e temporal que era imposta aos pacientes, mas, para eles, antes da descoberta da cura, a única perspectiva de saída desses limites era após a morte.

O Hospital funcionava como uma pequena cidade, sendo coordenado pelas Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã, que exerciam o cuidado diário com os pacientes. Foram construídos diversos prédios, pavilhões de moradia para os solteiros que eram separados por sexo e idade, casas geminadas para os casais, escolas, igrejas, fábricas, entre outras coisas. O local também era habitado por funcionários e suas famílias, sendo assim dividido em zonas:

Na “zona sadia” havia uma residência para o médico diretor, uma para o administrador, casas geminadas para os funcionários, uma usina geradora de eletricidade, garagem e moradia para motorista. Na “zona intermediária” encontravam-se os prédios da administração, da padaria, a casa das Irmãs, o pavilhão de observações e a futura casa do capelão. Na “zona suja” ficavam os 14 pavilhões “Carville”, as 11 casas geminadas, cozinha, refeitório, hospital com ambulatorios, enfermarias (mulheres e homens), lavanderia, capela, forno de incineração, necrotério, oficinas, cemitério. À entrada da “zona suja” ficariam o *parlatório* e



o expurgo. O Hospital ainda contaria com uma área rural. (SERRES, 2004, p.124).

A vida dentro do Hospital buscava se assemelhar com a que esses pacientes haviam deixado para trás, contudo existiam regras rígidas de comportamento, a limitação espacial e separação das famílias. Goffman aponta que “A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal [...]” (GOFFMAN, 1974, p.22).

O preconceito e o medo da sociedade eram tão intensos que “Por mais paradoxal que possa parecer, no isolamento muitos destes doentes encontravam um *lugar para si*” (SERRES, 2009, p.69). Constituíram famílias, criaram laços de amizade e se adaptaram à nova realidade. Deste modo, o termo antagônico à “prisão” escolhido para este artigo foi “lar” por este referir-se às relações humanas estabelecidas, pois consideramos que os moradores do HCI deixaram sua casa, lugar de suas raízes sociais e culturais, mas alguns conseguiram transformar essa instituição em um local para se viver, tendo em vista que:

[...] esta noção de *lar*, sendo fundamental, tem origem etimológica na mitologia etrusca, consolidada depois pelos romanos. Lar representa o fogo sagrado que protege a habitação e é transmitido de geração em geração. Assim, torna-se evidente a relação da palavra *lar* com a *lareira*. Era o fogo da lareira que agregava em seu redor todos os elementos da família. Nas casas ancestrais a lareira era assim a pedra que servia de base ao lume (*lar + eira*), logo, o lar transporta um significado muito próprio do fogo e do calor humano [...] (OLIVEIRA; SEIXAS; FARIA, 2013, p.153).

A relação entre perceber o HCI como uma prisão ou lar é muito complexa, tanto para quem estuda o assunto quanto para os moradores. Foucault comenta que:

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão, muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é “onidisciplinar”. Além disso a prisão é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante. Enfim, ela dá um poder quase total sobre os detentos; tem seus mecanismos internos de repressão e de castigo: disciplina despótica. Leve à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total: (FOUCAULT, p.198-199).

Deste modo, percebemos nos relatos e nas limitações impostas aos moradores que mesmo criando essas relações de companheirismo, o Estado e a Igreja ainda representavam um forte papel de controle, até nos casamentos havia interferência do poder institucional, posto que “Existia toda uma estratégia de controle e coação em relação à vontade dos pacientes se casar. Além do consentimento dos pais - se estes estivessem vivos – eles necessitavam do consentimento da assistente social e também da direção para realização de determinada união” (PROENÇA, 2005, p.119).

Em 1972, decorrente desse processo de esvaziamento da instituição, começaram a ser transferidos pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Nesse período passou a funcionar nas dependências do HCI o Projeto do Centro Agrícola de Reabilitação (CAR) que utilizava a laborterapia que visava a reintegrá-los ao mercado de trabalho e gerar sua subsistência. Borges

(2002) chama a atenção para dois pontos interessantes quanto ao Projeto CAR, o primeiro é que: “No período de 1972 a 1982, a horta dos pacientes do CAR forneceu verduras não apenas para o consumo interno, mas para outras instituições hospitalares da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, produzindo o esperado retorno financeiro do Projeto”. (BORGES, 2002, p.119). O segundo, referente aos critérios para a seleção de pacientes destinados ao CAR: origem rural; sexo masculino; idade entre 18 e 45 anos; diagnosticados preferencialmente com esquizofrenia crônica; que tivessem contato familiar ou chances de viver fora do ambiente hospitalar.

Contudo, a autora comenta que “O que contradiz esse objetivo é o fato de o Projeto ser voltado para pacientes crônicos, ou seja, doentes sem qualquer possibilidade de reintegração, aos quais era certo o destino de terminar seus dias confinados em um cárcere manicomial.” (BORGES, 2002, p.120). Mesmo os poucos pacientes que foram considerados aptos pelos médicos a voltar para seus locais de origem, enfrentavam dificuldades: “[...] muitas famílias não sabiam ao certo o que fazer com o parente doente e viam no hospício uma possibilidade de cura” (BORGES, 2007, p.123).

Embora o Projeto CAR não esteja mais em funcionamento, ainda hoje são transferidos, gradativamente, pacientes crônicos do Hospital Psiquiátrico São Pedro para o HCI. Esta faceta entre o isolamento, a imposição do trabalho e uma espécie de “refúgio” de um mundo e uma sociedade que os excluía são algumas das facetas observadas na história do HCI e que consequentemente são levadas à exposição do Memorial do hospital.

## O passado no presente

A fim de homenagear essa instituição e as pessoas que tiveram suas vidas relacionadas a ela, assim como salvaguardar o acervo, foi criado em 2014 por alguns funcionários do Estado o Memorial do HCI. A ideia surgiu quando o senhor Marco Antônio Lucaora, funcionário do HPSP, que hoje é coordenador do Acervo dos Hospitais Estaduais, soube de uma documentação que estaria guardada na Casa das Irmãs – um dos prédios do Hospital no qual as Irmãs moravam – estava se deteriorando e que haveriam outras instituições interessadas nesse acervo. Segundo ele:

Quando me passaram essa informação, que as pessoas estavam interessadas, que a documentação estava jogada, realmente a documentação estava no chão, não estava tendo cuidado, que não tinha quem fizesse [...] vou conhecer Itapuã, quando cheguei lá, a documentação está na Casa das Irmãs, entrei numa sala: não tinha luz, só vi aquele vulto de caixas, de documentos, pela pouca luminosidade que tinha. [...] tudo que eu enxergava era cheiro de mofo, mofo, mofo e muito documento no chão. [...] a minha preocupação era só com a documentação. [...] Eu trouxe caixas de documentos para cá, para o Hospital, chegou na parte da tarde, aqui no São Pedro, eu comecei a higienizar e separar [...] a diretora colocou uma pessoa para me ajudar. A coisa foi tomando forma [...] Aí me apresentaram: tu tem que conhecer a Rita, a Rita sabe tudo, a Rita é bam bam sobre hanseníase ela já viajou pelo planeta [...] Aí a gente se conheceu [...] ela conseguiu me passar várias coisas e questionamentos [...] ela complicou muito minha vida [...] ela dizia: como é que uma pessoa que não sabe nada sobre hanseníase quer fazer um museu, memorial, sobre hanseníase? [...] Aí ela disse: tu não quer vir passar um domingo comigo? Aí eu fui, aquilo mexeu, aí entrou nas minhas entranhas, aí mudou a coisa, porque eu vi o

sofrimento daquela cidade, daquela vila, daquele povo, do Brasil todo [...] Assisti uma palestra dela: piorou a coisa. Eu fiquei mais chocado, porque aquilo não era só aquilo que eu estava vendo em filme de televisão, no período de Cristo. Eu estava vendo aquilo ali com pessoas próximas, ela me enfiou para dentro da casa das pessoas e eu pude ver como as pessoas estavam vivendo. Aí tu começa a ver uma história do passado, do futuro, do presente, aí a coisa mudou. O mais interessante da Rita foi que ela começou a questionar pontos, porque eu estava muito solto, as coisas vinham vindo, objetos, [...] a Rita, com a parte técnica [...] de dizer: tem que ter um porquê disso, um porquê daquilo. (LUCAORA, 2015, inf. verb.).

Em conjunto com a enfermeira Rita Sosnoski Camello – especialista em Hansenologia, Coordenadora do Patrimônio e do Memorial HCI –, e outros funcionários do HCI, foi construído o Memorial. Sendo financiado pelo mesmo senhor Marco, o papel do Estado restringiu-se à manutenção do edifício e à nomeação dele e da senhora Rita como coordenadores.

Como eles [Estado] viram que eu ia fazer por conta e risco, eu não estava preocupado se eu podia, eu não pedi autorização para ninguém. Eles [Estado] decidiram me fazer um documento me nomeando responsável pelo acervo de Itapuã, do São Pedro, do Sanatório e do Dermato. Saiu uma portaria, assinada pela Secretaria da Saúde que eu seria responsável por essa documentação e os bens afins. [...] eu não perguntei: “Eu posso ir?” para o diretor, eu fui, e continuei indo, e eu digo, eu vou montar o Memorial e eu vou fazer. Então eles acharam bom, e foi a única coisa que o governo fez. [...] e eles foram lá e inauguraram. (LUCAORA, 2015, inf.verb).

Todavia, atualmente, o Estado designou uma funcionária específica para o cuidado com o Memorial, que abriga em seu acervo mais de 3.000 (três mil) peças que não estão catalogadas,

foram recolhidas e doadas por funcionários e moradores. Até 2017 identificamos 37 (trinta e sete) espaços expositivos nesse local de memória e, a fim de compreender qual perspectiva sobre o HCI eles demonstram, tais ambientes foram classificados, utilizando como norte a dualidade proposta neste artigo entre “prisão” e “lar”.

Utilizando a metodologia de análise de conteúdo (AC) através da observação dos espaços expositivos, posto que este método se aplica muito bem à análise de uma exposição, posto que ela é mutável, pode ser adaptada a diferentes casos; trabalha com a criação de categorias como método de codificação dos dados; analisa as comunicações, sendo o ato de expor um meio de comunicação entre instituição e público; visa a compreender os contextos de produção da mensagem. Laurence Bardin (1977) coloca que “[...] A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento [...]” (BARDIN, 1977, p.31). Desta forma, os conceitos de “prisão” e “lar” foram utilizados como categorias, posto que:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (BARDIN, 1977, p.117).

Foram considerados referentes à “prisão” os espaços com aspectos que remetem à “vida institucionalizada”, cercada, vigiada e tutelada por instituições de poder como o Estado e

a Igreja, ambientes que se referem ao estigma, à segregação e às peculiaridades geradas pela doença, ou seja, referências à exclusão. Consideramos “lar” aspectos que remetem à vida cotidiana, à tentativa de retomar a normalidade mesmo dentro de um hospital colônia, espaços expositivos onde o paciente não é um “leproso” ou “louco”, mas sim uma pessoa, relacionado à vida comum.

Entretanto, após tabelado o conteúdo percebeu-se que estas duas categorias eram insuficientes, sendo necessário perceber a relação ente instituição e moradores. No primeiro enquadraram-se ambientes que abordam temas ligados às vidas institucionalizadas, doença e medicina e à vida no Hospital. No segundo são espaços onde os moradores são os protagonistas, que apresentam trajetórias pessoais e objetos doados pelos moradores.

Através dos dados obtidos percebemos que 24 (vinte e quatro) dos espaços abordam aspectos do cotidiano, que consideramos fazer referência à ideia de um lar; 17 (dezessete) abordam aspectos da vida hospitalar ou questões vinculadas à doença hanseníase; 04 (quatro) são espaços em que ambas ideias aparecem.

Quanto à segunda classificação, 26 (vinte e seis) espaços referem-se às atividades desenvolvidas na instituição, ligadas à saúde, à história ou às atividades cotidianas da instituição e funcionários, e 11 (onze) colocam trajetórias pessoais dos moradores, expõem itens doados por eles ou referem-se a coisas que teriam importância para estes.

Desta forma, poderíamos considerar que o Memorial HCI aborda, na maioria dos espaços, a instituição enquanto um local de reclusão que se transformou em um “lar”. Contudo, os momentos em que os moradores e suas trajetórias ou percepção

personais são colocados com maior ênfase são minoria, considerando que “[...] remontar (museograficamente) ao passado é reinventar *um* passado, uma vez que dele guardam-se apenas restos”. (CHAGAS, 2002, p.66, grifo do autor.). Podemos perceber uma “institucionalização” dessas memórias que ao passar por recortes e seleções geram a ideia de um passado, quase sem conflitos, mas também coloca os moradores à margem do processo de exposição de suas próprias vidas.

### Hoje é amanhã

Ao considerarmos o museu enquanto local para lembrar e agregar visões sobre um passado, doenças e pessoas, muitas vezes invisibilizadas, a forma como expomos um tempo e histórias que não são – diretamente – nossas ao público, interfere na consciência futura sobre essas questões. Serres aponta que ao realizar entrevistas com os moradores do HCI percebeu que:

[...] memórias mais amargas, marcadas por vínculos desfeitos e sofrimentos, dão lugar a uma explicação conclusiva por parte dos entrevistados. O Leprosário foi um mal necessário, que acabou por se converter em um lugar para se viver. Este foi o mundo possível [...] (SERRES, 2009, p.169).

Sendo assim, a visão dos organizadores pode ter se assemelhado a esta na medida em que deram “preferência” a uma expografia mais tranquilizadora, levando em consideração a fala do senhor Marco que afirma que: “O memorial, se tu for olhar, é bastante pesado. Mas ele podia ser muito mais. A gente tentou colorir, enfeitar, fantasiar, criar cenários e coisas assim”. (LUCAORA, 2015, inf. verb.). Podemos ver neste trecho



da entrevista que houve grande preocupação por parte dos organizadores em não expor um passado tão “sombrio” e triste, contudo esta escolha também pode representar um perigo para a continuidade dessas histórias.

Outro fator que chama a atenção é a falta de participação daqueles que foram ou são pacientes do Hospital, aspecto que é mencionado pelos organizadores, mas que não é percebido na exposição. O que se coloca é uma narrativa “globalizante” e “universalizante” dos moradores, a partir de uma lógica institucional. O objetivo não é focar no sujeito, mas na meta-narrativa sobre o espaço em questão. É nesse sentido que se configura o jogo entre memória, poder e esquecimento. Não conseguimos descobrir, apenas com a observação, as histórias que se relacionam com as materialidades, sendo necessária a mediação para isso. Mesmo que nos textos vejamos diversas trajetórias de moradores, estas são – com exceção dos *banners* feitos pelo Cedope – narrativas construídas por pessoas que conversaram com eles.

A senhora Rita comenta que “Parentes de pessoas que moraram conosco [no Hospital], nos procuram para saber a história [...] Já tem sido bastante frequente, tipo assim: busco a minha identidade”. (CAMELLO, 2017, inf. verb.). Este fato é muito interessante, pois demonstra que, além do Memorial HCI ser um local para preservar e expor a trajetória desta instituição, ele também tem sido visto como fonte de informação para pessoas que tiveram suas relações desfeitas devido à exclusão imposta aos hansenianos.

Schindel (2009, p.69) aponta que: “Asociadas a los sitios de memoria coexisten narrativas plurales para dar cuenta del pasado a recordar, y esas versiones diversas compiten entre

sí a la hora de establecer o, en el mejor de los casos, consensuar qué y cómo relatar de pasado”. Observamos que a dicotomia entre ser uma prisão ou lar, apesar de interferir nas representações subsequentes sobre o HCI e na maneira como o visitante irá perceber o espaço expositivo, aproxima-se de uma busca por categorizações possíveis para a compreensão de como é elaborada a representação de um passado repleto de memórias difíceis em um local de exclusão, sendo uma constante reelaboração.

À medida em que percebemos uma necessidade, citada pelos organizadores, de suavizar na exposição um passado intrincado em relações complexas, poderíamos nos questionar se tais escolhas não se dão em virtude da própria preocupação com o público. Afinal, muitos percebem espaços culturais como ambientes nos quais podem se “desconectar” com os problemas cotidianos e, ao realizar uma visita ao HCI, colocam-se na direção contrária por vivenciarem – mesmo que momentaneamente – o isolamento e os traumas causados por estes. Desta forma, a percepção dos espaços expositivos como ambientes que se focam na perspectiva do local como um “lar”, mesmo que não se abordem com maior ênfase as trajetórias individuais dos moradores, buscam rememorar o passado ao mesmo tempo em que não problematizam o presente.

Considerando que “Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem” (MENESES, 1998, p.94), poderíamos nos questionar sobre como fazer do patrimônio e do museu espaços que, mais do que a preservação da materialidade, suscitem

questionamentos sobre o hoje. Não apenas o Memorial HCI, mas percebendo que ao representarmos em espaços de memória percepções atuais sobre o passado também podemos relacioná-las com o futuro que almejamos enquanto sociedade, colocando museus, memoriais, exposições como ambientes propícios à troca entre instituição e público de forma mais ativa.

### **Conclusão**

Concluimos que a dualidade da exposição não se deve apenas à percepção dos organizadores, mas à trajetória dos próprios pacientes que tiveram que reaprender a viver nos limites de uma instituição total. Sendo assim, esta tornou-se, para alguns, um misto entre prisão e lar.

A grande dificuldade em analisar a exposição do Memorial HCI reside no fato de buscar compreender como os moradores do HCI gostariam de ser lembrados. Neste sentido, pensar este local como uma prisão ou lar são perspectivas limitadoras que nos servem enquanto instrumento de análise, mas que não representam em plenitude a complexa construção de relações e apropriações que é a vida. Contudo, este artigo demonstra um momento do processo da busca por uma metodologia capaz de trazer dados “objetivos” sobre uma representação e uma compreensão subjetivas do passado.

A ideia de uma visão positiva ou negativa sobre o Hospital não existe, porque tudo o que questionamos em relação a essas políticas vem de uma perspectiva presente. A exposição do Memorial HCI, como mencionado anteriormente, busca “enfeitar” um passado que pode representar um desconforto, por tratar-se de um espaço de exclusão e de uma doença estigmatizante.

Todavia, talvez o mais importante seria pensarmos no “hoje” e em como “corrigir” as sequelas causadas pela segregação, a fim de que nossas ações no presente possam auxiliar na criação de um futuro melhor, posto que há questões sociais atuais que podem se vincular a narrativas expográficas do Memorial, como: filhos de ex-hansenianos que pedem indenização; o Brasil como segundo país com mais casos de hanseníase no mundo; a hanseníase ligada a grupos marginalizados; reflexões sobre as políticas de isolamento e como elas afetam a sociedade.

## Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de: Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 1977. 226p.
- BORGES, Viviane Trindade. **Loucos (nem sempre) mansos da estância: controle e resistência no cotidiano do Centro Agrícola de Reabilitação (Viamão/RS 1972-1982)**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007. 186p.
- BORGES, Viviane Trindade. Projeto CAR: o Centro Agrícola de Reabilitação do Hospital Colônia Itapuã. In: **Boletim da Saúde**. Rio Grande do Sul, v.16, n.2, 2002, p. 116-124. Disponível em: <<http://www.boletimdasau-de.rs.gov.br/conteudo/1207/projeto-car:-o-centro-agricola-de-reabi-litacao-do-hospital-colonia-itapua>>. Acesso em: 30 de set. de 2018.
- CAMELLO, Rita Sosnoski. Entrevista 04: 24 de nov. de 2017. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2017.
- CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. n.19, 2002. p.35–67.
- CHIAVERINI, Tatiana. **Origem da pena de prisão**. Dissertação de Mestrado em Filosofia do Direito, PUC-SP. São Paulo, 2009. 139 p. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Origem%20da%20pena%20de%20pris%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão**. Tradução

- de: Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 20 ed., 1999, 288 p.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de: Dante Moreira. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1974. 316p.
- LUCAORA, Marco Antônio. Entrevista 01: 27 de ago. de 2015. Entrevistador: Helena Thomassim Medeiros. Porto Alegre, 2015.
- OLIVEIRA, Avelino; SEIXAS, Paulo Castro; FARIA, Luís Pinto. A Casa e As Suas Casas. In: **Temáticas**. Campinas, n.42. v. 2. 2013. p141-163. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/303057011\\_A\\_CASA\\_E\\_AS\\_SUAS\\_CASAS](https://www.researchgate.net/publication/303057011_A_CASA_E_AS_SUAS_CASAS)>. Acesso em: 01 de nov. de 2018.
- PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. **Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História, PUC-RS. Porto Alegre, 2005, 149 p.
- QUEVEDO, Éverton Reis. **“Isolamento, isolamento e ainda isolamento” o Hospital Colônia Itapuã e o Amparo Santa Cruz na profilaxia da lepra no Rio Grande do Sul (1930-1950)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História, área de Concentração: Estudos da História das Sociedades Ibero-Americanas, da PUC-RS, para obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005, 189p.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. **Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, UNISINOS. São Leopoldo - RS. 2009. 216 p.
- SERRES, Juliane Conceição Primon. **“Não Caminhamos Sós”**: Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2004. 285 p.
- SCHINDEL, Estela. Inscibir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. In: **Política y Cultura**. n. 31. 2009. p. 65-87.
- SOUZA, Luís Roberto. **Condicionantes sociais na delimitação de espaços endêmicos de hanseníase**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. São Paulo, 2012, 327 p.

# Memória e emoção: o caso do tacho do Museu Gruppelli, Pelotas/RS

*José Paulo Siefert Brahm*<sup>1</sup>

*Diego Lemos Ribeiro*<sup>2</sup>

*Juliane Conceição Primon Serres*<sup>3</sup>

## Introdução

Neste artigo discutiremos o papel simbólico que pode assumir um objeto dentro do cenário museal, mesmo que em sua ausência material. O objetivo deste breve estudo é lançar luz sobre questões que tangenciam a preservação da cultura material<sup>4</sup>,

---

**1.** Doutorando em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista Capes – código de financiamento 001. Colaborador do Museu Gruppelli, Pelotas/RS. E-mail: josepaulobrahm@gmail.com

**2.** Doutor em Arqueologia, Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: dlrmmuseologo@yahoo.com.br

**3.** Doutora em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: julianeserres@gmail.com

**4.** “Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)”. (MENESES, 1983, p. 112).

levando em conta sua complexidade semântica e as múltiplas formas de ativação.

Na visão do historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1983, p. 113), os artefatos, que são o substrato da cultura material, podem ser vistos sobre dois ângulos:

como produtos e como vetores de relações sociais. De um lado, eles são o resultado de certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade (e este nível de realidade está em grande parte presente, como informação, na própria materialidade do artefato). De outro lado, eles canalizam e dão condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais.

Para ilustrar a ideia da representação das ausências, traremos como exemplo a trajetória patrimonial do tacho de cobre que fazia parte do acervo do Museu Gruppelli (Figura 1 e 2).



**Figura 1:** Tacho em contexto com outros objetos

**Fonte:** José Paulo Siefert Brahm, 2016.





**Figura 2:** Tacho.

**Fonte:** José Paulo Siefert Brahm, 2016.

O uso do verbo no passado indica sua condição atual: o objeto foi levado tragicamente da exposição. De maneira sintetizada, isso aconteceu porque no dia 26 de março de 2016, a comunidade do Sétimo Distrito de Pelotas foi acometida por uma enchente de proporções inéditas. Casas e comércios da região sofreram enormes perdas. Com o Museu não foi diferente. Parte do acervo foi arrastado pela força da água, se perdeu, ou foi danificado, de forma irreversível. Entre as principais perdas do acervo está o mencionado tacho que estava localizado no cenário da cozinha e a cadeira que ficava no cenário da barbearia<sup>5</sup>.

---

5. Para saber mais sobre esse assunto sugerimos ver artigo sobre o ocorrido publicado na Revista Seminário de História da Arte em 2017. Artigo disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/11542/7383>>. Acesso em: 17 abr. 2018.



O cenário museal<sup>6</sup> em questão, o Museu Gruppelli, foi inaugurado no ano de 1998, tendo como estopim a iniciativa da comunidade local que buscava preservar as suas histórias e memórias. O Museu está localizado na zona rural de Pelotas, no que se denomina Colônia Municipal, Sétimo Distrito. Ele se apresenta como “um espaço de exposição e guarda de objetos que traduzem a ‘vida na colônia’, ou seja, as dinâmicas sociais de uma comunidade identificada pelas origens e trajetória imigrante” (FERREIRA; GASTAUD; RIBEIRO, 2013, p. 58, aspas dos autores). O acervo do Museu é constituído de doações, compras e empréstimos feitos por moradores da região, e foi sistematizado inicialmente pelos membros da família Gruppelli, com a ajuda da professora Neiva Vieira e do fotógrafo Neco Tavares. Desde 2008, o Museu conta com o apoio da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), por meio do Curso de Bacharelado em Museologia, que realiza um projeto de extensão denominado “Revitalização do Museu Gruppelli”.

Veremos que, mesmo não estando mais presente fisicamente no espaço museal, sua alma e seu espírito ainda estão presentes. Ou seja, o tacho ainda se encontra vivo simbolicamente no Museu Gruppelli. Essa vitalidade simbólica do patrimônio é efetivada pelo trabalho de memória e pela questão emocional dos diversos públicos que visitam o espaço museológico.

Neste artigo, além de buscar definir o que entendemos por espírito e alma dos objetos, e sua pertinência ao propósito da argumentação, buscaremos também fazer uma breve análise da trajetória do tacho, de sua chegada ao Museu até sua partida.

---

6. Algumas ideias discutidas neste artigo foram abordadas em anterior publicação que se encontra disponível no livro **Patrimônio no Plural: práticas e perspectivas investigativas**, organizado pelas professoras Hilda Jaqueline de França, Carmem G. Burgert Schiavon e Carla Rodrigues Gastaud, publicado pela editora Selbach & Autores Associados, Porto Alegre, 2018.

O Museu está organizado em seis nichos temáticos, além de contar com uma sala de exposições temporárias. Os nichos são: mercearia, esporte, trabalho específico, trabalho rural, cozinha e vinícola. O acervo é variado e abarca itens como troféus, instrumentos rurais diversos, fotografias, material de barbearia, amassador de uva, barricas de vinho, debulhadores de milho, carroça, pilão, foice, material dentário, dentre outros.

Sobre este universo material gostaríamos de salientar alguns pontos, quais sejam:

1. Os objetos somente fazem sentido quando inseridos em um duplo contexto: quando se entrelaçam com os outros objetos dentro do circuito expográfico e quando amalgamados no próprio sítio (o local), que foi, e por vezes ainda é, cenário de utilização dos mesmos.
2. O valor desses objetos não é inerente à materialidade, mas necessariamente externa e intencionalmente ativada pelo Museu; refere-se aqui ao valor associado aos modos de vida rural em suas multifacetadas dinâmicas. Em outros termos, os objetos funcionam como (pre) textos para narrar histórias de vida, e cuja semântica não está encerrada na objetividade material dos objetos. Contudo, apesar da externalidade do valor e da natureza simbólica que é negociada, o Museu tem estima e assume as responsabilidades por esses objetos que salvaguarda e comunica.
3. Apesar da maioria desses objetos serem encontradas em grandes quantidades nas casas e galpões dos moradores da região, cada um deles possui sua própria história. Em outros termos, mesmo que duas carroças sejam iguais fisicamente, elas jamais possuem a mesma trajetória de vida.

Este artigo resulta de pesquisas realizadas no Museu nos anos de 2016-2017. Para atingir nosso objetivo, fizemos uso de observação e, sobretudo, de entrevista. Realizamos entrevistas com membros da família Gruppelli e com alguns visitantes do Museu para compreendermos a relação desses com o tacho. Duarte (2002), baseada em Brandão (2000), diz que a entrevista é um trabalho que exige atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, estando sempre à escuta de tudo que é falado pelo entrevistado. A autora menciona, ainda, que devem ser levados em consideração os tons, ritmos e expressões gestuais que acompanham, ou mesmo, substituem essa fala e isso exige tempo e esforço (DUARTE, 2002, p. 146).

### **O espírito e a alma dos objetos musealizados**

Os objetos, ao fazerem parte dos museus, têm a sua função utilitária esmaecida e lhe são atribuídos, ao atravessarem o processo de musealização, uma nova função, agora, simbólica e representacional. São considerados documentos, representações da realidade. Os objetos musealizados, além disso, são considerados como mediadores de um espírito e uma alma.

Em relação ao espírito dos objetos de museus, podemos relacionar ao pensamento trazido, ainda no século XIX, por John Ruskin (2008 [1880]), ao se referir às edificações a serem preservadas, não pela sua importância material, mas, especialmente, imaterial. O autor afirma que “é preferível a uma obra mais rude que conta uma história e registra um fato, do que a mais rica sem significados” (RUSKIN, 2008, p. 63). Para ele, as edificações “conectam períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constituem, em parte, a identidade, por concentrar a afinidade,

das nações” (RUSKIN, 2008 [1880], p. 68). Sinaliza também para o fato que a importância de um objeto imóvel, no caso das edificações, não está em suas pedras, mas em sua espiritualidade, nas diversas significações que trazem consigo ao servirem como evocadores de memórias e de consolidarem identidade (RUSKIN, 2008 [1880]). Por isso, antes de preservar qualquer objeto é preciso conhecê-lo em todos os seus detalhes, seja sua forma, função, estrutura, bem como sua história e trajetória.

Em última análise, as agências de preservação não deveriam se ocupar apenas da coisa em si, mas, sobretudo, endereçar esforços para dinamizar a imagem projetada sobre essas materialidades, o que nos permite dizer que esses objetos são, em termo, potências criativas, reminiscências mnemônicas que são atualizadas na relação museal sujeito-objeto. O que se preserva, portanto, não é somente sua dimensão material, mas, especialmente, o espectro, a invisibilidade e o imaginado.

O conceito de espírito dos bens patrimoniais e dos lugares é trazido, ainda, pela Declaração de Québec de 2008 sobre a preservação do “*spiritu loci*” ou “espírito do lugar”. Essa convenção teve por objetivo a preservação e difusão do valor espiritual dos espaços, como dos patrimônios, tangíveis e intangíveis, que os compõem.

Mas o que seria o espírito dos lugares? Segundo essa declaração, ele pode ser definido do seguinte modo:

O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivos, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, **emoção** e mistério ao lugar (QUÉBÉC, 2008, destaque nosso).

Ainda, para a Declaração de Québec, o espírito do lugar é construído por inúmeros atores sociais, os quais se complementam na relação com os sujeitos. Possibilita que o espírito do lugar assuma um caráter dinâmico e plural, estando submetido a transformações, no decorrer do tempo, pelos diversos grupos sociais aos quais pertencem.

Entendemos, aqui, que, para a referida Convenção, o espírito do lugar não estaria ou emanaria efetivamente do espaço, ou do patrimônio que integra, mas seria uma construção social dos sujeitos:

O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. Supre uma visão rica, mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. **O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em resposta às suas necessidades sociais.** As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade (QUÉBEC, 2008, negrito nosso).

Podemos relacionar essa ideia de espírito ao conceito de semióforo, uma vez que os objetos musealizados têm o potencial de conectar o visível ao invisível. Esse conceito é sistematizado pelo historiador Krzysztof Pomian (1997). Para Pomian (1997), seria semióforo o objeto que “tem apenas o significado de que é o vector (sic) sem ter a mínima utilidade” (1997, p. 72). Serve como intermediário entre o mundo visível e invisível. Possibilita que os sujeitos criem conexões com mundos, tempos, lugares, locais, culturas e pessoas próximas e distintas, que

acabam se presentificando simbolicamente por meio da percepção (POMIAN, 1997).

Já o conceito de alma é sistematizado pelo geógrafo brasileiro Eduardo Yazigi (2001), em seu livro *A alma do lugar*. Para o autor, a alma seria

O que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõem ao que chamaríamos “desalmados”. Não creio que possa ser entendida por processos lógicos. Há alma quando **há paixão** correspondida das gentes com o lugar (YÁZIGI, 2001, p. 24, aspas do autor, negrito nosso).

Ele complementa dizendo que a alma do lugar seria uma criação do sujeito. O “homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar” (YÁZIGI, 2001, p. 45). Firmados nisso, podemos entender, então, que a alma não estaria ou emanaria dos lugares, mas se complementaria na relação com o sujeito, como aponta o autor: “a alma do lugar seria feita de homens com coisas” (YÁZIGI, 2001, p. 25). Pensamento similar é trazido por Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013) ao dizerem que a alma dos objetos é uma atribuição dos sujeitos, não emanando desses. Para os autores, os objetos são detentores de uma alma e espírito que se complementam na relação entre os sujeitos, a partir de suas percepções:

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma “alma”, de um “espírito”, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, mortos e vivos, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. Essa

possibilidade nunca desapareceu completamente de nosso horizonte moderno (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013, p. 8, aspas dos autores).

Nessa interação entre sujeito, objeto, lugar e memória, Silveira e Lima Filho (2005) complementam:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui “**a alma nas coisas**”, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória ou, ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39, aspas dos autores, negrito nosso).

Mas, por esses vieses, o que, efetivamente, podemos entender como espírito e alma dos objetos musealizados? Como visto acima, há divergências entre os autores supracitados sobre ambas às conceituações. Entendemos, aqui, que a alma não emana dos objetos, mas é uma atribuição do sujeito, assim como os significados e valores que se complementam na sua relação com os objetos.

Então, seria correto pensar que o espírito dos objetos também é uma atribuição dos sujeitos? Podemos dizer que sim. Ambos, na verdade, são atribuições do sujeito no presente, que se complementa na sua relação museal com os objetos. Entretanto, apesar das semelhanças entre as duas, podemos apontar diferenças. Isso, nos leva, então, a distinguir tais conceituações.

Considerando essas tensões, o que, efetivamente, podemos pensar como o espírito e a alma do objeto?

O **espírito do objeto** é entendido aqui como uma construção e/ou atribuição feita pelo sujeito, não emana do objeto,

mas se complementa na relação museal que se estabelece entre ambos. É alusiva à sua singularidade, autenticidade, originalidade, referente à sua trajetória de vida, história e informações que trazem consigo. Os objetos são guardiões e senhores do tempo, da história e da memória. (Ver figura 3).

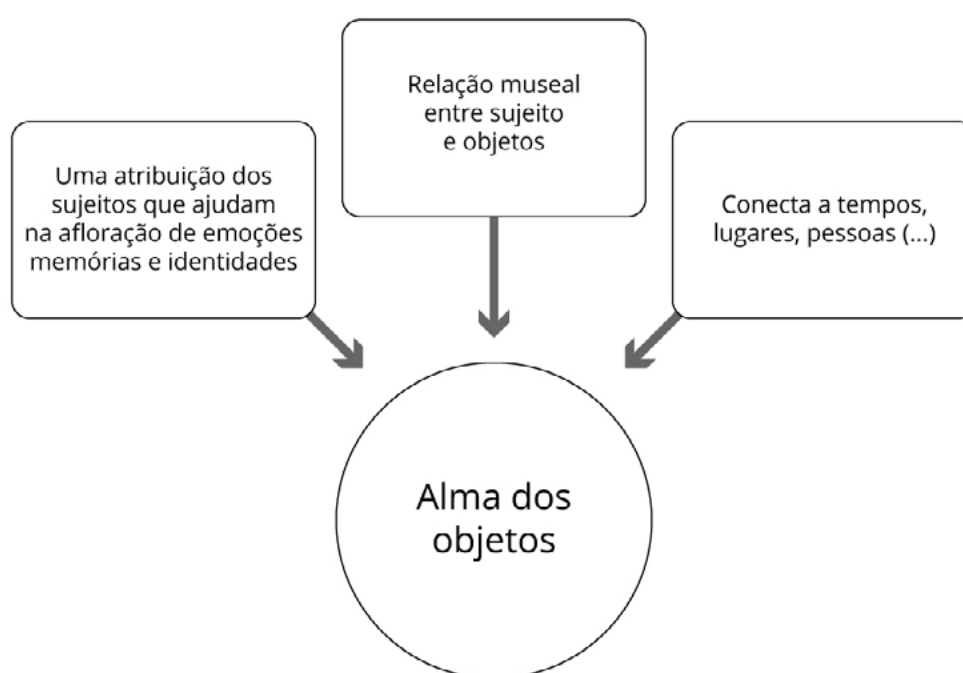


**Figura 3:** Definição do espírito dos objetos musealizados.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A **alma do objeto** é compreendida, nesta argumentação, como sendo uma construção e/ou atribuição feita pelo sujeito, não emana ou está no objeto, mas se complementa na relação museal que se estabelece entre ambos. A alma é referente aos bens patrimoniais tangíveis e intangíveis que ajudam o sujeito, a partir de suas percepções museais, na afloração e construção de memórias, na construção e afirmação de identidades e na ativação de emoções. (Ver figura 4).





**Figura 4:** Definição da alma dos objetos musealizados.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

### O caso do tacho do Museu Gruppelli

A biografia do tacho em questão é enigmática, e não é reduzida a uma única versão. Na ausência de qualquer documentação que comprove sua chegada ao Museu, registramos aqui a epopeia narrada por um dos principais agenciadores do lugar, Ricardo Gruppelli<sup>7</sup>. Sua história iniciaria quando teria aparecido nas redondezas do restaurante Gruppelli, em um dia de chuva. Ele (o tacho) teria sido trazido pelas águas de uma correnteza forte e salvo por um membro da família Gruppelli. Foi utilizado, por muito tempo, para o fim ao qual foi inicialmente projetado: fazer doces.

Em um dado momento, um dos membros da família conseguiu enxergar um valor que sobrepujava a matéria, atribuindo-o

**7.** Paulo Ricardo Gruppelli é comerciante. Membro da família Gruppelli é um dos fundadores do Museu Gruppelli e um dos principais agenciadores culturais do local.

um valor emotivo (leia-se musealidade). A fronteira, nem sempre muito clara, que separa o uso utilitário e simbólico, foi transposta e o tacho foi deslocando-se, física e semanticamente, para seu novo lugar: o Museu Gruppelli. Esse trânsito não deve ser observado somente pelo aspecto físico e espacial, sob pena de reduzir seu potencial simbólico. É mais produtivo imaginar esse deslocamento como um câmbio de sentidos; como um processo singularizador do artefato em questão. O objeto que estava no limbo, entre o uso e o símbolo, ultrapassa uma fronteira imaginária que o projeta, com distinta ênfase, para um cenário encantado (no sentido de ser provocador, de pôr à frente, de provocar a imaginação). Nesse contexto, o sentido de objeto é entendido neste artigo como sendo aquele que é um gerador de sentidos (memória, imaginação, emoção).

Como já mencionado, na enchente de 2016, muitos objetos que faziam parte do acervo do Museu se perderam, entre eles está o tacho de cobre. Ou seja: por coincidência do destino, o tacho veio e foi levado por uma enchente. Após o Museu se reerguer, processo que levou em torno de dois meses, e que contou com a ajuda de muitas pessoas, entre elas membros da família Gruppelli, da comunidade e de professores e alunos dos cursos de Museologia e Conservação e Restauro da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), elaboramos uma exposição temporária intitulada “a vida efêmera dos objetos: um olhar pós-enchente”. A exposição foi concebida com a intenção de chocar o público. Buscamos despertar-lhe um sentimento de angústia, tristeza, dor, em relação à perda dos objetos.

Essas reações por parte do público em relação à exposição foram diversas vezes observadas por nós, bem como relatada em diversas entrevistas. Muitas deles se emocionaram com a

história do tacho, mesmo que só o tenha visto representado por fotos, vídeos e pelo estímulo dos mediadores.

É importante ainda ponderar que ao visitarem o Museu algumas pessoas, por meio da relação museal (sujeito-objeto), subsidiado pelo trabalho da memória, sentem falta do tacho no seu antigo local, algumas, inclusive, que nunca chegaram a vê-lo em exposição, lembram com tristeza e saudosismo do objeto, mesmo aquelas que não tiveram qualquer experiência vivida com ele, e cuja memória tenha sido tomada de empréstimo. São memórias consideradas “vivas por tabela” (POLLAK, 1992). Neste caso, é o ausente que convoca a presença. Fenômeno que contraria o próprio conceito de semióforo, já visto anteriormente neste artigo, sistematizado por Pomian (1997) no qual a presença (materialidades) conectaria a ausência (campo simbólico). Ou seja, nesse caso o tacho permanece vivo simbolicamente mesmo sem estar presente fisicamente.

É oportuno destacar, ainda, que os objetos funcionam em harmonia, ou em redes, com outros. Muitas vezes as narrativas de outros objetos foram responsáveis por ajudarem no afloramento de memórias e emoções dos visitantes em relação ao tacho - ideia que podemos ancorar na teoria Ator-Rede (TAR) do antropólogo francês Bruno Latour (2012). Para ele, os objetos podem estar imersos em uma rede de significações, inter-relações, onde humanos e não humanos estão conectados, reciprocamente, de maneira horizontal. A partir desse ponto de vista, para Latour (2012), os não humanos, em outros termos, os objetos, não devem ser considerados intermediários da relação com os humanos, mas mediadores dessa relação.

Para Marcus Dohmann (2013), os objetos

[...] atuam como uma chave mestra das relações sociais espelhando seu reflexo na própria sociedade contemporânea. Desta forma, pode-se dizer que existe, sem dúvida, “uma alma nas coisas”, remetendo a paisagens, subjetivas, onde encontramos os sujeitos (re) situados pelos objetos, mediante os aspectos memoriais que as coisas encerram enquanto expressão da materialidade de uma cultura em determinados grupos sociais, em razão do fortalecimento das suas raízes e vínculos com o espaço em que situam (DOHMANN, 2013, p. 34, aspas do autor).

O que importa considerar aqui, em síntese, é a possibilidade de preservação da cultura material mesmo que sua materialidade seja ausente. Em outras palavras, é a possibilidade de se buscar preservar a alma e o espírito do tacho mesmo quando seu corpo não existe mais. Quando o Museu ajuda a preservar e divulgar sua alma e espírito, abre a possibilidade de mantê-lo vivo simbolicamente por intermédio do trabalho de memória e pela questão emocional dos diferentes públicos.

Isso não implica dizer, contudo, que a materialidade é desnecessária; buscamos com este exemplo refletir sobre processos de preservação que transcendam as materialidades, sem perdê-las de vista, e passem a atentar para as dinâmicas externas ao artefato – memórias, narrativas, emoções, histórias, identidades, potencialidades representacionais, etc. Outra questão essencial a considerar é o fato que a representação, a imagem projetada sobre o artefato, neste caso, pode ser mais impactante em sua ausência física do que sobre sua presença em si. Leva-nos a discutir se o tacho não teria sua imagem mais pujante quando explicitada sua trágica perda, mais do que pelo conforto nada ameaçador de sua presença.

Em meados de 2017 o Museu adquiriu um novo tacho para substituir a materialidade do anterior. De acordo com Ricardo

Gruppelli, o novo tacho pertencia a um morador residente na colônia da cidade de Pelotas, e foi trocado por uma porca (animal). A intenção desse novo tacho, juntamente com o anterior (que continua representado no espaço museológico por meio de fotografias e vídeos), é reforçar as memórias, emoções e identidades dos visitantes, além de representar a culinária e os modos de vida dos moradores da zona rural de Pelotas. Porém, é importante destacar que embora os dois tachos sejam semelhantes fisicamente ambos possuem histórias distintas. Em outras palavras, cada objeto possui uma biografia própria, única, e, portanto, insubstituível. Por esse ângulo, é válido dizer ainda que os objetos, assim como as pessoas, também possuem uma história, uma biografia (leia-se aqui espírito), como nos diz Appadurai (2006, p. 15 – tradução nossa):

Eu tenho me engajado continuamente com a ideia de que pessoas e coisas não são categorias radicalmente distintas, e que as trajetórias que cercam as coisas são investidas com as propriedades das relações sociais. Assim, o presente de hoje é a mercadoria de amanhã. A mercadoria de ontem é um objeto de arte descoberto amanhã. O objeto de arte de hoje é a velharia de amanhã. E a velharia de ontem é a relíquia de família de amanhã.

E no sentido abaixo esposado por Miranda (2012, p. 76), com base em Bonnot (2002):

As coisas, como as pessoas, possuem vidas sociais, que, no caso daquelas, começam como simples mercadoria, destinada à circulação, passando depois por sucessivas singularizações, que, esvaziando-as de sua funcionalidade, as transformam, primeiramente, em objetos de conservação, posteriormente em objetos de colecionamento e, em certos casos até, de patrimonialização.

Os objetos que fazem parte dos museus, ao ganharem uma “segunda vida” (DEBARY, 2010), não cessam suas histórias, pelo contrário, elas continuam. Nos museus suas biografias permanecem sendo acrescidas e alimentadas pelo processo de musealização<sup>8</sup>. São lhes atribuídos o status de documento, e são responsáveis por ajudarem as pessoas através da ativação de suas percepções museais, na afloração de emoções e na afirmação de memórias e identidades.

Prova disso está na festa realizada em novembro de 2018 para comemorar os 20 anos de inauguração do Museu Gruppelli. Nesse dia, o novo tacho de cobre do Museu foi usado para a feitura do doce de melancia de porco. O novo tacho não deixou de ter a função híbrida do anterior. Ou seja, ele é museália (objeto de museu) e também pode voltar a sua função utilitária. O novo tacho continua tendo novas histórias incorporadas a sua trajetória de vida. Nesse momento estimamos que não estamos destruindo o patrimônio, mas sim garantindo sua vitalidade, uma vez que ele encontra apropriação social. Em outros termos, podemos dizer que o tacho de cobre vive, respira. Os objetos não existem isoladamente, eles ganham vitalidade na relação museal travada com as pessoas. Eles vivem nas dinâmicas sociais, nas teias sociais (leia-se cotidiano). No momento do preparo desse doce, o tacho e a doceira se tornam um só. Nesse caso isolar o tacho dessas dinâmicas sociais seria como na verdade decretar sua segunda morte (como objeto utilitário e como museália) fazendo com que caíssemos numa ilusória ideia de preservação.

---

**8.** Destacamos, ainda, que o foco deste artigo é a “musealização do ausente” (RIBEIRO; BRAHM, TAVARES, 2018) em que estamos valorizando, preservando, difundindo e transmitindo memórias, histórias e identidades e possibilitando o afloramento de diversas emoções que é fruto da relação museal travada entre sujeito-objeto.

## Considerações finais

Vimos, neste breve artigo, que os objetos, assim como as pessoas, possuem uma história e uma biografia única (entenda-se por espírito dos objetos). São responsáveis (mesmo que seu corpo não exista mais) por nos ajudar a preservar nossas histórias, memórias e identidades e a aflorar emoções. Ajudam a narrar quem fomos, somos e seremos (leia-se alma dos objetos).

A partir do exemplo aqui tratado propusemos uma forma de estímulo à memória por intermédio do vazio material, pela ausência do tacho (o mesmo foi e está representado no Museu somente por meio de fotos, vídeos) - ausência esta que é relativizada em razão dos objetos funcionarem em harmonia, ou em redes, com outros. Ou seja, observamos muitas vezes que as narrativas de outros objetos foram responsáveis por ajudarem no afloramento de memórias e emoções dos visitantes em relação ao tacho.

Por esse ângulo, destacamos a argumentação inicial deste artigo quando afirmamos que os objetos somente fazem sentido quando inseridos em um duplo contexto: quando se conectam com os outros objetos dentro do circuito expográfico e quando amalgamados no próprio sítio (o local) que foi, e por vezes ainda é, cenário de utilização dos mesmos.

O exemplo do tacho faz refletir sobre algo que à primeira vista passa-nos despercebido quando trabalhamos com a cultura material: o fato de acreditarmos que as memórias estão nos objetos. Neste exemplo fica claro o fato de que apesar dos sujeitos fixarem memórias nos objetos elas não estão neles. As memórias estão nos sujeitos. O trabalho de memória dos sujeitos é responsável por manter vivo simbolicamente o tacho. O trabalho de memória também é estimulado pela relação que os

sujeitos travam com outros objetos expostos. Vemos, então, que a continuidade do trabalho de memória e o afloramento das emoções dos sujeitos no presente e no futuro serão determinantes para manter vivo o espírito e a alma do tacho.

Este trabalho também pretendeu lançar luz sobre a necessidade de criar formas de preservação que transcendam a materialidade e adentrem o invisível. Por esta mirada, marca-se a posição que, junto à preservação das materialidades, é necessário considerar todo o universo simbólico que subjaz os objetos. E mais do que investir de significados, faz-se *mister* ativar as potencialidades memoriais dos objetos, de modo que as pessoas consigam enxergar o espírito e a alma deles. Embora consideremos aqui as materialidades como médiuns, no sentido de exercerem o papel de mediadores das memórias, estimamos que o espectro memorial e emocional não depende somente da materialidade. Defendemos a ideia de que a ativação da percepção museal do público, para que o mesmo compreenda todo o potencial simbólico da cultura material, pode ter como indutor a comunicação museológica.

## Referências

- APPADURAI, Arjun. The thing itself. **Public Culture**. v. 18, n. 1, p. 15-21, 2006.
- DEBARY, Octave. Segunda Mão e Segunda Vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27- 45. Ago.-nov. 2010.
- DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: Sobre a preservação do “*Spiritu loci*.” Assumido em Québec, Canadá, em 4 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.icomos.org/quebec2008/quebec\\_declaration/pdf/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](http://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf). Acesso em 26 nov. 2018.



- DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. **A experiência material: a cultura do objeto**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa; reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa** n.115, p. 139-154, 2002.
- FERREIRA, Maria Leticia; GASTAUD, Carla; RIBEIRO, Diego Lemos. Memória e emoção patrimonial: Objetos e vozes num museu rural. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, p. 57-74, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012, São Paulo: Edusc, 2012.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MIRANDA, Victorino Chermont de. O problema da nostalgia nas coleções de porcelanas históricas. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Coleção e Colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu histórico Nacional, 2012, p. 74-85.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro v.5, n. 10, 1992.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: vv. AA. **Enciclopédia Einaudi 1: Memória- História**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p. 51-86.
- RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert; TAVARES, Davi Kiermes. A musealização do ausente em um museu rural: do patrimônio visível ao sensível. In: FRANÇA, Hilda Jaqueline de; SCHIAVON, Carmem G. Burgert; GASTAUD, Carla Rodrigues (Orgs.). **Patrimônio no Plural: práticas e perspectivas investigativas**. Porto Alegre: Selbach & Autores Associados, 2018, p. 127-150.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em**

- litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. In: **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.
- VIOLLET LE DUC, Eugene Emmanuel. **Restauração**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
- YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

# Patrimônios afetivos: uma nova forma de apropriação dos lugares de memória pelos idosos de Morro Redondo-RS

*Milena Behling*<sup>1</sup>

*Diego Lemos Ribeiro*<sup>2</sup>

## Introdução

Na atualidade, a economia de países desenvolvidos industrialmente e tecnologicamente tem gerado mudanças e influências nas culturas. Diante disso, destacamos o valor do patrimônio, já que esse elemento propicia a identificação do sujeito no tempo e no espaço onde vive, tornando possível ressaltar vidas anteriores e memórias, consagrando-as como significativas. O termo “patrimônio” é utilizado frequentemente no dia a dia, quando discutimos sobre os patrimônios de um indivíduo ou de uma empresa, sendo eles econômicos, imobiliários, financeiros. Além disso, podemos falar de um patrimônio herdado ou de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, patrimônios intangíveis, entre outros. O dicionário de língua portuguesa define patrimônio como:

m. [...] 1. herança familiar 2. conjunto dos bens familiares  
3. fig. Grande abundância; riqueza; profusão (p. artístico)

---

**1.** Turismóloga, mestranda em Memória e Patrimônio-UFPEL; Agência de financiamento Capes; milena.brs@gmail.com

**2.** Museólogo, Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo. Atualmente Professor Adjunto do Curso de Museologia-UFPEL e professor do programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. dlrmuseologo@yahoo.com.br

4. bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s) [...] 5. JUR. Conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa [...]. (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA).

Quando pensamos em patrimônio, na maioria das vezes, associamos a definição imediatamente ao material. Porém, para fins deste estudo, patrimônio não se limita à materialidade, pois, antes, pode referir-se aos bens produzidos pelos nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais, encontradas não só em bens materiais, embora as materialidades sirvam de ancoragem para essas memórias.

Prats (2005) salienta que o patrimônio é um conjunto de representações, tendo como base a externalidade cultural. Constituído de objetos, de lugares e de manifestações, este conjunto de representação eclode com o desenvolvimento do capitalismo e da revolução industrial. Visto isso, partiremos da premissa de que os patrimônios de uma cidade não se configuram apenas a partir de bens tombados ou registrados juridicamente, entendemos nesta pesquisa os patrimônios como referenciais que estão ligados aos moradores locais por meio dos afetos.

Consequentemente, o objetivo do estudo em questão é a identificação dos Patrimônios Afetivos da cidade de Morro Redondo-RS na visão dos idosos. As narrativas dos indivíduos indicam lugares de memória que os mesmos consideram patrimônios, porém não visto pelo âmbito do patrimônio consagrado que conhecemos, mas pela afetividade que esses lugares

despertam nos sujeitos. No escopo da pesquisa, designamos esses referenciais como Patrimônios Afetivos.

No entanto, é por meio de duas ações desenvolvidas pelo Museu<sup>3</sup> Municipal de Morro Redondo que este estudo se desenvolveu, sendo elas: o Café com Memórias, que são encontros que utilizam objetos museológicos para a evocação de memórias individuais, em confluência com as memórias coletivas do grupo; e a Caminhada da Percepção, na qual esses idosos, acompanhados por um grupo de estudantes de uma escola do município, visitam os locais destacados por eles na atividade anterior. Sendo assim, essas atividades salientam a relevância dos museus nos processos de patrimonialização e de relação com a comunidade, por meio dos projetos exteriorizados. De Varine (2012) evidencia que os museus são considerados em todos os países as instituições mais representativas do patrimônio e das ações sobre o mesmo. Portanto, é um instrumento de ativação patrimonial e de desenvolvimento local.

Metodologicamente esse estudo teve como sujeitos da pesquisa os idosos, pois são eles testemunhas e atores das mudanças que ocorreram no decorrer dos anos na cidade de Morro Redondo. Os idosos não são meros espectadores das mudanças dos lugares, eles agem sobre esses lugares, assim como os lugares agem sobre os idosos e suas memórias, estabelecendo uma relação de reciprocidade.

Tivemos como base para a estipular de idade dos entrevistados o estatuto do idoso, cuja definição de idoso no Brasil é vencer a

---

3. Museu Morro-redondense: Espaço de Memórias e Identidades, coordenador: Diego Ribeiro. Trata-se de um projeto de extensão vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas. Este projeto conta com a colaboração de estudantes voluntários, inclusive a autora deste artigo.

barreira do tempo dos 60 anos e estar amparado pela Lei 8.842/94, pelo Decreto 1.948/96 e pela Lei 10.741/03, conhecida como Estatuto do Idoso (BRASIL, 1994). Porém, essa base não eliminou sujeitos que possuem menos de 60 anos, pois foi levada em ponderação a categoria de autorreconhecimento, ou seja, o indivíduo que se autodeclara ou se autorreconhece como idoso.

Foram adotados como instrumentos metodológicos entrevistas, depoimentos e narrativas, pois esta pesquisa é de cunho qualitativo e está enquadrada na pesquisa social, dando ênfase às narrativas. Optou-se pelo uso de narrativas e relatos de memórias por serem bons instrumentos, que harmoniza a relação entre sujeito e entrevistador, possibilitando melhor interpretação e contribuição para a pesquisa. Tendo em vista que grande parte da cidade se encontra em meio rural e de difícil acesso, foi feito um recorte para a aplicação e viabilização desta pesquisa. Portanto, estão sendo identificados os patrimônios afetivos da Avenida Jacarandá.

Buscamos por meio deste artigo debater sobre a delimitação do conceito de patrimônio afetivo em desenvolvimento, os seus desdobramentos teóricos e, por fim, apresentar desdobramentos empíricos de um patrimônio afetivo já identificado.

### **Desdobramentos teóricos do conceito de patrimônio afetivo**

Gonçalves (2005) ressalta que, nas enunciações sobre patrimônio cultural na atualidade, o destaque tem sido um patrimônio “construído” ou “inventado”. Dessa forma, cada nação construiria o seu patrimônio com o objetivo de manifestar a sua identidade e sua memória, e essa discussão é efetiva para

um entendimento sociológico dessa categoria. Portanto, para fins desta pesquisa, o patrimônio é visto de forma a ser moldável, ressaltando seus significados e afetos, não dando destaque para bens materiais, arquitetônicos ou das belas artes como encontramos no patrimônio institucionalizado. Sendo assim, os patrimônios podem obter qualquer forma para que possam representar a identidade da população local.

No âmbito deste estudo, por estarmos tratando de uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul, há a inevitabilidade de tratarmos de um patrimônio local, definido, por Prats (2005), como todos aqueles objetos, lugares e manifestações locais que, em cada caso, têm uma relação metonímica com a externalidade cultural. Mais precisamente, ele faz referência a localidades sem patrimônio, ou melhor, a localizações com referências patrimoniais de pouco interesse, além dos da própria comunidade.

Se o patrimônio é considerado um transmissor, um meio para refletir a respeito das referências de identidade de um povo e é referendado por seus valores e práticas culturais em diferentes espaços, é necessário atentar para a historicidade desse processo (NOGUEIRA, 2014). Sabido isso, não podemos decretar patrimônios sem uma abordagem e um estudo mais amplo das histórias e dos processos temporais da cidade. No entanto, nesta pesquisa a historicidade não é baseada em documentos tradicionais, mas nas memórias narradas, essas que, muitas vezes, são reinventadas e imaginadas. Da mesma forma, não podemos descartar os significados imersos nos lugares, cristalizados pelos relatos dos idosos. Assim, Fonseca (2008) complementa nosso pensamento dizendo que a chave está na questão do “olhar” e da perspectiva de abordagem do bem cultural.

Cientes desses processos, para a identificação dos patrimônios afetivos de Morro Redondo, tivemos como fonte a memória dos idosos da cidade, que forneceram os dados necessários sobre a história da cidade, seus lugares de memória e, por fim, seus patrimônios afetivos, sendo que há um entrecruzamento entre todos esses citados. Através das narrativas dos indivíduos foi possível perceber a pluralidade dos quadros sociais (HALBWACHS, 1990) que podem agir como vetores, que possibilitam a transmissão de significados e também o despertar de memórias nos indivíduos. É o caso de alguns lugares de Morro Redondo que foram identificados nesta pesquisa, a Sociedade Tiro ao Alvo é um deles. Nela encontramos vários quadros sociais, como o lazer e a família.

A memória está vinculada ao lugar, as histórias contadas estão enraizadas no meio, vivas na saudade e na procura de pistas da ausência que descreve a memória do local. Gastal (2002, p. 77) diz que “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que ao se somarem vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo”.

Em razão disso, são complexas as relações existentes entre as representações sociais e as dimensões que a afetividade possui. O que influencia nesta ocorrência é a escassez de teorias da afetividade ou do comportamento emocional que possa ser trabalhada em conjunto com os processos sociocognitivos. Por conta disso, para o desenvolvimento do trabalho em questão, será necessário compreendermos um pouco sobre afeto para que, assim, seja possível pensarmos sobre um possível conceito de patrimônio afetivo. Dessa forma, caminharemos por outras áreas do conhecimento, fora das adjacências do patrimônio,



para, após, sintetizarmos e sustentarmos esse novo pensamento sobre patrimônio afetivo.

Após percorremos áreas como a psicologia e filosofia, sustentamos nossos pensamentos por meio de Spinoza (2017) que define afeto: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, p. 163, 2017). O filósofo ainda complementa nos dizendo que por afeto compreende uma ação, ou, em caso contrário, uma paixão (SPINOZA, 2017).

Na psicologia, autores discutem essa ligação entre afetividade e cognição e acabam evidenciando que essas proporções psicológicas operam de forma conjunta, entendendo que cognição e afeto estão presentes a todo momento, porém pode haver momentos que um se sobressaia ao outro ou que estejam ambos somados. A afetividade humana é um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam a todo momento sob a forma de emoções, sentimentos e acompanhados de impressões como o cheiro, o gosto, o prazer, alegria ou tristeza (PINTO, 2005; CODO E GAZZOTTI, 1999). Segundo Wallon (1942,1979), a emoção é a primeira expressão de afetividade do ser humano e esse estímulo não pode ser controlado pela razão. Com uma característica mais cognitiva, o sentimento é a representação da sensação e desperta somente após o indivíduo já conseguir falar sobre o que lhe afeta. Wallon (1942,1979) destaca a emoção como a maneira mais significativa de afetividade, pois ela pode ser mais visível do que as outras manifestações.

Desta forma, observamos que o afeto potencializa a apropriação dos patrimônios pelos indivíduos, pois gera uma aproximação, uma identificação com o bem. Porém, este trabalho

não visa a estipular critérios para uma nova abordagem de declaração de patrimônio formal. Estamos buscando novas rotas, que se distanciam das questões burocráticas legais, para um novo pensar sobre patrimônio. O que propomos é um alargamento de visão, uma vez que o afeto contribui para propagação de ressonância (GONÇALVES, 2005).

Respaldados por Gonçalves (2005), acreditamos que um patrimônio não pode ser exclusivamente decidido por agências do Estado. Ele deve ser definido em conjunto com a população, que precisa encontrar pertencimento, identidade ou o que Gonçalves (2005) chama de “ressonância” por parte dos indivíduos em questão. Ressonância que evoca no observador todas as culturas presentes no patrimônio. Deste modo, assim como Gonçalves (2005) fundamentados por Stephen Greenblatt (1991), entendemos por ressonância:

O poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque (GREENBLATT, 1991, p. 250).

Os patrimônios afetivos de Morro Redondo dispõem de ressonância, pois não dependem de estímulos visuais para existirem, uma vez que eles vivem na memória dos idosos, que narram sobre os mesmos e, assim, seus significados continuam vivos e se perpetuam pelos indivíduos. Entretanto, nem todos os patrimônios vivem na ausência, mas ainda assim também possuem ressonância uma vez que esses lugares não estão mortos, longe disso, sua ressonância só os torna mais vivos e presentes. É o encantamento e o poder do imaginar que evoca a história e cultura desses lugares.

Portanto, há uma cadeia muito mais complexa para se chegar à definição de um patrimônio, envolvendo vários fatores, como o passado, o presente, a sociedade, a memória e a identidade. Todos estes elementos, trabalhando de forma conjunta para que mantenha pulsante o espírito do patrimônio, geram uma comunicação com o sujeito que o observa. Sendo assim, mais do que gerar a comunicação, o patrimônio desencadearia a emoção patrimonial que estamos desenvolvendo nesta pesquisa por meio da afetividade que os idosos possuem por locais da cidade.

### **Delimitação do conceito de patrimônio**

Constatamos que todos os autores citados de alguma forma se conectam, seus pensamentos muitas vezes se complementam. Apesar das dissonâncias, tempos e áreas do conhecimento, há um fio condutor entre as ideias dos autores, sendo que os afetos estão diretamente ligados às vivências do sujeito, sua relação e percepção dos lugares e também sua construção social.

Os afetos são desencadeados no momento em que o indivíduo vivência uma relação com alguma “coisa”. A partir deste momento o corpo do sujeito emerge um sentimento que influenciará na potência de agir e de pensar do mesmo. Esses fatores foram possíveis de verificamos através das narrativas, pois todos os idosos possuem vivências relacionadas com seus patrimônios afetivos.

Sendo o afeto ou a afetividade um conjunto de todos os sentimentos, podendo ser positivos ou negativos, essas potências de agir e pensar podem se manifestar de forma elevada, levando o sujeito a um estágio de alegria provocando como exemplo o

riso ou diminuindo sua potência causando a tristeza, dando início ao choro. Essas reações dependem da forma como o sujeito se relaciona com as “coisas”. Tais “coisas”, às quais nos referimos, podem ser objetos, lugares, rituais, manifestações culturais; assim como também podem ser consideradas patrimônios.

Ao refletirmos sobre essas circunstâncias, percebemos que quando tratamos de lugares de memória (NORA, 1993), com recorrências e convergências, estamos lidando com Patrimônios Afetivos, visto que além de toda carga emocional e afetiva os lugares possuem ressonância (GONÇALVES, 2015). Mesmo que os lugares não sejam recordados sempre da mesma maneira, não há interferência no acúmulo das memórias.

Em outros termos, os locais que os sujeitos narraram com maior frequência demonstram um acúmulo de memórias no mesmo lugar e, assim, os indivíduos se conectam e compartilham de um afeto pelo mesmo. Esse lugar pode ser lembrado pelos indivíduos de várias maneiras ou por diferentes acontecimentos, mas todos eles se conectam e se fundem para rememorá-lo. Já os lugares de memória que forem citados de forma isolada, individual e sem uma recorrência de memórias serão vistos como uma memória afetiva, posto que o local foi lembrado, age afetivamente sobre o sujeito, mas não representa uma coletividade.

### **Desdobramento empírico: Sociedade Tiro ao Alvo, patrimônio Afetivo Morro Redondo-RS**

A Sociedade Tiro ao Alvo localizava-se na Av. Jacarandá. Atualmente ainda podemos visualizar seu prédio, que se encontra fechado e sem uso. O local era utilizado para o lazer dos

moradores. No seu salão ocorriam festas e bailes, além do famoso tiro ao alvo, que o senhor Osmar explica em sua narrativa:

*E que lugares o senhor costumava frequentar aqui na cidade quando era mais novo? Ahh aqui no Morro Redondo era baile era festas essas coisas assim. E o que o senhor mais gostava? Olha eu de baile não era muito chegado, mas gostava de ir numa festa, porque ai tinha jogos, tinha brincadeiras, cerveja pra tomar (risos). E onde acontecia essas festas? Aqui mesmo onde eu tô morando, aqui na frente era uma sociedade, sociedade do bolão, que tá lá no museu ate aquelas bolas grandes, bochas. Isso dava festa muito grande, festas de arrombar mesmo, sempre regada com a banda farroupilha, a banda farroupilha que era seu Evaldo é um remanescente da banda farroupilha, ele era o baterista ai a gente participava muito dessas festas, e ali na frente tinha a festa do tiro ao alvo, a sociedade tiro ao alvo. E como era essa festa? Isso era assim, também era regado a banda farroupilha, tinha churrasco e o tal de caldo verde que eles ofereciam antes na xicara e depois tinha as pessoas que se inscreviam para fazer o tiro ao alvo, então tinha uma arma uma Winchester e tinha um lá em baixo a sem metro tinha um alvo e ai as pessoas então faziam isso ai. Mas então era assim era festas divertidas.*

Destaca-se a Sociedade Tiro ao Alvo como um sociotransmissor (CANDAU, 2005), pois este lugar serve como um ponto de conexão de memórias individuais; nele se acumulam várias experiências, que são relatadas pelos idosos de forma afetiva. Nas narrativas é possível perceber os afetos agindo de forma positiva, trazendo para o presente lembranças de uma época feliz e geram uma memória que é compartilhada por outros indivíduos que também presenciaram as atividades que eram realizadas nesse local, como podemos observar abaixo na narrativa de dona Irmgard:

*Do outro lado tinha o tiro ao alvo e lá então era assim, os homens que eram sócios eles atiravam ali no alvo para ver quem acertava o número maior, então aquele que acertava era o rei e ai quando era festa de novo aquele rei esperava em casa, as vezes era longe na colônia para dentro, esperava em casa e os outros iam em casa buscar ele, era tão bonito ia uma banda na frente e lá vinham eles marchando e o rei na frente. Tudo a pé? Não quando era longe eles buscavam tudo em um caminhão e quando chegava mais perto eles desciam e vinham todos a pé marchando. E tinha uma banda especifica? Tinha uma banda, a banda farroupilha, muito lindo aquilo, terminou, terminou tudo.*

Quando tratamos de lugares, como a Sociedade Tiro ao Alvo, identificamos invisibilidades e, ainda que exista vestígios de sua existência materialmente, elas encontram-se em segundo plano, pois esses lugares não estão sendo relatados como se encontra no presente, mas em um passado vivo através das memórias que se abrigam neles. Por conseguinte, percebemos que não estamos lidando apenas com lugares físicos, mas com lugares simbólicos.

Fenelon (1999) ressalta que as cidades e seus espaços contribuem para a aprendizagem dos sujeitos e esses interpretam e atribuem sensibilidades aos lugares. Gera-se, dessa forma, uma relação afetiva entre o lugar e o indivíduo, o que torna esses lugares pontos de referência. No caso da sociedade Tiro ao Alvo, ela tornou-se referencial para rememorar as festas e brincadeiras que aconteciam no município, mas também para recordar o Armazém Muller, que existiu nesse mesmo lugar posteriormente ao seu fechamento. Isso nos permitiu analisar as temporalidades vividas, os contextos que a cidade já atravessou e também as camadas de memórias, uma vez que os relatos sobre esses lugares podem variar de acordo com a época que o sujeito obteve contato com o local.

Nesse contexto, temos como exemplo as narrativas do senhor Osmar e dona Irmgard, que relembram a sociedade Tiro ao Alvo, relatando detalhadamente tudo o que ali era realizado. Já nas narrativas de dona Lorena e da senhora Terezinha relembram uma outra temporalidade desse mesmo lugar. Sobre o Armazém Muller, dona Lorena conta que era nesse comércio que comprava doces e bolachas para a merenda antes de ir para a aula na antiga escola Brasil. Já Terezinha descreve que era um dos locais que existia na cidade para comprar alimentos e utensílios. Verificamos nesse momento, referente ao Armazém, uma memória ligada individualmente à vida de cada sujeito, não existindo um evento coletivo que as façam rememorar o lugar. Entretanto, essas memórias individuais também se fixam no mesmo lugar de memória.



**Fotografia 1:** Sócios da sociedade Tiro ao Alvo

**Fonte:** Acervo pessoal dona Verônica, 2018.





**Fotografia 2:** Local dos Sócios da sociedade Tiro ao Alvo.

**Fonte:** da autora, 2018.

## Conclusão

Consideramos que os fatores destacados neste trabalho servem de base para que futuramente possamos dar continuidade a esse novo pensamento, tendo em vista que não temos pretensão de criar uma nova forma de patrimonialização, mas buscar novas rotas que se distanciam das questões burocráticas legais, para um novo pensar sobre patrimônio, que seja humanizado, ligado às afetividades para que, assim, possua apropriação, visto que este trabalho foi desenvolvido e pensado partindo do princípio de um patrimônio local (PRATS, 2005).

Inferimos, ainda, a elementar função dos lugares de memória (NORA, 1993) nos processos de rememoração, lugares que



possibilitam a ancoragem de memórias, que ajudam os sujeitos e seus grupos sociais a preservar suas tradições, identidade e seus afetos. Além disso, este trabalho nos demonstra a relevância dos significados e simbolismos para a apropriação dos lugares de memória da cidade de Morro Redondo.

Percebemos que os patrimônios afetivos partem, primeiramente, de um lugar, mas nem sempre esse lugar é físico, mas sobretudo simbólico. Ele tem um papel determinante, já que é suporte das relações sociais e é nele que as memórias circulam, mas também encontram ancoragem. Desta forma, há um acúmulo de memórias nesses lugares de memória, porque vários indivíduos os usam como ponto de referência para rememorar. Isso acarreta em uma rede de memórias, a qual possui pontos de intercruzamentos e, também, pontos que são tecidos em conjunto por vários sujeitos, sendo assim concebida socialmente.

Desta maneira, essas redes, tal como as neurais, funcionam como sociotransmissores, criando uma sensação de memória comum a todos (CANDAU, 2005). Todavia, quando falamos delas, necessitamos considerar que são relacionadas às vivências e práticas sociais do cotidiano. Esses lugares de memória não possuem valor histórico, monumental ou de belas artes. Os valores são associados à vida, ao lado humano de cada sujeito. São memórias de fatos que colaboraram para a concepção da história de vida de cada indivíduo, fatos ligados a quadros sociais (HALBWACHS, 1990), como família, igreja, lazer, trabalho. Conseqüentemente, constatamos que os sujeitos dispõem de afeto por esses lugares de memória.

## Referências

- BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso. 1994.
- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2005.
- CODO, W. & GAZZOTTI, A.A. Trabalho e Afetividade. In: CODO, W. (coord.) **Educação, Carinho e Trabalho**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- DE VARINE, Hugues. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa Online. Definição de patrimônio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patrimonio/>. Acesso em 13 de dez.2018.
- FENELON, Déa R. São Paulo: Patrimônio histórico-cultural e referências culturais. In: **Revista Projeto História: Espaço e Cultura**, São Paulo: EUC, n. 18, 1999.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: MOTA, L.; SIVA, M. B. R. (Org.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.
- FRANCHINI, Osmar. Depoimento: [jul. 2018]: Milena Behling Oliveira. Morro Redondo, 2018. **Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora**.
- GASTAL. S. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: Gastal. S. (org.). **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 244-261.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. O campo do patrimônio cultural e a

- história: itinerários conceituais e práticas de preservação. In: **Revista Antíteses: História e antropologias do patrimônio**, Londrina: UEL, v. 7, n. 14, 2014.
- NORA, Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares. Trad: Yara AunKhoury. In: **Projeto História**, São Paulo: dez 1993.
- NÖRENBERG, Irmgard. Depoimento: [agos. 2018]: Milena Behling Oliveira. Morro Redondo, 2018. **Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.**
- PINTO, F.E.M. Os (des) afetos da inteligência. O possível diálogo entre cognição e afetividade. In: **Publicação UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes**, Ponta Grossa, 13 (1) 7-12, jun. 2005.
- PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social** No 21, pp. 17-35, 2005.
- SPINOZA, Benedictus. *Ética*. [Tradução e notas de Tomaz Tadeu]. 3 ed. Belo Horizonte: autentica editora, 2017.
- WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1986.
- WALLON, H. **As origens do caráter na criança**. São Paulo: Difel, 1972.

# Necrologia en la prensa local: biografía de la muerte

*Jenny González Muñoz<sup>1</sup>*

## Introducción

Abordar temas sobre la cultura es un trabajo arduo y difícil que inicia con la propia definición del término, pues su amplitud permite establecer una diversidad de visiones. En este sentido, es interesante asumir, en primer lugar, una aproximación epistemológica de la cultura como construcción netamente humana intensamente relacionada con la identidad en sentido de pertenencia del humano social. Dentro de los procesos culturales la historia, al ser un cúmulo de memorias, cobra su dinamismo en función de las diferentes manifestaciones culturales que forman parte de las civilizaciones que la crean y alimentan, pudiendo ser consideradas a partir de perspectivas de varias ramas del pensamiento, tales la Antropología, Sociología, Filosofía, entre otras.

El patrimonio, por su parte, tiene elementos semejantes a la cultura, cuando se trata de abordarlo conceptualmente, puesto que para diferenciarse debe tener un complemento que lo destaque de cada uno de sus tipos. Así al hablar de patrimonio, podemos pensar en bienes materiales propiedad de alguna familia o grupo, tales como finanzas, muebles, edificaciones,

---

**1.** PNPd-CAPES-Universidade de Passo Fundo em História. Doutora em Cultura y Arte para América Latina e do Caribe (UPEL-Venezuela) O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

ropa, joyas, automóviles; lo cual generalmente se ha conseguido como consecuencia de una herencia, bien sea sentimental o estrictamente material, entonces, ese “patrimonio” puede ser visto más allá, como algo vinculado a lo íntimo, a lo espiritual (CHAGAS, 2007), característica que le imprime un sentido de pertenencia ya no valorado económica sino sentimentalmente, lo que es de suma importancia en la concienciación respecto a los tipos de patrimonio cuando se habla específicamente del cultural. Así tenemos una doble división: el patrimonio cultural material (otrora llamado tangible, al poder ser tocado por los sentidos tacto y vista), y el patrimonio cultural inmaterial (en su momento obedeciendo al término “intangible” – ya abolido por la UNESCO a partir de lo expuesto en la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial (2003)- por no poderse palpar con el sentido tacto), siendo también que ambos pueden estar presentes en un mismo elemento.

El hecho de que algún bien o manifestación sea considerado patrimonio cultural responde a reglamentaciones de organismos u organizaciones pertinentes, pero de igual modo, es tomado en cuenta desde el sentido de pertenencia comunitario, siendo esto último significativo para el trabajo de investigación que acá presentamos, pues los procesos vinculados con el hecho “muerte” forman parte de la construcción histórica de un pueblo, guiada por su configuración cultural y, por ende, patrimonial. De manera que, encontramos la figura del cementerio como un constructo social que narra de varias maneras la historia local, siendo un lugar antropológico en continua revisión y dinamismo (AUGÉ, 1993), desde lo fehaciente de la muerte, como hecho único e irrepetible, constante, inevitable, equitativo, pero a su vez, de fin y destino desconocidos, todo

lo cual se vincula de manera directa con la necesidad social de consagrar lugares para recordar y ser recordados, evitando lo más posible un olvido sistemático (NORA, 1984), establecido por una parte en el propio cementerio como estructura física diferenciada, y por otra, como espacio que se convierte en el lugar *per se* desde los elementos que lo componen: monumentos, esculturas, edificaciones, elementos simbólicos, imágenes y el texto escrito, siendo esencial este último, pues es el que imprime la identidad a los entes fallecidos que allí yacen, *ergo* les da visibilidad.

Paralelamente a dicho panorama en el cementerio y la presencia del texto en la tumba, se levanta otro tipo de literatura funeraria en la prensa local de varias ciudades tanto de Europa como de América Meridional: la Necrología, la cual fundamentalmente se focaliza en destacar aspectos biográficos y detalles del fallecimiento y exequias de personajes significativos desde el punto de vista socio-económico-político e inclusive en ocasiones histórico o literario, pertenecientes a la comunidad. En el presente ensayo se llevará a cabo un breve análisis de Necrologías, concretamente en su corpus biográfico, publicadas en el diario O Nacional de la ciudad de Passo Fundo (RS-Brasil) durante el siglo XX, con el objetivo de mostrar la importancia de este tipo de textos para la re-construcción histórica local, siendo fuente primaria de la memoria social en tiempo real, re-leídas en nuestro trabajo desde la visión del contexto contemporáneo.

### **La Necrología: biografía de difuntos**

*Free at last, free at last, thank God almighty, I'm free at last.*  
Epitafio tumba de Martin Luther King (1929 - 1968)

Para abordar el tema de la Necrología es conveniente indagar en diferentes diccionarios de lengua española, donde encontramos la versión digital de la Real Academia de la Lengua<sup>2</sup> la siguiente definición: “f. Noticia comentada acerca de una persona muerta hace poco tiempo”. Haciendo analogía con el obituario, hallamos en el mismo diccionario dos elementos interesantes: “m. Sección necrológica de un periódico”, y “m. necrología”, siendo que tanto un término como otro, tienen como lugar común su relación directa con la muerte; el primero descrito en su prefijo *necro*=muerto, y el segundo, en *óbito*=defunción; ambos, no obstante, son diferentes en su composición textual y asimismo en el mensaje al receptor, pues ciertamente la necrología hace un “comentario” sobre la persona ahora fallecida a partir de su vida, mientras que el obituario apenas se focaliza en datos informativos sobre el fallecimiento como tal.

Consultando en el Gran Diccionario Universal Larousse<sup>3</sup>, en lengua francesa, la palabra *necrologie* es definida como “*Écrit consacré à la mémoire d’une ou de plusieurs personnes mortes depuis peu de temps*” (MAKAROVA, 2003, p. 108), cuya traducción al español sería: “Escrito consagrado a la memoria de una o varias personas muertas desde hace poco tiempo”, lo cual tiene mucha semejanza con la definición de la RAE, aunque se encuadra más en su enfoque por perpetuar de alguna manera la memoria de quien o quienes han muerto, es decir, es vista como un texto memorial, mientras que la Necrología española es emparentada con su ubicación, de allí que sea observada

---

2. Disponible en: <https://dle.rae.es/?id=QK0EMY0>

3. Data en su primera edición del siglo XIX, mientras que la del RAE se ubica a finales del siglo XVIII. Aunque en Francia la Necrología ya está presente siglos antes en la prensa local.

como una “noticia”, pero no netamente informativa, sino con añadidos por parte de quien la ha escrito (bien periodista o encargado de dicha área en el periódico), o sea, comentada. En lo que se refiere a la lengua portuguesa, la definición denota sustantivo femenino “*Relação de mortos, obituário*”<sup>4</sup>, lo cual es interesante porque apunta a la Necrología como sinónimo de obituario, cuando en la práctica no es así.

La Necrología, en todo caso, es mostrada como un texto incluido en la prensa local, con una ubicación movible, lo que tiene mucho que ver con la importancia de la persona a la que hace alusión, aunque hemos de tomar en cuenta las diferencias lógicas de acuerdo a los procesos culturales, en este sentido Florea (2015) asevera que la muerte en la prensa francesa, tal vez por causa del tabú que aún está presente en nuestras sociedades, es tratada como una información que debe ser colocada fuera de los lugares privilegiados de los periódicos, lo que atiende a la Necrología; no obstante, hemos constatado en nuestras investigaciones en la prensa de Rio Grande do Sul la presencia de Necrologías en páginas principales (portada y centrales), aunque ciertamente no con amplio destaque.

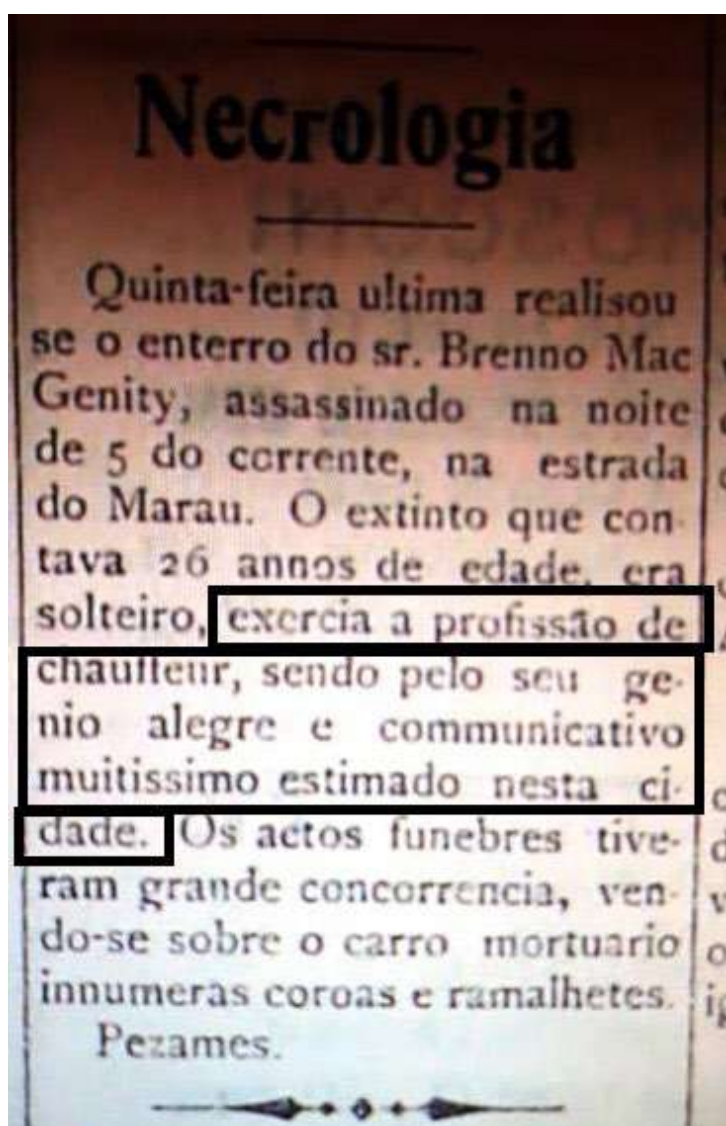
En un inicio el texto de la Necrología es bastante breve, lo que irá mudando con el pasar del tiempo, pues se irá acrecentando con nuevas posibilidades literarias y recursos como la fotografía. En uno de sus interesantes artículos la investigadora Arina Makarova (2003) habla de la rúbrica necrológica en la prensa francesa, como un texto donde, podemos decir, el fallecimiento es una excusa para expresar públicamente aspectos destacables del pasado, presentándose como un escrito

---

4. Disponible en: <https://www.dicio.com.br/necrologia/>



publicado a partir de la muerte con énfasis en la vida, por ello imprime buen espacio a la biografía del ente fallecido recientemente. Resaltamos en este punto, una suerte de hermandad entre la Necrología o rúbrica necrológica y el epitafio, pues en su texto es determinante que sean expresados públicamente aspectos positivos de la vida del ente; en la memoria póstuma, en tiempo y espacio, han de constar los valores de esa persona, fungiendo como punto catalizador de su real significación social, más allá de sus alcances políticos, económicos, ciudadanos o históricos. En el ejemplo a seguir, vemos dentro de la estructura breve, el espacio que se dedica a exaltar dichos valores a partir del oficio del recién occiso, mientras que respecto a su muerte lo único que se informa es que fue asesinado, con día y lugar.



**Figura 1:** Necrología de Brenno Mac Genity, Passo Fundo, O Nacional, 8 de janeiro de 1927, p. 2.

**Fuente:** Arquivo Histórico Regional, PF.

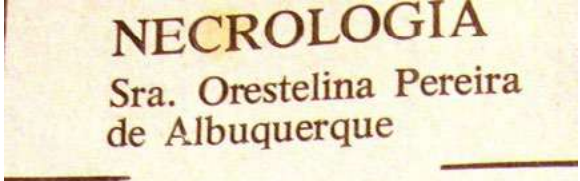
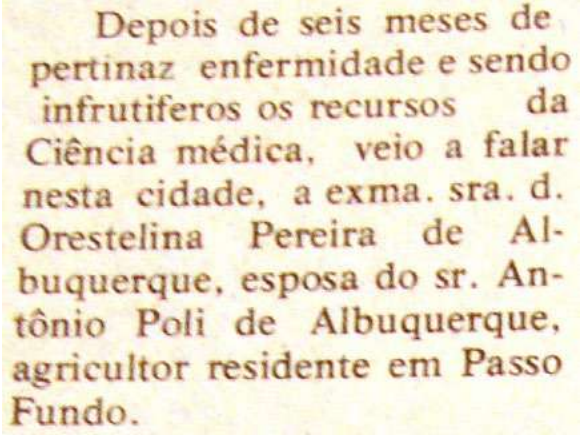
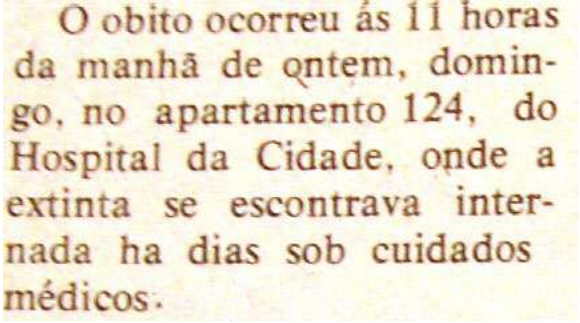
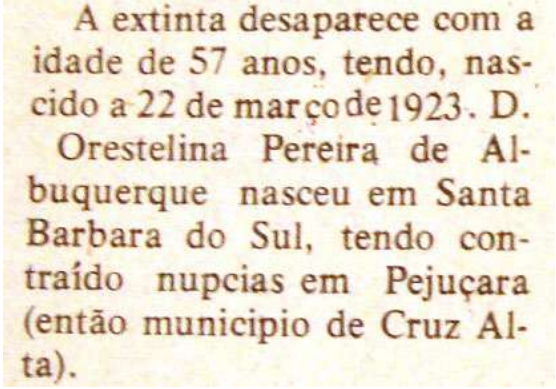
Concordamos con Makarona (2003) respecto a que para la Necrología o rúbrica necrológica publicada no es tan importante en sí el hecho muerte, sino que para el periódico lo relevante es dar a conocer (o hacer recordar) al público la manera cómo vivió el ente, por ello su imagen debe ser mostrada un tanto desde la perspectiva romántica, con énfasis en cuestiones loables llevadas a cabo por dicha persona, recuerdos familiares, en ocasiones palabras del cura en la iglesia durante el velorio, discursos a la hora del entierro, ocultando, por tanto, puntos negativos, considerados tabú, como puede ser el suicidio. Si bien la investigadora se refiere concretamente a periódicos franceses del siglo XIX, esto lo observamos en diarios locales de Passo Fundo en el siglo XX, como es el caso de la Necrología dedicada a Ramón Sander Ricco (también escrito Rico), escribano del Registro Civil de dicha Comarca, donde se destaca luego de los datos de las exequias, la presencia de autoridades de los poderes legislativo y ejecutivo, religiosos, así como representantes de otras instituciones importantes; y dentro de ese clima “romántico” el texto devela que “antes del cuerpo ser inhumano, flanqueando la tumba fue proferida una oración inspiradora, en nombre de la Justicia de Passo Fundo, el Dr. Antonio F. Knoll. El orador, bajo intensa emoción, interpretó el sentimiento del judicial y de los servidores del Foro local, expresando su profundo pesar”, a lo que se lee más adelante: “exaltando la misión que cumplió [el finado] durante su existencia”. (Traducción nuestra)



**Figura 2:** Necrología de Ramón Sander Ricco, Passo Fundo, O Nacional, 21 de agosto de 1961, p. 2. **Fuente:** Arquivo Histórico Regional, PF.

Partiendo de esto, podemos analizar la Necrología presente en el diario O Nacional de Passo Fundo, desde una perspectiva semejante a otras de diversos países, ya que contiene parecida estructura en su composición textual y dentro de su publicación. En este sentido, el carácter biográfico de la misma es un elemento importante para diferenciarla del obituario y de las notas de agradecimiento y misa. En nuestras investigaciones hemos observado en relación a dicha estructuración, aspectos comunes que forman la narración de la vida del ahora ente fallecido, siendo constantes aunque no necesariamente colocados en el mismo orden dentro del texto; así construimos el siguiente cuadro para mejor entendimiento del tema, en el cual confrontamos tres ejemplos de Necrología resaltando el carácter biográfico del texto.



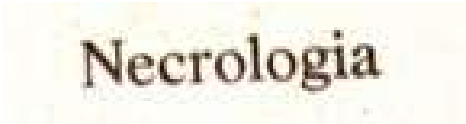
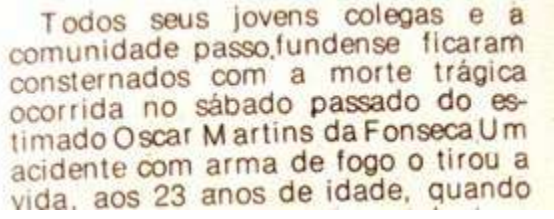
Datos de publicación	O Nacional, 21 de janeiro de 1980
Título	 <p>NECROLOGIA Sra. Orestelina Pereira de Albuquerque</p>
1º dato biográfico: vida durante la enfermedad	 <p>Depois de seis meses de pertinaz enfermidade e sendo infrutiferos os recursos da Ciência médica, veio a falar nesta cidade, a exma. sra. d. Orestelina Pereira de Albuquerque, esposa do sr. Antônio Poli de Albuquerque, agricultor residente em Passo Fundo.</p>
1º dato de la muerte: lugar y hora	 <p>O obito ocorreu às 11 horas da manhã de ontem, domingo, no apartamento 124, do Hospital da Cidade, onde a extinta se encontrava internada ha dias sob cuidados médicos.</p>
2º dato biográfico: nacimento	 <p>A extinta desaparece com a idade de 57 anos, tendo, nascido a 22 de março de 1923. D. Orestelina Pereira de Albuquerque nasceu em Santa Barbara do Sul, tendo contraído nupcias em Pejuçara (então municipio de Cruz Alta).</p>

Datos de publicación	O Nacional, 21 de janeiro de 1980
<p><b>3° dato biográfico:</b> importancia social</p>	<p>A finada, que era uma senhora muito estimada, contava com vasto círculo de relações e amizades, tendo a notícia de sua morte repercutido pesadamente. D. Orestelina residiu durante 16 anos em Passo Fundo e 15 anos em Pôrto Alegre. Ela era filha do extinto casal sr. Gustavo Pereira—d. Maria Aldina Pereira.</p>
<p><b>4° dato biográfico:</b> legado</p>	<p>A finada deixou a prantear su morte os seguintes filhos sr. Noé Pereira de Albuquerque, contador aqui residente, casado com a exma. sra. d. Geny Teresinha Borges de Albuquerque; exma. sra. d. Noemia Albuquerque Zanatta, casada com o sr. Aldecir Mansueto Zanatta, funcionario da EMBRATEL, em Joinville (Sta. Catarina) ; exma. sra. d. Magdalena Albuquerque Napp, casada com o sr. Aessio Ayrton Napp, funcionario da Cooperativa Triticola Ltda., de P.Fundo; exma. sra. d. Jurema Albuquerque Ayub, casada com o sr. Jamil Ayub,</p> <p>Etc.</p>
<p><b>2° dato de la muerte:</b> exequias</p>	<p>As cerimoniaes funebres efetuar-se-ão hoje, ás 10 horas da manhã, saindo o corpo da Capela do Hospital da Cidade, onde está sendo velado pelos familiares da saudosa d. Orestelina Pereira de Albuquerque e por numerosas pessoas amigas e das relações da falecida. O sepultamento será feito no Cemiterio São João, localidade deste municipio, no jazido da familia enlutada</p>

**Cuadro 1:** Ejemplo de Necrología en función de datos biográficos. Elaboración de la autora con fuente en Archivo Histórico Regional, PF.

Tal como se observa, en esta Necrología de 1980, el título es explícito en referencia al nombre de la occisa, se dan breves datos sobre la enfermedad, fallecimiento y actos póstumos, mientras que la mayor parte del texto es dedicada a la vida de Orestelina, desde su nacimiento hasta su legado familiar, como memoria social local, pues sus descendientes forman parte destacada en la ciudad.

El siguiente ejemplo corresponde a otra Necrología, en la que se observa mayor atención a la parte biográfica: el título no identifica al occiso, siendo introducido su nombre en el propio texto, el cual abre dando a entender que es un joven, posiblemente estudiante (“*seusjovens colegas*”), para luego muy brevemente indicar que la muerte trágica fue ocurrida por arma de fuego, a lo que sigue una amplia descripción de la vida del joven fallecido, en su rol de estudiante universitario, hijo y hermano. Se cierra con invitación a misa y datos pertinentes.

Datos de publicación	O Nacional, 5 de octubre de 1985
Título	
<b>1º dato de la muerte:</b> incluye identificación del occiso	

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

Datos de publicación	O Nacional, 5 de octubre de 1985
<p><b>1º dato biográfico:</b> oficio y familia</p>	<p>cursava com muito zelo e talento o quinto semestre da Faculdade de Agronomia na Universidade de Passo Fundo especializando-se em apicultura.</p> <p>Oscar, anteriormente havia feito também dois anos na Faculdade de Engenharia Elétrica na Pontifícia Universidade Católica.</p> <p>Filho do dr. Pedro Ari Verissimo da Fonseca e de dona Dolores Martins da Fonseca, Oscar deixou os irmãos Mauro, Flávio, André e Clarisse, passando a outra vida. Hoje</p>
<p><b>2º dato de la muerte:</b> exequias</p>	<p>será celebrada uma missa em sua memória, as 17h30min., na Igreja do Sagrado Coração de Jesus.</p>


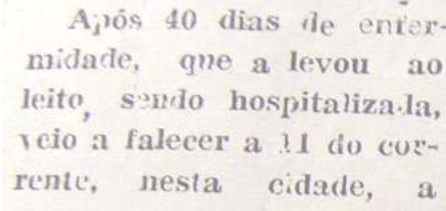
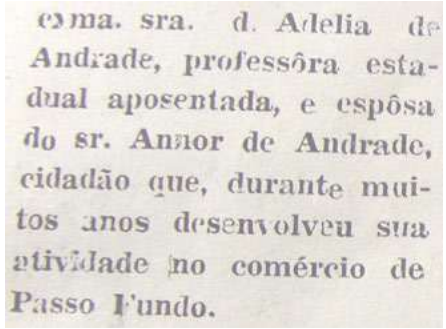
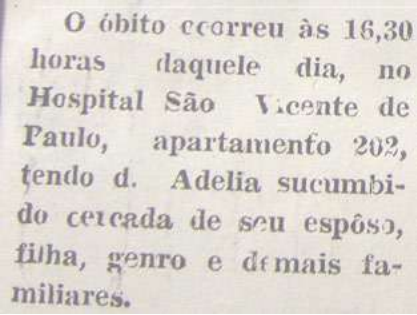
**Cuadro 2:** Ejemplo de Necrología en función de datos biográficos, con posible inclusión de tabú.

Elaboración de la autora con fuente en Archivo Histórico Regional, PF.

Como se ve en los dos ejemplos anteriores, la Necrología suele dar un mayor espacio a la biografía, puesto que de esa manera ensalza la importancia de la persona dentro de la sociedad local, “justificando”, por decir así, su publicación en los periódicos. Cabe destacar, no obstante, que esta no es una característica presente de igual modo en todas las Necrologías en cuanto a la extensión dada dentro del texto, pero si es una constante como ya acotamos en líneas precedentes. Dentro de este proceso literario funerario, también encontramos en el mismo diario investigado, la significación social a partir de la profesión u oficio de la persona fallecida, rasgo muy utilizado, además, en el epitafio por imprimir una cercanía con la comunidad, una suerte de re-conocimiento social por favores recibidos o por formar parte de un mismo grupo, compartiendo



por tanto memorias, luego con la muerte formando parte de ellas desde la función nostalgia (*saudades eternas*) de la ausencia perpetua. Así mostramos la Necrología dedicada a la profesora doña Adélia de Andrade, observada dicha característica desde el propio título, desarrollándose luego en el corpus.

Datos de publicación	O Nacional, 16 de septiembre de 1970
Título	
<b>1º dato de la muerte:</b> contiene información vaga sobre la enfermedad	
<b>1º dato biográfico:</b> profesión y matrimonio	
<b>2º dato de la muerte:</b> hora, lugar. La muerte en familia.	

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA



Datos de publicación	O Nacional, 16 de septiembre de 1970
<p><b>2° dato biográfico:</b> profesión como acción social.</p>	<p>A professora D. Adelia de Andrade, que era natural desta cidade, atuou no Magistério Público durante muitos anos, prestando relevantes serviços à instrução no decurso de 26 anos, muito concorrido para o ensino e educação de centenas de crianças, que soube lecionar com dedicação e carinho.</p>
<p><b>3° dato biográfico:</b> matrimonio y pertenencia social local.</p>	<p>D. Adelia, que pertencia a tradicionais famílias de Passo Fundo, consorciou-se com o sr. Anor de Andrade, também desta cidade, há 28 anos passados, isto é, em 1942.</p>
<p><b>4° dato biográfico:</b> familia, legado.</p>	<p>Do casal houve uma filha, a exma. sra. d. Eunice Salette de Andrade Zasso, casada com o sr. Heitor Zasso, caixa do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A., desta cidade.</p> <p>Além do espôso, filha, genro — a extinta deixa a prantear sua morte do s netos — os menores Silvana e Fernando.</p>
<p><b>5° dato biográfico:</b> lugar social.</p>	<p>A professora D. Adelia de Andrade, cujo desaparecimento causou consternação no vasto círculo de suas relações e amizades, contava 58 anos de idade.</p>

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

Datos de publicación	O Nacional, 16 de septiembre de 1970
<p><b>3° dato de la muerte:</b> exequias.</p>	<p>idade. O seu corpo foi ve- lado na residência da fa- mília Andrade, à rua Pai- sandú, 2026, para onde a- correram numerosas pes- soas amigas, a fim de le- var condolências à famí- lia enlutada.</p> <p>As solenidades fúnebres tiveram lugar sôbado à tarde, às 16 horas, com grande acompanhamento, sendo o corpo dado à se- pultura no Cemitério Mu- nicipal da cidade. Foram tributadas sentidas ho- menagens à memória de d. Adelia de Andrade.</p>

**Cuadro 3:** Ejemplo de Necrología en función de datos biográficos, con énfasis en la profesión.

Elaboración de la autora con fuente en Arquivo Histórico Regional, PF.

Tal como se puede observar a lo largo del texto que hemos discriminado para el breve análisis, existen tres fragmentos dedicados a hablar sobre la muerte, con datos específicos en función de los acontecimientos previos al fallecimiento, es decir, la enfermedad y su reclusión en el Hospital São Vicente de Paulo donde estuvo convaleciente 40 días, sin proporcionar otras informaciones sobre la dolencia, aunque se deja bien claro ante el lector que el deceso fue por quebrantos de salud; los otros fragmentos destacan fecha y lugar tanto de la muerte como de las exequias. Es interesante destacar que el hecho

muerte en estos casos presentados en los ejemplos, se presenta como el fallecimiento en público (ARIÈS, 1989) desde dos perspectivas: ante familiares y amigos en lugar público (hospital) y ante la comunidad plena (publicación en diario por medio de la Necrología); siendo que la primera es *in situ*, de manera inmediata, mientras que la segunda es recapitulativa, siendo mostrada días después. Frente a esto tenemos, entonces, cinco fragmentos dedicados a datos biográficos de la occisa, de los que destaca la importancia social de la misma a partir de su legado como profesora, fuente de prestigio y reconocimiento social.

Hay innumerables elementos dentro de la Necrología que apuntan a reconocer su rol como texto fundamentalmente biográfico del que es posible desmembrar situaciones socio-históricas locales, en nuestro caso específico en Passo Fundo-RS, cuya lectura solo es plausible desde una perspectiva relacionada con la muerte como hecho sustancial, colectivo e inevitable (MORIN, 2003). Tal como devela Florea (2015), la Necrología debe ser publicada dentro de un periodo determinado a partir de la muerte de la persona, esto porque no puede perder su vigencia, de allí su dimensión cotidiana; en nuestras investigaciones hemos observado la publicación de Necrologías inclusive una semana después del deceso, generalmente muy elaboradas y de texto amplio, también hemos visto otras publicadas al día siguiente del fallecimiento, con bastante elaboración; esto se debe fundamentalmente al factor sorpresa, es decir, cuando la muerte es “esperada”, porque la persona está muy enferma o tiene mucha edad, la Necrología puede estar escrita con antelación, solo a la espera de acrecentar datos específicos como hora y fecha, exequias y afines; pero si el acontecimiento es un

accidente, por ejemplo, dicho texto tarda en ser redactado, por tanto, no es de extrañar casos en los que haya dos Necrologías de una misma persona: una muy breve publicada en fecha cercana al deceso y otra más larga, semanas después, esto obedece al criterio del periódico, aunque no se descarte, en ocasiones, la existencia de presiones externas, de acuerdo a la significación del ente fallecido.

La publicación de la Necrología está emparentada con el acto de la muerte como individualidad (no colectividad) y en ese sentido, se determina su publicación no tanto por el hecho de la muerte en sí, sino por los acontecimientos de la vida de la persona (FLOREA, 2015), por ello es que se torna Necrología la muerte de una personalidad local que falleció por causas naturales (edad, por ejemplo), y no la de una persona desconocida que falleció trágicamente, eso daría cabida para una noticia, una crónica, pero no para una Necrología, pues ésta es exclusiva de personajes significativos, de allí, recalamos, su carácter biográfico. Su corpus está, como se ha observado, constituido por dos partes: a) Deceso; b) Vida, conteniendo datos en cifras, fechas, hora; evocación de figuras tutelares que atestiguan la importancia del ente, pudiendo ser éstas sus padres, jefes o incluso su propia profesión, en caso de que sea alguna vinculada con la acción social; y datos del ritual funerario, este último esencialmente imprescindible por estar vinculado con el luto, manifestado también en otras formas de escritura en la prensa como notas de condolencia, notas de agradecimiento e invitaciones a misa, las cuales no tocamos en este artículo por apartarse de nuestro tema, no por ser menos importantes.

## Memorias, letras e identidad sobre la muerte

Los estudios sobre la muerte y todos aquellos procesos que se relacionan con este hecho, entre los que también se puede incluir la evolución de los lugares consagrados para perpetuar la memoria de los fallecidos y sus sobrevivientes, han sido ampliamente desarrollados por Ariès (1989), Morin (2003), Le Goff (2014), Vovelle (1975) y Nora (1984), este último en su distinción de instauración de lugares de memoria como una forma de evitar el olvido. No obstante, esa intención de crear soportes para la memoria, de igual modo se han traducido de una u otra forma, en notas funerarias, como invitación a misa u otros eventos, agradecimientos y la Necrología, escrita como un texto biográfico de la muerte, siendo publicadas en periódicos locales para informar a los públicos, y a su vez, homenajear a entes socialmente significativos, todo lo cual se relaciona con las diferentes formas de establecer estrategias para recordar y ser recordado, más allá de los tiempos y espacios.

Pero dichos textos publicados en la prensa, más allá de documentos memoriales, son acervos que narran una parte de la historia de la localidad, contada a partir de la vida y su relación con la muerte, siendo importante entender que para su análisis no pueden ser tomados como hojas sueltas, tal como los epitafios, es imprescindible su lectura hermenéutica en relación a su entorno y contexto, ya que de manera aislada pueden ser letras sin asidero cierto. De modo que la propia estructura de la Necrología da excelentes indicios y datos del desarrollo y transformación social local; como ejemplo tenemos la dedicada a Genuino Bernardon, publicada en O Nacional el 29 de abril de 1947, p. 4, interesante por su composición textual y el hecho de no incluir ninguna fecha; la de Argemiro de Quadros,

O Nacional, 24 de junio de 1947, p. 1, donde se informa que el hombre falleció a la edad de 70 años víctima de una enfermedad y se agrega sus dotes morales, “*Homem possuidor de fortuna, o Argemiro de Quadros, jamais esqueceu o próximo que lutava contra a pobreza, estendendo-lhe a mão generosa e o amparando materialmente nas necessidades*” (Hombre poseedor de fortuna, Argemiro de Quadros, jamás olvidó al prójimo que luchaba contra la pobreza, extendiéndole la mano generosa y amparándolo materialmente en las necesidades. Traducción nuestra), como filántropo que hizo de su posición económica privilegiada un medio para mejorar la vida de miembros de clases deprimidas económicamente de la ciudad de Passo Fundo; esta Necrología es publicada 4 días después del deceso.

Destacan Necrologías que dan datos de procesos de inmigración en Passo Fundo durante la primera mitad del siglo XX, como el caso de la perteneciente a José Braccini (fallecido con avanzada edad), publicada en O Nacional el 21 de junio de 1947, p. 4, en la que se lee: “*era italiano de nascimento, porém, brasileiro de coração, tendo sido o primeiro de seus compatriotas que requereu e obteve título de naturalização neste município ...*” (era italiano de nacimiento, pero, brasileño de corazón, habiendo sido el primero de sus compatriotas en requerir y obtener título de naturalización en este municipio... Traducción nuestra), la información que hemos subrayado es de fundamental importancia por aportar un dato histórico-estadístico de construcción de la sociedad passo-fundense desde la incorporación de italianos a la localidad, por medio de esta Necrología podemos conocer que para 1947 había ya una inmigración europea en la ciudad, incluso en el planalto sur rio grandense, y que el señor Braccini fue el primero en nacionalizarse, hecho que imprime

una importancia a su familia como memoria colectiva y diversidad cultural en la región.

Los procesos memoriales en nuestras sociedades están en una continua construcción, transformándose a medida que avanzan las tecnologías y los propios humanos a partir de acciones de consumo que aplican hacia la inmediatez, como puede ser los periódicos *on line*, lo cual conlleva a re-pensar la lectura tanto de la historia desde el punto de vista hermenéutico, como de los documentos que forman parte de ella. Por ello es imprescindible conocer la historia de la que formamos parte, seamos naturales o miembros de un desarrollo de diversidad cultural, porque la historia de la ciudad se convierte en nuestra propia historia, creciendo un sentido de pertenencia que se conjuga con la identificación con cada calle transitada, cada edificio, muralla, cada fiesta popular entendida y disfrutada, cada comida degustada o simplemente aceptada (NIETZSCHE, 2005), todo lo cual tiene que ver directamente con la construcción de una nueva forma de sentir la cultura y salvaguardarla por ser parte de un patrimonio común, social e históricamente hablando.

No es casual que la muerte, como fenómeno mundial, sea observada de manera similar por sociedades parecidas culturalmente, traduciéndose en construcciones de la cultura material como cementerios, tumbas, capillasy gavetas, o en manifestaciones de la inmaterial como sistemas rituales, dentro de lo que la expresión literaria es un rasgo a destacar porque es un soporte de memoria de gran utilidad para poder llevar a cabo re-construcción de la memoria histórica social.

Dentro de este panorama respecto a nuevas tecnologías, en conjunción con la tradicionales, tenemos varias Necrologías referidas por Florea (2015) en su tesis de doctorado,

contemporáneas con la misma estructura del siglo pasado, ya referidas en secciones anteriores de este artículo. Así encontramos Hommagenb.com, página destinada a avisos de decesos, de cuya sección Nécrologies, tomamos el siguiente ejemplo.

Datos de publicación <sup>5</sup>	Hommagenb.com, 8 février 2019
Título	LorrainSt-Onge (1942 - 2019)
<b>1º dato de la muerte:</b> fecha, lugar y edad.	En el centro hospitalario universitario Dr. George L. Dumont, el miércoles 6 de febrero de 2019, a la edad de 76 años, ha fallecido LorrainSt-Onge.
<b>1º dato biográfico:</b> legado, familia	Permaneció en l'Auberge du Soleil en DieppeauNouveau-Brunswick. Nacido en Winnipeg, au Manitoba, era hijo del difunto Adolphe y de la difunta Jeanne (nacida en Ritchot) St-Onge. Deja en duelo a una hija, Carmen; tres hermanas Thérèse (Roger) Hébert y Monique (difunto Roland) Gauthier, ambos de Manitoba, y Jocelyne (Ken) McIver de l'Alberta; cuatro hermanos (...) y varios sobrinos y sobrinas.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

5. Disponible en: <https://www.hommagenb.com/obituaries/lorrain-st-onge-1942-2019/> Acceso en: 10 de febrero de 2019. La traducción es nuestra.



Datos de publicación	Hommagenb.com, 8 février 2019
<p><b>2° dato biográfico:</b> familiares cercanos que han muerto antes.</p>	<p>Una hermana (...), así como un hermano lo han precedido a la tumba.</p>
<p><b>2° dato de la muerte:</b> exequias.</p>	<p>A petición suya, no habrá visita ni servicio funerario. La inhumación será en Ste. Agathe, Manitoba, al día siguiente.</p>
<p>Dato de agradecimiento</p>	<p>Un agradecimiento especial al Dr. Marcel Mallet, al personal de l'Auberge du Soleil, así como a la Unidad 4-C del hospital Dumont por los excelentes cuidados dados a Lorrain.</p>
<p><b>3° dato de la muerte:</b> mención de la funeraria.</p>	<p>La dirección del funeral ha estado confiada a los excelentes profesionales de la Casa funeraria ...</p>

**Cuadro 4:** Ejemplo de Necrología en función de datos biográficos en la Web.

**Fuente del texto:** <https://www.hommagenb.com/obituaries/lorrain-st-onge-1942-2019/> Acceso en: 10 de febrero de 2019. Cuadro: Elaboración de la autora.

Del texto de los cuadros anteriores desmembrados en función de la rúbrica necrológica, se observa que generalmente los datos biográficos de la persona fallecida superan

en extensión a los correspondientes al fallecimiento, siendo éste volcado en la mayoría de los casos, a información sobre fechas, una breve descripción o enunciación de la enfermedad, datos del entierro, y en pocas ocasiones, deseos del ente respecto algún aspecto de sus exequias. Estos elementos hacen de la Necrología, efectivamente, un texto que se detiene en la muerte a partir de la construcción personal y social de quien cuya vida es necesario recordar para perpetuar su memoria, desde el reconocimiento ciudadano, de allí que se destaquen los aspectos positivos desde (de ser el caso) su nacimiento en familia distinguida local o regionalmente, actos destacables a nivel de trabajo (como obra ético-social) hasta el propio deceso, en el cual no cobran mayor importancia las circunstancias, pues lo significativo es su lugar privilegiado dentro de la sociedad a la que pertenece.

En este sentido, al hacer un arqueo en publicaciones del siglo XIX y primeras décadas siglo XX, no solo en Brasil sino en países como Perú<sup>6</sup>, por ejemplo, observamos que las notas fúnebres (bien sea tituladas Necrología o no) que fungen como necrologías, conceden datos detallados respecto a la muerte, tal ofrendas enviadas por personajes significativos, a partir de lo cual podemos inferir tanto cuán importante socialmente era el ente fallecido como cuánto quiere ser visto quien las envía. Ese juego de posicionamientos dentro de la sociedad local, no es otra cosa que una reivindicación de la vida teniendo como excusa el hecho muerte, es decir, mi reafirmación como familia o individuo social en el entorno de mi localidad toma fuerza desde mi forma de comportar mi memoria materialmente

---

6. Para mayor referencia se recomienda el texto PORTAL, I. Elena Razzeto de Portal, 22 de Agosto de 1908. Lima: Tipografía Naginal, s/f.

por medio de ofrendas tan o más vistosas que mi propio estatus dentro de mi colectividad. Así, el acto de hacer pública la muerte se significa desde la fase preliminar en la enfermedad o en la sorpresa (accidente, etc.), recorriendo partes destacables de la vida de dicha persona como ciudadano, ya no como individuo personal, hasta detenerse en el fin, o sea, la muerte, que puede a su vez, ser el inicio de ese texto por el que se recorren múltiples discursos sobre memorias, identidades y olvidos.

### **A modo de epílogo**

El medio urbano aparta a las personas, las memorias parecen efímeras, apenas compartidas colectivamente y sostenidas por soportes materiales que intentan permanecer en el tiempo. Dentro de esto es esencial el rol de la propia comunidad, porque cuando sus voces se dispersan llega el olvido y desde ese punto se forma el equilibrio que sustenta la identidad cultural; una parte importante para la preservación del sentido histórico de nuestros pueblos, es un poco lo que decía Nietzsche respecto al sentido de apropiación de nuestros lugares, tal como lo hemos referido en párrafos anteriores. El cementerio como lugar de múltiples memorias y el periódico como soporte de sus letras, tomando palabras de BOSI (2003) pueden ser considerados recuerdos de la ciudad; las calles del primero, junto con sus construcciones, tienen la fisonomía de la localidad donde se instala, mientras que del segundo son el reflejo de la propia sociedad que lo conceptualiza y describe. Ambos son concebidos como “nuestro lugar”, “cierre y proximidad de elementos” que permite “la dialéctica de la partida y del retorno” (BOSI, 2003, p. 204), de la ida y vuelta, el ir y venir de la vida eterna

constituida en el cuerpo que fallece y el alma inmortal, envueltos en la eternidad de ausencias y nostalgias.

Los escritos en letras presentes en el cementerio, como el epitafio, aportan datos interesantes en la construcción de esas historias que encontramos en comunidades a cada paso a lo largo de los tiempos, por tanto no son un fenómeno contemporáneo, pero sí constante en nuestras sociedades occidentales; esto porque el humano social necesita contar historias para narrarse, ya lo hemos visto en acciones como los cuentos infantiles o la amplia mitología proveniente de sistemas de creencias de sociedades de corte no occidental, pero que han permeado fuertemente a las occidentales. De manera que esa necesidad del humano de contarse forma parte de la elaboración de tradiciones y costumbres culturales pasadas de generación en generación como un patrimonio que debe ser preservado, de allí que esa palabra hablada, contada oralmente, tenga que ser plasmada en un soporte para evitar su olvido, entre dichos soportes la escritura tiene un rol significativo que se ha extendido a lo largo de los años, ya no solo en función de la letra escrita en papel y tinta, sino en medios menos convencionales, como es el caso de los virtuales. El foco de la narrativa denota el interés por lo que se va a contar y su contenido, así como la forma cómo se cuenta, son fundamentales para despertar reacciones en los receptores (ONG, 1987; BASTOS, 2004), en nuestra investigación el texto de la Necrología, adentrando al lector en la vida, llega a narrar la muerte de una manera suave, logrando que hasta la más trágicas de las situaciones sea tomada de una manera cuasi poética: la muerte aceptada como un acto inevitable (MORIN, 2003).

Con las nuevas formas de encarar la muerte en nuestras sociedades contemporáneas, cada vez más se va transformando

el espacio para albergar fallecidos, minimizando inclusive la existencia del gran memorial, para dar paso, en varias ocasiones, a la ausencia de monumentos y tumbas, formas de entierro y otras maneras de afrontar la “colocación” de los restos mortales. Se abre paso, entonces, a los cementerios jardín y los llamados Memoriales, estos últimos destinados a albergar restos convertidos en cenizas a partir de la cremación, donde también ésta es practicada, independientemente si quedan como materializaciones o son desechadas, de la manera que fuere. Dichas formas de soportar o no soportar la memoria, queda bien constituida en la función del periódico al registrar para “el futuro” ciertos acontecimientos en relación a la muerte, ya no como Necrología, puesto que, en nuestro caso de estudio (Passo Fundo) ya no existe como tal en los diarios locales, sino por medio de notas de condolencia, agradecimientos, invitación a misa, o espacios específicos dedicados a ensalzar la vida de personajes de alta significación local.

Cada vez más estamos frente a una forma diferente de asumir el hecho inevitable de la muerte, a nuestro parecer, no es por medio de la banalización que estamos intentando llegar a su comprensión desde la constante duda por lo desconocido, sino que estamos echando mano de las nuevas tecnologías para asumir o intentar asumir otros soportes memoriales, no estamos muy seguros si con la intención de evitar el olvido, sino para construir otra manera de nuestra propia narración de vida y muerte. Es como la re-escritura de un réquiem contemporáneo, ya no aquel de Mozart describiendo magistralmente el tránsito del alma hasta llegar al descanso eterno, sino asumiendo la falencia del cuerpo y la presencia de lo desconocido; un ejemplo interesante, siguiendo con el área de la música y

la escritura, es la canción Lazarus (2016), de David Bowie, en cuyo video observamos cómo el artista (enfermo y consciente de que pronto morirá) expresa públicamente lo que ocurrirá en una narración que solo logramos entender plenamente luego del deceso. No es apología a lo inevitable, es otra visión de la muerte pública bajo un soporte de memoria igualmente efectivo como un epitafio en la tumba o una nota en el periódico, se trata de un texto póstumo que ha escrito el propio ente, para ser recordado, ante la ausencia (igualmente su deseo) de exequias, ofrendas y monumento fúnebre. La vida, sigue siendo el principal motivo para contar la muerte.

## Referencias

- ARIÈS, Philippe. **O homem diante a morte**. Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- AUGÉ, Marc. **Los “no lugares”, espacios del anonimato**. Una antropología sobre la modernidad. Barcelona: Gedisa, 1993.
- BASTOS, Liliana Cabral. Narrativa e vida cotidiana. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 118-127, 2004.
- BOSI, Ecléa. Memórias da cidade: lembranças paulistanas. In: *Estudos Avançados* 17 (47), p. 197-211, 2003.
- CAMPBELL, Joseph. **Los mitos**. Buenos Aires: Kairós, 1994.
- CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.
- FLOREA, Marie-Laure. Les nécrologies dans la presse français e contemporaine. Une analyse de discours. Lyon, 2015, p. 658. Tesis (Doctorado en Ciencias del Lenguaje) – Departamento de Ciencias del Lenguaje, Universidad de Lumière Lyon II.
- LE GOFF, Jacques. **História&Memória**. 7 edic., Campinas: UNICAMP, 2014.
- MORIN, Edgar. **El hombre y la muerte**. Barcelona: Kairós, 2003.
- NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

- MAKARONA, Arina. Dits et non –dits des necrologies de la Presse. In: Le Temps des médias, n. 1, 2003, p. 108-118. Disponible en: [www.cairn.info/revue-le-temps-des-medias-2003-1-page-108.htm](http://www.cairn.info/revue-le-temps-des-medias-2003-1-page-108.htm) Acceso en: 10 jan. 2019.
- ONG, Walter. **Oralidad y escritura**. Tecnologías de la palabra. México: Fondo de Cultura Económica. 1987.
- NIETZSCHE, Frederick. **De la utilización y los inconvenientes de la historia para la vida**. Buenos Aires: Proyecto Espartaco. 2005.
- VOVELLE Michel. Les Attitudes devant la mort, front actuel de l'histoire des mentalités . In: Archives de sciences sociales des religions, n°39, 1975. Évolution de l'Image de la Mort dans la Société contemporaine et le Discours religieux des Églises [Actes du 4e Colloque du Centre de Sociologie du Protestantisme de L'Université des Sciences Humaines de Strasbourg (3-5 Octobre 1974)] pp. 17-29. DOI :<https://doi.org/10.3406/assr.1975.2764> Consulta en: enero 14, 2019.

**MEMÓRIA,  
PATRIMÔNIO E  
REGIMES AUTORITÁRIOS**



# Arqueologia, ditaduras e produção científica. Algumas considerações

*Rita Juliana Soares Poloni<sup>1</sup>*

## Introdução

O presente capítulo busca discutir a relação entre Arqueologia e política, com ênfase em governos autoritários recentes europeus e brasileiros, de forma a destacar um ponto de vista externalista (FUNARI, CARVALHO, 2012) da história da ciência e a importância que os estudos da produção arqueológica têm na compreensão da emergência e consolidação das visões oficiais do passado da Nação valorizados por esses mesmos regimes.

Dessa maneira, busca-se, em primeiro lugar, realizar uma contextualização dos estudos no campo das relações entre Arqueologia e governos ditatoriais em contexto europeu contemporâneo, para, em segundo lugar, exemplificar temas e contextos de estudo no âmbito das ditaduras Vargasista e civil-militar brasileiras, de forma a destacar a permanência de retóricas acerca da inferioridade e da degeneração indígenas, desde o período colonial do País até o presente.

Procura-se, ainda, ressaltar a importância dos estudos da produção científica em âmbito ditatorial como uma das vertentes do campo da Arqueologia da Repressão e da Resistência,

---

**1.** Doutora em Arqueologia pela Universidade do Algarve, Portugal. Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, RS. Este trabalho conta com financiamento da Capes através do programa PNPD-Capes. Email para contato: julianapoloni@hotmail.com

buscando, assim, salientar a importância do aprofundamento do campo em contexto nacional.

### **Arqueologia e ditadura: uma discussão necessária**

Assim como as modernas discussões acerca do Patrimônio tomam corpo científico a partir da formação dos Estados Nacionais e da necessidade de se construir tradições relacionadas à identidade, à memória e à história nacionais, o nascimento da Arqueologia como ciência moderna acompanha esse mesmo momento histórico, a partir do qual o estudo do passado das nações com base em suas materialidades, bem como sua preservação, transformam-se em instrumento que possibilita a emergência e a sedimentação de discursos oficiais sobre o passado da Nação (DIAZ-ANDREU, CHAMPION, 1996).

O acirramento dos discursos nacionais, aliado ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção preponderante no mundo ocidental, estão na raiz da emergência de governos de inspiração fascista, que, por toda a Europa e também na América Latina, utilizam a história pátria, a construção do discurso acerca do passado grandioso da Nação, como elemento justificador de políticas autoritárias que desencadearão, entre outros conflitos, as duas Grandes Guerras Mundiais.

Entre as muitas políticas patrimoniais desse período que têm na pesquisa arqueológica o braço direito dos discursos nacionalistas autoritários de inspiração fascista, destaca-se o resgate dos barcos do Imperador Calígula do lago italiano de Nemi para o qual o lago foi esvaziado. Apesar de os dois barcos resgatados terem sido destruídos ainda durante a Segunda Guerra Mundial, seu resgate pôde valer-se de uma espetacular

obra de engenharia, que contou com a presença do próprio Duce quando as quatro turbinas elétricas instaladas no local começaram a dragar o lago de onde as embarcações foram retiradas (CARLSON, 2002). Também é do período fascista italiano as obras de construção da Via do Forum Imperial, na capital do país, ligando a praça Veneza ao Coliseu e proporcionando ao povo italiano, segundo os anseios do Regime, um passeio pelo período Romano, margeando o Forum de Trajano, o Forum de Augusto e o Forum de Nerva e culminando no grande Anfiteatro Flaviano. A inauguração dessa grande obra pública, em 9 de abril de 1932, contou novamente com a presença de Mussolini e com um grande desfile com veteranos da I Guerra Mundial. As obras que possibilitaram a construção da Via levaram, todavia, à demolição de muitos quarteirões densamente povoados de Roma, e à destruição de importantes remanescentes medievais e renascentistas presentes no local, bem como do monte Velio, uma das lendárias colinas ligadas ao nascimento da antiga cidade (BIANCHI, 1933). Em ambos os casos, um grande esforço financeiro, logístico e científico é manejado, a despeito das consequências destrutivas de ambos os empreendimentos, no sentido de materializar símbolos de um inventado passado grandioso da Nação italiana, cuja recuperação no presente estaria a cargo do novo regime autoritário (GUIDI, 1996, 112-115).

O mesmo se passa na Alemanha nazista, com a incessante procura por sítios que comprovassem a origem germânica da nação e que estão na raiz da abertura de mais de 25 cadeiras de arqueologia pré-histórica no país (GUIDI, 1996, 113) e com o desenvolvimento de metodologias arqueológicas específicas para a pesquisa dos referidos sítios, bem como a promoção de arqueólogos tais como Herman Wirth, claramente interessado

em fazer coincidir interesses ideológicos de afirmação de uma suposta raça Atlântico-nórdica, com pesquisas arqueológicas voltadas a sítios pré-históricos (WIWJORRA, 1996, 177-182).

Assim como a Alemanha e a Itália, outras nações europeias de menor destaque no período, como Portugal e Espanha também tiveram governos autoritários de inspiração fascista e, a seu modo, também reproduziram a valorização de temáticas arqueológicas específicas, com afinco e potencial destrutivo semelhante ao dos seus famosos congêneres. No caso do governo de Franco, na Espanha, configura-se a inserção do país, embora de forma muito mais modesta que o caso italiano, no chamado culto della romanità, recorrendo à existência de uma irmandade latina ítalo-espanhola muito antiga e forçando, no interior da Nação, a construção de uma identidade homogênea e unitária, capaz de superar, em parte, as feridas abertas pela Guerra Civil (RUFINO, 2103).

No caso português, o governo ditatorial estado-novista de Salazar valorizará a herança arquitetônica manuelina no patrimônio edificado e o reaportuguesamento da nação, fazendo exaltação ao denominado período das Grandes Navegações, no qual a nação portuguesa teria protagonizado papel de fundamental destaque na história moderna da Europa, trazendo, segundo discurso do Regime “novos mundos ao mundo”<sup>2</sup>. Nesse sentido, a ideia de reaportuguesamento pressupõe um retorno à essência da Nação, que, para o bem dos intentos colonialistas do governo ditatorial, coincide com a retomada do espírito civilizatório, de matriz católica, como vocação nacional, que justifica a manutenção das chamadas colônias ultramarinas.

---

2. Os Lusíadas, Canto II, estrofe 45

Para esse propósito contribui a arqueologia através das Missões Antropológicas, desenvolvidas nos territórios de Moçambique, Guiné, Angola e Timor entre as décadas de 30 e 60 do século XX, contando com pesquisas em antropobiologia e arqueologia pré-histórica e com claros propósitos políticos de controle social e territorial (POLONI, 2012a).

Por outro lado, a ideia de valorização do Manuelino insere-se numa política de limpeza e “restauro” de edifícios, com o propósito de recuperação de sua essência, de sua pureza primitiva, como homenagem aos tempos áureos da Nação. Novamente aqui o discurso oficial reforça a ideia de um passado que deveria ser recuperado, retomado, ou mantido no presente pelas mãos do regime ditatorial (BRITO, 1991).

Em todos os casos aqui mencionados torna-se evidente a importância das pesquisas arqueológicas no fortalecimento de retóricas históricas, identitárias e patrimoniais que se coadunam com a consolidação dos Estados Nacionais e, em especial, com os governos autoritários que marcaram fortemente o século XX, e que não ascenderam ao poder somente em contexto europeu. Também na América Latina e, em especial, no Brasil, pode-se perceber a permanência de alguns desses discursos de idealização do passado que, sobretudo durante os governos ditatoriais, deixaram demarcada a relação entre as políticas de Estado e as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no País.

### **Arqueologia, colonialismo interno e regimes ditatoriais: o caso brasileiro**

Para se compreender de maneira aprofundada a promoção de determinados discursos e políticas que perpassam os estudos

arqueológicos durante os períodos ditatoriais brasileiros é preciso ter em conta a permanência de algumas imagens sobre o passado da Nação, que já se encontram consolidadas ainda no século XIX, durante o período imperial. Uma delas é o mito da degeneração indígena (NOELLI, FERREIRA, 2007), que já se fazia ouvir nas palavras do naturalista Von Martius (1794-1868), para quem os indígenas eram exemplo de estagnação, imobilidade e mesmo involução. Esse pensamento coadunava-se com a chamada arqueologia nobiliária, que dominou o período (FUNARI, 2002) e que gozava do apreço das elites nascentes, por buscar fora do continente americano os primeiros colonizadores do País. O trabalho do recém-criado Instituto Histórico Geográfico e o afinco de Ladislau Neto, então diretor do Museu Nacional, na busca pela interpretação de inscrições atribuídas a povos indo-europeus em diversas regiões do Brasil, além da busca por cidades perdidas no interior do País, são reflexo desses anseios (LANGER, 2002; NOELLI, FERREIRA, 2007). Nos dois casos, tanto do mito da degeneração indígena, quanto da arqueologia nobiliária, busca-se justificar o nascimento da nação a partir de relações históricas com povos da Eurásia, ao mesmo tempo em que os indígenas da terra são vistos como povos fadados à extinção ou à assimilação cultural.

Um embate paradigmático que adentra os primeiros anos da república, e que explicita a visão acerca do indígena na história da recente Nação, é a discussão entre Ladislau Neto e o diretor do recém-criado Museu Paulista (1894), Herman von Ihering, acerca da origem antrópica ou natural dos sambaquis brasileiros. Enquanto Neto defendia que esses concheiros tinham origem artificial, ou seja, eram resultado de depósitos humanos propositais, de restos alimentares e de sepultamentos, Von

Ihering – homem em consonância com as teorias racistas então em voga na Europa, e que desacreditava da importância social e cultural indígena para o Brasil – defendia que essas formações tinham origens naturais em lugares antigamente ocupados pelo mar (PROUS, 1992:8). A aparente contradição entre os dois posicionamentos de Ladislau Neto – buscar antepassados exógenos para o País e valorizar a capacidade intelectual e cultural indígena – na verdade se explica pela adoção do difusionismo como corrente interpretativa dos vestígios materiais estudados (FERREIRA, 2010). Em texto publicado em 1885, em que discute a cultura material marajoara e supostas relações entre os grafismos encontrados em um artefato em particular e a escrita mexicana, egípcia, chinesa e indiana, é possível perceber, de forma clara, como se coadunam ambas as ideias no ideário científico a que se vincula o cientista (NETO, 1885, p.466):

Vimos pois as immensas formas cerâmicas entre as quaes tantissimas vezes se nos depararam demonstrações evidentes de que aos mound-builders marajoenses não faltavam nem elevada mentalidade nem afiliações evidentes com povos oriundos das mais antigas civilizações do globo. E como se não bastassem todos esses documentos para demonstrar-nos a larga dianteira alcançada pelos primitivos Índolas do Amazonas, eis que se nos deparam por ultimo os caracteres graphicos dos mesmos Índolas em parallelo com os de que se serviram talvez ao mesmo tempo outras nações dos dous continentes. E de surpresa em surpresa força é confessar que chegamos a ter diante dos olhos testemunhos irrefragaveis em favor da commum origem que enlaça a grande família americana comas nações do Nilo e da Indo-China.<sup>3</sup>

---

3. Texto conforme o original

É de se notar que no período também se consolida, na construção identitária do brasileiro, a ideia do bom selvagem, visão idealizada do indígena como herói nacional de um passado distante e cujos representantes já estariam extintos (FUNARI, 2002). Dentro desse ideário, o indígena real, do presente da Nação, pouco interessa e contribui para a formação identitária do Brasil.

Tais pensamentos são arrastados para a década de 30 do século xx, quando o Brasil é governado pelo regime estado-novista de Vargas. É bem sabido que esse período corresponde ao nascimento das ideias de brasilidade, que se materializam em torno das especificidades nacionais do Barroco mineiro, e das suas relações com o mestiçamento cultural e racial que tem em Aleijadinho seu principal representante (POLONI, 2014a). Se, por um lado, essa escolha tem por objetivo procurar especificidades culturais brasileiras, por outro, essas mesmas especificidades são buscadas dentro do diálogo com os horizontes da cultura de matriz europeia.

Ao mesmo tempo, o período Varguista promove um novo bandeirantismo, uma política de colonialismo interno, com o intuito de povoar o que era considerado os grandes desertos verdes da Nação. As “grandes marchas para o Oeste” promovidas pelo governo, que tem o intuito de levar a modernização ao interior do País, não ignoravam, entretanto, que os desertos de que se falava eram povoados por muitos grupos indígenas. Entretanto, uma vez mais, os considerava inadaptados ao ambiente hostil onde habitavam (FUNARI, POLONI, 2016). A superação dessa situação dependeria, entre outros fatores, de um bom conhecimento do meio e da sua gente, para o qual deveria a ciência dar a sua contribuição.



Nesse sentido destaca-se o papel de Angyone Costa (1888-1954), professor de arqueologia brasileira do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e autor de muitos manuais de arqueologia do período. Para além de ter sido um polímata e um autodidata, tendo escrito, por exemplo, “A Inquietação das Abelhas”, obra lançada em 1927 e considerada um marco do modernismo brasileiro, ele foi um influente cientista e, em alguns aspectos, um apologista de políticas do regime. Costa manifestou-se, tanto em suas obras, quanto em publicações de propaganda do Estado Novo<sup>4</sup>, em relação aos indígenas brasileiros de forma que se coaduna com percepção de sua inferioridade cultural frente ao elemento europeu. Muito embora o arqueólogo reconhecesse as muitas contribuições dadas pelo indígena na formação da cultura brasileira, essas se davam mais no que ele denominava domínio do espírito e se relacionava a sua assimilação cultural, metaforizada pela mulher indígena e seus serviços caseiros, junto ao colonizador (POLONI, 2015). Sua avaliação sobre a importância da arte rupestre encontrada em território nacional, por exemplo, atesta a percepção sobre a complexidade cultural dos indígenas brasileiros:

“(...) iguais às inscrições rupestres de toda a parte: meros desenhos, figuras singelas, sinal de comunicação de um índio para outro índio. Não é possível dar-lhes outra interpretação, porque elas não acusam nenhuma das formas de escrita. São apenas desenhos de uma inspiração e execução semelhantes às das crianças”. (COSTA, 1980 (1934): 106).

---

4. A Revista Cultura Política, que circulou entre 1941 e 1945, era considerada uma revista de estudos brasileiros e realizava divulgação das realizações do Estado Novo e de das demais publicações acerca de Vargas e do Regime.

Tal visão é entrecortada, entretanto, por um curto período de tempo, pelo trabalho de Paulo Duarte, político que se fez arqueólogo no exílio sofrido durante o Estado Novo, permitindo-o entrar em contato com Paul Rivet e com o Museu do Homem de Paris (FUNARI, 2002). Duarte ocupa lugar de protagonismo no desenvolvimento da arqueologia pré-histórica de cunho humanista no País, tendo criado a Comissão de Pré-história da Universidade de São Paulo e contribuído vivamente para a promulgação da lei federal nº 3942, a única até o momento a regulamentar a proteção aos vestígios arqueológicos no País. Paulo Duarte, que era amigo pessoal de Mario de Andrade, dividiu com ele a Secretaria de Cultura do estado de São Paulo durante o fecundo começo dos anos 30 do século XX, quando são gestadas ideias que estão na formação dos aparatos legais do Sphan – posteriormente, Iphan - para o patrimônio nacional (POLONI, 2012b).

Esse profícuo período de desenvolvimento da arqueologia brasileira é interrompido bruscamente quando do golpe que instaura a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Já em 1965 tem início o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), protagonizado pelos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, ambos pesquisadores do Smithsonian Institution. O Programa foi previsto para cinco anos e englobava prospecção, registro dos sítios encontrados, datação e catalogação do material, bem como sua divisão por fases e tradições. Segundo relatório de 1968, (BROCHADO et al., 1969) publicado no ano seguinte, o programa teria, durante os três primeiros anos de desenvolvimento, catalogado mais de mil sítios em nove estados litorâneos brasileiros. O trabalho de grandes dimensões desenvolvido pelo projeto e que foi

o responsável pela formação de toda uma geração de arqueólogos brasileiros, era regido, entretanto, pelo determinismo ambiental, a partir do qual fatores como a qualidade do solo, o regime de chuvas e a temperatura seriam determinantes para o desenvolvimento, ou não, de sociedades complexas. Sob o ponto de vista dessa análise, as populações indígenas do território brasileiro, sobretudo aquelas sujeitas às áreas de clima equatorial do País, estariam limitadas a um padrão de assentamento caracterizado por populações diminutas e esparsas, sem potencial agrícola e tendentes ao nomadismo. Sendo o potencial agrícola, sobretudo, um fator de crucial importância para se compreender as grandes civilizações humanas, os indígenas brasileiros estariam assim afastados desse horizonte de possibilidades (NOELLI, FERREIRA, 2007). Esse primeiro programa foi seguido de outro, dedicado especificamente à Bacia Amazônica e que contou com a colaboração do Museu Emílio Goeldi. O programa seguiu sendo dirigido pelos mesmos pesquisadores norte-americanos e dentro dos horizontes do programa anterior, embora atendesse às necessidades de se compreender as especificidades ambientais da região.

Tristemente, o processo de destruição da floresta amazônica, incentivado por novas políticas de colonialismo interno do período ditatorial militar, e presenciado pelos pesquisadores à altura, serviu para corroborar a ideia de que a região não comportaria grandes civilizações, devido, entre outras razões, ao seu potencial para a desertificação. Esse mesmo processo foi, entretanto, e por ironia, o que tem permitido, na atualidade, o aprofundar dos estudos acerca dos grandes geóglifos encontrados na região (Schan, Ranzi, Barbosa, 2010), bem como da capacidade dos povos amazônicos de desenvolver a chamada

Terra Preta, que lhe permitiriam manter populações muito mais numerosas do que se fazia crer até então (FRASER, CLEMENT, 2008).

Muito embora a redemocratização possa ter permitido a emergência de pesquisas arqueológicas realizadas dentro de outros horizontes e que a questão indígena tenha tomado dimensões tais que permitem dar voz e protagonismo cultural a esses povos do território nacional, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. As retóricas que se consolidaram desde o tempo colonial em relação à inapetência cultural dos indígenas, ou a sua degeneração, ainda estão longe de ser superadas, não somente no âmbito da arqueologia, mas em todas as esferas da sociedade brasileira.

### **Por um olhar acerca da própria arqueologia**

Entre os muitos campos desenvolvidos no País no pós-ditadura militar, destaca-se o da Arqueologia da Repressão e da Resistência, cuja principal vertente dedica-se ao estudo das materialidades e dos locais utilizados como aparatos de repressão, ou como locais de resistência, durante as ditaduras que assolaram, sobretudo, os Estados latino-americanos durante o século XX (POLONI, 2014b).

Entretanto, há que se tomar em atenção uma segunda vertente do campo, também de grande importância, não somente para o aprofundar do País no caminho da Justiça de Transição (SOARES, 2014), mas também para que se mantenha um olhar permanente e autorreflexivo sobre a própria disciplina: o estudo da produção científica sob a égide dos Regimes Totalitários. Nesse campo, acerca do qual se discutiu brevemente

no presente texto, não somente os temas, os enfoques, os institutos e os cientistas de predileção do Regime devem ser considerados, mas também – e, talvez, sobretudo - é preciso ter em atenção os silêncios, os não ditos, as resistências, as mimeses, tudo o que aponta para a persistência de vozes dissonantes e para o lugar da subalternidade durante períodos políticos que deixaram intensas marcas nas sociedades democráticas contemporâneas.

Se é certo que as retóricas sobre o passado que se fazem dominantes nesses Regimes não nascem com o próprio Regime, ou seja, que tais opções temáticas ou visões do passado são já germinais ou estão em franco desenvolvimento, durante o período em que se dá a ascensão dos governos autoritários, a opção por valorizá-las em detrimento de outras aponta para interesses que atravessam tais regimes e deixam marcas que se estendem ao presente dessas nações.

No caso específico do Brasil, mais estudos que se debrucem sobre os períodos ditatoriais da Nação se fazem ainda necessários, no sentido de trazer à tona, com mais intensidade, as permanências de visões acerca do passado do território nacional que reificam e silenciam escravizados, quilombolas, indígenas e outros grupos subalternos do País, através dos discursos arqueológicos dominantes.

Dessa forma poder-se-á manter um olhar crítico sobre a ciência, que nos permita ao menos evitar erros persistentes do passado e demarcar o campo como voz de denúncia em uma sociedade que ainda tenta lidar com cicatrizes coloniais e autoritárias ainda muito presentes na jovem democracia da Nação.

## Referências

- BIANCHI, Arturo. Il centro di Roma. La sistemazione del foro italico e le nuove vie del mare e dei monti. In: **Architettura** 12, n°3 (março 1933), p. 137-156. Disponível em: [http://www.casadellarchitettura.eu/fascicolo/data/2010-12-20\\_381\\_777.pdf](http://www.casadellarchitettura.eu/fascicolo/data/2010-12-20_381_777.pdf). acesso em 27 Jan. 2019
- BRITO, Margarida Maria Acciaiuoli. **Os anos 40 em Portugal: o país, o regime e as artes “restauração” e “celebração”**; volume I; dissertação de doutoramento, Lisboa, FCHS, Universidade Nova de Lisboa; 1991
- BROCHADO, José P. et al. **Arqueologia Brasileira em 1968** – Um relatório preliminar sobre o PRONAPA Pub. Av. Mus. Per. Emílio Goeldi, 12:33 p. II. – Belém, 1969.
- CARLSON, Deborah N. Caligula’s Floating Palaces. In: **Archaeology**. Vol 55. N° 3 (Maio/Junho 2002), p. 26-31
- COSTA, A. **Introdução à Arqueologia Brasileira (Etnografia e História)**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) **Nationalism and Archaeology in Europe**. Colorado: Westview Press, 1996.
- FERREIRA, Lucio Menezes. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- FRASER, James A.; CLEMENT, Charles Roland. Dark Earths and manioc cultivation in Central Amazonia: a window on pre-Columbian agricultural systems? In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 3, n. 2, p. 175-194, Aug. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000200004&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222008000200004>.
- FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira. In: **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 131-153, Dec. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832002000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000200006>.
- FUNARI, P. P., & CARVALHO, A. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte.

- In: **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**, (22), 89-96, 2012.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2012.106849>
- FUNARI, P. P. A. ; POLONI, R. J. S. . Nacionalismo e ciência: Arqueologia, imperialismo e Estado Novo em contexto luso-brasileiro. In: Cléria Botelho da Costa; Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro. (Org.). **Fronteiras Móveis: Territorialidades, migrações**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, v., p. 283-300.
- GUIDI, A. Nationalism Without a Nation: The Italian Case In: DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) **Nationalism and Archaeology in Europe**. Colorado: Westview Press, 1996, p. 108-118.
- LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 126-152, 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100008&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 **Feb.** 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000100008>.
- NETO, Ladislau. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. In: **Archivos do Museu Nacional**, vol VI, Rio de Janeiro, 1885.
- NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1239-1264, set.-dez. 2007.
- POLONI, R. J. S.. A Ciência Em Redes: O Lugar Da Arqueologia Nas Missões Antropológicas Portuguesas. In: **Revista Aulas** (UNICAMP), v. 8, p. 97-116, 2012a
- POLONI, R. J. S.. Lusotopias E Nacionalismos No Atlântico Científico: Arqueologia, Modernismo E Estado Novo No Contexto Luso-Brasileiro. In: **Revista Aulas** (UNICAMP), v. 8, p. 73-96, 2012b.
- POLONI, R. J. S.. Brazil Baroque, Baroque mestizo: heritage, archaeology, modernism and the Estado Novo in the Brazilian context. In: Funari, Pedro Paulo A., Senatore, Maria Ximena (Eds.). (Org.). **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America**. 1ed.London: Springer, 2014a, v., p. 339-350.
- POLONI, R. J. S.. Arqueologia da Repressão e da Resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. In:

**Projeto História (Online)**, v. 50, p. 247-273, 2014b

POLONI, R. J. S.. Lições de brasilidade: arqueologia, patrimônio e nacionalismo durante o Estado Novo. In: Pedro Paulo A. Funari; Juliano Bitencourt Campos; Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues. (Org.). **Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões Atuais**. 1º ed. Santa Catarina: UNESC, 2015, v. 1, p. 99-114.

PROUS, ANDRÉ. **Arqueologia Brasileira**. Editora Universidade de Brasília. 1992.

RUFINO, Rafael Augusto Nakayama. **O bimilenário de Augusto na Espanha (1939-1940): construções discursivas do franquismo sobre a Antiguidade romana**. 2013. 125 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279189>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SCHAAN, Denise Pahl, BARBOSA, Alceu Ranzi Antonia Damasceno. **Geoglifos: paisagens da Amazônia Ocidental / Denise Pahl Schaan, Alceu Ranzi, Antonia Damasceno Barbosa, organiza - dores**. – Rio Branco: GKNORONHA, 2010.

SOARES, V. P. S. Novas perspectivas para a arqueologia da repressão e da resistência no Brasil depois da Comissão Nacional da Verdade. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 8, n. 2[10], p. 177-194, jan. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Fu5alo>. Acesso em: 8 jan. 2018. <https://doi.org/10.20396/rap.v8i2.8635655>

WIWJORRA, I. German Archaeology and its Relation to Nationalism and Racism., In: DÍAS-ANDREU, M, CHAMPION, T (Orgs.) **Nationalism and Archaeology in Europe**. Colorado: Westview Press, 1996, p. 164-187.



# Memórias compartilhadas: fotografias de desaparecidos no Espaço de Memória e Direitos Humanos – ESMA, Argentina<sup>1</sup>

*Katia Helena Rodrigues Dias<sup>2</sup>*

*Francisca Ferreira Michelon<sup>3</sup>*

## Introdução

O local onde hoje funciona o Espaço de Memória e Direitos Humanos, situado na cidade de Buenos Aires, Argentina, durante os anos de 1976 a 1983, foi um dos 600 Centros Clandestinos de Detenção, Tortura e Extermínio espalhados por esse país. No período, a Argentina, assim como outros países da América Latina, vivia a ditadura civil-militar, considerado como um dos momentos em que mais houve violações de direitos humanos. Originalmente, nesse local, funcionava uma escola da Marinha, conhecida como Escola de Mecânica Armada (ESMA). Ocupando uma área de 17 mil hectares, o terreno foi doado à Marinha no ano de 1924 pelo município de Buenos Aires. E desde o ano de 1928, quando a escola foi inaugurada até o final do governo militar, ela esteve em pleno funcionamento.

---

1. Este artigo resulta de um estágio doutoral realizado através do convênio entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Universidade de Buenos Aires (UBA) subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

2. Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Fotógrafa da UFPEL. Financiamento da Pesquisa Capes. dias.k.helena@gmail.com

3. Doutora em História PUCRS. Docente do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. fmichelon.ufpel@gmail.com

Durante o período que antecede a ditadura, a escola funcionou como um centro de treinamento dos oficiais da marinha e durante os anos ditatoriais serviu, concomitantemente, como um instrumento a serviço do governo militar, com o objetivo de colocar em prática o plano sistemático de execuções aos seus opositores políticos. Estima-se que ali estiveram em cativeiro cerca de 5.000 mil pessoas, das quais apenas 100 sobreviveram. Entre esses sobreviventes estava Victor Basterra<sup>4</sup>, responsável por trazer à luz do conhecimento os retratos fotográficos dos detentos que ali estiveram presos. Esses retratos, posteriormente, foram de fundamental importância para o reconhecimento das vítimas desaparecidas nunca encontradas. As (figuras 1 e 2) apresentam alguns dos retratos feitos por Basterra e utilizados na expografia da ex-ESMA.

Após o retorno da democracia, a ESMA teve suas atividades interrompidas, e o espaço permaneceu fechado por cerca de duas décadas. Em 24 de março de 2004, data que marca os 28 anos do início da ditadura civil-militar, é inaugurado no mesmo local o Espaço de Memória e Direitos Humanos, comumente conhecido como ex-ESMA. A sua inauguração foi uma significativa conquista para a reparação e valorização da memória dos desaparecidos e da história recente do país e a sua concretização só foi possível através da luta e empenho dos familiares de desaparecidos, os quais se organizaram fortemente,

---

4. Operário gráfico, sequestrado no ano de 1979, foi levado à ESMA e lá permaneceu até 1983, designado por oficiais a desempenhar tarefas no setor de documentação, entre as quais fotografava os presos políticos que ingressavam no local. Com livre acesso ao arquivo para o trabalho de organização dos registros e documentação, discretamente Victor Basterra conseguiu fazer cópias a mais desses retratos, escondê-las e durante sua liberdade vigiada, retirá-las do local escondida na sua roupa. (disponível em: <http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/>).

configurando-se em expressivos movimentos sociais, unindo forças com organizações de direitos humanos.



**Figura 1:** Retratos retirados da ESMA por Victor Bastera. Fotografia da autora, 2017



**Figura 2:** Retratos retirados da ESMA por Victor Basterra.  
Fotografia da autora, 2017

Portanto, atualmente, a ex-Esma é um lugar de memória, onde há um intenso trabalho desenvolvido no campo de políticas públicas de memória e direitos humanos. Ressignificado, nos seus usos e funções, o local transcende na amplitude e diversidade das ações ali aplicadas. Nas linhas a seguir, será feito um breve relato do espaço e das instituições ali presentes, com a intenção de tentar passar ao leitor, de forma concisa, uma ideia do potencial pedagógico e da importância da existência de lugares de memória.

A área onde hoje funciona o Espaço de Memória e Direitos Humanos é considerada como um dos principais centros de referência para estudos sobre violações de direitos humanos e memórias traumáticas. Situados nesse complexo há diversas instituições ligadas à preservação e promoção da memória dos eventos relacionados ao período do regime político ditatorial militar. E entre essas instituições há uma diversidade de organismos havendo desde arquivo, centro cultural, museu,

organizações governamentais e não governamentais de direitos humanos, os quais têm como característica em comum a interlocução em torno das questões referentes ao recente passado traumático na Argentina. Resguardadas suas especificidades, essas instituições estabelecem diálogos e constroem uma narrativa que converge para o mesmo propósito, o de preservar e compartilhar a memória desse passado e o desejo de que nunca mais crimes de lesa-humanidade voltem a acontecer. O lema geral que permeia o lugar é: memória, verdade e justiça.

O Espaço de Memória e Direitos Humanos é composto por instituições que, além de compartilharem entre si o mesmo espaço, compartilham seus conteúdos (arquivo documental), experiências e o ideal de sensibilizar pessoas para o que ali aconteceu e as vidas humanas interrompidas, como a exemplo de outros tantos centros clandestinos. As ações ali desempenhadas extrapolam os muros e grades do lugar, uma vez que conseguem captar uma frequência diária de escolas, pesquisadores e público em geral.

### **A ausência presente: o uso dos retratos de desaparecidos como denúncia, busca e recordação**

A memória humana é predominantemente visual, e quando ela é acionada a recordar, por exemplo, sobre fatos históricos, mentalmente as imagens se tornam visíveis. Constrói-se assim um imaginário sobre os fatos e, de acordo com (DIDI-HUBERMAN, 2004), a imaginação opera por intermédio da lembrança e a história faz uso de ferramentas eficazes nas narrativas dos fatos políticos, entre as quais, e com efeito, a imagem fotográfica. Esses acontecimentos necessariamente não foram vividos



pelo espectador, entretanto ele constrói uma série de imagens em relação a tais acontecimentos. Ao lembrarmos de fatos históricos de cunho sociológico e político, a imagem que passa em nossas mentes são as já vistas, conhecidas, absorvidas e, portanto, as que compõem o vasto campo imaginário do ser, em relação a um determinado assunto. Isso posto, e em consonância com (HUYSEN, 2007), a fotografia pode atuar como testemunha. Não há memória sem imagem, mesmo que as imagens não possam proporcionar um conhecimento total do ocorrido.

Na Argentina, a multiplicação do uso das fotografias produzidas ao longo do período político autoritário da ditadura civil-militar tem implicação direta ao recente incentivo público em instituições de memória relacionadas aos direitos humanos. Essa dinâmica reinventa o modo de pensar e recordar o recente passado traumático no país. A ex-ESMA, assim como em outros lugares de memória similares, a apresentação da imagem fotográfica ligada à violência de Estado se constitui em ato discursivo e participa da eloquência do discurso que se formula no lugar. No entanto, o esforço de análise que se empreende no texto considera, especificamente, os retratos obtidos no próprio cativeiro e retirados de lá por um dos sobreviventes da ESMA, Víctor Bastera, que os escondeu em lugar seguro até o retorno da democracia.

As imagens fotográficas ali apresentadas e expostas são em sua maioria retratos de desaparecidos políticos que estiveram presos no local. Estão dispostos por toda a extensão da ESMA e são apresentados em variados suportes e escalas. Essas imagens são provenientes dos acervos de órgãos ali situados, como, por exemplo, o *Archivo Nacional de la Memoria, vinculado à Secretaría de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural do Ministerio da*

*Justicia y Derechos Humanos*, que tem como objetivo preservar e difundir os fundos documentais relativos à história recente e violações de direitos humanos e o *Memoria Abierta*, pertencente à uma rede de organizações de Direitos Humanos Latino-Americanos, que promovem a memória sobre os crimes cometidos durante o referido terrorismo de Estado. Ambas as instituições funcionam como base de consulta e também destinam seus conteúdos para diversas exposições.

Cabe destacar brevemente a presença de outros tipos de fotografias ali presentes como, por exemplo, as produzidas por repórteres fotográficos que conseguiram registrar manifestações, conflitos entre população e soldados militares, atos de perseguições e aprisionamentos em via pública e outros eventos característicos do regime ditatorial vigente naqueles anos. Grande parte dessas imagens foi censurada e permaneceu, por muito tempo, invisível. As fotografias não retidas e destruídas pela ação do governo, após o término da ditadura civil-militar, ganharam visibilidade nacional.

Sobre essas imagens, de acordo com (GAMARNIK, 2010), política e fotografia possuem vínculos variados. A imagem fotográfica pode ser usada de forma múltipla, ela pode denunciar um fato histórico e também pode ocultá-lo. A construção narrativa a partir da imagem fotográfica é fragmentada, uma imagem construída e contextualizada, com o objetivo político de sustentar uma forma de poder, foi usada de maneira sistemática no período da ditadura civil-militar argentina. A censura proibia outros olhares e ressaltava o que era publicado e visto sob a ótica do sistema dominante daquela época.

El terrorismo de Estado necesitó para su aplicación una rigurosa política de desinformación, censura y

manipulación mediática, para lo cuál desarrolló una estrategia de ocultamiento sistemática. Pero al mismo tiempo necesitaba una política de “sustitución”. El ocultamiento de los crímenes de la dictadura, parte esencial de la metodología represiva, requería simultáneamente una política de visibilidad y productibilidad em el terreno de la imagen. (GAMARNIK, 2010, p.09-0).

Mais especificamente, sobre os retratos de desaparecidos, após o retorno da democracia, as imagens receberam outros significados, a mesma imagem que circulava nas ruas como instrumento de busca e denúncia teve também o propósito de trazer simbolicamente o familiar desaparecido. Nesse sentido, (GAMARNIK, 2017, p.49) escreve que o retrato de desaparecido “serviu para vivificar o morto, recordar os familiares falecidos e ser um eficaz meio de luta contra o esquecimento”.

Na ESMA, assim como em outros lugares de memória similares, a percepção e representação da imagem fotográfica ligada à violência de Estado se constituem em atos sociais. Desde o primeiro momento, ao entrar no perímetro da ESMA, seja ao simples caminhar pelas ruas do espaço, a participação às visitas guiadas ou pesquisas nas bases de dados dos arquivos ali situados, o espectador absorve a construção de um discurso narrativo em torno da história de vida dos indivíduos desaparecidos. As fotografias, apresentadas a seguir, fazem parte do projeto de caráter contínuo intitulado “*Presente*” e “*Memorias de Vida y Militancia*”. De maneira expressiva e sensível, os retratos dispostos pela extensão externa da ex-ESMA buscam recuperar em certa medida as identidades individuais de cada desaparecido, corroborando e compartilhando uma abordagem de identidade coletiva.

O projeto “*Presente*” (figuras 3, 4 e 5) é uma intervenção gráfica com os rostos dos desaparecidos que surge da necessidade



de poder pensar uma representação simbólica da ausência dessas pessoas. São ampliações fotográficas, coladas nos muros e fachadas dos lugares de memória. Cada instalação é acompanhada por familiares, amigos e companheiros gerando um espaço de encontro de ação reparadora e caráter reivindicatório. Repleta de sentimento e significados, essa atividade acontece periodicamente, conforme a ação do tempo danifica os retratos.



**Figura 3:** Projeto Presente.  
Fotografia da autora, **2017**

**Figura 4:**  
Projeto Presente.  
Fotografia da  
autora, **2017**





**Figura 5:**  
Projeto Presente.  
Fotografia da  
autora, **2017**

O projeto “*Memorias de Vida y Militancia*” (figuras 6 e 7) apresenta uma instalação de painéis que contam através de imagens e textos uma breve biografia do desaparecido. A sua elaboração é feita a partir de entrevistas com familiares, amigos e companheiros dos desaparecidos, os quais contribuem com fotos e objetos que fizeram parte da história de vida dos seus entes. A partir desse encontro, é feita uma recompilação que busca em certa medida recuperar as vivências, sonhos, afetos e experiências do desaparecido.





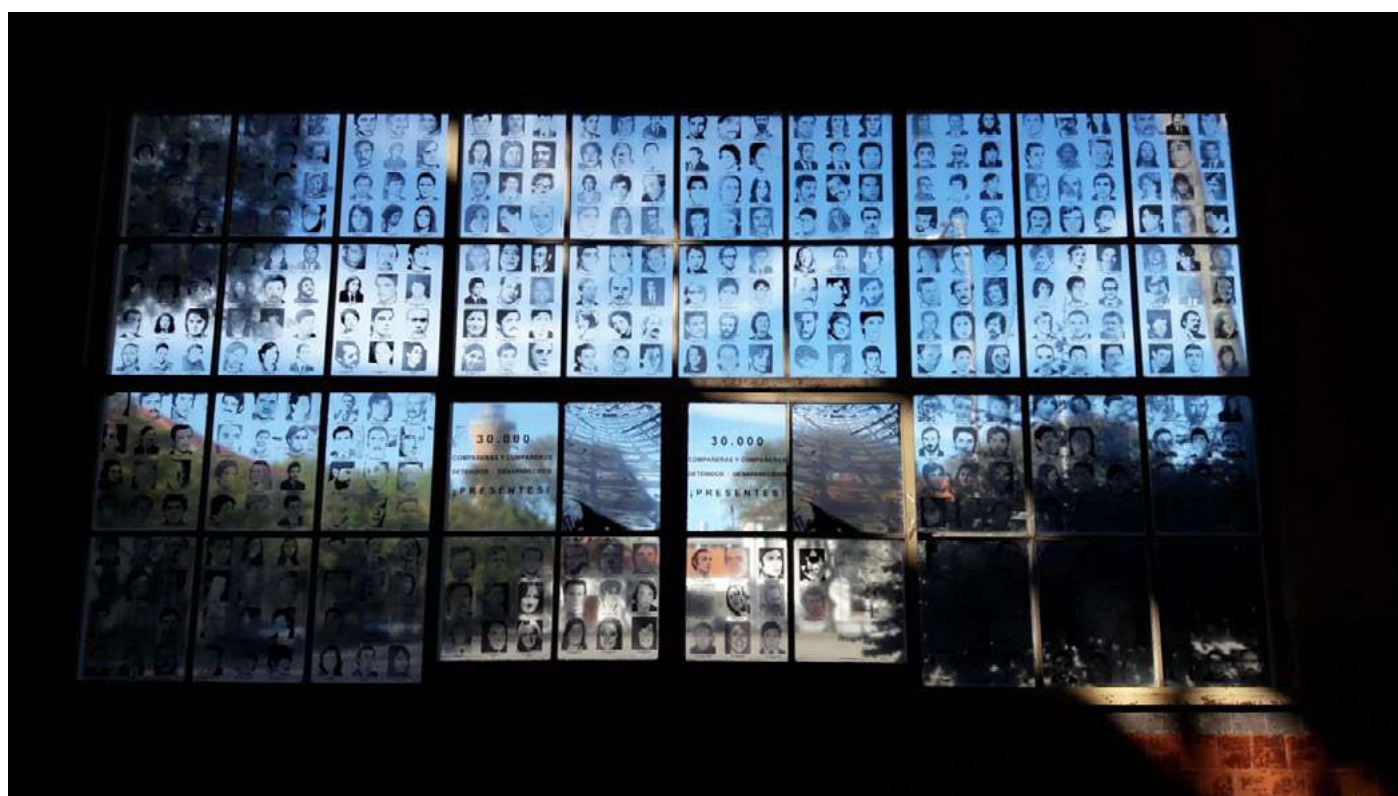
**Figura 6:** Projeto Memorias de Vida y Militncia.  
Fotografia da autora, **2017**



**Figura 7:** Projeto Memorias de Vida y Militncia.  
Fotografia da autora, **2017**



O ponto de partida da reflexão foi a pesquisa de campo realizada no local, registrada em um levantamento fotográfico que buscou identificar padrões nas imagens expostas, observar os modos de apresentação, a disposição pelo espaço e, identificar, os elementos que poderiam indicar um discurso sobre o sofrimento, a injustiça e a inumanidade. Nesse aspecto, os espaços de memória e museus são, de acordo com (DAVALLON, 1992), de fundamental importância, pois conseguem por intermédio dos recursos expográficos causar o impacto desejado ao visitante/espectador. Assim, transformam temas relacionados a memórias traumáticas em práticas discursivas bilaterais, compartilhadas com os visitantes (figuras 8 e 9). Como observado por (FERREIRA; MICHELON, 2015, p. 81), nesse aspecto, as fotografias são como uma cicatriz “marca de um sofrimento”, o que complementa o papel e sentido das instituições de memória.



**Figura 8 :** Retratos de Desaparecidos da ESMA.  
Fotografia da autora, **2017**



**Figura 9:** Retratos de Desaparecidos da ESMA.

Fotografia da autora, **2017**

As imagens constroem através de um discurso narrativo algumas circunstâncias relacionadas à história de vida e também do desaparecimento, assim, de certa maneira, preservam-se a identidade, apesar do seu destino interrompido. O espaço expositivo imprime através da sua visualidade a presentificação da ausência e nesse contexto a fotografia é revelada em camadas de representação simbólica. A ESMA, portanto, é o campo onde se observou a recorrência do efeito dual presença/ausência que essas fotografias provocam.

Sobre os retratos de desaparecidos, conforme o contexto se modifica, a imagem adquire outras camadas de significação. Dentro dessa perspectiva, (CATELA, 2012) reflete sobre a trajetória dessas imagens, as quais ao longo da existência passaram por diversos usos. As imagens de desaparecidos não surgiram



com o objetivo e intenção de “fazer história”, na sua origem elas eram objetos de recordação familiar, expostas em álbuns de família ou provenientes dos documentos de identidade. Após o contexto político mencionado, essas imagens passaram a ser usadas como instrumento de denúncia relacionado à desaparecimento das pessoas ali retratadas.

Inauguraram, assim, uma forma diferente de protesto contra a violência internacional. Assim o que quis ocultar com o desaparecimento foi pouco a pouco revelado pelos retratos fotográficos e milhares de rostos que, em diversos rituais e lugares, interpelaram e interpelam o passado, o Estado, a justiça e a nação como um todo”. (CATELA, 2012, p.113).

Esses retratos passaram a circular pelas ruas nas mãos de pessoas que estavam à procura de seus parentes e amigos desaparecidos e, conseqüentemente, aos poucos tais imagens adquiriam visibilidade nacional e internacional, sobretudo por intermédio dos meios de comunicação, quando conseguiam escapar ou burlar a censura. Apresentar a fotografia do desaparecido passou a se constituir como uma forma de representar e denunciar a desaparecimento (LONGONI, 2010). E, num estágio posterior, as fotos dos desaparecidos adquirem *status* museológicos, são apresentadas e representadas em instituições de memória como recordação e prova de sua ausência. Desse modo, a imagem fotográfica serviu como um veículo de memória, transportando e agregando significações ao longo de sua trajetória.

Por fim, essas fotografias sugerem outra reflexão. A mesma fotografia utilizada nos documentos de identidade como prova da existência do cidadão adquire o sentido oposto, ou seja, o de denúncia de seu desaparecimento. Articulam-se dois princípios contraditórios, ou complementares, em seu uso: o

primeiro opera em comprovar a existência e vida do cidadão e o segundo, em indicar sua ausência ou morte.

Para que o retrato destes indivíduos se torne indicial, a modificação das imagens é um dos elementos constantes. Assim uma mesma imagem pode manter-se fixa como retrato, mas vai sendo modificada em sua contextualização, a partir de elementos agregados ou dos contextos de ação utilizados. Se inicialmente, era uma simples foto que identificava um cidadão em um documento, com o tempo a medida que a própria noção do desaparecimento foi sendo construída politicamente, associaram à foto inúmeros dossiês, datas e processos judiciais, que ampliaram seu significado e seu valor tanto simbólico como político e jurídico. Esta conversão do uso da fotografia, que originalmente retratou um cidadão e, em seguida retrata o mesmo indivíduo como desaparecido, mostra-nos que para além da intenção de sua produção, o que interessa como dado etnográfico é o modo como passa informar sobre esta nova noção de pessoa que está desaparecida. Os diversos espectadores passam a lê-las e observá-las em seus novos contextos de significação, onde o que se dá é uma interpretação de uma transformação do real. (CATELA, 2012, p.114).

O corpo não está mais presente, entretanto a dimensão que pode atingir a imagem de rostos multiplicados por milhares de olhares que se entrecruzam, dos que ali passam diariamente e dos que ali ficaram, reflete um fluxo contínuo de perplexidade ao horror. Essas imagens, ao mesmo tempo testemunho e denúncia, são a prova, ainda que mudas, ainda que circunstanciais, dos crimes cometidos. Os retratos de desaparecidos inseridos ao contexto aprofundam impressões sobre a relação entre presença e ausência que toda fotografia sugere. No caso em questão, a fotografia é uma lâmina que corta a invisibilidade e expõe, como uma fenda, o interior ferido da realidade pulsante.

Às vezes, a fotografia parece uma incisão cirúrgica que revela o coração de uma sociedade pulsando descompassado.

### Conclusão

O texto analisa e propõe algumas reflexões sobre as imagens fotográficas expostas no Espaço de Memória e Direitos Humanos (ex-ESMA), e suas representações e significações ao longo do tempo, ou seja, desde o momento em que elas foram produzidas até o presente momento. Essas imagens na atualidade ganham um novo *status*, são objetos museológicos, evocadores de memórias que nas paredes e painéis recebem outros significados. Na sua origem o propósito era o de registrar e identificar o cidadão num documento ou também como elemento de recordação dos álbuns de família. Após a desapareição, passaram a circular nas ruas, como instrumento de busca e denúncia, pelas mãos de amigos e familiares. Atualmente são objetos memoriais, a elas foram agregados outros significados, repletos de emoção, não raro, associados às histórias e contextos das vidas interrompidas.

De valor estético e histórico são hoje consideradas como relicários, preservadas e expostas de diferentes formas para que não passem despercebidas. Muitas vezes as mesmas fotografias encontradas nos arquivos estão expostas em salas expositivas, em diversas reproduções de variados formatos. Estão nas fachadas e entradas dos prédios, nas salas de setores administrativos e de uso comum, pelos corredores e nas janelas. Estão também nos painéis informativos espalhados pelos ambientes internos e externos, estão nos folhetos e livretos entregues aos visitantes, estão na *internet* e também nas redes



sociais. Extrapolam os muros e paredes dos lugares de memória, são levadas no sentimento e na memória compartilhada do público visitante, atingindo talvez um dos objetivos mais importantes da existência de lugares de memória, tornar uma população, que não vivenciou esses tempos, sensível ao horror e atuantes politicamente para que não haja jamais risco de que algo semelhante volte a acontecer. Sendo assim, de forma simbólica, a fotografia dos desaparecidos exposta nos lugares memória evoca e pretende o “não esquecimento”. A presença desses retratos clama por verdade, memória e justiça, e sinaliza a esperança de que jamais tais violações humanas de cunho político e social aconteçam novamente.

As fotografias expostas num lugar público-institucional de memória impactam e despertam emoções ao espectador, remetendo a memórias coletivas e compartilhadas, vivenciadas direta ou indiretamente sobre o contexto político social que levou a cabo um programa de Estado sistemático e perverso de execuções em massa, interrompendo a vida de centenas de milhares de pessoas, na maioria jovens. Compreender essas imagens não é uma tarefa fácil. Como analisá-las, senti-las, descrevê-las? Enfim, são percepções e sentimentos que ultrapassam qualquer tipo de compreensão lógica. Quanto mais contemplamos essas imagens, mais os sentimentos e questionamentos surgem em relação ao destino das pessoas ali retratadas. Seu uso na atualidade atinge de certa maneira uma intenção muito maior do que realmente deveria ser, afinal não deveria ter acontecido tamanho ato de crueldade humana. A ausência se faz presente para além da ausência como um eco da vida cessada. A ausência do direito de viver! De viver livre, sem medo, em paz, sem a ausência, sem uma memória traumática e sem uma busca incessante pela verdade e justiça.

## Referências

- CATELA, Ludmila. Lo invisible revelado. El uso de fotografías como (re) presentación de la desaparición de personas en Argentina. In: FELD, Claudia e STITES MOR, Jessica (comp.); **El pasado que miramos: Memoria e Imagen Ante la Historia Reciente**. Argentina: Paidós, 2009. p. 337-361.
- CATELA, Ludmila. “Todos temos um retrato: indivíduo, fotografia e memória no contexto do desaparecimento de pessoas”. In: **TOPOI**, vol.13, n°. 24, jan. - jun 2012, p. 111-123.
- DAVALLON, Jean. Le musée est-il vraiment un média? Publics et Musées. In: **Presses Universitaires de Lyon**, n°. 2, 1992 p. 99-123.
- DIDI-HUBERMAN, George. **Imágenes pese a todo: Memoria Visual do Holocausto**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2004.
- FERREIRA, Letícia. MICHELON, Francisca. Cicatrizes da Memória: fotografias de desaparecidos políticos em acervos de museus. In: **Estudos Iberos-Americanos**, Porto Alegre, v.41, n°.1, jan.-jun. 2015, p.79-97.
- GAMARNIK, Cora. La fotografía como instrumento político em Argentina: análisis de tres momentos clave. In: **VI Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP)**. Debates y perspectivas sobre Argentina y América Latina em el marco del Bicentenario. Reflexiones desde las Ciencias Sociales. La Plata, 2010.
- GAMARNIK, Cora. La imagen de la “subversión”: cómo se construyó la imagen del enemigo (1976-1979). In: **SUDAMÉRICA: Revista de Ciencias Sociales**, n°.7, Universidad Nacional de La Plata (UNLP), La Plata, Argentina, 2017.
- HUYSEN, Andreas. **Em busca del futuro perdido**. Cultura e memoria em tempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economía, 2007.
- LONGONI, Ana. **Fotos y siluetas: dos estrategias en la representación de los desaparecidos**, Los desaparecidos en la Argentina. Memorias, representaciones e ideas (1983-2008). Buenos Aires, Argentina: Biblos, 2010.

## Do trauma ao prazer epifânico: a representação do estupro de mulheres nas ditaduras latino-americanas em *Milagre na cela* e *La Muerte y la Doncella*

Marina de Oliveira<sup>1</sup>

Como as sociedades lidam com traumas de dimensão coletiva? Como eles são processados? Existe uma cultura de preservação da memória da violência? Que espaço ela ocupa na historiografia? Ela é valorizada ou tende a ser destinada ao esquecimento? Sabe-se que a arte compõe o constructo cultural de uma nação, sendo responsável, inclusive, pela perpetuação de certas memórias. *Guernica* (1937), de Picasso, por exemplo, ao mesmo tempo em que nos fascina pela sua composição estética, nos lembra do horror causado pela Guerra Civil Espanhola.

Partindo dessas indagações e do pressuposto de que a arte é uma importante ferramenta para a compreensão de momentos históricos, analiso aqui duas peças teatrais – *Milagre na cela* (1977), de Jorge Andrade<sup>2</sup> e *La Muerte y la Doncella* (1992), de Ariel Dorfman<sup>3</sup> – que tematizam, de modo divergente, o

---

1. Doutora em Teoria da Literatura pela PUC/RS, professora associada do curso de Teatro da UFPel. marinadolufpel@gmail.com

2. Jorge Andrade é um importante dramaturgo brasileiro. Entre suas principais obras estão *A moratória*, *Vereda da salvação* e *Os ossos do Barão*. A decadência da aristocracia rural brasileira está retratada em um conjunto de peças que abarca as três mencionadas acima acrescidas de outras sete, no premiado volume intitulado *Marta, a árvore e o relógio*. *Milagre na cela* configura-se como uma obra que obteve pouca repercussão da crítica e que destoa do universo em geral retratado pelo dramaturgo.

3. Embora nascido em Buenos Aires, Ariel Dorfman cedo mudou-se para os Estados Unidos e, alguns anos depois, para o Chile. É romancista, dramatur-

estupro sofrido por mulheres durante os regimes militares da segunda metade do século xx na América Latina.

As duas peças não se configuram como obras literárias de testemunho, *stricto sensu*. Todavia, o fato de tematizarem o estupro sofrido por mulheres consideradas subversivas durante as ditaduras latino-americanas as torna um registro importante, ainda que ficcional, de um contexto histórico. Tratam, portanto, de um trauma que é coletivo.

Márcio Seligmann-Silva, no texto “Apresentação da questão: a literatura do trauma”, lembra que, em grego, a expressão “trauma” significa ferida. Retomando Freud, o professor da Unicamp pondera que uma experiência é considerada traumática quando “não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 48). O desencontro com o real e a incapacidade de simbolizar o choque geram a necessidade constante do ser traumatizado de “reviver a cena violenta”. Daí surge a importância do testemunho, que se configura como uma narrativa que tenta amenizar a resistência que a pessoa traumatizada sente em relação à compreensão do evento que a impactou. Ao se pensar nos regimes militares na América Latina do século xx, fica claro que os traumas gerados não são apenas individuais, mas também de ordem coletiva, tendo em vista que a violência foi cometida pelo Estado e que atingiu a população desses países em larga escala.

Retomando a fala de Seligmann-Silva, observa-se que as duas protagonistas das peças sentem a necessidade de relatar a agressão sexual para alguém, ou seja, elas realizam o

---

go, professor e defensor dos direitos humanos. La Muerte y la Doncella é sua obra mais conhecida, sendo autor também do livro Para ler o Pato Donald, em parceria com Armand Mattelart.

testemunho. A freira Joana conta para o Bispo a violência sofrida e Paulina, 15 anos após a prisão, em uma situação-limite, fala para o seu marido detalhes acerca dos estupros aos quais foi submetida.

*Milagre na cela* foi proibida pela censura no mesmo ano de sua publicação. A peça, dividida em dois atos, tem como questão central o embate de forças entre o delegado Daniel e a freira Joana, professora presa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) por realizar atos supostamente subversivos. Dentre as acusações, estão a de ser uma “ativista da dita igreja progressista” (ANDRADE, 1977, p. 20), de enviar, para o exterior, documentos que acusam o Governo de não respeitar os direitos humanos e de contaminar seus alunos ao discutir matérias de jornal que tratam de problemas sociais.

Irmã Joana de Jesus Crucificado já leu sobre a inquisição e os santos martirizados e, por essa razão, consegue manter alguma calma e lucidez durante os interrogatórios, entendendo que está numa espécie de provação. Depois de ser inquirida por Daniel e seis homens que ameaçam espancá-la com golpes de caratê através de uma dança sinistra, a prisioneira é submetida a três conjuntos distintos de tortura. Durante a execução da fórmula 1, é submetida a três dias de interrogatórios contínuos, sem conseguir dormir ou comer. Na fórmula 2, passa dois dias na solitária, tendo que respirar o cheiro das próprias fezes diante de uma privada supostamente entupida. Na fórmula 3, é colocada nua numa sala somente com o delegado, de modo similar ao que foi realizado anteriormente com a “universitária”, apenas mencionada.

Ainda que a peça seja uma importante denúncia das arbitrariedades cometidas durante o regime militar, ao tematizar

a tortura durante a ditadura, pondero que a cena do estupro, relatada a seguir, é problemática por ao menos duas razões.

Entendendo que o estupro será inevitável, a Irmã decide que dominará a situação, sem demonstrar medo. Quando Daniel ameaça estuprá-la com um cabo de vassoura, ela o provoca e lhe pede que “Use o seu instrumento natural para isso” (ANDRADE, 1977, p. 56), alegando que prefere a vida (o falo) à morte (o objeto inanimado). A fetichização do estupro pode ser vista, por exemplo, na rubrica que precede a violência, quando Joana o impede de buscar o cabo de vassoura: “Daniel faz menção de sair. Joana corre e se põe em frente à porta. Ao correr, seus cabelos se desprendem cobrindo-lhe parte dos seios e tornando-a mais bela, ainda mais desejável” (ANDRADE, 1977, p. 56).

Sem ver outra saída, ela o provoca: “Transforme meu corpo de freira, no corpo da mulher que deseja. Seja um homem, um instrumento da vida, não da morte”. (ANDRADE, 1977, p. 57).

Mas o mais inusitado da inversão de poder em situação de cárcere, proposta por Andrade, é que a freira sente prazer ao ser violada, conforme relata ao Bispo que a visita posteriormente na prisão: “Quando lembro do que aconteceu, meu sangue se enche de agulhas envenenadas... e ainda não sei se envenenadas pelo ódio ou pelo prazer” (ANDRADE, 1977, p. 64). Ou ainda:

JOANA – Foi na agonia que eu percebi que era também uma mulher. Não se tratou de prazer sexual, senhor Bispo. Foi muito mais profundo, mais grave e aterrorizador do que uma simples relação carnal... mesmo lembrando que o prazer tenha sido tão intenso. (ANDRADE, 1977, p. 64).

A Irmã revela ao religioso que o estupro resultou em uma gravidez e o Bispo afirma que ela está em pecado, pois o filho foi gerado pelo prazer e não pela violência.

Por que a cena do estupro é problemática? Retomo aqui as duas razões: ela não é verossímil e constrói-se diante de uma perspectiva que é de erotização e banalização do estupro.

A falta de verossimilhança deriva de um pressuposto lógico: qual mulher obteria prazer, depois de várias sessões de tortura impostas por agentes do regime militar, em uma relação que se configura como um estupro ocorrido em situação de cárcere? Jorge Andrade, em *Labirinto*, revela:

Um dia, Joana – personagem saiu do depoimento da freira presa, guardado entre meus livros, debruçou-se sobre minha mesa e, depois de contar o martírio da freira na prisão, sussurrou-me sua prece: ‘Meus Deus! Por que todo este ódio?’ (...)” (ANDRADE, 1978, p. 216).

O relato de Andrade infere que o depoimento da Irmã Maurina Borges da Silveira, única freira reconhecidamente presa e torturada durante a ditadura brasileira, o tenha influenciado na composição de sua protagonista. Evidentemente, mesmo que o depoimento tenha servido de ponto de partida para a criação ficcional, o dramaturgo está isento de qualquer comprometimento com a circunstância real, já que se trata de uma ficção. Todavia, para aprofundar a reflexão, reproduzo o longo trecho do depoimento de Irmã Maurina:

Fui conduzida ao Quartel Militar de Ribeirão Preto, às 14h do dia 25 de outubro, julgando que se tratasse apenas de uma declaração. Depois de quase meia hora de espera, começaram os interrogatórios, a respeito do movimento. Oito ou mais agentes da Polícia, à paisana, rodearam-me. Comecei logo a falar sobre o que sabia do movimento de juventude existente em minha casa, pois ignorava o tão falado terrorismo. Foi através dos elementos que me interrogavam que aprendi o que era terrorismo. Não me foi possível continuar, pois interrompiam-me a cada

instante, com gritarias e ameaças, usando uma terminologia, a qual sinto-me envergonhada de repeti-la: “Você sabe que usamos de torturas, mas para você não é difícil suportar, porque a vida das freiras já é uma tortura. É tão cínica, como pode se fazer de inocente, sua freira do diabo. Você não é filha de Deus. Fica sabendo que teremos o prazer de prender bispos e padres, não pense você que eles poderão te livrar. O que você tem nos joelhos, cicatrizes de tanto rezar... e por que não reza agora? Não adianta mais... Você não é mais virgem. Vamos fazer um exame ginecológico. Jogou o hábito fora, ótimo. Podemos fazer de você o que nós queremos...” Davam risadas sarcásticas. Até aquele momento silencieei, escutando tudo aquilo, sem compreender o seu significado. Em seguida Dr. Fleury perguntou-me: “Você é amante do Mario Lorenzato? Responda afirmativo, é o suficiente, estará tudo resolvido. Vai me dizer que é diferente dos outros”. Jamais poderia afirmar uma tal mentira. Insistiu muito nisso. Foi então que ligaram a máquina de choques, e se divertiram às minhas custas. (...) Como religiosa, acostumada a uma vida organizada, em ambiente de respeito, muito me custou suportar, das 19h até muito tarde da noite, de um lado os soldados repetindo termos grosseiros, insultos de baixo calão (os quais acho indignos de serem colocados aqui) e, do outro, localizava-se a famosa sala de interrogatórios, onde, continuamente, ouviam-se os gritos lancinantes de rapazes torturados e os barulhos de espancamentos; causava-me ainda maior pavor o tintilhar de chaves que abriam as portas a fim de conduzir, a qualquer momento, uma de nós para novos interrogatórios. Assim foi que, depois de meia-noite, fui sobressaltada com o chamado para novo interrogatório. Fui levada à presença de uma pessoa meio loira, de olhos azuis, estatura média, não posso precisar bem (disseram que era um sargento). Perguntei o seu nome a um dos rapazes e a resposta que obtive foi: “NÃO INTERESSA, É UM DOUTOR”. Eles se chamavam de “doutores”, vestiam-se à paisana e usavam apelidos, supunho que para fugirem à identificação diante das pessoas a



quem torturavam. O referido senhor loiro entregando um revólver ordenou que eu o matasse se ele não fosse católico. Como estivesse meio bêbado, sentia-se o repugnante cheiro de álcool. Senti pavor de ficar em sua presença, mas tive de ficar com ele ali, fechada naquela sala, pela noite adentro, atormentada com suas provocações. Entre outras coisas dizia: “Irmã querida, posso te chamar de irmã, não é? Eu te quero muito. Vem pertinho de mim. Pelo amor de Deus, fala tudo. Eu quero te dar uma ‘colher de chá’, ou melhor, dá-me uma colher de chá. Eu tenho pena de deixar-te nua na presença de todos. É chato pra mim. Vamos, me dá uma colher de chá... pensa bem, eu estou há dias longe da minha mulher...” Enquanto dizia tudo isto abraçava-me, tentava esfregar suas mãos nas minhas e procurava tocar nos meus joelhos. Eu sentia uma repugnância terrível e não via o momento de livrar-me daquele homem. (...) Domingo à noite fui conduzida para a cadeia de Cravinhos, onde permaneci 25 dias incomunicável. Apesar da insistência de meus irmãos vindos de Goiás e Minas Gerais, para obterem notícias minhas, não permitiram que nos comunicássemos. Nem tão pouco foi permitido à minha Superiora Provincial falar comigo ou mesmo localizar meu paradeiro. Tive a impressão de estar abandonada por todos: pela minha família de sangue e família religiosa, a qual pertença há mais de 20 anos. Outro tormento foi a falta de assistência religiosa. Por duas vezes solicitei a presença de um sacerdote para levar-me o sacramento da Eucaristia. Não o permitiram dizendo: “TAMBÉM ISTO FAZ PARTE DO CASTIGO”. Somente no dia 18 de novembro, depois de muita insistência, permitiram que, por 10 minutos, na presença de QUATRO policiais, eu pudesse falar com meu irmão. Dias depois pude ver a madre Provincial, por alguns minutos, também sob a vigilância de policiais. Conduzida a Ribeirão Preto a fim de prestar depoimento, sendo interrogada por Dr. Lamano, um dos delegados regionais, tratou-me grosseiramente dando-me pancadas no rosto querendo forçar-me a dizer o que eu não havia feito. Não me foi possível esclarecer nada; tudo era feito na base da

gritaria e pancadas naquele interrogatório. A certa altura o referido delegado gritou: “Veja se não vai esquecer do seu Deus? Agora vai apanhar junto com o rapaz seu protegido”. Trazendo o rapaz à minha presença, o delegado intercalava, às perguntas, pancadas no moço e em mim. Eram tapas no rosto que me deixavam completamente surda. (Apud CUBAS, 2014, p. 271-273).

Irmã Maurina não faz menção ao estupro, mas o relato de outra prisioneira que dividiu a cela com a religiosa infere que ela foi estuprada, existindo inclusive boatos de que tenha engravidado e sofrido um aborto<sup>4</sup>. É provável que essa informação não comprovada tenha influenciado igualmente Jorge Andrade, que optou pela gravidez da personagem Joana após o estupro. Cumpre ressaltar que Irmã Maurina, em vida, negou oficialmente ter sido estuprada, permanecendo incerto se houve violência sexual durante o cárcere. De qualquer forma, o depoimento acima deixa nítido o sentimento de asco da Irmã em relação aos seus algozes. Levando em conta a densidade do testemunho<sup>5</sup>, o conhecimento das atrocidades cometidas, sobretudo na esfera sexual, contra mulheres tidas como subversivas durante a ditadura, por que Jorge Andrade optou por tornar o estupro um momento de prazer, de epifania? Ainda que essa opção possa ser considerada liberdade artística ou recurso de complexificação dramática, ela não se configura como verossímil.

Ademais, outro ponto relevante é que o prazer sentido por Joana durante a relação sexual com o delegado elabora-se a

---

4. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/madre-maurina/index.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

5. No que tange à densidade de testemunhos, note-se que o livro *Luta, substantivo feminino* configura-se como um importante registro de mulheres sobreviventes, presas durante a ditadura militar brasileira. Os relatos evidenciam o teor sexual das metodologias de tortura aplicadas às mulheres.

partir de uma construção narrativa que erotiza o estupro.

Nesse sentido, é pertinente observar que outras duas personagens, Marina e Jupira, sofrem violência de gênero que, no contexto da peça, mostra-se suavizada ou fica apenas subentendida. A esposa do delegado, numa cena inconclusa, aparece prestes a ser estuprada pelo marido que, atormentado, passa a ver na mulher a figura da freira:

DANIEL (*como se Marina fosse Joana*) – Você vai confessar!  
Tem que confessar!

MARINA – Que é isto, meu bem? Confessar o quê?

DANIEL (*descontrolado*) – Eu te violento... se for preciso!

MARINA – Não precisa fazer assim! Daniel... por favor...!  
(Com violência, Daniel sai arrastando Marina. Ele lembra um animal cheio de desejo. Enquanto a cena desaparece, ilumina-se a solitária).

(ANDRADE, 1977, p. 42).

Jupira, por seu turno, encontra-se presa por ter castrado um “brocha” (ANDRADE, 1977, p. 25). Na prostituição desde os 15 anos, ela é ninfomaníaca, obcecada por manter relações sexuais com os demais presos. Filha de uma lavadeira e de um trabalhador de frigorífico, Jupira conta a Joana que era comum que dormissem mais de dez pessoas no pequeno cômodo de sua casa. O pai às vezes errava de cama e “dormia” com a tia. Sua mãe resolveu reclamar e “perdeu dois dentes e pronto” (ANDRADE, 1977, p. 25). O suposto estupro fica subentendido quando a personagem revela que um dia, aos 15 anos, “uma das visitas errou também de cama e me emprenhou” (ANDRADE, 1977, p. 25). Frases como “Fiquei só com a minha buceta... e é com ela que tenho me virado...” ou “Depois de um macho bem calibrado e que sabe funcionar, o que mais gosto é de uma geladinha com pastel (ANDRADE, 1977, p. 26) demonstram que

a figura ficcional constrói-se como uma espécie de idealização masculina, um tipo de caricatura de mulher que, apesar de sofrer continuamente violências sexuais, já que é utilizada para “amansar” os presos mais agressivos, age como uma *sex machine*, sempre faminta e disposta a qualquer ato sexual. Note-se que esse comportamento prevalece mesmo quando Jupira está sozinha com Joana, em situação de intimidade, fazendo confidências.

A erotização do estupro e da violência contra a mulher fica mais nítida na adaptação fílmica da peça *A freira e a tortura* (1983), que recebeu a direção de Ozualdo Candeias e atuação de David Cardoso e Vera Gimenez. Luiz Arantes, em “Entre o texto e a tela: apontamentos acerca de *Milagre na cela* de Jorge Andrade e *A freira e a tortura* de Ozualdo Candeias”, afirma que a película apresenta um misto de elementos do cinema boca-do-lixo do final da década de 1960 e da pornochanchada dos anos 1970:

No filme de Ozualdo Candeias o que se percebe é um tensionamento das características entre o segmento marginal e a pornochanchada, uma vez que do primeiro incorpora as ambientações na boca-do-lixo, favelas e cenas do mundo da prostituição, enquanto que do segundo apropria-se de corpos nus, porém sem sexo explícito e, ainda, certa dose de personagens associados a cenas bizarras (ARAN- TES, 2009, p. 7-8).

Candeias explorou cenários não representados na peça, como favelas e prédios abandonados e sujos. Toda vez que Joana vai ser torturada, é conduzida por uma Veraneio azul, não identificada como sendo da polícia, para lugares decadentes. Indo na direção do que aponta Arantes, a presença de espaços degradantes, personagens bizarras (cinema boca-do-lixo) e a

exploração sensualizada de mulheres nuas (porno-chanchada) cria uma dicotomia que deixa o espectador entre dois universos distintos: o da crítica social à truculência da ditadura *versus* a erotização por via da objetificação de corpos femininos nus, em situação de subjugação. O cartaz do filme, por exemplo, antevê essa dualidade:



**Figura 1:** Cartaz de *A freira e a tortura*

De modo semelhante à peça, há um crescente de tensão em relação ao provável estupro a ser sofrido por Joana ao longo das sessões de tortura. Essa tensão, todavia, constrói-se de maneira erótica, pois fica evidente que a condição de freira da personagem, a beleza física da atriz e os ângulos de exploração de seu corpo são colocados como fetiches para o espectador. Por essa razão, a cena do estupro em *A freira e a tortura* lembra as cenas de filmes pornô em que “o encanador sarado” e a “dona de casa gostosona” subitamente param de falar do vazamento da pia e

iniciam uma relação sexual. Joana, nua, prestes a ser estuprada por dois policiais com uma espécie de cassetete, é “salva” pelo delegado que já havia lhe agredido em sessões anteriores. Ele pede que os homens saiam, os dois se olham e o que seria uma cena de estupro transforma-se em uma cena de sexo ardente, mas não explícito, como nas pornochanchadas.

O final idílico, presente apenas na película, em que a freira encontra o espírito do delegado após o seu enterro, e ambos saem nus correndo pelo verde do cemitério, reforça a banalização da violência praticada contra mulheres durante o regime militar no Brasil. Lembrando que na peça, de modo distinto, Joana sente-se aliviada com a morte do delegado, afirmando que um anjo (Miguel) matou o demônio (Daniel). Além disso, a peça evidencia a manipulação das informações durante a ditadura, já que a imprensa noticia que Daniel foi assassinado ao tentar salvar a freira de ser estuprada pelo preso Miguel.

Indo em outra direção, *La Muerte y la Doncella*, de Ariel Dorfman, retrata a vida de um casal de militantes da esquerda após a ditadura chilena (1974-1990). Paulina é uma ex-prisioneira política e Gerardo é um advogado que compõe a “Comissão de Investigação de Violação dos Direitos Humanos”, que tem por objetivo escutar e registrar testemunhos acerca da violência cometida pela ditadura. A protagonista, que foi sequestrada e torturada durante dois meses pelo regime, convive com as sequelas do trauma mesmo 15 anos após a prisão. Apresenta sintomas como síndrome do pânico e depressão, que a impediram de terminar a faculdade ou exercer alguma outra atividade.

A presença de Gerardo na Comissão encerra uma triste ironia. Embora ele a acompanha com o intuito de escutar e registrar as agressões sofridas pelos prisioneiros, ele mesmo nunca ouviu

um relato detalhado do que aconteceu com Paulina durante o período em que ela esteve presa. Ambos tentam apagar as feridas do passado, sem evocá-lo.

A situação muda abruptamente quando Paulina percebe que o homem que deu carona ao marido após o pneu de seu carro ter furado, é o médico que a torturou no cárcere. Ela o reconhece pela voz e pelo cheiro, já que permanecia vendada durante as sessões. A presença inesperada do possível torturador no lar do casal traz o passado de volta de modo galopante.

Dorfman estabelece um sofisticado jogo de “gato e rato” entre as três personagens. Paulina amarra o médico em uma cadeira e o ameaça com um revólver, afirmando que ele a torturou e estuprou no passado, enquanto ouvia a música “A morte e a donzela”, de Schubert. Roberto alega que nunca viu Paulina e que ela não está em seu juízo perfeito. Gerardo, embora oscile entre acreditar na inocência do médico e confiar na convicção da esposa de que ele é o torturador do passado, defende que não seja usada a violência como forma de vingança.

Após planejar matar Roberto ou que Gerardo o estupe como forma de vingança, Paulina percebe que a única coisa capaz de acalmar a sua dor é uma confissão. Ela exige que o médico faça um depoimento e que assine um documento, registrando os crimes que cometeu. Do contrário, ela o matará. Gerardo, na tentativa de auxiliar a esposa a superar o trauma e de poupar a vida do médico, o induz a confessar. Em um encontro catártico, vítima e estuprador, com a mediação de Gerardo, retomam o passado e dão os seus testemunhos acerca da violência ocorrida durante o sequestro.

É nesse contexto que Paulina, 15 anos após o evento traumático, inicia o relato de sua experiência com o Dr. Roberto

Miranda, contando que a violência acontecia ao som da música “A morte e a donzela”, do compositor austríaco Schubert:

PAULINA – El Doctor no estaba entre ellos. Conel Doctor Miranda me tocó por primera vez tres días más tarde cuando... Ahí lo conocí. (*Bajan más las luces y la voz de Paulina sigue en la oscuridad*) Al principio, yo pensé que él podía salvarme. Era tan suave, tan buena gente, después de lo que me habían hecho los otros. Y entonces escuché, de repente, el cuarteto de Schubert. (*Se empieza a escuchar el segundo movimiento de “La Muerte y la Doncella”*) No saben lo que es, escuchar esa música maravillosa en aquella oscuridad, cuando hace tres días que no comes, cuando tienes el cuerpo hecho tira, cuando...(DORFMAN, 1992, p. 70).

Na peça, o testemunho de Paulina é complementado pelo depoimento do torturador que, sob ameaça, dá a sua versão dos acontecimentos, revelando o teor pretensamente científico dado às torturas, em que as vítimas eram consideradas cobaias:

ROBERTO – Y cuando me tocó atender a Paulina Salas ya era demasiado tarde. Demasiado tarde...(Empieían a bajar las luces) Demasiado tarde. Empecé a brutalizarme, me empezó a gustar de verdad. Se convierte en un juego. Te asalta una curiosidad entre morbosa y científica. Cuánto aguantará ésta? ¿Aguantará más que la otra? ¿Cómo tendrá el sexo? ¿Tendrá se coel sexo? ¿Es capaz de tener un orgasmo en estas condiciones? Puedes hacerlo que quieras con ella, está enteramente bajo tu poder, puedes llevar a cabo todas las fantasías. (DORFMAN, 1992, p. 72).

Note-se que a indagação acerca da possibilidade de uma vítima de tortura do regime militar atingir o orgasmo numa situação de estupro, na peça chilena, aparece mais como estratégia para enfatizar o requinte de crueldade do



torturador, suas indagações e fantasias, do que como uma possibilidade concreta pensando-se no viés da vítima.

No final da peça, estuprador e ex-prisioneira se encontram meses depois, num concerto de Schubert. Paulina e Gerardo estão na plateia e a ex-militante é capturada pelo olhar de Roberto. Ouve-se a música “A morte e a donzela”. Os dois se encaram por alguns instantes, depois Paulina volta seu olhar para frente para o concerto. A confrontação das duas personagens contém uma ambiguidade. A presença de Roberto no auditório e o seu olhar podem representar a iminência da opressão dos regimes totalitários. De outra parte, a forma como Paulina sustenta seu olhar revela uma alteração nas configurações de poder, ficando nítido que o algoz perdeu força após a confissão de seus crimes. A convivência de indivíduos com pontos de vista tão distintos em ambiente público reforça a prevalência da democracia, ainda que sob ameaça.

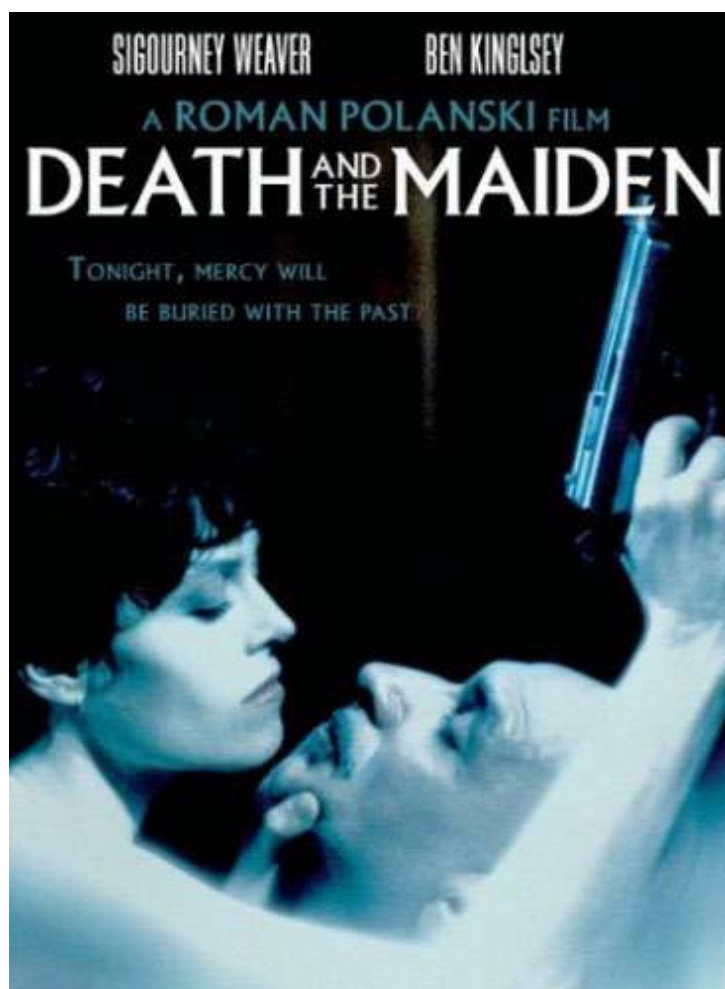
*La Muerte y la Doncella* ganhou igualmente uma adaptação para o cinema dirigida por Roman Polanski, *A morte e a donzela* (*Death and the Maiden*) (1994), tendo as atuações de Sigourney Weaver e Ben Kingsley nos papéis principais. O filme traz pequenas alterações no enredo, mas em geral é fiel à estrutura da peça.

No que tange ao testemunho, Polanski optou por Roberto realizar dois depoimentos, um de mentira, sob pressão, diante de uma câmera que o filma; e outro, diante de um penhasco em que, prestes a ser empurrado para a morte, faz uma confissão verdadeira. Na peça, o relato de Paulina é fragmentado e por vezes intercalado com o depoimento do médico, já no filme ele é condensado em uma fala maior e tem mais detalhes que dimensionam o sofrimento da vítima:

PAULINA – Meus olhos estavam vendados. Eles me amarraram a uma mesa com a face para cima. Naquele dia, no primeiro dia em que o médico estava chegando, eles me trataram bem. Eu tinha fios, eletrodos por todo o corpo e uma barra de metal, como um pênis, dentro de mim. Quando dão o choque, a princípio você queima, mas então seu corpo convulsiona e machuca onde você está amarrado. Eu tentei gritar mais quando menos doía, era um pequeno truque, mas não funcionou. Então o médico entrou, disse que era o suficiente e eles foram embora. Ele me deu uma injeção, senti calor, de repente a dor desapareceu, não acreditei, foi como mágica. Depois que ele me lavou, ele colocou algo em minhas queimaduras e me disse que eu estava segura, que colocaria a “Morte e a donzela”. Você gosta de Schubert? Sim, eu disse a ele, eu amo a música dele e agradei de novo e de novo. Nós ouvimos juntos, como um casal, pessoas interessadas umas nas outras. Por alguns minutos ele não fez nada, então eu o ouvi se mexer. Me pareceu ouvir como ele arrastava o cinto, as moedas nos bolsos, e ouvi o som de suas roupas quando ele as tirou. De repente ele estava em cima de mim, babando. Ele entrou em mim, Deus que dor, era como fogo. Eu comecei a gritar, eu gritei tão alto quanto quando eles deram o choque, mas ele não parou. Ele não parou. (A MORTE, 1994).

Na cena final, quando torturador e vítima cruzam seus olhares, no concerto, o médico está com a família e interrompe seu olhar para Paulina quando percebe que o filho adolescente o observa. Após mirar de modo carinhoso o filho, ele volta seu olhar novamente para Paulina. A inclusão do jovem na troca de olhares humaniza mais a figura do médico e dá a impressão de que o mesmo sofreu uma transformação significativa após o encontro catártico com Paulina.

**Figura 2:** Cartaz de *Death and the Maiden*



Se o filme *A freira e a tortura* potencializa a banalização da violência contra a mulher, presente em *Milagre na cela*, *A morte e a donzela*, por seu turno, valoriza a dimensão traumática da experiência do estupro, explorada de modo denso em *La Muertey la Doncella*. A ênfase que a peça dá para a importância do testemunho, em que a vítima é representada de modo digno, sendo a sua dor respeitada e compartilhada com o outro, fala também sobre a forma como o Chile encarou os crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura.

Eunice Figueiredo, em *A ditadura como arquivo da ditadura brasileira*, pondera que embora Brasil e Chile tenham instaurado a lei da anistia após a ditadura é nítida a diferença com que os dois países lidaram com o passado traumático. No Chile, a anistia passou a ser desconsiderada após a prisão de Pinochet, em 1998, e, sobretudo, após a eleição de Michelle Bachelet, em

2006. A não aplicação da lei da anistia, no Chile, tornou possível, segundo dados da *Folha de S. Paulo* (2015), trazidos por Figueiredo, que mais de mil casos de responsabilização da violência cometida durante a ditadura estejam em processo, sendo que mais de 100 sentenças já foram emitidas. A professora da UFF salienta ainda que “No Chile, como na Argentina, muitos generais foram para a prisão, o que não aconteceu no Brasil” (FIGUEIREDO, 2017, p. 25).

*Milagre na cela*, por seu turno, constitui-se como uma obra que aponta como o brasileiro vê a ditadura militar e a tortura, a partir da construção de uma memória que banaliza a violência cometida pelo Estado, em especial em relação ao estupro de mulheres. Isso pode ser visto em análises específicas, como a da peça *Milagre na cela*, mas também em contextos mais abrangentes, a partir de dois exemplos de ordem política.

Em 2016, circulou por muitos carros do Brasil um adesivo misógino em que a então presidenta Dilma Rousseff era vista de pernas abertas, sendo penetrada no espaço destinado a bomba do posto de gasolina<sup>6</sup>. A “brincadeira” de estuprar a presidenta, a cada vez que o carro era abastecido, pareceu divertir muitos brasileiros, sem ter nenhuma importância, ou talvez justamente por isso, o fato de ela ter sido uma militante de esquerda que foi torturada durante a ditadura. Não por acaso, o jogo político patriarcal e midiático orquestrado pela elite brasileira, com o aval da classe média conservadora, articulou o seu *impeachment* no mesmo ano.

Em 2017, o então deputado federal Jair Bolsonaro foi condenado a indenizar pela terceira vez a também deputada Maria do

---

6. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Rosário, ao dizer, na Câmara: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”<sup>7</sup>. Nostálgico do período da ditadura militar, ao qual exalta, em 2018 o militar reformado foi eleito Presidente da República. O fato, simbólico, de um País eleger como presidente Jair Bolsonaro, que tem apreço e admiração pelo livro *A verdade sufocada*: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça, do torturador Coronel Brilhante Ustra, reflete o quanto a memória da ditadura e seus traumas estão ausentes da vida dos brasileiros.

Para Seligmann, “nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma ‘política do esquecimento’, que não conseguimos até agora desmontar” (SELIGMANN-SILVA, 2011). A política do esquecimento tem prevalecido diante de políticas de preservação da memória da violência. Mesmo considerando que durante o Governo do Partido dos Trabalhadores houve iniciativas importantes, o Estado, após a ditadura militar, tem sido no geral negligente no sentido de preservar, valorizar e disseminar a memória da violência como patrimônio da Nação.

Deduz-se, portanto, que *Milagre na cela* e *La Muerte y la Doncella*, e suas respectivas adaptações fílmicas, ao representarem o estupro cometido contra mulheres durante as ditaduras latino-americanas, refletem, de modo distinto, a forma como Brasil e Chile lidam com o legado da violência promovida pelos regimes militares, especialmente no que tange à violência sexual. Enquanto *Milagre na cela* descredibiliza a dor das mulheres

---

7. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pela-terceira-vez-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

vítimas da ditadura, transformando o estupro em um momento de prazer epifânico, *La Muerte y la Doncella* valoriza a dimensão traumática do ato, permitindo que vítima e estuprador passem pela experiência transformadora do testemunho.

Pelo exposto, vê-se que *La Muerte y la Doncella* é uma obra que contribui para a construção de uma cultura da memória acerca do trauma causado pela violência dos regimes militares latino-americanos. *Milagre na cela*, por sua vez, não só banaliza a violência de gênero como ainda a erotiza, endossando, ainda que de modo involuntário, a cultura do estupro que existe no País. A peça de Jorge Andrade reflete, ainda, o quanto o Brasil tem dificuldade em valorizar e preservar a memória da violência cometida durante o regime militar.

## Referências

- A FREIRA e a tortura. Direção: Ozualdo Candeias. São Paulo: Dacar Produções Cinematográficas, 1983. 1 DVD (85min).
- A MORTE e a donzela (Death and the maiden). Direção: Roman Polanski. EUA/França/Reino Unido: Fine LineFeatures, 1994. 1 DVD (103min.).
- ANDRADE, Jorge. **Milagre na cela**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Jorge. **Labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ARANTES, Luiz Humberto Martins. Entre o texto e a tela: apontamentos acerca de *Milagre na cela* de Jorge Andrade e *A freira e a tortura* de Ozualdo Candeias. In: **Ouvir ou ver**, n. 5, 2009.
- CUBAS, Caroline. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.
- DORFMAN, Ariel. **La Muerte y la Doncella**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1992.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. São Paulo: 7Letras, 2017.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho, políticas da memória e o caso da desmemória da ditadura brasileira. In: **Revista Palavra**, ano 3, n. 2, julho, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

## **Ditadura, trabalho e controle: os ferroviários de Rio Grande no pós-1964**

*Lidiane Friderichs*<sup>1</sup>

Os anos finais da década de 1950 e o começo dos anos 1960 são marcados por uma série de manifestações populares que reivindicavam maior participação no processo político brasileiro, exigindo mudanças sociais que abrangessem a reforma agrária, a ampliação dos direitos trabalhistas, a reforma educacional, entre outras. Dentre os grupos que lutavam por uma sociedade mais igualitária, o movimento operário sindical teve destaque, visto que se colocava em um enfrentamento direto, contra patrões e governos, em busca do reconhecimento de suas causas. Esses anos são expressivos e singulares, pois colocaram em xeque os poderes constituídos e os pressionaram para a realização de mudanças estruturais. De acordo com Marcelo Badaró Mattos (1998, p,122), até 1964 visualizamos a ascensão do movimento sindical com o “crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o País e a constituição de organismos intersindicais”.

Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964 esses movimentos de contestação passam a sofrer uma crescente e contínua tentativa de desmantelamento, sendo afetados por ele de diferentes formas. Num primeiro momento, em nível nacional, efetua-se uma série de prisões, demissões e afastamentos

---

1. Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), bolsista Capes. E-mail: lidifridrichs@gmail.com



dos principais líderes sindicais, juntamente com o fechamento e/ou intervenção desses meios, principalmente os mais combatentes. Segundo Kátia Rodrigues (1995, p.8), entre 1964 e 1970 o Estado realizou 536 intervenções sindicais, sendo que a maior parte delas, 433, foram efetivadas entre 1964 e 1965. Objetivando controlar as movimentações dentro dos sindicatos, foram consideradas ilegais assembleias sem a aprovação prévia do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), greves, passeatas e qualquer forma de agremiação que pudesse vir a apresentar descontentamentos frente aos rumos do País.

O próximo golpe a ser deflagrado contra a classe trabalhadora foi o seu crescente empobrecimento, com o achatamento dos salários e a flexibilização das leis trabalhistas, que começam a retirar direitos duramente conquistados nos anos anteriores. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966, é um exemplo dessas medidas, já que a mesma eliminou a estabilidade no emprego para quem tinha mais de 10 anos de trabalho. O fim da estabilidade era uma antiga demanda dos empresários, os quais, a partir dela, puderam aumentar a rotatividade da mão de obra, sem ter que se preocupar com grandes encargos que a demissão de funcionários antes exigia. Além disso, o Governo passou a manipular os índices de inflação para não ser obrigado a reajustar os salários anualmente, passou também a fixar qual deveria ser o aumento máximo dos salários, mesmo em empresas privadas (ALVES, 2005).

A partir de 1965, “com o movimento sindical enfraquecido e sob repressão, o Estado tornou-se praticamente o legislador do trabalho, especialmente em questões de política salarial, a qual foi excluída das negociações da Justiça do Trabalho, tornando-se um item da política financeira estatal” (GOMES, 2002, p. 57).

Dessa forma, a ditadura, além de esvaziar o poder da Justiça do Trabalho, retirou de boa parte dos trabalhadores uma das poucas alternativas de negociar uma melhoria salarial. A desestabilização do movimento operário era necessária para efetivar os planos econômicos da ditadura sem maiores empecilhos.

As primeiras interpretações acadêmicas sobre o período se orientaram pela perspectiva de uma derrota histórica da classe trabalhadora durante a ditadura civil-militar, o que muitas vezes limitou as análises a um reducionismo de derrota *versus* vitória. Uma parcela da historiografia brasileira defendeu a tese de que com o golpe de 1964 houve uma estagnação das lutas sindicais, sendo elas só retomadas entre o final da década de 1970 e início da de 1980, quando se visualizava a abertura política<sup>2</sup>. Trabalhos mais recentes, no entanto, demonstram a complexidade desse momento histórico e as novas formas de luta que os trabalhadores tiveram que incorporar para tentar minimizar suas perdas de direitos e salário. Essas diferenciam-se das visualizadas no período democrático, eram mais silenciosas, evitam o enfrentamento direto e por isso seus resultados eram mais lentos e difíceis de serem percebidos pela sociedade em geral<sup>3</sup>.

---

2. Dentre os quais se pode citar, Luiz Alberto Moniz Bandeira (O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro: Revan; 2001); Jacob Gorender (A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ática, 1987); Antônio Cattani (Sindicalismo: ação – reflexão. Caxias do Sul: EDUSC, 1990); Leticia Bicalho Canêdo (A classe operária vai ao sindicato. São Paulo: Contexto, 1988.)

3. Dentro os quais podemos citar: Marcelo Badaró Mattos (Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998); Antonio Luigi Negro (Linha de Montagem. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos trabalhadores (1945/1978). Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.); Antônio de Almeida (Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990. Revista Brasileira de História. V.19, n.37. São Paulo, Set. 1999), Kátia de Sousa Rodrigues (Era uma vez em São Bernardo.

Levando em consideração esse contexto político, o presente artigo busca analisar o impacto da ditadura para o movimento sindical dos trabalhadores ferroviários da cidade de Rio Grande (Rio Grande do Sul), entendendo as formas de controle e repressão efetivados pelo Governo militar contra suas organizações. Para isso serão analisadas entrevistas realizadas com os operários, assim como documentos do Sops/Dops e da Rede Ferroviária Federal, buscando evidenciar o aparato policesco implantado pelos militares para vigiar e punir os trabalhadores que fossem seus opositores políticos. Salienta-se que, pelos limites de um artigo, algumas discussões teóricas e historiográficas foram suprimidas.

### **Controle e repressão em Rio Grande**

Rio Grande se constituiu, entre o final do século XIX e quase todo o século XX, como uma cidade operária, devido ao seu polo industrial e portuário. A grande soma de trabalhadores que ela reunia produziu um movimento operário forte e combativo<sup>4</sup> e delegou a Rio Grande a denominação de “cidade vermelha”<sup>5</sup>. Entre as décadas de 1950 e 1960 havia aproximadamente 2000

---

O discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971-1982). Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória – Unicamp, 1999); Edgar Gandra (O caos da resistência. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999).

4. Para saber mais ver LONER, 1999 e SAN SEGUNDO, 2009.

5. De acordo com Gandra (1999, p.12) “Essa nomeação é herdeira da intensa participação dos trabalhadores em processos reivindicatórios, liderados, geralmente, por grupos de esquerda” ao longo do século XX.

trabalhadores ferroviários em Rio Grande<sup>6</sup>. Esses criaram na cidade diversas entidades, como associações, coligações ou federações, as quais os agrupavam tanto em atividades culturais e esportivas, como os representavam enquanto classe. Os ferroviários devido ao seu número e organização ajudaram a constituir e a fortalecer o movimento sindical da cidade.

Após a deflagração do golpe de 1964, ferroviários, portuários, estivadores e demais categorias trabalhistas entraram em greve geral na cidade, no dia 02 de abril de 1964, posicionando-se contra a intervenção militar e em apoio ao Governo legalmente eleito de João Goulart (PTB), bem como à base governista da Prefeitura Municipal. A greve geral foi uma ação em nível nacional deflagrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa greve impediu a circulação do *Jornal Rio Grande*, principal veículo de informação do município e um dos órgãos apoiadores e sustentadores da ditadura em Rio Grande. De acordo com os ferroviários Miguel Gomes e Saturnino Novo, respectivamente,

Houve resistência, a gente achou que quem não quis mesmo fazer a resistência foi o presidente João Goulart. O Brizola disse para ele que tinha que resistir, e ele disse que não queria um derramamento de sangue do seu povo. Então abandonou a luta, abandonou a resistência. Ia sair à resistência<sup>7</sup>.

---

6. De acordo com os documentos do Museu do Trem, o Rio Grande do Sul possuía, em 1964, 14 mil trabalhadores ferroviários, espalhados por várias cidades gaúchas (Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Relatório da Viação Férrea do Rio Grande do Sul de 1960, p.45. AG3/103).

7. Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPel

Nós já estávamos em greve ali... esperando uma decisão que o João Goulart fosse tomar; uma decisão e que fosse haver uma cobertura, que fosse haver um apoio, do Estado ou do Exército. E a gente esperava a qualquer momento que fosse haver um apoio<sup>8</sup>.

Visualiza-se nessas falas que os trabalhadores iniciaram um processo de resistência ao deflagrar a greve geral, no entanto ela não foi acompanhada por um posicionamento no mesmo sentido do presidente golpeado. A expectativa dos ferroviários, pelo menos daqueles que conseguimos entrevistar em Rio Grande, era de que a greve geral seria seguida por um amplo movimento de oposição ao golpe. Como ela não ocorreu, os mesmos retornaram suas atividades no dia seguinte. A partir desse momento o impacto da repressão começou a ser sentido no dia a dia dos trabalhadores.

Dias após a intervenção militar, iniciou-se na cidade a *operação limpeza e gaiola*, invadindo sindicatos, retirando deles seus arquivos e prendendo líderes políticos e/ou sindicais, ligados ao prefeito Farydo Salomão (PTB), ou simpáticos ao Partido Comunista, com objetivo de “limpar” a cidade de pessoas consideradas subversivas. O impacto na associação ferroviária não podia ser diferente, essa teve quase toda sua diretoria deposta e quatro dos seus principais militantes encarcerados. A Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA) passa a ser dirigida por interventores militares, tanto em nível estadual, como federal, assim como nos principais municípios que contavam com serviços ferroviários, dentre os quais Rio Grande se encontra.

---

8. Entrevista realizada por Lidiane Friderichs e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Saturnino Novo.

Rio Grande passou a ser considerada área de Segurança Nacional meses após a deflagração do golpe. Isso significa que várias instituições municipais receberam interventores nomeados pelo Governo civil-militar, entre elas a Prefeitura, a Alfândega, o Departamento Estadual de Portos, Rio e Canais (Deprec) e a Rede Ferroviária. A classificação da cidade como área de Segurança Nacional se deve a três principais fatores: possuir o único porto marítimo do Estado, ser rota de passagem para o Uruguai e ser uma cidade basicamente operária.

Segundo o *Jornal Rio Grande*, o Rio Grande do Sul contava, no final de abril, com 241 presos políticos e Rio Grande foi a cidade do interior que forneceu o maior número de encarcerados, num total de 20 pessoas. O jornal ainda divulgou uma lista com o nome de 18 pessoas que estavam presas no navio *Canopus* e seriam deslocadas para Porto Alegre, cabendo ao Dops da capital averiguar as denúncias contra os detidos e qualificá-los na Lei de Segurança Nacional. Dentre os presos, quatro deles eram ferroviários, sendo três deles da ativa (Miguel Gomes, Neri de Ávila e Roberto Leonardo Germano) e um aposentado (Manoel Recchia); este último foi vereador em Rio Grande de 1959 a 1963. O ferroviário Miguel Gomes, na época vice-presidente do PTB da cidade, relata como ocorreu sua prisão:

Quando chegou dia três, quatro, eles começaram a prender nossos colegas, que faziam parte das entidades. Eu fui preso dia oito, junto com outro companheiro meu, que também era da associação Sul-rio-grandense [...]. Nos levaram numa lancha e da lancha nos levaram para o navio *Canopus*. E nós tivemos trinta e poucos dias lá. Daí nos trouxeram para o quartel da Brigada, porque esse navio tinha que zarpar para o Rio de Janeiro. Eles fizeram um presídio ali, você sabe que preso político eles não podem botar com preso comum. Então eles nos trouxeram para

o quartel da Brigada, e do quartel da Brigada fomos para o Sesi de Porto Alegre. Lá fiquei mais uns trinta e poucos dias. Tiraram fotografia de tudo pela agente. Isso aí dizem que foi para os Estados Unidos, porque essa revolução nasceu em um laço. É, a Cia, então era garantido até pelos americanos, se essa outra facção perdesse, eu acho que eles mandavam até tropa para o nosso País<sup>9</sup>.

Os presos políticos de Rio Grande foram encarcerados em um navio prisão e posteriormente transferidos para Porto Alegre. Pelo depoimento de Gomes percebe-se que as prisões dos indivíduos que participavam de movimentos sindicais, estudantis e sociais foram feitas nos primeiros dias após o golpe, para evitar que a oposição se articulasse e pudesse formar uma aliança que ameaçasse a intervenção militar. Sua fala também revela a percepção de que a articulação para tomar o poder foi realizada com o apoio e interferência dos EUA, fato que ficou comprovado pela historiografia nos últimos anos.

Os ferroviários presos foram acusados de subversão pela Lei de Segurança Nacional e proibidos de seguir comandando os núcleos sindicais. De abril de 1964 a fevereiro de 1965, a Coligação Pró-Reivindicação, principal sindicato dos ferroviários da cidade, esteve fechada, o que os obrigou a paralisar as atividades em andamento. Ao retomar os trabalhos da Coligação, foi realizada eleição e posse da nova diretoria. Dos seus antigos membros apenas dois se mantiveram na nova coordenação, os demais tiveram seus cargos cassados e foram impedidos de participar novamente das diretorias sindicais.

Negro (2001), Almeida (1999) e Rodrigues (1995) enfatizam as restrições as quais os trabalhadores foram submetidos após

---

9. Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPel.

a implantação da ditadura, a “limpeza” feita dentro dos sindicatos para o afastamento e a clandestinidade dos indivíduos mais combativos e ligados ao Governo de João Goulart. Essa vigia policialesca foi implantada de forma sistemática e organizada em todos os espaços considerados com teor ou possibilidade subversiva. De acordo com o ferroviário aposentado Ney Moraes, o período da ditadura foi

Muito severo, barbaridade [...] Ai eles chegavam e, na época eles demitiam, se fosse comprovado qualquer coisa nós não tinha nem conversa. Ninguém falava mais nada, ficava todo muito quietinho. [...]A revolução foi muito violenta. Principalmente na época do Castelo Branco, ali eles não perdoaram ninguém<sup>10</sup>.

Uma questão que chama a atenção nessa fala é o fato de Moraes considerar o Governo de Castelo Branco a pior fase da ditadura, o qual é considerado pela historiografia tradicional como um dos mais amenos ditadores do período. A visualização da ditadura para esse ferroviário, no entanto, é outra. Compreende-se essa interpretação, pois foi com o primeiro Governo militar que os ferroviários rio-grandinos visualizaram a principal limpeza dentro dos seus sindicatos e a retirada brusca de muitos acordos e direitos conquistados nos governos anteriores, assim como a punição aos membros mais combativos da classe. O impacto inicial da ditadura foi muito brusco, pois modificou as formas como eles se organizavam enquanto classe, alterando significativamente o cotidiano dos trabalhadores, tanto dos ferroviários como dos demais. Isso não significa

---

**10.** Entrevista realizada por Lidiane Friderichs, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Ney Quegles de Moraes.



que os anos posteriores tenham sido mais amenos, mas, sim, que houve uma adaptação ao sistema. Ou seja, depois de um tempo as ações repressivas passaram a ser normatizadas, ou não encaradas com tanto espanto, visto que faziam parte do cotidiano desses indivíduos.

Nesse sentido, podemos verificar que a História Oral possibilita o surgimento de novos pontos de vista e novos debates, pois busca considerar o protagonismo dos setores marginalizados da sociedade e analisar as tradições e culturas classistas. Como afirma Daniel James, na tentativa de se remontar o cotidiano obreiro, lida-se inevitavelmente com contradições “não resolvidas, silêncios, esquecimentos e temas conflitantes. [...] O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta (JAMES, 2004, p. 311)”. Como expressa James, não se espera encontrar relatos coesos, como se a vida fosse uma linha reta na qual todas as escolhas tivessem um porquê predefinido. A vida cotidiana do local de trabalho revela imprecisões, conflitos e disputas, nem sempre tornando as atuações coerentes e únicas, mas revelando as complexidades de um ambiente ditatorial, que tentou dismantelar as formas de cultura e organização traçadas pelos trabalhadores.

Dentre as formas de controle impostas pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foram estipuladas uma série de regulamentos e disposições que passaram a fazer parte das normas administrativas da Rede a partir de abril 1964. A mensagem do novopresidente da RFFSA aos ferroviários brasileiros, coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima, nomeado como interventor federal, deixava clara as novas posturas e comportamentos

exigidos dos trabalhadores. Nas suas mensagens eram enfatizados valores como o respeito à hierarquia, à disciplina, à cooperação com os diretores e o produtivismo, ressaltando a necessidade de mudar a perspectiva do movimento operário gestado até então. De acordo com o coronel Lima,

não podemos admitir, que conduzida por indivíduos inescrupulosos, sem mérito para falar em nome dos ferroviários, seja a classe arrastada para as greves de caráter político, causadoras de incalculáveis prejuízos à economia nacional, agravando o já alarmante estado deficitário. [...] Aceito a conversa franca e sincera com os sindicatos organizados livre e democraticamente, isto é, a entidade de classe que, de fato, a represente e não os habituais grupos promotores de graves distorções, que tantos males vêm causando ao país<sup>11</sup>.

Através dessa mensagem fica claro o posicionamento do recém-empossado diretor da Rede, o qual condena o sindicalismo conduzido até aquele momento no País e julga os seus representantes como agitadores, que não se preocupavam verdadeiramente com a classe, mas sim com promoções pessoais e com a desestabilização da ordem e da economia brasileira. Expõe a não aceitação de reivindicações agressivas e estruturadas a partir de bases ideológicas e partidárias, assim como salienta a necessidade do afastamento dos “ferroviários de bem” dos indivíduos “inescrupulosos”, pois apenas dessa forma a Rede permitiria a existência de centros sindicais.

De forma parecida, os arquivos da Secretaria de Ordem Política e Social do Rio Grande (Sops/RG) também atestam a

---

**11.** Centro de Preservação da História Ferroviária no RS – Museu do Trem – São Leopoldo/ Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72. p. 176, 15/04/64.

existência de uma vigia permanente sob os sindicatos e uma constante preocupação das autoridades golpistas em averiguar as denúncias sobre possíveis levantes contrarrevolucionários e reuniões ilegais em Rio Grande. Em tal contexto, era muito comum, nas averiguações do Sops/RG, a investigação dos antecedentes políticos e comportamentais de sindicalistas, estudantes, comerciantes, advogados, professores, entre outros, não importando a distância temporal do acontecido, pois qualquer ação, mesmo realizada num passado longínquo, colocava o sujeito sob suspeita.

As acusações, apesar de conter um teor específico, de acordo com cada caso, possuíam inúmeras peculiaridades. Denúncias de agitador e comunista eram as mais comuns e estão presentes em 90% dos casos. Entre as demais e complementares acusações está o fato de ser ou ter sido presidente de alguma entidade de classe, insuflar as massas para movimentos de subversão à ordem pública, atacar os governos estadual e federal e/ou possuir alguma ligação com o Brizola, ou o PTB. Ter passado meses no Uruguai, do mesmo modo, era motivo de forte desconfiança de uma possível fuga ou infiltração.

No mesmo sentido, verificamos a necessidade que os sindicatos tinham de deslocar-se até a sede do Sops/RG para pedir autorização para a realização de assembleias de classe e, assim, torná-las legais. Saturnino Novo afirmou que “[...] a gente ia no Dops tirar licença [...]. Ai o Dops dava licença, mas ficava cinco ou seis caras na porta da diretoria vigiando”<sup>12</sup>. Em outra

---

**12.** Entrevista realizada por Lidiane Friderichs e por Edgar Gandra em 20/06/2011, na cidade de Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Saturnino Novo.

passagem, o mesmo afirma que sempre haviam alguns militares observando as reuniões ou infiltrados nelas. “Nós sempre estávamos vigiados. A vigia deles era constante. A gente sabia né? Mas vai fazer o quê? Senão a gente nunca ia fazer nada”<sup>13</sup>.

A autoproteção e a tentativa de realizar ações somente dentro da lei foram preocupações dos ferroviários rio-grandinos. Devido ao fato de existir uma vigilância constante pode-se supor que as pautas das reuniões não deveriam entrar em discussões muito polêmicas, como o andamento político do País. Nesse sentido, a nova realidade obrigou os trabalhadores a reformular muitas de suas práticas, como foi o caso de não poderem reunir-se para discutir assuntos do sindicato sem obter permissão prévia. Assim, o controle dos movimentos sociais, acusados sistematicamente de conspirar contra o País e os militares pode ser compreendido dentro da lógica da suspeição universal. Como salienta Carlos Fico,

Os agentes de informação consideravam como fato estabelecido a existência de uma conspiração, qual seja a escalada do “movimento comunista internacional”, que agiria dissimuladamente envolvendo “incauto” e, por causa dessa lógica, nunca era surpreendente para ele encontrarem indício suspeitos em quaisquer investigações. Quando tais indícios não existiam, eram fantasiados. [...] Pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifesta, constantemente, com delírio persecutório, gerados de uma suspeição universal. (FICO, 2009, p. 180).

Tanto os depoimentos dos ferroviários como as políticas adotadas pelos agentes dos Sops/Dops e pelos diretores da RFFSA comprovam o controle e a repressão imposta aos movimentos

---

13. Idem.

sociais brasileiros. Outro exemplo dessa tentativa de vigiar os indivíduos que haviam participado da diretoria de associações combativas, foi revelado pelo ferroviário Miguel Gomes, que afirmou que era obrigado a comparecer quase diariamente ao Sops/RG, para provar que não havia fugido, nem infringindo a lei. “Todos os dias eu tinha que ir assinar um pontinho no Dops. [...] É todos os dias tinha que ir lá assinar. E não me arrependo do que eu fiz, se tivesse que fazer hoje eu fazia tudo de novo”<sup>14</sup>.

Para finalizar, pode-se afirmar que o controle exercido junto aos trabalhadores ferroviários tinha por objetivo desmantelar suas formas de luta e desestruturar suas lideranças. O fato de eles terem que dar explicações para os órgãos do Estado, como para o Sops/RG, para acontecimentos simples, como a realização de reuniões e a troca de diretorias, demonstra que as movimentações dessa classe estavam em contínua vigia. Também a condenação por parte da Rede àqueles militantes mais ativos, com demissões, afastamentos e aposentadorias, demonstra a tentativa de frear qualquer movimento de contestação à ditadura. Por último cabe destacar que a questão do medo também foi de crucial importância para a efetivação desse controle, visto que, por receio de serem acusados como subversivos, ou comunistas, a maioria dos ferroviários deixou de participar ativamente das associações. Apesar de todo esse cerco, os ferroviários mantiveram, da forma como era possível e levando em conta as restrições do período, suas associações abertas, lutando pela não fragmentação de seus direitos.

---

**14.** Entrevista realizada por Aline Lima, s/d, em Rio Grande, na residência do ferroviário aposentado Miguel Gomes. Acervo NDH/UFPEL

## Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984). Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ALMEIDA, Antonio. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990. In: **Revista Brasileira de História**. V.19, n.37. São Paulo, set. 1999.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século xx**. (O Brasil Republicano; v.4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.167-205.
- GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da resistência**. A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.
- GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María; história oral e questões de gênero. In: BATALHA, Cláudio. **Culturas de Classe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 287-314.
- LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas. 1888-1937**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.
- NEGRO, Antonio Luigi. **Linha de Montagem**. O Industrialismo Automotivo e a Sindicalização dos trabalhadores (1945/1978). Tese de doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 296-313.

RODRIGUES, Kátia de Sousa. **Era uma vez em São Bernardo**. O discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971-1982). Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória – Unicamp, 1999.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

## **COLÓFON**

Livro composto em Andada e  
Open Sans para corpo de texto e  
títulos, respectivamente.





LA QUETEDU...

...do 24 de maio...

...do 24 de maio...

...do 24 de maio...

EXPOSIC...

...do 24 de maio...

...do 24 de maio...



xou a prantear su  
 guintes filhos sr.  
 de Albuquerque,  
 aqui residente,  
 a exma. sra. d.  
 nha Borges de Al-  
 exma. sra. d.  
 Albuquerque Zanat-  
 om o sr. Aldecir  
 Zanatta, funcio-  
 EMBRATEL, em  
 Catarina); ex-  
 Magdalena Al-  
 N...



Editora  
 UFPel



...residente, sr. Al-  
 decir Zanatta, em  
 Catarina); ex-  
 Magdalena Al-  
 N...

...residente, sr. Al-  
 decir Zanatta, em  
 Catarina); ex-  
 Magdalena Al-  
 N...

...residente, sr. Al-  
 decir Zanatta, em  
 Catarina); ex-  
 Magdalena Al-  
 N...